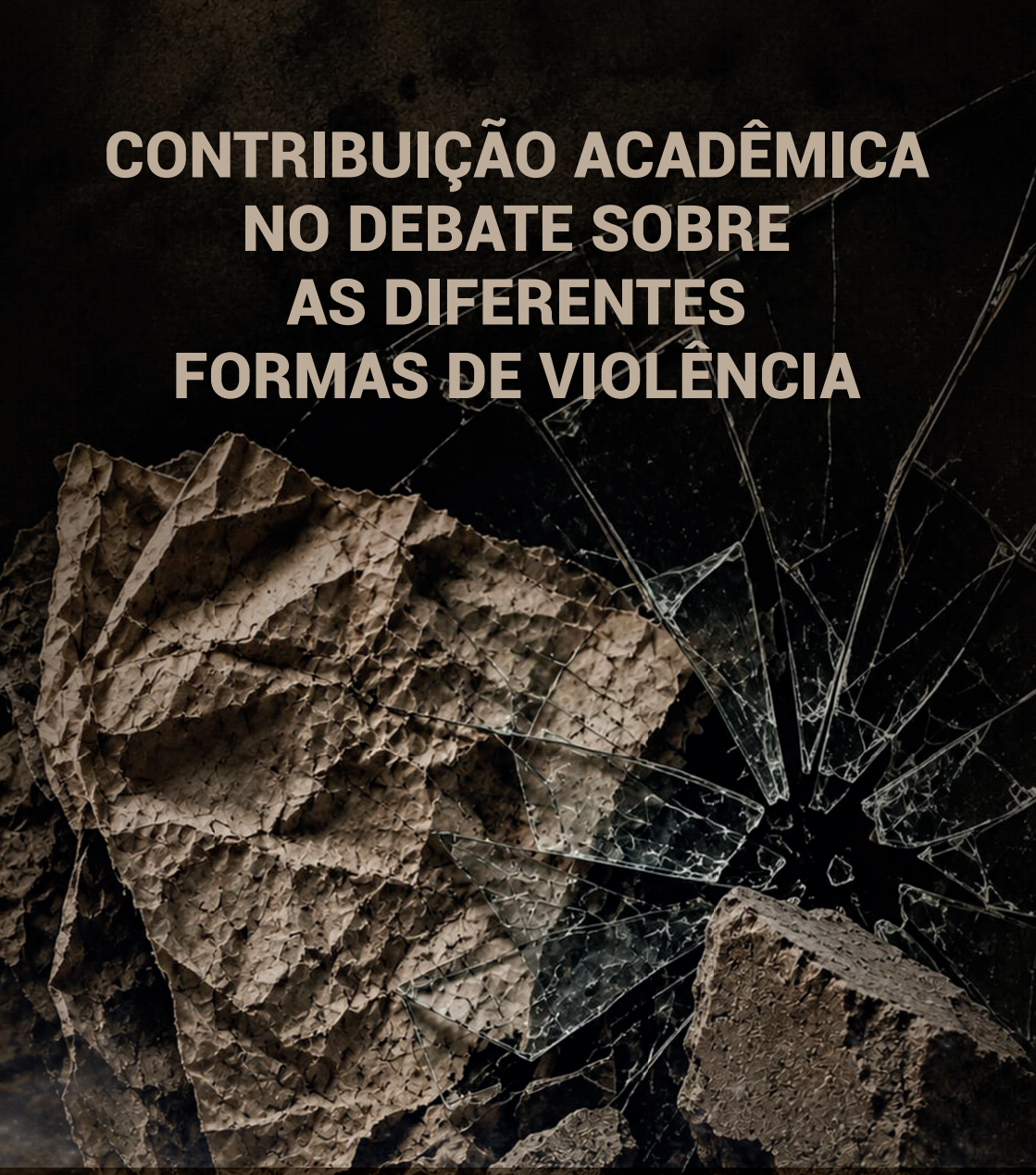
CONTRIBUIÇÃO ACADÊMICA NO DEBATE SOBRE AS DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA



Dario Aragão Neto • Maria Cecilia Gama • Daniele do Val

EDITORA FOA 20 ANOS

Contribuição acadêmica no debate sobre as diferentes formas de violência

COORDENAÇÃO

Dario Aragão Neto
Maria Cecilia Gama
Daniele do Val

2026

EDITORA FOA 20 ANOS

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA

Presidente
Eduardo Guimarães Prado

Vice-presidente
Walter Luiz Moraes Sampaio da Fonseca

Diretor Administrativo-financeiro
Denys Ribeiro Furtunato

Diretora de Relações Institucionais/ Superintendente Executiva
Josiane da Silva Sampaio

EDITORA FOA

Editor-chefe
Laert dos Santos Andrade

Diagramação
Ubiracy Junior

editora.unifoa.edu.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA - UniFOA

Reitora / Procuradora Educacional Institucional
Ivanete da Rosa Silva de Oliveira

Pró-reitor Acadêmico
Bruno Chaboli Gambarato

Pró-reitora de Extensão
Ana Carolina Callegario Pereira

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação
Ana Carolina Dornelas Rodrigues

Pró-reitor de Educação a Distância e Tecnologias de Ensino
Rafael Teixeira dos Santos

Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento
Washington de Macedo Lemos

FICHA CATALOGRÁFICA
Bibliotecária
Alice Tacão Wagner - CRB 7/RJ 4316

A659c Aragão Neto, Dario
Contribuição acadêmica no debate sobre as diferentes formas de violência. [E-book] / Dario Aragão Neto; Maria Cecilia Gama; Daniele do Val. Volta Redonda: FOA, 2026. 211 p. il.

ISBN: 978-85-5964-216-2

1. Violência – aspectos sociais. 2. Violência - conceito. 3. Fake News - violência I. Fundação Oswaldo Aranha. II. Centro Universitário de Volta Redonda. III. Título

CDD 303.62

Esta licença permite que os usuários distribuam, remixem, adaptem e criem obras derivadas a partir do material em qualquer meio ou formato, exclusivamente para fins não comerciais e desde que seja feita a devida atribuição ao criador.

Capa: imagem gerada por iA (chatgpt.com) pelos autores

ESCRITÓRIO DA CIDADANIA

COORDENAÇÃO
Dario Aragão Neto, Maria Cecilia Gama e Daniele do Val

APRESENTAM

"CONTRIBUIÇÃO ACADÊMICA NO DEBATE SOBRE AS DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA"

e-book com base nos podcasts veiculados no Spotify
em 02/2024, sob o título ESCRITÓRIO DA CIDADANIA EM MOVIMENTO

- Escritório da Cidadania em Movimento #UniFOA - A academia e o debate sobre as diferentes formas de violência
- Escritório da Cidadania em Movimento #UniFOA - Violência simbólica
- Escritório da Cidadania em Movimento #UniFOA - Violência das Fake News
- Escritório da Cidadania em Movimento #UniFOA - Desafios da vida cotidiana
- Escritório da Cidadania em Movimento #UniFOA - Agosto lilás
- Escritório da Cidadania em Movimento #UniFOA - Violência contra a população LGBTQIA+
- Escritório da Cidadania em Movimento #UniFOA - Os desafios no envelhecimento
- Escritório da Cidadania em Movimento #UniFOA - Violência contra a criança e o adolescente

SUMÁRIO

1 CONCEITOS E FORMAS DA VIOLÊNCIA: UMA ABORDAGEM DA SAÚDE MENTAL 8

1.1 Conceitos e formas da violência 8

1.2 Violência e filosofia: complexidade de seus conceitos em Hannah Arendt 12

1.3 Os impactos emocionais da violência 18

2 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E SUAS EXPRESSÕES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA 33

2.1 Violência simbólica e seus conceitos 33

2.2 O olhar subjetivo da violência simbólica em Bourdieu e Bauman 37

3 A VIOLÊNCIA DAS FAKE NEWS 49

3.1 Conceito da violência das fake news 49

3.2 Questão da verdade: origem e conceito contemporâneo da pós verdade 52

3.3 Fake News como forma de violência 60

4 O QUE É A ÉTICA E OS DESAFIOS DA VIDA COTIDIANA 82

4.1 É possível traçar estratégias para lidar com os desafios da vida cotidiana? 82

4.2 Violência velada e ética 84

5 AGOSTO LILÁS 98

5.1 O que representa o Agosto Lilás 99

5.2 Visão filosófica e histórica da violência contra a mulher e suas consequências 102

5.3 A violência contra a mulher 114

6 VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ 131

6.1 As diferentes manifestações contra a violência à população LGBTQIAPN+ 131

6.2 Significados e sentidos da construção histórica, filosófica e social da homossexualidade 136
6.3 Reflexões sobre o movimento LGBTQIAPN+ 144

7 OS DESAFIOS DO ENVELHECIMENTO 155
7.1 Os desafios do envelhecimento 155
7.2 II – Como tratamos a velhice desde a Antiguidade..... 162
7.3 A violência contra a pessoa idosa 170

8 VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE 181
8.1 Noção de cidadania da infância e da adolescência 181
8.2 A violência infantil ao longo do tempo..... 185
8.3 A violência contra a criança e o adolescente 192

BIBLIOGRAFIA..... 207

INTRODUÇÃO DO E-BOOK

Maria Cecilia Fontainha de Almeida Gama

Este e-book tem como base uma remodelagem do VI Debate Étnico Racial e a Cidadania sob a Ótica do Cinema, cujas mudanças visam a renovação da abordagem e metodologia dos temas sociais, privilegiando as demandas de conhecimento e a possibilidade de participação de convidados. Neste ano de 2025, optou-se pelo tema: "Contribuição acadêmica sobre as diferentes formas de violência ", que foi ao ar, nos meses de março a junho e agosto a novembro de 2025, gravado nos Estúdios FOA, sob a forma de podcasts, veiculados pela plataforma Spotify, sob o título: Escritório da Cidadania em Movimento.

Os objetivos e metas da ação de extensão tanto na formação do público, quanto na formação do estudante foram: provocar discussão crítica acerca de temas complexos e multifacetados; sensibilizar as pessoas sobre a gravidade e sobre as diversas formas de violência que existem; minimizar comportamentos sociais que reproduzam violência, iluminando as relações entre pessoas e grupos com reflexões comprometidas com valores de solidariedade e respeito; contribuir para ações que busquem uma mudança nas estruturas que promovem e perpetuam a violência; promover debate que auxilie na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e de respeito aos direitos humanos.

Promover uma visão crítica sobre a sociedade, permitindo que compreendam melhor as causas e consequências de diferentes tipos de violência foi o ápice do nosso objetivo. Para isso, contamos com a voz dos docentes do UniFOA, envolvidos em suas falas sobre o tema que aqui defendemos, a saber: professor Alessandro Orofino de Araújo, professor Alexis Aragão Couto, professora Daniele do Amaral Souza Cavaliere, professor Ailton da Silva Carvalho, professora Valquíria Jorge Sepp, professora Soraya Regina Ferreira, além da coautora professora Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara e esta que vos fala, professora Maria Cecilia Fontainha de Almeida Gama.

Quando as universidades promovem o debate sobre as diferentes formas de violência, elas tornam o tema acessível não só aos estudantes, mas a todos aqueles que podem usufruir das produções acadêmicas, via projetos de pesquisa

ou extensão, além de proporcionar estudos e ações que tenham impacto social. Isso pode promover uma mudança de mentalidade e de comportamento na sociedade como um todo. As pessoas podem começar a entender melhor as causas e consequências da violência e, com isso, colaborar para uma mudança cultural e comportamental.

Abordamos nesse contexto, juntamente com os docentes convidados ao programa, os conceitos e formas da violência em uma abordagem da saúde mental; a violência simbólica e suas expressões na sociedade contemporânea; a violência das fake news; o que é ética e os desafios da vida cotidiana; o Agosto Lilás e a violência contra a mulher; a violência contra a população LGBTQIAPN+; os desafios do envelhecimento e a violência contra a pessoa idosa e a violência contra a criança e o adolescente.

Debater sobre as diferentes formas de violência e dar ao tema a atenção necessária à sua complexidade e nuances, é razão suficiente pois a violência causa a fragilização dos vínculos sociais e comunitários, dos laços de confiança e cooperação entre as pessoas, afeta a qualidade de vida e a interação social. Não podemos normalizar ou naturalizar as experiências da violência, sob o risco de promover seu enraizamento e a destruição de patrimônios social, cultural e comunitário.

Ao compreendermos a violência podemos minimizar agravos em saúde – nas dimensões física e mental -permitindo relações sociais mais justas, humanas e seguras, pois o fenômeno multifacetado, se manifesta de diferentes maneiras em diferentes contextos, direcionando nossa sobrevivência em um mundo desigual e cheio de tensões.

Que esse trabalho sirva de incentivo a todos àqueles que dele tomarem conhecimento, tornando os seres humanos mais empáticos e voltados para o seu próximo, sua sociedade e para a vida que depende dessa empatia diante do seu semelhante.

1 CONCEITOS E FORMAS DA VIOLÊNCIA: UMA ABORDAGEM DA SAÚDE MENTAL

INTRODUÇÃO

Iniciamos hoje mais um ciclo de podcasts do Escritório da Cidadania em Movimento. Com o meu desejo de bom dia a todas as pessoas que nos ouvem nesse momento, espero que todas estejam bem e dispostas a refletir conosco sobre um tema desafiador, complexo e muito importante: a violência. Nossas reflexões destacarão a contribuição acadêmica no debate sobre as diferentes formas de violência, em um conjunto de podcasts produzidos pelo Escritório da Cidadania em Movimento, projeto por mim, professora doutora Daniele do Val e pela professora mestre Maria Cecilia Gama. Mas que também conta com os convidados especiais, como nosso convidado de hoje, professor mestre Alessandro Orofino de Araújo.

1.1 Conceitos e formas da violência

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

A discussão sobre a violência nos parece uma pauta cada vez mais presente em diferentes instituições, engendrada por distintos grupos sociais, que pensam, falam, trabalham agem sobre e experimentam a violência. São instituições de ensino, acadêmicas e escolas, organizações da sociedade civil -ONGS – institutos de pesquisa públicos ou privados, instituições governamentais no âmbito do executivo, do legislativo, do judiciário, as instituições de saúde, de assistência social, segurança pública, organizações internacionais como a ONU – Organização das Nações Unidas -, organizações religiosas, movimentos sociais, redes de comunicação, as mídias, as redes sociais, e aqui já temos uma primeira reflexão. Se a violência é discutida em toda parte e por tantas pessoas e instituições, é porque ela está presente na nossa vida, nosso cotidiano, nas nossas relações. Ela faz parte da nossa sociabilidade, está enraizada nas dinâmicas de poder, nas relações sociais e nas estruturas de organização das sociedades humanas. Mas o que é a violência? Quais os

tipos de violência? Por que ela ocorre? Como ela acontece? Qual a mensagem a violência quer passar?

Neste momento, o UniFOA quer oportunizar contribuições acadêmicas para o debate sobre a violência, compreendendo que a complexidade desse fenômeno multifacetado, não permite o esgotamento do assunto, tampouco delimitações conceituais estanques, mas requer retroalimentação constante dos aspectos que a constitui e a difundem, com destaque à forma como ela nos afeta.

Nesse contexto, urge nossa segunda reflexão: a violência é um fenômeno histórico. Sua compreensão deve considerar as temporalidades na história da humanidade, a cultura, a ética, os valores numa determinada sociedade.

Pensar sobre as expressões da violência na história, é um exercício que nos exige fôlego. Seus contornos, dinâmica e legitimação – vamos abrir um parêntesis – sim, a violência nem sempre foi vista como algo a ser enfrentado, mas sim, exercido – fecha o parêntesis -, a exemplo, a análise de Michel Foucault sobre a evolução dos sistemas de punição e controle social, em sua obra Vigiar e Punir- nascimento da prisão, ele faz ali referência ao tempo em que a violência visava não apenas punir, mas também afirmar a autoridade e o controle sobre os corpos dos indivíduos, em nome da ordem social. E também, as ideias de Max Weber, apresentadas na obra A política como vocação, onde ele explora a natureza do Estado com relação com o poder e a autoridade. Infere que o Estado é a única entidade que tem o direito legítimo de usar, a autorizar ou controlar a violência. Isto é, o Estado moderno teria o monopólio legítimo da violência.

A partir disso, damos contornos a uma terceira reflexão. O processo que provocou o redimensionamento da compreensão da violência nas sociedades contemporâneas, se estrutura nas transformações políticas, sociais e econômicas dos últimos séculos. E apesar de se manter presente, suas expressões e a maneira como é percebida e tratada pela sociedade mudaram. Isso significa que a violência atingiu novos campos em relação de poder e de controle dos territórios. Só pensar que com a emergência dos poderes paralelos, resguardadas as críticas que esse termo possa ter, poderes paralelos que seriam; tráfico de drogas, milícias, e ainda, a invisibilidade da violência nos mecanismos de manutenção da ordem, pois se no passado as formas de

violência eram evidentes para todos, hoje ela se manifesta de maneiras mais sutis e institucionalizadas, de tal forma que a sua presença não é imediatamente percebida como violência. Como exemplos, a violência estrutural, a violência simbólica, ou a violência de gênero.

A sociedade contemporânea promove também novas violências. Como a globalização e as tecnologias. Como a violência transnacional, terrorismo, tráfico de pessoas, as perseguições religiosas. E a violência digital, como cyberbullying. Aqui emerge uma quarta reflexão: será que quanto mais os povos se aproximam, se conhecem e interagem, mais podem experimentar a violência? Conflitos de ideias, de culturas, de identidade, geram xenofobismo, racismo, etnocentrismo. Será que a ideia do conhecer para respeitar vem se tornando a ideia de que se eu conhecer vou refutar? Precisamos considerar ainda, entre aspas, a liberdade de expressão das redes sociais. Falamos o que queremos e o que avaliamos ter sentido. Como se a nossa verdade fosse a verdade do outro. Todos se expõem, todos julgam, são julgados. Mas também há o receio em passar pelo crivo do que é certo, do que é errado, da aprovação ou reprovação. O que também faz com que as pessoas se calem, se omitam. Medo de falar, do que falar. Na sociedade de hoje a valoração dos comportamentos, de forma continuada, indiscriminada, onde todos se colocam no lugar de ditar o que os outros devem ou deveriam fazer. Estando na casa um dos outros sem termos sido, necessariamente, convidados. Basta nos conectarmos. E ai surgem comparações, questionamentos, competitividade e estamos a um passo de nos expressarmos com violência, inclusive com suicídios.

E a violência vivida diariamente pelas pessoas, famílias e grupos. É uma violência que se expressa na subtração dos bens materiais, como furtos, roubos. Na subtração de vidas, os homicídios, os feminicídios. Na desqualificação, objetificação dos sujeitos, o assédio moral, o assédio sexual, os estupros, a exploração do trabalho infantil, o trabalho análogo à escravidão. No medo social que paira no nosso direito de ir e vir, criminalidade urbana, violência sexual. Seria o medo também uma violência? Luzia Fátima Baierl, assistente social e professor em São Paulo, em seu livro Medo social: da violência visível ao invisível da violência, infere que o medo tem sido utilizado como estratégia de manipulação para subjugar, controlar, escravizar e dominar pessoas.

Compartilho então uma quinta reflexão. Viver com medo é uma violência. Afinal, como essa mesma autora nos diz, o medo é um sentimento que nos alerta aos riscos que podemos viver, sejam reais, imaginários, ou em potencial. E se o medo é socialmente construído, socialmente produzido, reproduzi o questionamento da autora: qual o uso que se faz desse medo? E acrescento: a quem o medo interessa? Não temos tempo de sonhar, de projetar o futuro. Tudo acontece tão rápido, tudo tão efêmero e volátil, que somos um constante agir, robotizados e amedrontados por não conseguirmos atingir os objetivos, que não necessariamente conseguimos delimitar como nosso. Marilena Chauí nos provoca a entender a violência como tudo aquilo que nos desumaniza. E a violência como instrumento de poder atinge corpos, atinge almas. Li uma vez, não recordo o autor e sua produção, mas foi uma leitura acadêmica, cuja frase me marcou: "a violência não busca atingir somente o corpo, mas a alma". Pode ter sido Walter Benjamin ou Adolfo Sanchez Vasques. Mas guardei e sempre uso essa frase para as minhas reflexões sobre a violência, afinal, corpos podem ser controlados, mas o pensamento, não. Talvez em alguns casos, corpos possam ser tratados e a destruição sofria, moldada por cirurgias plásticas, mas a alma ferida não cicatriza. E mesmo que sigamos em frente a violência na alma nos acompanha.

Apresento então uma sexta reflexão, inspirada em Heleieth Saffioti e Sueli Almeida. A primeira, professora e socióloga e a segunda, professora e assistente social, ambas in memoriam. Elas tratam da violência de gênero e afirmam que a prática da violência não é somente resultado da cólera reprimida, é também fruto do medo permanente cultivado na impotência. Com isso, a violência perpassa cada poro do tecido social. Entendo assim que a violência é expressão de poder e impotência. E neste cenário, a dicotomia vítima e algoz nos provoca ao reconhecimento de que todos nós somos vítimas, pois o dito algoz é também vítima da própria violência que produz. A violência se infiltra no nosso cotidiano, naturalizando comportamentos e formatando pensamentos .

Em uma sociedade onde a violência é rotina, onde fica a nossa humanidade? Refém da barbárie, como criticamente nos faz refletir Eric Hobsbawm, ao tratar do paradoxo do desenvolvimento e a continuidade de nossa imersão em relações de violência ou refém da banalidade do mal, como brilhantemente nos provoca a pensar Hannah Arendt, ao discutir sobre a naturalização das

atitudes humanas, desprovidas de reflexão crítica e questionamento sobre a consequência de seus atos? Arrisco uma consideração, a de que vivemos numa sociedade adoecida pela violência. Não na perspectiva dorcaniana da alumia, é uma leitura sociológica, mas não consensual. Vivemos numa sociedade que se retroalimenta da violência e enfraquece a alma das pessoas.

Contudo, quero finalizar essa introdução do nosso podcast com uma sétima reflexão. Poderíamos dizer que, paradoxalmente, a experiência da violência ao mesmo tempo que nos desumaniza pode nos humanizar? Isso nos motiva a uma reflexão contínua sobre o tema da violência, na medida que pode gerar novas reflexões e ações que nos ajudem a criar mecanismos de proteção, defesa e solidariedade. Uma força transformadora que altere as condições materiais e sociais da violência.

E para continuarmos nossas reflexões passo a palavra para os outros dois colaboradores de hoje. Professora Maria Cecilia, que trará uma abordagem histórico filosófica do conceito de violência e o Professor Orofino, que procederá com uma abordagem da violência na perspectiva da saúde mental. Obrigada pela presença de ambos e passo a palavra agora para a professora Maria Cecilia.

1.2 Violência e filosofia: complexidade de seus conceitos em Hannah Arendt

Maria Cecilia Fontainha de Almeida Gama

Obrigada, Daniele. Bom dia a todos. Bom dia, Alessandro, obrigada por ter aceito o nosso convite para abrilhantar aqui o nosso primeiro podcast sobre a violência, e ao Hudson que está aí no controle dos nossos podcasts sempre.

Vamos falar hoje a respeito da violência e a filosofia. Principalmente na complexidade de seus conceitos em Hannah Arendt, aqui já falada e descrita pela minha colega Daniele.

O conceito de violência é ambíguo, complexo, implica vários elementos e posições teóricas e variadas maneiras de solução ou eliminação. As formas de violência são tão numerosas, que é difícil elencá-las de modo satisfatório.

A origem do termo violência vem do latim, violentia, e expressa o ato de violar outrem ou de se violar. Indica algo fora do estado natural, ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos: como ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos: humilhações, ameaças, ofensas.

A violência pode ser natural ou artificial. No primeiro caso, ninguém está livre da violência, ela é própria de todos os seres humanos. No segundo caso, a violência é geralmente um excesso de força de uns sobre outros. Violência é o que se exerce com força contra um obstáculo. Daí o comportamento de uma pessoa contra uma outra que ela considera como um obstáculo à realização de seu desejo.

A violência levanta um problema para a filosofia na medida em que nega a consciência e portanto o próprio poder de filosofar. Por isso é concebida alternadamente como de origem puramente natural (Hobbes, Nietzsche), ou como proveniente de uma vida social mal organizada (Rousseau, Proudhon, Stirner). Daí igualmente a ambiguidade do ponto de vista moral a seu respeito: é rejeitada como opressão e ausência de direito (Rousseau), ou suas virtudes libertadoras são exaltadas, quando se a apresenta como uma resposta a uma violência sempre anterior (Marx). Mas na atualidade, refere-se à natureza sem regras.

Cabe à filosofia, de modo especial à ética, refletir sobre suas origens, a natureza e as consequências morais e materiais. Dito de modo mais filosófico, a prática da violência expressa atos contrários à liberdade e à vontade de alguém e reside nisso sua dimensão moral e ética.

Essas características gerais do conceito de violência variam no tempo e no espaço, segundo os padrões culturais de cada grupo ou época, e são ilustradas pelas dificuldades semânticas do conceito.

Alguns exemplos são claros. A realidade social e histórica do casamento da mulher que, às vezes, em determinada sociedade, é submetida a imposições, que outra sociedade considera inadequadas. A pena de morte, legal ou ilegal, mas sempre implicando um sentido ético para quem quer examinar sua existência de forma radical. Enfim, muitos outros exemplos apontam as relações entre a violência com a ordem social e cultural e a ordem legal ou simplesmente com a consciência moral dos indivíduos.

As ciências partem de diferentes definições de violência, a partir do objeto e do método de sua investigação. Nesse sentido, a violência pode ser descrita, analisada e interpretada pela sociologia, antropologia, biologia, psicologia, psicanálise, teologia e filosofia e pelo direito. Por isso, o estudo filosófico tem a tarefa de problematizar o conceito, reformular as perguntas sobre a violência, a partir de uma visão ampla, que envolve aspectos metafísicos, epistemológicos (estudos do conhecimento) e éticos.

Quanto às relações entre ética e violência, pode-se observar posições diferentes. Alguns opõem ética e violência, distinguem completamente os dois campos. Outros apresentam a violência como uma dimensão ética, afirmando que a violência implica a intenção de praticar o ato violento. Igualmente, é necessário considerar que o termo violência atualmente está na ordem do dia: na mídia, nas ruas e na internet. O senso comum refere-se a ele de modo simplificado e parcial. Mas é preciso examinar as condições de seu uso.

Quando questionado sob o ponto de vista ético, pode-se distinguir entre a violência possível e a necessária, entre os comportamentos aceitos e não aceitos socialmente; entre a violência legal e aquela que provoca o mal, a humilhação; entre a violência natural e aquela que impõe dor e sofrimento evitáveis. Essas classificações têm apenas o objetivo de esclarecer o conceito.

Desde Platão até Marx, passando por Aristóteles, Hobbes, Locke, Rousseau, Kant, Nietzsche, Russel e outros podem ser pensados, às vezes, como defensores de uma violência subjetiva invisível. É possível examinar situações familiares ou não, que dão origem à violência, apontar determinados acontecimentos ou reações ou, ainda, falta de apoio.

Enfim, qualquer revolta ou confronto social pode dar origem à violência. Entretanto, sob a perspectiva ética e epistemológica, é possível indagar sobre as condições que levam alguém a reagir de modo violento, saber o quanto isso depende ou não de aspectos biológicos ou do grau de civilização dos indivíduos envolvidos e especialmente da vontade e da liberdade das pessoas.

Slavoj Zizek, filósofo esloveno, nascido na antiga Iugoslávia, nos diz que há uma violência objetiva, resultante do sistema capitalista, mas que a violência subjetiva e simbólica, defendida por Pierre Bourdieu, é mais importante e parece apontar a questão da violência como resultado da

sociabilidade humana, ou melhor, das relações conflitantes de classe. Zizek critica, por exemplo, o conceito de tolerância, considerado por alguns como uma das virtudes éticas da contemporaneidade. Para ele é uma espécie de violência, de elogio à violência invisível.

Pode-se procurar as origens da violência, no sentido filosófico, nos mitos de um povo. No Brasil, o caso exemplar é o chamado processo de democracia racial e na ideia, mal interpretada, do conceito de cordialidade do brasileiro, no mito da não violência brasileira. Esse discurso esconde uma sutil modalidade de violência, apresentada como um pressuposto positivo de convívio social, quando de fato, isso dá origem a formas de violência reais.

Além do conceito de violência, há o problema das formas de violência. O conceito de violência é tão amplo que dificilmente as classificações abrangem todas as formas. Entre as formas de violência, é possível mencionar a violência provocada e a gratuita, a real e a simbólica, a sistemática e a não sistemática, a objetiva e a subjetiva, a legitimada e a ilegitimada, a permanente e a transitória. Na realidade, essa relação apenas tem um objetivo didático, isto é, a possibilidade de ver melhor o fenômeno. Assim, temos a guerra, a revolução, o terrorismo, o genocídio, o assassinato, o crime organizado, a violência urbana, a violência contra a criança, contra o adolescente, contra a mulher; o estupro, o assédio sexual, o bullying, o vandalismo. Também podemos acrescentar a corrupção como forma de violência e seus derivados como nepotismo, propina, extorsão, tráfico de influência e outras modalidades.

As teorias da violência são necessárias para descrever, analisar e interpretar o fenômeno da violência. Essas teorias podem ser científicas, filosóficas ou místicas. As científicas são inúmeras e são mencionadas, entre outras, as teorias sociológicas, psicológicas, psicanalíticas, biológicas, jurídicas e feministas. Há as teorias psicofísicas, que afirmam que substâncias químicas ou elementos psicológicos drogas, punições, ódio, stress estão na origem da violência. Nesse campo, dezenas de teorias específicas podem descrever e analisar a origem e as situações de violência.

Hannah Arendt (1906 -Alemanha/1975-Nova York) filósofa política, alemã de origem judaica, uma das mais influentes do século XX.

Hannah Arendt, no texto Sobre a Violência, nos diz que a ciência política, até pouco tempo, não distinguia palavras-chave como: poder, força, vigor, autoridade e violência. Arendt afirma que a violência se distingue por seu caráter instrumental.

O poder pertence ao grupo e só existe na medida em que o grupo está unido. O vigor é individual, é propriedade de um objeto ou pessoa, pertence ao seu caráter, pode provar-se a si mesmo na relação com outros. A força, na linguagem comum, caracteriza a violência, mas ela deveria indicar as forças da natureza ou das circunstâncias. A autoridade aponta para postos de hierarquia, para aqueles que mandam e aqueles que obedecem. Assim, para Arendt, a violência está próxima do vigor, pois os implementos da violência são planejados e usados com o objetivo de multiplicar o vigor natural.

O significado do termo poder foi confirmado pela tradição judaico cristã e pela concepção imperativa d Direito, apesar de outra tradição não relacionar poder e Direito, mas autoridade e obediência.

Arendt resume a forma extrema de poder "todos contra um" e extrema de violência "uma contra todos".

A partir disso, mostra que a ciência política precisa distinguir entre poder, força, vigor, autoridade e violência. Esta última tem relação com esses conceitos, mas não é necessariamente sinônimo. É óbvio que existe relação entre violência, poder e autoridade, mas isso não nos permite concluir que sejam a mesma coisa.

Pode-se igualar poder e violência, pode-se apresentar "a violência como última opção para que a estrutura de poder seja mantida", pode-se sugerir que a "violência é um pré-requisito do poder"; entretanto, há um "vácuo entre teoria e realidade", por isso, é melhor ilustrar o assunto com o exemplo da revolução. Tudo depende do "poder atrás da violência".

Para Arendt, não existe um governo exclusivamente baseado nos instrumentos da violência. Mesmo os governos totalitários, que usam a tortura, precisam de uma base de poder, de polícia secreta e de informantes. Nesse sentido, os violentos precisam da colaboração de outros para alcançar seus objetivos.

"A violência é por natureza instrumental; como todos os meios está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca." O poder não precisa de justificativas, de legitimidade. A legitimidade, "baseia-se em um apelo ao passado, enquanto a justificativa diz respeito a um fim que se encontra no futuro." Ninguém questiona o uso da violência em legitima defesa, pois o perigo é não apenas nítido como também presente, e o fim que justifica os meios é imediato". O poder e a violência, embora fenômenos distintos, apresentam-se juntos. Onde se combinam, o poder é fundamental e predominante. A violência tende a destruir o poder e da violência jamais florescerá o poder.

Arendt distingue terror e violência. Ela distingue entre o domínio totalitário, baseado no terror, e as tiranias e ditaduras, impostas pela violência. A primeira, volta-se não apenas contra seus inimigos, mas também contra os amigos e correligionários, pois teme todo poder, até mesmo o poder dos amigos. "O clímax do terror é alcançado quando o estado policial começa a devorar os seus próprios filhos, quando o carrasco de ontem torna-se a vítima de hoje." A violência aparece onde o poder está em perigo. Por isso, a não violência não é o oposto da violência.

Ainda, para Arendt, dizer que a violência se origina do ódio é um lugar comum. Mas, o ódio é irracional e patológico, não é uma reação automática à miséria e ao sofrimento. Ninguém reage com ódio a uma doença incurável, a um terremoto ou a condições sociais imutáveis. O ódio só surge onde há razões para suspeitar que as condições podem ser mudadas. Só reagimos quando o senso de justiça for ofendido.

Mas, para Arendt, nada é mais perigoso do que a tradição do pensamento orgânico na política, em que poder e violência são interpretados como um acordo biológico. Metáforas orgânicas como "uma sociedade enferma" promovem a violência. A violência coletiva é vista como pressuposto para a vida coletiva da humanidade. As metáforas são perigosas quando envolvem o problema racial. O racismo é violento por definição. O racismo não é um fato de vida, mas "uma ideologia". Deste modo, Arendt oferece um conjunto de conceitos e enunciados sobre a violência, os quais exigem do leitor análises e reflexões detalhadas.

"A prática da violência muda o mundo", ela também diz, "mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento".

Sem dúvida, o texto dela sobre a violência aponta implicações morais e éticas, além das sociais e políticas, que o tornam merecedor, entre outros textos, de estudo e análise. Muito obrigada.

PRIMEIRO APARTE
Daniele do Val

A gente percebe que a violência como um fenômeno social e histórico é, na verdade, um pilar estruturante da dinâmica societária e a forma como essa violência atinge as pessoas, os grupos, a comunidade, e organiza uma vida social, uma vida política de um determinado local, de um determinado território, de um determinado país, isso pode ser traduzido em experiências que afetam o sujeito, que afetam o cidadão, para a sua sobrevivência do dia a dia. Eu acho que essas reflexões iniciais que eu e a professora Cecilia trouxemos, elas dão a base para o professor Orofino poder dissertar um pouco, a partir da sua abordagem da saúde mental. Porque quando a gente fala dessa sociedade que está adoecendo, fiz a referência na perspectiva das pessoas, dos sujeitos estarem ali cada vez mais feridos, e por conta disso não conseguindo desenvolver as suas potencialidades. Não é à toa que temos ai um conjunto de doenças, que hoje aparece nas nossas vidas, depressão, síndrome do pânico, ansiedade, enfim. Acho que hoje teremos uma contribuição importante do professor Orofino, para dar continuidade às nossas reflexões sobre a violência, pensando nessa perspectiva de como ela nos afeta e como se pode fazer para conseguir enfrentar esses desafios que nos são impostos diariamente. A palavra está contigo, professor.

1.3 Os impactos emocionais da violência

Alessandro Orofino de Araújo

É um tema tão fascinante e ao mesmo tempo tão impactante, ao mesmo tempo tão emocionante e ao mesmo tempo tão trágico, todas essas questões da violência. Na realidade a violência, se a gente fosse continuar aqui, minhas colegas professoras, seria quase um MBA, para a gente discutir a questão da violência, dos direitos humanos, a questão da psiquê, da saúde mental.

Eu queria primeiro assim agradecer comovido ao convite que me foi concedido. Agradecer ao nosso Dr. Eduardo Prado, presidente da Fundação Oswaldo Aranha, que me permitiu um tempo lá da assessoria da presidência para estar aqui com vocês. Ao nosso líder, Dario, que também faz um trabalho brilhante no Escritório da Cidadania. A vocês, minhas colegas professoras pelo texto espetacular que vocês fizeram e as provocações e as reflexões, que ambas as falas me trouxeram neste momento.

Então, assim, eu estou muito inquieto aqui no meu canto para poder contribuir, e ao mesmo tempo, tentando colocar leveza num peso dramático até. E eu vou dizer porque é dramático. Se a gente for pegar aqui o Rumi, poeta sufi espetacular, ele fala que "toda ferida é onde chega a luz". Então temos que fazer chegar a luz nesse tema. De alguma maneira, essa cicatriz que está doendo, ela tem que ser jogada algum tipo de luz dentro dela. Ou uma luz através da etimologia, do conhecimento, através do serviço social, da educação, da espiritualidade, da saúde mental. A luz tem que entrar na questão da violência, até porque, precisamos entender um pouquinho, antes de falar da violência e da saúde mental, o mundo que a gente está agora.

O Jorge Forbes, psicanalista amigo meu, de São Paulo, e que tem um trabalho espetacular onde ele fala da questão da saúde mental e psicanálise na sociedade, fala que vivemos hoje a terra dois. A terra dois é o seguinte: é um novo mundo diferentemente da terra um. Vou tentar contextualizar isso um pouco. Nos relacionamos diferente, as empresas se relacionam diferente com a gente, a educação mudou, é uma terra dois, um novo mundo, porém com os problemas e as dramaticidades do antigo mundo. Vivemos uma era hoje de hiper digitalização, o que gera mais frenesi, o que gera mais ansiedade. Nós vivemos hoje uma época de velocidade das mudanças que isso gera, também, inquietude e insegurança. Mas ao mesmo tempo, reparem que vivemos num mundo tão fascinante e os problemas do antigo mundo ainda permanecem. Vou trazer aqui um dado dramático: a cada 17 horas ocorre uma violência séria contra a mulher no Brasil. Em dois anos aumentou 13% o número de casos de feminicídio. É uma violência dramática, até porque o machismo excessivo é uma doença. Então, se vermos assim, pelo lado da mulher que sofre violência constantemente; pelo preconceito religioso, que lá no Rio de Janeiro, por exemplo, dependendo da situação e do bairro onde você esteja andando com uma roupa específica de

uma religião afro-brasileira, você pode sofrer uma violência, não só verbal, mas física e de ataque de pedras. Ou então, um adentramento num templo religioso na destruição lá e faltando até com o respeito com a religião, A,B ou C.

Você tem a violência ainda muito forte em relação à mulher, e olha que é um homem aqui falando, ao lado de duas doutoras, numa universidade. Temos o feminicídio muito violento, temos o preconceito religioso muito violento, que gera realmente muita agressividade e muitos problemas. Você tem a violência no ambiente corporativo, por meio da agressividade de um líder para o colaborador, que gera afastamentos, síndrome de burnout, gera uma série de problemas dentro do ambiente corporativo e não é à toa que o afastamento previdenciário hoje, não é porque caiu o martelo na cabeça do sujeito, o líder do afastamento previdenciário hoje é depressão, ansiedade, e até a violência da agressividade, numa cultura organizacional que limita a pessoa e torna a existência da pessoa infeliz. Isso já é uma tragédia. Isso já é uma violência. Repara que, para onde estamos caminhando aqui nesse meu voo panorâmico, minhas colegas professoras, começando pelo feminicídio, pelo preconceito religioso, pelo ambiente corporativo ruim, faz com que a violência ainda se manifeste com muita propriedade. Até porque, a Revista Forbes, que é uma

Eu tenho uma vantagem e uma desvantagem de estar aqui com vocês. A desvantagem é porque, eu me sinto até pequeno perante a competência e a sabedoria de vocês duas, mas a vantagem que eu tenho é porque eu tenho uma formação na psicanálise e na saúde mental pelo Einstein e ao mesmo tempo ser um gestor na área da administração, eu consigo entender, eu consigo ver a situação de uma maneira muito holística, mas ao mesmo tempo muito dramática e que me deixa muito inquieto.

Então, abrir, abre hoje a sequência dos temas que nós vamos ver aqui, pelo trabalho que vocês estão fazendo, abrir os temas através da violência, é para realmente para a gente parar e refletir.

E a violência gera perda do tecido social, que a partir do momento que você sai de casa, no Rio de Janeiro, por exemplo, e nas grandes capitais, dependendo do grau da violência, você vai sair para comprar um pão ou um café na padaria e você pode tomar um tiro. É uma violência também. Então, o tecido social já se rompe. A violência que você colocou no texto ai, professora, tem a ver

também com o rompimento do tecido social. A gente não tem a tranquilidade e a serenidade, e ai não há saúde mental que dê jeito. Não é à toa que somos os líderes mundiais da ansiedade e da depressão, no Brasil, a partir do momento que você já é submetido a um estresse constante ao simplesmente sair de casa para comprar um pão e voltar, porque você não sabe o que vai acontecer na rua.

A violência, por exemplo, em algumas áreas onde a pessoa chega atrasada no trabalho porque não consegue sair de casa, porque está tendo o quê? Violência. Tiroteio e etc... Há violência também e ai eu estava falando das minhas desvantagens e vantagens, enfim, na questão por eu ser administrador, eu tenho acesso a alguns dados da área de gestão onde o maior problema das empresas no mundo hoje, ainda é a comunicação agressiva, ou a falta de comunicação, o que gera os estudos do Marshall, um baita de um escritor, autor, que fala sobre a comunicação não violenta, para tentar minimizar a violência que existe na relação entre as pessoas.

E o Covid 19, também, que é um marco que ainda gera impactos em todos nós, principalmente na nossa saúde mental, levantou uma série de questões, por exemplo: a violência entre casais, porque as pessoas, no Covid 19, foram obrigadas a conviver 24 horas dentro do mesmo teto. Muitos divórcios e separações ocorreram. Fui mais esperto, me divorciei em janeiro e o Covid 19 chegou em abril. O que acontece é que, eu não poderia deixar de brincar aqui um pouquinho, é que essa situação também o Covid 19 jogou ai no contexto, onde a violência passou a existir, de fato, e cada vez mais agressiva, e é redundante. Porque há violências que não são necessariamente agressivas, há violência, por exemplo, numa postura, numa comunicação, nas redes sociais, também, uma frase que te impacta, você tenta começar um diálogo com outra pessoa e você é atingido. Há violência no olhar, na postura. A violência me parece algo de uma barbárie humana, que infelizmente faz parte da nossa história. Não é à toa que no século XX tivemos dois grandes conflitos mundiais, e temos hoje vários conflitos no mundo inteiro, na Rússia, na Ucrânia, em várias partes do mundo e as pessoas estão em casa vendo televisão e comentando aquele conflito na Globo News ou em outro canal, onde o mundo está pegando fogo, onde a violência está no nosso vizinho, e ela continua e isso também nos atinge.

E evidentemente, todo esse pano de fundo, minhas colegas e amigas professoras, que eu estou colocando aqui, é para dizer que nós ainda

precisamos ter uma educação muito forte em relação às questões da violência, do entendimento não só as causas, mas as consequências e como é que a gente pode conviver num mundo que ainda é profundamente violento. Porque a partir do momento que existe um preconceito sexual agressivo, a partir do momento que existe ainda no século XXI um feminicídio, em 17 em 17 horas, são dados que foram pesquisados. Há uma violência agressiva ou morte em relação à mulher, significa que a sociedade precisa ter um freio de alguma ação, através da educação, através de podcasts como esse, através de cursos, para tentar entender o que que nos leva a essa violência, e como é que a gente pode gerenciar ela melhor. Acho que seria utópico dizer que amanhã ela vai diminuir ou desaparecer, porque o ser humano, a história do ser humano é uma história agressiva e violenta. De fato. De conquista e etc.. Os próprios modelos de capitais, adentrando ai sem querer fazer uma discussão profunda em relação a isso, muitas vezes o capitalismo ele passa a gerar uma atividade de muita agressividade, muita conquista de territórios, que muitas vezes podem passar por serem violentos.

É uma discussão muito ampla. É uma discussão necessária. Profundamente pós moderna e muito rica a gente estar trazendo o tema da violência aqui e como isso afeta o emocional do indivíduo. Isso tem que deixar claro. O nosso emocional está muito fragilizado, do Covid 19 para cá, foram questões que não foram resolvidas antes do Covid 19 porque é só você olhar na rua o número de farmácias e instituições religiosas. O ser humano já estava doente do corpo e da alma antes do Covid 19.

Então, a violência ainda permanece, a violência é algo a ser trabalhado e discutido nas instituições de ensino e não é à toa que os escritórios de advocacia estão reunidos nesse momento, com certeza, discutindo violência. Os consultórios de psicanálise e de psicologia estão reunidos agora, neste momento, atendendo pessoas que estão passando por algum problema de violência. Nas salas de aula, no mundo inteiro, a violência ainda está sendo discutida, ou seja, da ONU a uma escola do interior do Brasil, a violência ainda é comentada.

A questão é: como ela nos afeta? Ela nos afeta profundamente. É isso. Fiz uma pequena fala ai para a gente continuar o nosso papo aqui, ouvindo vocês e trocando figurinha.

SEGUNDO APARTE
Daniele do Val

É professor, eu acho que você traz elementos importantes, porque se a gente pensa essa afetação diária, acho que tem vários exemplos que a gente pode trazer. Quando você sinaliza essa questão do funcionário que chega atrasado porque não consegue sair de casa. Eu fiquei pensando assim, até mesmo aqui na nossa estimada instituição de ensino, que tanto o docente quanto o discente pegam a Dutra para poder chegar aqui, grande parte do nosso público é a Dutra com essas obras, com acidentes praticamente diários. O desgaste com o qual você chega já na sua sala de aula, independentemente de ser docente ou discente, ou algum outro colaborador, depois de ter pego de uma a três horas no trânsito. Pensamos o exemplo que você traz do Rio de Janeiro, eu, como assistente social, trabalhadora do SUAS – Sistema Único de Assistência Social na Prefeitura do Rio, hoje, eu também ocupo um lugar, eu não sou gestora, sou técnica, mas trabalho na gestão, e talvez hoje eu não tenha mais aquele acesso diário às visitas domiciliares que tradicionalmente é um instrumento utilizado pelo assistente social, mas ainda faço visitas, mas eu tenho ali os meus colegas que, diariamente, estão ali adentrando as comunidades, para realizar um visita e eu já passei por isso também de repente ter um tiroteio e você vai para debaixo da cama da casa da pessoa, tenta ir para atrás da porta e quando você sai e vai descer a comunidade, você se depara com corpos. E ai a gente pensa: quem cuida de quem cuida? Quem cuida desse profissional que também está ali sendo afetado diretamente pela violência? Por vezes, os profissionais que estão nesse campo da psicologia, do serviço social, são esses profissionais que estão ali na linha de frente no atendimento a pessoas que são vítimas de violência. E a gente também precisa ter esse preparo. Sua fala provoca tantas reflexões que eu queria destacar essa que tem a ver com a profissão, porque estamos falando justamente hoje de um lugar, que é o lugar da academia, que a gente forma esses discentes, para exercerem profissões que vão lidar com violências.

APARTES DOS PARTICIPANTES

Professor Orofino

— Vou pegar o gancho aqui. O Covid 19, que foi uma doença maluca que veio e a gente não sabia onde pegava; se pegava em casa, se pegava na rua. Os profissionais de saúde ficaram afetados numa doença que foi violenta para eles. Então têm muitos profissionais de saúde que pediram afastamento do trabalho e não voltaram até hoje. Têm muitos profissionais na área médica, clínica, enfermeiros, que não aguentaram aquela violência de um vírus que adentrou e mudou a relação deles com a própria profissão. Então, quando você fala em profissão, é interessante qual é o equilíbrio emocional que a gente vai estar formando essas pessoas para enfrentar as mudanças drásticas do mundo, por exemplo. Quando há uma violência climática lá no Rio Grande do Sul, o clima foi violento, o clima foi agressivo. Uma chuva violenta, um vento violento. A violência, repare, para onde a gente está falando aqui, a gente está indo para educação, gestão, psicanálise, serviço social, para o clima. A violência é um gatilho de pioria da saúde mental. Deixar claro que vivemos hoje uma pandemia nova. É a pandemia da saúde mental ou a falta dela. É uma nova pandemia que afeta a todos nós e a violência passa a ser um gatilho que joga um tempero ruim no molho.

Daniele do Val

— Não é à toa que tem mudanças na NR1 - Norma Regulamentadora nº 1

Professor Orofino

— A NR01[1] é uma determinação de que as empresas agora são – obrigadas (é uma palavra complicada) – determinadas a realizar um programa específico de apoio de saúde mental. Não confundir com o time da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio – é necessária e obrigatória a décadas no Brasil. Não é só realizar palestras uma vez na vida outra na morte. Tem CIPA que os funcionários vão quase obrigados. Semana CIPA para tudo e uns vão outros não vão. A NR01 determina e provoca e estipula e a empresa vai ter uma flexibilidade para poder mostrar isso. Vai ter que mostrar evidências diárias, semanais,

1 NR 1 é a regra geral do Ministério do Trabalho e Emprego que define as diretrizes de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) no Brasil, servindo como base para todas as outras normas da área

semestrais, de um planejamento de acolhimento às pessoas com questões de saúde mental. Vou dar três exemplos aqui. Uma roda de conversa com os colaboradores, para falar sobre saúde mental; para provocar as pessoas a falarem mais sobre saúde mental através de estímulos; intranets onde a empresa vai ter um canal de comunicação específico para falar sobre a questão da saúde mental. Não é só reclamar que um cliente tratou mal, é o colaborador falar: "eu estou passando mal, eu não estou bem, então alguém tem que me ouvir". Isso ainda está muito novo, o prazo é agora maio para começar a valer, daqui a 40 dias, onde as empresas vão ter que criar planos de conscientização e de acolhimento e de um trabalho estratégico em relação à saúde mental. E o RH das empresas vai ter um papel fundamental para promover isso.

Maria Cecilia Gama

— A minha parte me fez lembrar junto com a do professor Orofino e junto com a sua, Platão e seu Pharmacon. E do que a palavra pode fazer de bem, de mal e de camuflagem.

Daniele do Val

— Que lembrança boa hein Cecilia.

Maria Cecilia Gama

— E em relação a esse problema da violência da saúde mental. Platão no seu Pharmacon nos diz que a palavra pode ser positiva, e isso já nos dizia Sócrates não é? "Quando você não tiver nada bom para falar, cale-se e escute". Então, porque? Uma palavra boa, a pessoa, às vezes, naquele dia não está bem, mas ela encontra alguém que lhe dá um afago, uma palavra alegre, um ânimo, já muda aqui no mental o agir da pessoa. Ela já se sente "poxa, alguém me viu". Porque as pessoas passam umas pelas outras e não as enxergam. Não veem, não leem o outro. Outra coisa da palavra, ela pode ser veneno. Você destrói a pessoa. Tive uma colega de faculdade, destruída no primário quando a professora disse que ela era burra demais para apresentar qualquer coisa. Ela nunca conseguiu apresentar nada. Nós a colocávamos sempre segurando um cartaz, para ela não ter que falar. Professora, hoje em dia, aposentada, foi professora da rede pública de Volta Redonda a vida inteira, mas tinha uma dificuldade imensa na faculdade, ela

não apresentava nada. Aquilo ficou para sempre. O burnout que a gente vê em ambiente de trabalho vemos as pessoas excessivamente estressadas. Porque já entram ali estressadas. Já saem de casa estressadas, já saem com medo. Você sabe que sai, mas não sabe se volta. Nós vivemos num mundo, que para mim está camuflado, que é a terceira parte do Pharmacon. Muito engraçadinho, muita rede social, muita coisa bonitinha, muita gente que diz "faço isso, faço aquilo e aquilo outro", e outro que diz "olha, você também pode", muita autoajuda, e como diz o meu amigo Karnal, "autoajuda só ajuda àquele que o faz". Porque aquele que o faz está vendendo seu livro de autoajuda. A você não lhe ajuda nada. Porque se você vai seguir aquilo, não vai te tirar do Serasa, do teu problema, não vai ficar bom de saúde, nada disso vai acontecer com a autoajuda. O que vai acontecer é que nós estamos num momento extremamente egoísta da humanidade. Eu achei, na minha maneira de ser, que o Covid 19 aproximaria as pessoas. Porque logo no início, tinha aqueles jovens que ajudavam os velhinhos do prédio. Oh, você precisa de alguma coisa da padaria? A pessoa entreabria a porta com medo, e ele continuava, eu vou lá para a senhora. Eu falei, poxa que coisa bacana vai ser. As pessoas vão dar um pouco de si. Vão ver que a gente está aqui para se doar. Nossa missão na terra é se doar, não é outra coisa. Não é pegar. Porque é se doando que se consegue receber. Porque é dando que se recebe, mestre Jesus já dizia isso. Mas não aconteceu nada disso. Pelo contrário. As pessoas se transformaram num poço de egoísmo. Só têm um pensamento: só pensam em si. Não que a gente não deva, lógico que se a gente não está bem, não se tem condição de ajudar ninguém. Primeiro tem que se cuidar evidentemente. Mas eu acho um pouco de exagero essa coisa de você não poder mais chamar a atenção de uma criança, não pode mais educar, na realidade, porque tudo não pode fazer e nada não pode acontecer. E isso também é uma forma de violência, porque você está jogando no mundo pessoas despreparadas para esse mundo. Enquanto estiverem sob a asa do pai e da mãe, ou de uma escola que é inclusiva, que abraça etc.. e tal, beleza. Mas quando forem lá para o mundo? Como que vai saber lidar com toda essa violência camuflada, essa violência escondida, essa violência sutil, que está num olhar, que este numa palavra, que está numa falta de. É sempre falta de alguma coisa. Você passa pela pessoa, a pessoa espera que você dê um sorriso e você finge que não a vê. Aquilo mata. Você não sabe como a pessoa está. Às vezes é a única coisa que ela precisava naquele dia era do seu sorriso e seu bom dia e você não fez.

Professor Orofino

— Na realidade, o Covid 19 foi uma grande oportunidade, um grande freio de arrumação. Algumas pessoas saíram melhores, outras saíram muito piores. As empresas avançaram muito tecnologicamente, uma série de situações do Covid 19. A medicina teve que se organizar em muitos aspectos com estudos até hoje, mas o freio de arrumação é complexo até hoje. Os gatilhos, segundo a psicologia simbólica, o que se está vivendo e o que está acontecendo é porque as sombras estão muito mais presentes. Jogou muita sombra nessa história toda. O que é dramático é porque os gatilhos nossos de fomento são gatilhos - pegando os gregos – muito mais espartanos do que helênicos. Espartanos era a sociedade agressiva, soldados, se o bebê nascesse com defeito era morto, conquista, luta. A sociedade helênica a filosófica, colaborativa, idealista. Pode olhar, que o fomento geral é muito mais espartano e muito menos helênico. É muito mais de agressividade ainda, de mim contra e não eu com, que é muito diferente. Tive uma oportunidade, há mais de dez anos atrás, de fazer um curso pela ONU, O Guide Education, era a formação de lideranças para formar um design de mundos sustentáveis. E as aulas eram minimamente técnicas e havia gestão de projetos, mas inicialmente era botar pessoas de várias faixas etárias numa sala – existe este programa até hoje -, para discutir que tipo de mundo se quer para o futuro. Que tipo de pensamento se quer para o futuro. Menos agressivo e mais colaborativo. Trabalhando mais a questão do afeto, para diminuir esse lado nosso, que até o cérebro mínimo, reptiliano aliás, que é nosso mesmo, é biológico, de ser agressivo. A questão é a gestão disso tudo. E eu não sei até onde as escolas e as universidades e as empresas estão fazendo esse papel. Acho que todo mundo devia fazer um pouquinho desse papel. Porque é um problema muito complexo. E é muito mais espartano do que helênico.

Maria Cecilia Gama

— E é muito difícil você ser gestor, comandar. Estar diante de, na frente de alguma coisa.

Professor Orofino

— É. No curso todo de psicanálise, por exemplo, quando se fala em relações tóxicas, professora, no fundo, no fundo quando a gente vai deixando a pessoa

falar, o que está por dentro das relações tóxicas, tem violência lá dentro. Tem uma agressividade lá dentro. Algo que é tóxico dentro da própria relação. Repare. As empresas e as famílias são reflexo da sociedade e vice-versa.

Daniele do Val

— Acho que tem um ponto que sinalizei na minha fala inicial, quando eu falei da violência digital. E eu acho que a sociedade contemporânea tem a tecnologia como uma ferramenta que pode ser aliada ou pode ser muito complicada. Justamente para a condução das relações sociais ou seja, da própria sociabilidade dos sujeitos. Quando se vê hoje, a Internet, as redes sociais, a exposição que as pessoas têm nas redes, elas estão ali passiveis de serem aprovadas ou reprovadas nas suas condutas, nas suas falas. Elas acessam a realidade de vidas de outros, e por vezes, e elas querem se organizar ou viver, de alguma forma, se espelhando naquela realidade. E ela se auto violenta por vezes por negar sua própria história, nega sua própria família, para poder se adaptar, se adequar a um conjunto de realidades que são realidades ilusórias. Eu não vou me arriscar aqui a lembrar de forma tão profícua, tão perfeita de Hannah Arendt, que tem um livro chamado "A condição humana", e tem uma passagem em que ela fala que "até aquilo que a gente sonha naquele momento que é sonhado é uma realidade". Mas na verdade, hoje a gente vive um conjunto de sonhos pseudo reais, que faz da gente perseguidores quase eternos de algo que não faz parte da gente. E a Internet é esse terreno do efêmero, do imaginário. Não estou fazendo nenhum paralelo com a Hannah Arendt, quem sou eu para isso, mas eu quis pegar essa frase dela, porque é uma frase que me marcou muito em leituras anteriores que eu fiz, que me veio isso na cabeça. Poxa, aquilo que a gente sonha é realidade naquele momento, estamos ali vivendo realidades que são imaginárias, mas ao mesmo tempo, porque estamos falando aqui de um movimento que talvez traga muitas angústias, inseguranças, que a gente, às vezes, não tem tempo realmente de sonhar, de projetar, de perseguir aquilo que se avalia como sendo aquilo que eu quero ser, me tornar. Porque a gente, o tempo inteiro, a gente quer ser e se tornar aquilo que diz que é bom ser. Não sei se estou me fazendo clara. Mas no nosso cotidiano estamos sendo atravessados por tanta insegurança, tanta responsabilidade, de ser aquilo que a gente não é, eu acho que isso é uma violência.

Maria Cecilia Gama

— Hannah Arendt, com a sua "Banalidade do mal", nos coloca diante disso. Do fato da gente se acostumar com aquilo que seria violento, seria ultrajante, e que não se imaginaria esse costume. E que isso é péssimo. Quando ela fala da banalidade do mal, é você se acostumar com a violência. A violência passa a não ser tão importante, ou chamar tanta a atenção, porque já virou banalidade. É todo dia, toda hora, todo momento, e ai o que acontece? O ser humano se desliga daquilo. Vai para um mundo de fantasia, para o mundo de uma Alice, num país de maravilhas, que é a rede social.

Professor Orofino

— É, e ai a gente vive a sociedade líquida do Bauman.

Maria Cecilia Gama

— E isso daí é assustador. Você fica perdido no meio dessa loucura toda, porque aonde está o seu eu? Há casos de suicídio por conta de *likes* nas redes sociais. Há jovens que se suicidam, você sabe disso, porque não teve likes, ou porque falaram mal, ou não gostaram do que postou, ou porque fez um TicToc que não deu certo, isso é uma loucura.

Professor Orofino

— O suicídio é em essência uma auto violência. Existe comunidades na Internet, e a Polícia Federal está até olhando isso, que são apologistas do suicídio. Tipo, quando é que você vai? Vai hoje ou vai amanhã? O suicídio ainda é uma questão muito velada.

Maria Cecilia Gama

— Isto é uma banalidade do mal. A nossa essência se perde diante dessa loucura. Eu tenho uma afilhada, cujo marido foi assassinado por conta de drogas, ela tem 28 anos, um filhinho de 10 anos, e ela passa o dia inteiro na internet se ela puder. Ela está trabalhando comigo e eu confisquei o celular e falei, só na hora do almoço. Porque senão não trabalha. Aquilo já virou uma extensão da pessoa. Vai ver o que ela está vendo ali. Alguma coisa que valha a pena? Algum curso? Está

se formando em alguma coisa que valha a pena? Não. É TicToc, é a pessoa que vende alguma coisa. É uma vida inexistente, superficial, isso não é real, é fantasia. Estamos perdendo a conexão com a realidade. Estamos vivendo uma outra coisa.

Daniele do Val

— E se a gente resgata reflexões acerca do conceito de alienação, somos alienados de nós mesmos.

Professor Orofino

— E essa alienação ela complica uma situação que já é da natureza humana, de Freud e Lacan, que é a questão da angústia. Porque naturalmente somos angustiosos, angustiados. Porque é o seguinte: a vida nos foi dada e ninguém disse o que se vai fazer com ela. As religiões tentam responder a espiritualidade, a vida é o que ela é. A realidade é o que ela é. Essa angústia, misturada com alienação e com ambiente violento, é extremamente complexo. Por exemplo, a gente vive hoje várias crises, uma delas do excesso de obesidade, até porque, muita alimentação ruim, muitas horas parada vendo milhares de Netflix da vida, Amazon Prime, então você fica.

Maria Cecilia Gama

— E essa angústia traz essa falta. Falta do quê? Da comida. Tem gente que está angustiado, come qualquer coisa.

Professor Orofino

— Isso, come qualquer coisa e mal e isso gera doença. Você imagina o seguinte, uma sociedade que vai ficando obesa e alguns grupos na internet, violentos, contra a figura do obeso ou da obesa. As mulheres entram, muitas vezes, em parafuso em relação a isso. Mas como, eu estou ficando gorda? E na verdade a pessoa aumento 1 kg. E para ela já é uma tragédia. Porque ela está tendo um choque de uma realidade, como você falou. Não é o que é, porque você não vai ser mais ou menos feliz porque aumentou ou perdeu 1kg. Mas tudo isso vai gerando fatores de violência.

Maria Cecilia Gama

— Epicuro tinha esse conceito de felicidade para ele muito bem claro. Portanto que saiu lá do centro de Atenas para formar o jardim dele onde tudo era permitido. Ele dizia, "não importa o que você come, mas com quem você come". Porque a amizade, o convívio com o outro ser humano é muito mais importante do que aquilo que você está ingerindo. Ele não tinha medo da morte porque ele dizia que "quando ela está eu não estou e quando eu estou ela não está". São coisas que parecem simplistas mas não são, são altamente filosóficas, se você for pensar, por que? Porque é qualidade de vida. Nós estamos sem qualidade de vida.

Professor Orofino

— Aqui na nossa instituição, UniFOA, temos uma disciplina chamada Projeto de Vida e Carreira. Por acaso, o cara que vos fala é o professor dessa disciplina, que é interdisciplinar, e cai numa sexta-feira à noite. Desafio para os alunos e para o professor. De 15 em 15 dias os alunos têm uma reunião, um papo. O conteúdo já está lá, está lá no nosso LXP, que é muito bem feito, está lá todo o conteúdo, mas a aula quinzenal é quase uma terapia de grupo ali. Eu ligo o TEAMS, falo do conteúdo e começo a conversar com as pessoas ali. O Projeto de Vida e Carreira passa por autoconhecimento, passa por ter uma visão de mundo diferente, para enfrentar as questões, por exemplo, a violência, o racismo, o preconceito, e uma série de coisas que estão por vir ainda. O papel dos governos, das empresas e das universidades e das escolas serão fundamentais para o futuro, para tentar repensar o modelo de vida e consequentemente repensar as relações que privilegiam ou são gatilhos da violência.

Daniele do Val

— Ou seja, podemos ser essa força transformadora. E a gente espera, realmente poder, pois é essa a nossa intenção, ao colocar este podcast.

ENCERRAMENTO

Daniele do Val

Infelizmente e gente precisa encerrar aqui. Mas eu acho que a trouxemos vários elementos. O primeiro podcast tem por objetivo, justamente provocar reflexões, porque como falamos aqui, trouxemos um panorama da violência de uma forma bastante ampla, falando não só do seu significado, mas do seu caris histórico e da forma como a violência se expressa. Isso abre uma gama de possibilidades de reflexão e de debates. Acho que atingimos nosso intento de hoje, de trazer essas provocações e reflexões e temos os próximos podcasts em que daremos continuidade, para falar da ética e da violência, da violência simbólica, estrutural, ou seja, temos ai uma série ainda de encontros onde vamos poder ter a oportunidade de resgatar elementos que já trouxemos hoje, mas que vão, sem dúvida nenhuma, merecer um maior processo reflexivo.

Mais uma vez agradecer à professora Maria Cecilia, iniciando ai mais um ano de parceria, muito grata sempre pela colaboração tão enriquecedora. E ao professor Orofino, no primeiro momento que tivemos esse contato e fiquei muito curiosa com os vários aspectos que você trouxe, principalmente no pensar de que forma podemos nos organizar, proteger e ao mesmo tempo promover mudanças que possam garantir uma saúde mental, tanto para os nossos discentes, que é o lugar que hoje ocupamos, quanto para os nossos colaboradores, e para as nossas vidas pessoais. É isso. Agradeço aos dois e bom dia a todos.

2 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E SUAS EXPRESSÕES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

INTRODUÇÃO

Olá pessoal. Sejam bem vindos a mais um podcast do Escritório da Cidadania em Movimento. Hoje vamos falar sobre um tema muito importante e que muitas vezes passa despercebido em nossas vidas: a violência simbólica. Vamos entender como ela é, como se manifesta em nossa sociedade, e o mais importante, como podemos nos proteger dela. Para isso vamos refletir também sobre o conceito de poder simbólico. Esses dois conceitos estão intrinsecamente conectados, porque o poder simbólico é o meio pelo qual se exerce a violência simbólica. De forma simples e direta vamos contextualizar exemplos de violência simbólica e mostrar como ela pode impactar as relações sociais e o nosso cotidiano. Além de destacar como ela pode perpetuar as desigualdades sociais. No encontro de hoje teremos a dupla parceira de todos os podcasts. Eu, professora Daniele do Val e a professora Maria Cecilia Gama.

2.1 Violência simbólica e seus conceitos

Daniele do Val

O primeiro aspecto a discutirmos é o significado de poder simbólico e de violência simbólica. Vamos lá. Violência simbólica é um conceito criado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, o qual ele se refere como uma forma de dominação invisível, que acontece sem o uso de força física ou explícita. Ela acontece quando um grupo social impõe seus valores, gostos e comportamentos sobre os outros, fazendo com que esses valores sejam entendidos como universais e legítimos, quando na verdade são apenas construções sociais de um grupo dominante. É uma violência sutil, mas extremamente poderosa, pois esse tipo de violência não é percebido como tal pelas pessoas, porque as normas impostas são internalizadas e assim naturalizadas.

Já o conceito de poder simbólico expressa o mecanismo através do qual essa imposição invisível acontece. O controle e a difusão do significado

e valores é privilégio de poucos, de uma forma geral, nos grupos sociais que tenham controle das representações sociais, da cultura e da educação. Um exemplo de poder simbólico é a forma como as classes sociais mais altas impõem seus valores culturais, como o gosto por certo tipo de arte, educação ou até comportamentos, como modos de falar, certos estilos de vestir, para onde viajar nas férias. E quando as demais pessoas não seguem essas normas e comportamentos, são tratadas como inferiores ou desvalorizadas. Isso é uma forma de poder simbólico.

Agora você deve estar se perguntando por que é tão importante discutirmos a violência simbólica em nossa sociedade? A resposta é simples: porque ela está em toda a parte, em tudo que nos cerca e perpetua as desigualdades sociais de forma silenciosa. Vamos pensar. Quando um grupo impõe sua visão de mundo como se fosse a única válida, ele cria barreiras invisíveis para outros grupos que não têm acesso aos mesmos valores, à mesma educação ou aos mesmos recursos financeiros e culturais. Isso acontece no mercado de trabalho, nas escolas, na mídia, e até mesmo nas relações pessoais. Assim, a violência simbólica é uma forma de dominação, que acontece através de símbolos, ideias, valores, palavras e gestos, e que é aceita pelas próprias pessoas dominadas como se fosse natural. Como se alguém estivesse sendo oprimido, mas sem perceber, porque aquilo ali parece normal, justo ou até desejável.

E o poder simbólico é um meio pela qual essa imposição de significados e valores acontece. Isto é, a capacidade de certos grupos sociais, geralmente os mais privilegiados, de difundirem e controlarem o modelo de mundo e fazer com que ele pareça ser autêntico e natural, quando na realidade ele é socialmente construído.

A professora Cecilia vai discorrer de forma mais aprofundada sobre esse tema, mas como ele provoca um debate denso e com reflexões mais complexas, vamos trazer alguns exemplos práticos, para que possamos nos identificar com alguns deles, e assim, apreender o sentido dessas experiências, para que possamos ficar atentos a elas no nosso cotidiano. E ao ilustrar como a violência simbólica pode se manifestar na prática, tenhamos como perceber quando estamos sendo vítimas, ou até mesmo agentes dessa violência, muitas vezes, sem perceber.

Primeiro exemplo. Imagine uma escola ou uma faculdade de apenas alunos que falam de um jeito mais formal ou erudito são considerados inteligentes, e aqueles que falam de forma mais popular ou com sotaques diferentes são vistos como menos capazes. A violência simbólica não se expressa no movimento de que todos devem ter acesso a uma boa educação, à norma culta, e aprender a se expressar com clareza, com riqueza de vocabulário e autonomia. Isso é um direito e a educação precisa ser promovida para todos. A violência simbólica neste momento acontece, quando a linguagem erudita imposta como certa, enquanto as outras formas de falar, a popular, a regional, a fala da periferia, das comunidades específicas, como as quilombolas ou as indígenas, por exemplo, são vistas como erradas, feias ou como inferiores, ou seja, quando se ignora a diversidade de outras formas de expressão, não se respeita as diferenças sociais, linguísticas e culturais e isso gera preconceitos, piadas e segregações.

Vejamos o segundo exemplo. Historicamente, as mulheres negras foram retratadas na mídia de forma secundária, especialmente quando comparadas às mulheres brancas. Se olharmos para as novelas mais antigas, veremos que as personagens negras dificilmente ocupavam papéis de destaque ou de protagonismo. Em geral, eram retratadas como empregadas domésticas ou como membros de famílias mais empobrecidas ou marginalizadas, muitas vezes colocadas como mães e filhas dos criminosos. Em alguns casos, eram inseridas em narrativas que abordavam períodos históricos, como o da escravidão, ou eram hiper sexualizadas, como a imagem da mulata tipo exportação, que reduz a mulher negra a um estereótipo sensual e exótico. Quando esses estereótipos são amplamente reproduzidos e aceitos pela sociedade, acabam por limitar os papéis sociais das mulheres negras, reforçando uma imagem que as fragiliza, desrespeita e apaga suas potências reais. Foi preciso muita luta política, debate público, mudança nas leis, e principalmente, conscientização coletiva para que a presença de mulheres, principalmente as negras, na televisão, pudesse começar a ser repensada, abrindo espaços para representações mais justas e igualitárias. Essa conquista não foi fácil e nem está totalmente garantida, mas sem dúvida é um passo essencial para a quebra da violência simbólica, que por tanto tempo, limitou essas mulheres a papéis que não as representavam plenamente.

Um terceiro exemplo pode nos ajudar a compreender ainda melhor o que é violência simbólica. Na verdade, o exemplo anterior já nos apontava o que era o ponto central desse novo exemplo, que é o racismo. A desigualdade étnico racial não se limita a atitudes individuais de discriminação. Ela está profundamente enraizada em uma estrutura social que naturaliza a ideia de que pessoas negras são inferiores. É justamente ai que a violência simbólica se manifesta com mais força, quando essas hierarquias étnico raciais são reproduzidas sem que sequer sejam percebidas como violência. Estamos cercados por representações simbólicas que reforçam essa lógica, na mídia, na política, na publicidade, nas escolas, e também nas nossas relações do dia a dia. Vamos a alguns exemplos que ilustram isso. Primeiro pensemos na ideia ainda muito presente de que os cabelos crespos e afros são inapropriados para alguns ambientes, como o escolar ou o trabalho. Quando uma pessoa negra é pressionada, mesmo que de forma sutil, a alisar os cabelos para aparecer de forma mais apresentável, o que está em jogo não é uma questão de gosto pessoal, é a imposição de um padrão estético branco como único modelo válido e aceito. Outro exemplo, extremamente simbólico, acontece já na infância. Imagine a seguinte cena. Uma criança negra entra numa loja de brinquedos coma a sua mãe. Ele vê dezenas de bonecas, quase todas brancas, cabelos loiros, olhos claros, pele clara. Quando finalmente encontra uma boneca negra, e isso se pode dizer que alguns anos atrás nem se encontrava, a boneca está isolada numa prateleira com menos opções, pouca variedade de roupas, e muitas vezes com traços marcados pelos estereótipos. A criança para, observa, e escolhe qual boneca? Na maioria, a boneca branca. Isso acontece porque desde cedo essa criança aprende que o que é bonito, o que é valorizado, o que é desejado, é branco, isso é violência simbólica. É esse tipo de mensagem silenciosa, mas constante, que faz com que muitas crianças negras cresçam acreditando que seu cabelo não é bonito, que sua pele não é desejável, que seu corpo não pertence aos lugares de destaque. Veja, isso acontece não porque alguém disse diretamente a essa criança que ela vale menos, mas porque tudo ao redor dela já disse isso, silenciosamente, o tempo todo.

Combater a violência simbólica do racismo é então, um passo urgente, para que todas as pessoas, especialmente as crianças negras, possam se reconhecer como bonitas, como capazes e pertencentes a todos os espaços.

Em resumo: a violência simbólica e o poder simbólico estão presentes em várias esferas da nossa vida, desde a educação até as relações de trabalho, as representações sociais que circulam na mídia, as nossas relações pessoais e interpessoais. Eles organizam e dinamizam a sociedade a partir da naturalização das desigualdades, da legitimação dos valores dos grupos dominantes, à restrição de quais lugares podemos ou não circular e ocupar e assim mantém a ordem social com menos resistência.

2.2 O olhar subjetivo da violência simbólica em Bourdieu e Bauman

Maria Cecilia Gama

Oi a todo mundo. Meu nome é Maria Cecilia Gama, hoje vamos conversar um pouco a respeito do olhar subjetivo da violência simbólica em Bourdieu e Bauman.

O conceito de violência simbólica é originário de Pierre Bourdieu, cuja teoria gira em torno da ideia de que a sociedade é estruturada em campos sociais, onde os indivíduos, com seus diferentes tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico), que posteriormente vamos entrar mais nos detalhes, eles competem por posições e recursos. O conceito central é o "habitus", que se refere às disposições duráveis e estruturadas que os indivíduos internalizam por meio de sua experiência social e que, por sua vez, influenciam suas práticas e percepções. A educação, segundo Bourdieu, é um importante mecanismo de reprodução social, ao transmitir valores e normas culturais que legitimam a ordem social existente.

O conceito de violência simbólica não é diretamente explorado por Zygmunt Bauman em sua obra. Bauman, ao analisar a sociedade contemporânea, foca em outros aspectos como a modernidade líquida, o consumismo e a perda de sentido, enquanto Bourdieu se concentra nas relações de poder e dominação. No entanto, é possível estabelecer uma relação indireta entre os dois, pois ambos refletem sobre a influência da cultura e do poder na construção da realidade e na experiência individual.

Bourdieu define violência simbólica como a imposição, de forma sutil e muitas vezes inconsciente, de um sistema de pensamento e valores por parte da classe dominante sobre a classe dominada. Essa violência se manifesta por meio da naturalização da cultura dominante e da imposição de uma lógica de legitimação que torna os dominados cúmplices da sua própria subordinação.

Bauman, por sua vez, descreve a sociedade contemporânea como uma "modernidade líquida", caracterizada pela instabilidade, fragilidade e fluidez das relações e instituições. Essa modernidade líquida se manifesta em diversas formas, como o individualismo exacerbado, o consumismo desenfreado e a perda de sentido.

Embora não use o conceito de violência simbólica explicitamente, Bauman aborda aspectos que podem ser compreendidos sob essa perspectiva. Por exemplo, ele critica a influência do mercado e da mídia na construção de identidades e valores, e como essa pressão social pode levar a um senso de insatisfação e insegurança. Da mesma forma, ele discute como a fragmentação social e a perda de comunidade podem gerar um sentimento de alienação e desorientação.

Tanto Bourdieu quanto Bauman reconhecem o poder da cultura e das relações sociais na construção da realidade e na experiência individual. Bourdieu enfatiza como a cultura dominante impõe uma lógica de legitimação que legitima as relações de poder, enquanto Bauman destaca como a modernidade líquida transforma a experiência individual em uma busca constante por identidade e reconhecimento.

Em resumo, enquanto Bourdieu se concentra na análise da violência simbólica como um mecanismo de dominação, Bauman explora como a modernidade líquida molda a experiência individual e a sociedade em geral. No entanto, ambos os autores compartilham a preocupação com a influência da cultura e das relações sociais na construção da realidade e na experiência humana.

A ideia de imposição da vontade, tal qual exposta na clássica formulação de poder, vamos voltar ao século XIX, por Max Weber, ela traz em si mesma, indelevelmente, a consciência, o cálculo e a intencionalidade por parte dos atores sociais. Em Bourdieu, os indivíduos – sujeitos e agentes sociais - são

condicionados e constrangidos por relações e forças exteriores, as quais, muitas vezes, sequer são conscientemente percebidas.

Vou dar um exemplo o mais simples possível.

Você está indo a uma festa de aniversário, nenhum traje foi determinado. O evento será realizado no horário da tarde, você resolve ir de short ou bermuda, um *look* mais descontraído. Ao chegar no local, as demais pessoas estão usando roupas sociais, vestidos longos, gravatas e blazers. Instantaneamente, você fica incomodado, não se sente adequado para frequentar o espaço. Já parou para pensar por que estar trajado diferente, nesse contexto, provoca um desconforto pessoal, social e até mesmo emocional? Isso pode ser traduzido como um simples caso de violência simbólica. Esse tipo de agressão se torna muito mais danosa quando as situações em questões de raça, gênero, etnia e classe social.

Para Pierre Bourdieu, sociólogo francês, os seres humanos possuem quatro tipos de capitais, são eles: 1) o capital econômico, que é a renda financeira; 2) o capital social, que são as suas redes de amizade e convívio; 3) o cultural, aquele que é aquele constituído pela educação, diplomas e envolvimento com a arte; 4) o capital simbólico, que está ligado à honra, o prestígio e o reconhecimento. É por meio desse último capital que determinadas diferenças de poder são definidas.

A violência simbólica se dá justamente pela falta de equivalência desse capital entre as pessoas ou instituições. O conceito foi definido por Bourdieu como uma violência que é cometida com a cumplicidade entre quem sofre e quem a pratica, sem que, frequentemente, os envolvidos tenham consciência do que estão sofrendo ou exercendo.

Onde está o agravante?

O exemplo do traje de festa é muito pequeno se comparado aos níveis que a violência simbólica pode atingir. Mais que um caso individual relacionado a uma roupa, o alcance dos meios de comunicação, por exemplo, pode ser usado como instrumento para execução da violência simbólica em grande escala. Isso é feito pela propagação de ideias que pertencem às camadas dominantes (que, usualmente na sociedade capitalista, são as de maior capital econômico) para as camadas minoritárias, a fim de que a ordem social se mantenha.

Quando as questões raciais encontram a violência simbólica?

Donald R. Kinder e David O. Sears, pesquisadores da universidade de Yale e da California, respectivamente, ainda na década de 1970, indicaram a existência do racismo simbólico. Para eles, o conceito se baseava no fato de que uma das vertentes do preconceito racial era apoiada na crença de que os negros violavam os valores da ética protestante do povo norte-americano. Não era necessariamente uma motivação baseada na ocupação de vagas no mercado de trabalho, algo que afetaria seu capital econômico, mas sim, que afetaria o capital simbólico da nação. No entanto, é importante ressaltar que essa ainda atual forma de racismo é tão ou mais danosa que manifestações mais abertas. Representando um perigo constante, uma vez que pode ser convertida em agressões físicas.

No Brasil, uma forma de violência simbólica está no uso dos estereótipos relacionados aos negros. Segundo o sociólogo jamaicano Stuart Hall, a estereotipagem é parte da manutenção da ordem social e simbólica. Alguns estereótipos nacionais associam a figura do negro à preguiça e a figura da mulher negra, já falou muito bem aqui a Daniele a respeito, a expressão racista "mulata", mulher feita para apenas suprir prazeres sexuais. Uma pesquisa dos psicólogos sociais Marcus Eugênio Oliveira Lima e Jorge Vala revela que, ao contrário do esperado, após o surgimento das leis antirracistas, o racismo não cessou, mas tomou outras formas menos abertas e flagrantes. É importante lembrar que o combate ao racismo começa na linguagem. A linguagem é essencial para esse tipo de doença, que é a violência simbólica. Porque, por uma palavra, você pode colocar uma pessoa totalmente fora daquilo que se chama equilíbrio social, mental, espiritual, uma palavra. Então, esse combate ao racismo tem que começar pela palavra.

A dominação masculina sobre a mulher como violência simbólica.

Em seu livro *A dominação masculina*, Pierre Bourdieu, traz uma reflexão a respeito da violência simbólica no que toca a mulher na sociedade patriarcal. Vamos ter um podcast que vai falar muito mais disso, mas vamos dar aqui apenas uma pincelada dizendo que, segundo Bourdieu, é sempre esperado que o homem tenha o capital maior do que o da mulher, independentemente do tipo. Isso se dá pela naturalização da dominação masculina na sociedade. Ao julgar

a mulher incapaz de ocupar determinados cargos, oferecer salários mais baixos para mulheres em mesmos cargos que homens e considerar que elas devem ganhar menos porque engravidam, há aí um dolo simbólico que reflete nos outros campos, como o econômico.

A ideia de dominação masculina sobre o corpo da mulher é refletida nos casos de feminicídio, assassinato de mulheres pela simples razão de ser mulher. O crime era anteriormente tido como algo passional, chamava assassinato por amor, só que, na verdade, é mais uma forma de mostrar a existência de uma noção de superioridade do homem. Os casos de feminicídio acontecem geralmente após o término de um relacionamento. Por quê? Por acreditarem que têm a propriedade sobre o corpo da mulher e por considerarem que não têm nada a perder, são cometidos os assassinatos.

Bourdieu considerava que a estrutura social é hierárquica e que a posição social de cada grupo é determinada por arranjos de poder material e simbólico. Ele analisou os sistemas simbólicos em uma série de textos reunidos na coletânea *A economia das trocas simbólicas*. De acordo com Pierre Bourdieu, existem quatro tipos de capital: O capital econômico está diretamente relacionado com a riqueza material e o poder de compra. É a forma mais óbvia de capital, mas também a que Bourdieu considera como a base para as outras formas de capital.

O capital cultural refere-se aos conhecimentos, habilidades e competências que um indivíduo adquiriu, especialmente por meio da educação formal e da cultura. É um tipo de capital que pode ser incorporado no indivíduo (como linguagem, educação), objetivado (como obras de arte, livros) ou institucionalizado (como diplomas e títulos).

O capital social refere-se às relações sociais e redes que um indivíduo possui, bem como à sua capacidade de mobilizar essas relações para obter benefícios. As redes sociais, os contatos e as ligações que um indivíduo tem podem proporcionar acesso a recursos e oportunidades.

Por fim, o capital simbólico, que é o reconhecimento e a legitimidade que um indivíduo ou grupo recebe no âmbito social. O capital simbólico pode ser uma consequência da posse de outras formas de capital, como o capital

econômico ou o capital cultural, e é usado para legitimar o poder e a posição social de um indivíduo.

Em "*Cegueira Moral: A Perda da Sensibilidade na Modernidade Líquida*", Zygmunt Bauman e Leonidas Donskis discutem a crescente indiferença e a falta de empatia no mundo contemporâneo, onde o sofrimento do outro é frequentemente ignorado. O medo, a insegurança e a busca por autonomia individual na modernidade líquida contribuem para essa perda de sensibilidade, dificultando a formação de laços sociais e a preocupação com o bem-estar coletivo.

Bauman e Donskis argumentam que, na modernidade líquida, a sociedade individualizada e o medo de perder o controle levam a uma espécie de cegueira moral, a mesma cegueira que o nosso autor e escritor ganhador do prêmio Nobel, José Saramago, "*Ensaio sobre a cegueira*", nos colocou diante da cegueira social, e esta cegueira moral, onde as pessoas se tornam insensíveis ao sofrimento dos outros. O medo, o ódio e a indiferença se entrelaçam, resultando em uma falta de preocupação com o próximo e uma dificuldade em reconhecer a humanidade em outros. A busca por autonomia individual e a fragilidade dos laços sociais na modernidade líquida também contribuem para essa perda de sensibilidade.

Em resumo, a "perda da sensibilidade" em Bauman se refere à dificuldade em reconhecer e se importar com o sofrimento do outro, um fenômeno que ele e Donskis associam à crescente individualização, insegurança e busca por autonomia na modernidade líquida. Essa perda de sensibilidade se manifesta na indiferença diante do sofrimento, na dificuldade de estabelecer laços sociais significativos e na dificuldade em reconhecer a humanidade em outros.

A violência simbólica, segundo Pierre Bourdieu, é uma forma de violência que se exerce de forma sutil, por meio de símbolos e discursos, causando um impacto na percepção e no comportamento dos indivíduos. A perda de sensibilidade, nesse contexto, pode ser vista como resultado dessa violência, onde a pessoa interioriza e normaliza as normas e valores que a dominam, perdendo a capacidade de questionar e resistir.

A violência simbólica é uma forma de violência que não se manifesta diretamente por meio de agressões físicas, mas sim através de símbolos,

discursos e práticas sociais que impõem uma ordem e uma visão de mundo. Essa violência pode ser exercida por grupos dominantes, instituições ou pela própria cultura, e seus efeitos podem ser sutis, mas profundos.

A perda de sensibilidade, neste contexto, refere-se à incapacidade ou dificuldade de reconhecer a violência simbólica e seus impactos. A pessoa que perde a sensibilidade interioriza as normas e valores impostos, passando a considerá-los como naturais e inevitáveis, e a não perceber as desigualdades e injustiças sociais que a afetam.

Um exemplo de violência simbólica pode ser a naturalização das desigualdades de gênero, onde as mulheres são socializadas para se conformar a papéis e expectativas tradicionais, perdendo a capacidade de questionar a desigualdade de poder e de oportunidades. Outro exemplo pode ser a invisibilidade e o silenciamento de grupos sociais marginalizados, como as minorias étnicas, onde a cultura dominante ignora ou desvaloriza suas experiências e culturas.

A consequência disse é a perda de sensibilidade pode ter consequências graves, como a perpetuação da desigualdade, a dificuldade de promover mudanças sociais e a internalização de sentimento de culpa ou inferioridade por parte das vítimas.

Vou agora dizer um pouco a respeito dos nossos teóricos.

Pierre Bourdieu foi um sociólogo francês, nascido em 1930 e falecido em 2002. De origem campesina, filósofo de formação, foi docente na École de Sociologie du Collège de France.

Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, nascido em 1925 e falecido em 2017, ganhou atenção dos leitores, sobretudo por apresentar, vez por todas, a impossibilidade de conseguirmos estabilidade, dada a liquidez na qual estamos imersos. O pêndulo que oscila entre segurança e liberdade é ponto central em toda sua obra.

Max Weber foi um intelectual, jurista e economista alemão considerado um dos fundadores da Sociologia (1864-1920)

Leonidas Donskis, judeu lituano, nascido em 1962 e falecido em 2016, foi teórico político, filósofo e professor. Dedicou-se à cátedra de política na Vytautas Magnus Universidade, importante casa do saber da Lituânia.

E assim, termino por hoje a minha preleção e passo a palavra à Daniele.

PRIMEIRO APARTE

Daniele do Val

Cecilia, eu acho que quando a gente fala da violência simbólica, e a riqueza de você apresentar outros autores além do Bourdieu, é importante, justamente, para que a gente valide ainda mais esse debate, essa reflexão, que ele configura, que ele constitui, quando ele define violência simbólica e também o poder simbólico. É importante falarmos com nossos ouvintes, para que eles possam realmente entender, a violência simbólica e o poder simbólico são conceitos complementares na obra de Bourdieu e que você trazer em paralelo e ao mesmo tempo dialogando Bauman e outros autores, o quanto que isso enriqueceu as nossas reflexões sobre essa violência que é tão sutil, mas é tão intensa. Que é invisível, mas que ao mesmo tempo marca profundamente as nossas histórias e as nossas trajetórias, a partir aqui mesmo de todos os exemplos, que tanto eu quanto você trouxemos, para que se pudesse aqui pensar o que é essa violência e quais seriam as suas consequências. Para que a gente possa firmar as nossas reflexões, eu fiquei pensando que falamos aqui de dominação, de submissão, de uma relação que é desigual desse poder. Mas isso até me fez lembrar de um outro autor, que não é o caso de o trazermos para um discussão nesse momento, que é Foucault, quando ele fala o quanto o poder circula. E eu fiquei pensando que, quando você traz a discussão sobre os capitais de Bourdieu, vemos que esses capitais também estão em disputa do tempo inteiro. Essa influência do poder e da cultura vai ditar e vai direcionar a forma como os sujeitos vivem. E a gente tem capitais, cada um de nós, de uma forma desigual. Posso ter um capital econômico maior que o cultural, o simbólico maior que o econômico, e isso tudo vai estar também ai em disputa, nessa convivência, nessa coexistência. Isso é muito interessante de se destacar, porque esses capitais são gerados, apropriados e são reproduzidos e por eles estarem em disputa é que a gente percebe que essa relação de dominação, exploração, dominantes e dominados, não é tão estanque.

Volto a falar o porquê, porque o poder circula. Essa é uma reflexão que eu gostaria de compartilhar aqui, para que se pudesse afirmar junto aos nossos ouvintes, o quanto é importante esse debate.

CONCLUSÃO

Maria Cecilia Gama

Daniele, para mim, o mais importante disso tudo, está na posição de Bauman. Porque enquanto nós, seres humanos, não entendermos que estamos aqui pelo outro, e para o outro, não vai acontecer nada, nada vai se modificar. Vai ficar tudo cada vez pior. Por quê? Porque não adianta você ter um capital e esse capital você ter produzido, trabalhado nele, você ter se dedicado a esse capital, se ele não lhe gerar, de forma alguma, um benefício alheio. Você não terá completado, digamos assim, a sua obra. O porquê de estar aqui. Da mesma forma a parte cultural. Não adianta a cultura permanecer estanque, ela permanecer fechada, ela ser o tempo todo combatida. Cultura não se combate, cultura se vive. Cultura se alimenta. Cultura se cresce com ela. Então, esse tipo de comportamento vai de encontro com aquilo que Bauman coloca como a impossibilidade do ser humano crescer enquanto ele não olhar o outro. Enquanto ele não entender que sem o outro ele não é nada. Que não adianta ter esses capitais todos, para lá no final ou no princípio, estar cometendo, diariamente, uma violência simbólica. Porque diariamente vai se cometer uma violência, a partir do momento que esse egoísmo, esse olhar só para si for a pauta do ser humano. Tem que haver uma mudança social. E essa mudança é feita pelos homens. Os homens fazem a sociedade e a sociedade faz os homens. E se não houver uma mudança nisso, permaneceremos cachorros correndo atrás do rabo, ou seja, não adianta haver grandes discussões, não adianta trazermos aqui grandes exemplos, porque as pessoas não estão nem ai. Porque há um egoísmo, que eu não consigo entender, é o eu eu eu, não existe mais o nós. Seja ele do nó que vai ser desatado, como nós: eu, você e os outros. Nós não vivemos sozinhos, até Robson Crusoe precisou inventar lá, por meio de um coco e um pedaço de bambu uma pessoa para conversar. O ser humano não nasceu para ficar só. O ser humano nasceu para viver em sociedade, Aristóteles já dizia isso, não sou eu que estou dizendo. Então, viver em sociedade não é o

meu primeiro, é o nosso. Viver em sociedade é o seu direito que vai até onde começa o do próximo. Esse próximo pode ser uma árvore, esse próximo pode ser um cachorro, esse próximo pode ser o seu vizinho, pode ser seu filho. É o próximo, não é você. A partir do momento que a gente entender que vivemos para o outro, que temos que nos doar, tudo isso vai fazer um efeito contrário, o efeito positivo e não o efeito negativo. E ai vai ser mais fácil se identificar. Você gostaria de acontecer com você o que você está fazendo com essa pessoa? Você gostaria de ser tratada como está tratando a outra pessoa? A gente tem que se colocar no lugar do outro. Isso é de uma coisa fundamental. Eu acho que Bourdieu, quando ele fala de dominação do maior para o menor, esse maior para o menor não é só em dinheiro, não é só em capital, não é só em cultura, não é só em sociedade, é maior na mente, é maior na emoção, é maior no coração. Não somos maiores que ninguém. Isso é que é importante se enfatizar, muito, a respeito do que é violência. A violência começa numa sutileza muito grande e pode se transformar num feminicídio, num assassinato, num suicídio, e por ai vai. Vemos isso diariamente, principalmente você Daniele, como assistente social, vê isso o tempo todo. Pessoas sendo humilhadas, massacradas por que? Por causa de um ato do outro ser humano. É isso aí o que eu tenho que dizer e fico muito horrorizada com essas coisas.

SEGUNDO APARTE

Daniele do Val

Para falar da violência simbólica, é importante também falar dessa outra obra do Bourdieu, *O poder simbólico*, porque o poder atravessa as nossas relações cotidianas o tempo inteiro. Se precisa reconhecer esse poder simbólico, como esse mecanismo através do qual, as classes dominantes, as classes que estão no poder, o *status quo* têm, justamente para impor os valores, as regras, os princípios que vão reger essas relações. E a violência simbólica é isso, essa manifestação invisível dessa dominação, dessa relação de poder. E resulta no quê, Cecilia? Resulta tanto nesse descritivo que você acabou de trazer, enaltecendo essa reflexão sobre a empatia, sobre o respeito, e ela vai resultar na desigualdade social, na segregação, ela vai resultar nas múltiplas exclusões e violências. Sem dúvida alguma, é fundamental essa reflexão e esse debate que a gente está trazendo.

TERCEIRO APARTE
Maria Cecilia Gama

Deixa-me lhe dizer mais uma coisa que me passou aqui na mente agora. Professor Karnal, dentro daquela sua fala que é sempre muito ilustrativa, e muito inteligente, ele nos coloca uma coisa, que é uma violência simbólica clara, que ele diz assim: você quando está num trabalho e que seu chefe fala com você de uma forma que você tem vontade de ir embora, porque você se sente humilhado com aquilo, lembre-se dos seus boletos. Lembre-se dos seus boletos. E é isso. O que é isso? Isso nada mais é do que uma violência simbólica, dentro de uma necessidade de dinheiro, para pagar uma subsistência. Então, se você precisa daquele salário para subsistir, você tem que "aturar" aquele seu chefe que está lhe causando uma violência ali o tempo todo. Ele tem que abstrair e se lembrar que tem contas a pagar, para sobreviver.

QUARTO APARTE
Daniele do Val

Eu acho que com esse exemplo, você na realidade retrata algo que estava lá no início da sua fala, sobre a cumplicidade de quem domina e quem é dominado.

QUINTO APARTE
Maria Cecilia Gama

E a pessoa não sente isso. Engole porque precisa do trabalho. Então, porque você precisa do seu trabalho você tem que engolir tudo? Isso é justo? Não. Mas, infelizmente, é o que você diz, é dominação, poder, é a violência desse poder. Tinha que ter o momento que esse poder fosse barrado, mas ele não é. E está cada vez mais crescente. O problema é esse, cada vez mais crescente.

CONCLUSÃO

Daniele do Val

Cecilia, como sempre é um prazer, e é muito produtivo o nosso diálogo, os nossos encontros. Eu queria então agora, não só agradecer a você, e ao Renato, também sempre aqui nos apoiando, e agradecer também a todos que nos acompanharam aqui nesse bate papo sobre a violência simbólica. Espero que a discussão tenha sido também útil para eles, tanto quanto sempre é para a gente e que a gente siga refletindo sobre os impactos que essas normas sociais invisíveis que tanto marcam ai o nosso dia a dia. Queria também chamar a atenção para um outro ponto fundamental, finalizando aqui o nosso encontro de hoje, que é uma reflexão sobre a educação. Por quê? Porque a educação protagoniza um papel importante nesse cenário da violência simbólica, pois ela tanto pode reproduzir, quanto ela pode desconstruir essa violência. Se por um lado a educação é um dos principais instrumentos de perpetuação dessa violência, quando ela reproduz as desigualdades sociais, reforça a cultura das classes dominantes como se fosse a única, como se fosse a legítima, ela também pode, na verdade, romper com essa posição e também pode afirmar a dignidade de todos os grupos sociais, quando ela se coloca, quando ela consegue se fortalecer como uma educação crítica, reflexiva e libertadora. É preciso sim, se pensar, defender e praticar valores pedagógicos, para que se possa ter uma sociedade de fato mais justa, mais igualitária, e que a gente possa se conhecer, se reconhecer nesse processo das relações de poder. O conhecimento quando é construído de forma democrática, vai ter esse poder de ampliar as oportunidades, e de transformar as realidades e assim garantir que as diferentes vozes sejam reconhecidas e respeitadas. O recado final é esse: vamos refletir sobre isso e buscar formas de transformar o que parece ser natural em algo realmente justo. Até o próximo podcast Cecilia, até o próximo podcast pessoal.

3 A VIOLÊNCIA DAS FAKE NEWS

INTRODUÇÃO

Olá a todas as pessoas que nos ouvem. É um prazer estar aqui com vocês em mais uma conversa da nossa série Escritório da Cidadania em Movimento. Neste semestre estamos discutindo as manifestações da violência no cotidiano e as contribuições acadêmicas para esse debate. Eu sou Daniele do Val, assistente social e professora doutora do curso de Serviço Social aqui do UniFOA. Nosso tema de hoje é algo que vem se tornando cada vez mais presente no dia a dia, e que muitas vezes a gente nem percebe o quanto pode ser nocivo: as fake news. Mais especificamente, vamos conversar sobre a violência das fake news. E qual a relação entre fake news e violência? Talvez mais do que possamos imaginar. Tudo depende do uso, do contexto e da intenção por trás da informação falsa. Isso significa que não há neutralidade nas informações e que a comunicação não está isenta de uma intencionalidade maliciosa. Assim, as fake news podem se enquadrar como uma forma de violência.

3.1 Conceito da violência das fake news

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Ao pensar sobre as fake news para a produção da minha contribuição neste podcast, deixei-me ficar no lugar do cidadão consumidor de informações. Como cidadã que depende dos conteúdos para entender a sociedade e a sua dinâmica, estar atenta às fake news é cada vez mais uma exigência. Neste sentido, constitui, como cidadã e como assistente social, algumas reflexões e hipóteses sobre como as fake news afetam a nossa sociabilidade, acentuam as expressões da questão social e das desigualdades, que se tornam, assim, uma violência.

Considero que precisamos então pensar a questão fake news e violência a partir daquilo que eu digo que é uma tripla expressão. Porque a fake news pode ser três coisas ao mesmo tempo: uma violência em si, uma manifestação de outras violências e uma ferramenta para propagar, ainda mais, a violência.

As fake news são a violência em si, quando ferem reputações, espalham medo e insegurança, alimentam a desinformação ou distorcem informações. Elas direcionam escolhas, manipulam percepções e, muitas vezes, suprimem a auto determinação dos sujeitos, ou seja, impedem que as pessoas tomem decisões, com base em informações verdadeiras, livres e conscientes. Isso, na minha perspectiva, é uma forma grave de violação de direitos, e consequentemente, é uma violência.

Mas elas também podem ser uma manifestação da violência estrutural da própria sociedade. Isso acontece quando as fake news reproduzem preconceitos, como o racismo, o machismo, a LGBT fobia, a intolerância religiosa, entre outras possíveis formas de opressão. Isto é, quando uma informação é distorcida, mentirosa ou se apresenta fora de contexto, ela reforça estereótipos e estigmas sobre as pessoas, sobre os grupos, comunidades vulneráveis e instituições, e assim, materializam a violência histórica e simbólica, ou seja, não é algo que se traz de novo, é uma camada sobre uma desigualdade que já está posta e estruturada.

E quando a fake news funciona como uma ferramenta de violência? Justamente por serem usadas de forma estratégica para manipular opiniões, desacreditar instituições, atacar quem pensa diferente ou se opõe a mim, para justificar medidas arbitrárias e que violam direitos. Em contextos de disputa política ou social isso se agrava ainda mais. Ela se torna instrumento que propaga conflitos e relações de poder em disputa. Por isso, combater as fake news é mais que checar uma informação, é um movimento de conhecimento e resistência. Somente assim podemos enfrentar a violência que ela promove, unindo esforços para defender a cidadania e fortalecer a democracia.

O contexto social em que vivemos retrata um tempo marcado por múltiplas verdades. E a ideia de verdade é construída socialmente. Em meio a diversidade de discursos e narrativas, o que é a minha verdade? O que é a do outro? O que nos é comum e o que devemos refutar? Vivemos na era da informação rápida, textos curtos com manchetes chamativas; mensagens alarmantes e num tom de urgência, vídeos de poucos segundos. Recepcionamos conteúdos, por vezes, recortados, e que sem tempo ou disposição para nos aprofundarmos na leitura, buscarmos outras fontes e refletirmos sobre aquele conteúdo, acabamos por favorecer a circulação das fake news.

E com a força das redes sociais e dos aplicativos de mensagens, as informações se espalham com uma rapidez impressionante, e nem tudo que chega até a gente é verdade, mas sim, podem ser mentiras, informações desconexas. E é aquilo: quanto mais uma mentira é repetida e quanto mais pessoas acreditam nela, mais ela passa a se comportar como se fosse uma verdade.

Esse é o nosso objetivo de hoje. Conversar sobre como a desinformação afeta a vida do cidadão comum, o nosso convívio social e a confiança nas instituições. Sobre como os discursos falsos e sem base factual conseguem ganhar força e até legitimidade, porque o problema vai muito além de uma simples mentirinha. As fake news têm impacto direto na economia, na saúde, na política, na segurança, nas relações sociais, familiares, pessoais, e têm efeitos concretos nas nossas decisões, na forma como enxergamos o mundo e claro, nas violências que perpetuamos ou ajudamos a combater.

Na nossa conversa, alguns pontos se destacarão. O primeiro deles diz respeito à atenção e a reflexão sobre o papel da linguagem nesse fenômeno da fake news. Afinal, mais do que apenas informações erradas, estamos lidando com narrativas, com discursos que afetam o modo como enxergamos a realidade, confiamos nas pessoas e tomamos decisões. E ninguém melhor do que a minha querida parceira, professora convidada e institucional da FOA, Maria Cecilia Gama, para nos provocar a pensar sobre tudo isso. Com o tema: "Questão da verdade: origem e conceito contemporâneo da pós verdade", sua contribuição sempre valiosa nos trará reflexões sobre a pós verdade e sobre como a linguagem influencia a forma como entendemos o mundo.

Mas precisamos também entender o que são, de fato, as fake news, quando elas surgem e porque se espalham tão rapidamente. E para discutir esse segundo ponto contamos com a presença do Alexis Aragão, que é formado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, especialização em Marketing e Gestão de Negócios. Nosso colaborador convidado tem consultoria na área de Marketing e atualmente é assessor de Marketing da Fundação Oswaldo Aranha – FOA – mantenedora da nossa instituição de ensino. Alexis vai nos ajudar a compreender melhor esse fenômeno e oferecer uma base sólida para a nossa conversa. Com uma combinação de explicações técnicas e conceituais, ele nos aproximará de forma crítica do universo da fake news.

Várias questões, portanto, se impõem na condução das nossas reflexões. Primeiramente, se estamos cercados por diferentes pessoas da realidade circulando ao mesmo tempo, como, do ponto de vista filosófico, compreender o que é verdade ou verdades neste cenário? Já na perspectiva sociológica surge uma outra pergunta. Qual é o papel do cidadão diante de tantas narrativas conflitantes em disputa? Como as fake news têm impactado a nossa sociabilidade contemporânea, a forma como nos relacionamos, nos informamos, e até nos posicionamos diante do mundo? Diante disso, outra questão se coloca como fundamental. Qual é a nossa responsabilidade ética? Qual é o nosso papel como cidadãos, como comunicadores, como educadores, na construção e na circulação e difusão da informação? Se quem consome e reproduz a informação tem poder, deve ter também responsabilidade. E muita responsabilidade, concorda professora Maria Cecilia?

3.2 Questão da verdade: origem e conceito contemporâneo da pós verdade

Maria Cecilia Fontainha de Almeida Gama

Concordo, Daniele. Bom dia a todos. Bom dia Alexis, bom dia Daniele, bom dia Renato. Vamos mais uma vez falar da nossa linguagem e da filosofia dentro da origem e conceito contemporâneo da pós verdade.

Em termos gerais, o conceito de verdade pode ser relacionado em uma dicotomia no que é verdadeiro ou falso, o que pode se entender como uma teoria absoluta. Em outros termos pode ser compreendido a partir de uma relativização: a verdade como um instrumento da linguagem. Tais orientações são fortemente debatidas na obra de Platão, quando ele diferencia os filósofos dos sofistas.

A significação da verdade se relaciona com o sentido de fidelidade à uma realidade. Significa pressupor que existe uma qualificação dos valores que deve ser considerada e tida como correta. Outra significação corriqueira se embasa na verdade ser um contraponto da ficção ou do imaginário.

Nessa perspectiva, há um comprometimento da verdade que é moralizada pelo papel do filósofo, e que é claramente defendida na "*República*" de Platão. A

perspectiva platônica sobre os sofistas propõe uma crítica na qual a verdade se relativa por uma conveniência do discurso; em que a verdade é um instrumento de convencimento e não está relacionada à virtude da alma, mas é uma perspectiva da linguagem.

O chamado intelectualismo socrático tem origem na dicotomia filósofo e sofista, a partir da compreensão da verdade, que para o primeiro terá uma transcendência com caráter de virtude, e para o segundo estará na ordem de uma técnica de uso da linguagem. A motivação platônica é ética, já a motivação de Protágoras, um sofista, é uma estratégia do diálogo.

A influência da concepção grega na busca da verdade permeou toda a ciência ocidental e forjou um entendimento de valorização da verdade em detrimento da não verdade. Entretanto, tal concepção fomenta a discussão sobre a existência de uma verdade única e irrefutável, colocando em pauta diferentes noções e percepções da realidade. Conceber a existência de uma verdade soberana e da vida a partir dela, esbarra na armadilha de se ter um discurso hegemônico, sem espaço para a diferença.

Nota-se que existe um esforço da filosofia ocidental em explicar a verdade. Acrescenta-se ainda que em tempos de modernidade líquida e eras digitais, essas perfazem a construção de outro momento, que é o da pós-verdade, e nesse sentido cabe investigar seu conceito e construção.

O termo cunhado em inglês "post-truth" figura em uma célebre frase atribuída, primeiramente, a Steve Tesich, em 1992 : "we live in a post-truth era", "vivemos numa era de pós-verdade" e que foi retomada, em 2004, por Ralph Keyes. Ela ganha popularidade com dois eventos em particular: o Brexit – foi a saída da Grã Bretanha da União Europeia -, e durante a campanha de Donald Trump à presidência. A partir desses acontecimentos a pós-verdade passa a fazer parte do vocabulário discursivo na política.

A pós-verdade apresenta sua manifestação nos espaços sociais a partir do ano 2000, contudo, é em 2016 que é eleita como "palavra do ano" pelo Dicionário Oxford. Pós-verdade é tradução da expressão inglesa "Post-Truth", e sua relevância perdura até os dias atuais.

A concepção da pós-verdade como relativismo epistêmico, que representa uma verdade variável conforme o contexto, foi dita por Kathleen Higgins, em

2016, no seu texto fabulosos "*Pós-verdade: um guia para os perplexos*", no qual a autora acredita que existem tipos distintos de relativismos, em que se situam um extremo e um racional: o primeiro não permite um diálogo entre as partes, uma vez que a verdade é pessoal e está calcada na subjetividade de cada um, tal qual um juízo gustativo- você gosta de uma coisa e eu de outra, em termos de alimentos-; o segundo, considera uma base mínima sobre o que seja a verdade.

Desde que o prestigioso Dicionário Oxford incorporou a expressão pós-verdade como a "palavra do ano", em novembro de 2016, o uso do termo vem se popularizando mais e mais em nossos dias. A princípio, sua genealogia remontaria a um único artigo: "*Um governo de mentiras*" ["*A Government of Lies*"], do dramaturgo e romancista Steve Tesich, e publicado em 13 de junho de 1992, no jornal *The Nation*. Neste artigo, Tesich analisava a conjuntura política norte-americana e diagnosticava que havia ali uma espécie de síndrome de escândalos estatais de seguidas mentiras dos governantes. Estes simplesmente mentiam para o povo norte-americano – sem o menor esforço para sequer disfarçar as falsidades.

Tesich advertia, então, que tanto fazia se o governo falasse a verdade para seus cidadãos ou se mentisse descaradamente. Dessa maneira, os governantes podiam reconhecer que mentiram – e a vida simplesmente seguia, e era mesmo melhor que fosse assim, sem as perturbações de algum radical que, por ventura, se atrevesse a questionar os métodos (moralmente duvidosos) do governo. Daí a (cada vez mais conhecida) conclusão de Tesich: "De um modo bastante fundamental, nós, como um povo livre, livremente decidimos que queremos viver num mundo de pós-verdade".

Para uma história do conceito linguístico da pós-verdade, retornamos ao embate entre verdade socrática e opinião (doxa) sofística. O pensamento sofístico a que me refiro aqui vem sendo reconstituído por entendidos, cujo resultado de pesquisa vem desenhando esses pensadores não como mercenários, que ensinavam retórica a cidadãos atenienses dispostos a lhes pagar, mas como filósofos cujo pensamento recusava dogmatismos metafísicos e, em vez disso, conferiam à linguagem um poder (pode-se dizer, um tanto pós-moderno) de ordenar (novos, outros) mundos possíveis.

Helena Martins, em seu texto "*Três caminhos na filosofia da linguagem*", defende que o pensamento sofístico sobre a linguagem humana se revela como certa protoimagem ou imagem primária ("protoimagem" é utilizada para descrever uma imagem fundamental, de onde as outras imagens da obra se derivam,) de uma perspectiva "radicalmente pragmática da linguagem e do sentido".

Os três caminhos principais são identificados como: o realismo, o mentalismo e o pragmatismo, que refletem diferentes abordagens sobre o significado, a referência e o uso da linguagem.

O realismo defende que a linguagem tem um significado objetivo e independente do indivíduo, e que se refere a entidades ou estados de coisas no mundo exterior. O realismo busca determinar a verdade ou falsidade das afirmações, comparando-as com a realidade.

O mentalismo, por outro lado, enfatiza a importância da mente e das ideias na definição do significado. Para os mentalistas, o significado reside no conteúdo mental ou nas representações que temos das palavras e frases.

O pragmatismo, por sua vez, concentra-se no uso da linguagem e no seu papel na ação e na interação social. Os pragmatistas veem o significado como uma função da maneira como a linguagem é utilizada em contextos específicos, enfatizando a importância da comunicação e da interação para a definição do significado.

Esses três caminhos, embora diferentes, contribuem para a compreensão da natureza e do papel da linguagem na experiência humana. Eles oferecem diferentes lentes pelas quais podemos analisar a linguagem, desde a sua relação com o mundo exterior até a sua importância para a mente e a ação.

Da mesma forma como ao dizermos algo não materializamos coisas do mundo, também as coisas do mundo não se transformam em discurso. São instâncias para sempre distintas – não podemos ver uma voz aguda ou ouvir a cor azul. Por isso é que, quando usamos a linguagem, não revelamos o real, não dizemos fatos: o discurso não é a mesma coisa que as coisas do mundo. Logo, ao contrário de afirmarmos que a linguagem diz o real, dizemos que o real se faz na linguagem.

Assim, o discurso não nos dá acesso ao mundo em si – o que temos são discursos, que nunca dão conta, mas que falam do/sobre o mundo. Dessa forma, nosso conhecimento sobre o mundo é discursivo.

Nossa linguagem faz mais do que nos representar as coisas mundanas e, ao mesmo tempo, não nos diz o real – uma vez que, conforme já vimos, nome e coisa são de naturezas distintas –, então, não pode haver comunicação sobre os fatos, sobre a realidade.

Os sofistas, dessa maneira, teriam mostrado que, ao se dominar a retórica, todas as teses, tudo que se quiser provar, pode ser provado em filosofia.

Com isso, destaca-se a reconstituição histórica de se ligar essa ideia linguística da Antiguidade clássica de um "poder demiúrgico" da linguagem como força de ordenação das coisas do mundo à dita pós-verdade contemporânea e seu subproduto, as notícias falsas [fake news], como "novo" reconhecimento de que o logos realiza atos os mais divinos: criam e ordenam fatos fictícios.

Então, a incensada "pós-verdade", definida pelo Dicionário Oxford como um adjetivo "que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais" parece ter, pelo menos, dois mil anos. Afinal, o prefixo "pós" de "pós-verdade", confirma McIntyre, não é temporal (como o é em "pós-guerra"), mas eclipsa aquilo que determina – ou, como bem colocou o psicanalista Christian Dunker em forma de pergunta: "O que entender por verdade quando se lhe acrescenta este prefixo que a aposenta: a pós-verdade"?

Então, a historiografia dessa ideia linguística é muito anterior aos presidentes norte-americanos e ao Brexit, posto que estratégias retóricas há séculos desafiam uma verdade para além de opiniões sobre o real.

Se apresenta importante compreendermos o momento atual, e nesse sentido é possível afirmar, que no campo da informação, especialmente com avanço da internet e das redes sociais, a concepção de verdade adquire uma nova significação. Para melhor compreensão, deve-se perceber que a informação propagada virtualmente nem sempre está atrelada a uma realidade factual.

Entretanto, estabelecer critérios que se relacionem com a distinção entre informação verdadeira de informação falsa, vem se configurando como uma necessidade para o acesso à informação como um direito constitucional. Esclarecemos que informação não é conhecimento, contudo está na produção deste: informação é um conjunto de dados reproduzidos, enquanto o conhecimento é resultado de um processo de reflexão e aprendizagem crítica.

A importância da veracidade da informação se dá pela modificação que acontece em meio social por causa da Era Digital. A modernidade líquida é fruto de uma revolução tecnológica que transformou completamente as atividades humanas, portanto, em dias atuais busca-se não disseminar informações que não possuem adequação com a realidade. O não compromisso com a realidade dos fatos transformam a vida em sociedade em um espaço caótico, o que resta claro se opõe à necessidade de organização social. O meio digital pode trazer consequências sérias ao meio social físico.

A pós-verdade seria, pois, uma forma de, deliberadamente, não dar crédito à verdade dos fatos, mesmo quando estes são confirmados (posteriormente) por fontes confiáveis – pior: por pessoas implicadas diretamente na história em jogo. 26 anos depois, o termo usado por Tesich caiu nas graças da opinião pública e dos teóricos contemporâneos.

Nesse discurso "deliberativo" ou "político", conforme nomeava Aristóteles em sua arte *Retórica*, o que se chama de "fatos" será sempre ignorado porque não é o que interessa. Apesar dos dados colhidos, o fato é que as pessoas se sentem cada dia mais inseguras; têm cada vez mais a sensação de que a violência só se agrava.

Examinamos como a crítica contemporânea aos discursos pós-verdadeiros pode se aproximar aos conselhos aristotélicos para o bom retórico. Neste caso, McIntyre se referia à campanha da Grã-Bretanha para se livrar do Brexit como "não necessariamente para dizer que os fatos não importam, mas em vez disso uma convicção de que os fatos podem sempre ser sombreados, selecionados, e apresentados dentro de um contexto político, que favorece uma interpretação da verdade sobre outra". Um didático Aristóteles defende (em outros termos e tempos, está claro) a busca por se favorecer as características que nos servem em nosso discurso, selecionando aquilo que pode vir a nosso

favor e deixando à margem o que não nos beneficia. Enfim, se na base do discurso retórico estão os fatos, estes podem ser, digamos assim, moldáveis.

No discurso, então, é possível fazer o parecer ser: o excesso pode ser virtude; o aparente defeito, uma bem-vinda qualidade. Isso coloca em xeque como as coisas verdadeiramente – realmente – são. Assim, cabe ao bom retórico organizar um mundo possível (um certo mundo) com seu discurso, sabendo que, para cada caso, um remédio (um *pharmakós*) será indicado – com certa medida.

Devo considerar a hipótese de que essa espécie de surto da pós-verdade poderia ser uma consequência de um ideário pós-moderno (possibilidade também considerada por McIntyre): concepções pós-modernas de que, por exemplo, não há um texto primordial o que teria nos levado a conclusões como a igualação entre tradução/ (outro) texto original, original/plágio etc. – o que, por sua vez, teria nos conduzido à aporia - na retórica, é uma declaração de dúvida, feita para um propósito retórico e muitas vezes simulada-, de que todo texto é válido, mesmo se falso.

Se a pós-verdade parece remeter à nossa tradição ocidental grega, de Sócrates, Platão e Aristóteles contra os sofistas, no que ela se diferiria, na contemporaneidade, daquele embate? Uma hipótese é a de que a internet seja o grande diferenciador de nosso tempo: jamais tivemos tamanha facilidade para produzir e difundir notícias (também falsas) como temos devido à rede mundial de computadores. Na Grécia antiga os debates se restringiam aos cidadãos atenienses presentes na ágora em um determinado momento, agora uma discussão acontece em rede mundial, no Facebook, Youtube, TikTok, Thread, etc.. e por meio do poder midiático – e o bater de asas de uma borboleta em Minas Gerais pode, sim, criar um furacão em Paris.

O ponto a desvendar seria: o que essa era da "pós-verdade" teria para ser considerada diferente do debate retórico/ cético antigo? Uma primeira conclusão foi a tecnologia atual, que nos abriu o mundo da internet – o que nos proporcionou a troca de informações em nível mundial em uma velocidade nunca antes possível. Uma segunda conclusão foi o poder (ainda) expressivo da mídia contemporânea, que, com sua capacidade de espetacularização, acabou por banalizar o engodo, já que normaliza as manobras políticas que

intentam nos ludibriar. Uma terceira hipótese: a de que, agora, diferentemente da antiguidade clássica, essa disputa retórica mobiliza cifras astronômicas. Se Sócrates se preocupava com o soldo dos sofistas, hoje em dia o lobby das grandes corporações decide o destino de milhares de dólares em investimentos – e lucros. Por isso, vale a pena produzir dúvidas na população – o ceticismo, agora, é bastante lucrativo.

Igualmente, o cinismo de que tudo o que temos é mera opinião não é nada ingênuo, tampouco fruto de alguma teoria epistemológica que reconhece a falibilidade das verdades científicas: a dúvida não é promovida como uma estratégica argumentativa para se chegar a um conhecimento posterior, mas é criada por interesses financeiros.

Há um firme caminho histórico do conceito de "pós-verdade" para uma história das ideias linguísticas, reconhecendo sua linhagem grega. Se objetivou traçar um percurso histórico e examinar o que nos diferencia de nossa tradição clássica. De resto, esta era da "pós-verdade", fabricante de fake news, com aparato tecnológico mais arrojado, segue a premissa de assegurar dominação econômica, política, intelectual de uns por outros. Muito obrigada.

PRIMEIRO APARTE

Daniele do Val

Cecilia, como sempre, não nos traz só informação, nos traz também conteúdo. É sempre muito gratificante, nesses podcasts, aprender com as suas reflexões, com a sua contribuição. Você traz duas coisas muito importantes. A primeira delas é se pensar, realmente, sobre como a linguagem estrutura o pensamento. Para se desenvolver o senso crítico e aprender a ler esse mundo de uma forma mais profunda, a gente precisa se dedicar a ultrapassar o senso das informações apenas e pensar ai de fato o que que o conhecimento pode nos fazer para entender a realidade. Outro ponto que achei muito interessante na tua fala, quando você traz a frase "o real se faz na linguagem", e ai se fica com alguns pontos de interrogação. Para a gente depois fazer aqui o debate, seria colocar a verdade em cheque, ou seja, a verdade então ela é relativa, ela depende das intenções de quem tem o poder de fazer o real através da linguagem? Como que essas informações falsas nos levam ao conhecimento da realidade frágil, que pode desmon-

tar a qualquer momento. E quando você traz a liquidez dessa sociabilidade hoje, é muito importante para a gente refletir. Agora eu passo a palavra para o Alexis, dizendo que estamos muito felizes com a sua participação no nosso podcast. E a nossa expectativa é que de fato a sua colaboração seja fundamental para que se possa entender as contradições, os desafios da comunicação e, principalmente, dessa produção ética das informações. Eu tenho uma leitura, um entendimento de que essa produção ética, inclusive, é, antes de qualquer coisa, um ato de cuidado. Porque se precisa ter essa responsabilidade no que tange a nossa contribuição para a própria dinâmica societária. Pois se a informação é uma expressão de relação de poder, o que ela faz circular? Ela faz circular informações que podem colocar em cheque a nossa vivência e a forma como ela é difundida faz se apresentar, muitas vezes, como uma manifestação da violência. E ai, Alexis, queremos aprender um pouco mais com você.

3.3 Fake News como forma de violência

Alexis Aragão Couto

Primeiro eu queria agradecer o convite da professora Maria Cecilia Gama, dessa participação dos podcasts. Também a presença da professora Daniele do Val, em mais um podcast juntos, tivemos alguns dias atrás gravando o podcast para o lançamento do livro do Escritório da Cidadania, agradecer essa parceria que temos desenvolvido aqui. Sou da área da comunicação, formado em Comunicação com habilitação em Publicidade, atuo na área do Marketing e acho que a escolha do tema é formidável, é incrível. Porque trazer fake news como forma de violência é uma perspectiva totalmente diferente do que se está acostumado.

A gente vê muito na mídia sobre fake news, informação errada e penso sobre muitas coisas que acontecem, mas não se para para pensar, ou a própria mídia nos faz refletir, que isso é uma forma de violência e qual o impacto sobre isso. Então, esse texto inicial é incrível, para se começar a refletir, realmente, onde o perigo está da fake news. É muito mais do que uma informação errada. É um instrumento de manipulação, é um instrumento para moldar os interesses daqueles próximos, das pessoas que têm esse interesse. É um tema que passa

e ultrapassa as questões de comunicação por si só e entra numa questão do cuidado, da violência, das implicações para o dia a dia da nossa sociedade.

Quando se para, para pensar, isto desde 92 que você traz, ele ganha mesmo popularidade no mundo com Donald Trump e já era um uso de interesse das políticas, para descredibilizar os jornais, para descredibilizar a mídia, de uma maneira geral, a gente vive, inclusive hoje, aos caprichos do Donald Trump, que faz o que quer, que pensa da maneira como quer, e ninguém faz nada. É totalmente inconsequente. É claro que para um bilionário americano, qualquer coisa que você mude no contexto global, influencia pouco ele, milhões a mais ou menos, mas para as pessoas do dia a dia, o impacto é muito grande.

A popularização do termo fake news cresce já como uso de instrumento de interesse político. Em 2016, cresce. A gente vive aqui as eleições de 2018, a eleição Lula X Bolsonaro, de questões políticas, a mesma coisa: é fake news, é fake news. E o termo se popularizou cada vez mais, mas, de novo, para manipular algumas massas, direcionar discursos e conseguir o interesse político aí por traz.

Bem, esse é um contexto que popularizou muito, e de lá para cá a gente ouve falar muito sobre isso. Dentre as consequências, se tem os grandes grupos de mídia como Facebook, Instagram, WhatsApp, Google, tentando criar as empresas de Fact Checking, que é checar os fatos, a gente sabe que o perigo é muito maior, o volume é muito maior, e que não se tem controle sobre isso. A gente tem essa falsa sensação de controle, mas, na verdade, por conta da internet, por conta do algoritmo, hoje qualquer um vai produzir. A cultura digital faz o quê? Mais pessoas têm acesso agora, eu tenho popularização de tecnologias, conforme foi dito aqui, então mais pessoas têm acesso à informação, de repente mais pessoas podem criar essa informação. Os aplicativos hoje, os recursos facilitam para você produzir conteúdo, de maneira muito simples. Então, o controle da produção já é descentralizado, sobre o que fala, para mim, hoje, não há controle. Pouco são os canais que a gente vai poder entender se aquilo é verdade ou se não é verdade, se é fake news.

Eu queria compartilhar, que eu li um livro, tem uma semana, que é do Yuval Harari, "*Nexus*", no qual ele vai falar de uma breve história da informação da Idade da Pedra à Inteligência Artificial. Não tive tempo de ler tudo, mas a

primeira coisa que ele vai trazer para a gente é tentar explicar o quê que é a verdade. O que é a verdade? Será que é algo que tenta explicar certos aspectos da realidade? Tem tudo a ver com o texto da professora Cecilia, sobre a pós verdade, que é a reflexão dos filósofos versus os sofistas. Então, se a verdade é algo que tenta explicar a realidade, o quê que é a realidade? Ele vai dizer que a realidade é algo muito complexo, a própria dinâmica em si. Tem verdade que é um pouco mais precisa, porque quem está dizendo algo é sobre a perspectiva e conhecimento dela, mas está contemplando totalmente a realidade, o que é quase impossível de se fazer? Ele começa desmitificando o que é verdade. Logo depois ele fala: o quê que é informação? A informação é um conteúdo que vai tentar trazer algum dado para explicar essa realidade. Existe uma visão ingênua de informação, que informação vai tentar explicar o que é a verdade. E na verdade não é isso. Existe informação errônea, quando ela atende um erro comum, um erro sim, mas isso é desinformação, quando alguém está tentando manipular a verdade para o interesse próprio. A própria verdade é algo que não explica a realidade. Existem verdades com precisões diferentes e mesmo assim, existem coisas que estão erradas e coisas que estão sendo manipuladas para as pessoas.

Ai ele vai trazer uma informação, um conteúdo que eu acho muito interessante que ele fala: " a informação não é sobre a verdade, é sobre a conexão". Ele fala, pega a Bíblia como exemplo. Muitas informações ali dos conteúdos ao olhar da ciência estão erradas, mas existiu algum instrumento maior para conectar as pessoas? Então, ele vai trazer a ideia que a informação é um instrumento de conexão. Ou seja, as palavras, o uso do conteúdo, o conhecimento, está agregando as pessoas e as pessoas estão a fim de quê? De se conectar, com ideias, seus ideais.

APARTE
Maria Cecilia Gama

E ai há a simbiose disso tudo naquilo que tem o seu interesse. Se está falando no seu interesse, não se quer saber se é verdadeiro ou falso, é seu interesse, você vai pegar.

ALEXIS CONTINUA

Exato. E a gente esteve discutindo num podcast isso há uns dois meses atrás, sobre informações na internet, e um professor trouxe o viés da confirmação, que são as heurísticas mentais, que são atalhos mentais que o cérebro desenvolveu ao longo do tempo, para que tomássemos, nós indivíduos humanos, tomássemos as decisões de maneira mais rápida. E o primeiro deles que ele trouxe é o viés da confirmação. Se eu vejo algo que confirma a minha crença, aquilo que eu acredito, eu entendo como verdade, não somente como verdade, mas tento replicar e reforçar que essa é a verdade, então eu reforço um discurso.

A capacidade de parar, interpretar, compreender, questionar, ela cai por terra no viés da confirmação, se reforça a minha crença eu vou jogar para frente. É isso que eu espero.

Então, as fake news não têm base factual, mas circulam entre as pessoa, gerando consequência, e tem muito por objetivo de enganar, causar polêmica e gerar essa insegurança por meio do discurso da linguagem que a gente trouxe.

E fazendo uma pesquisa para essa conversa eu acabei caindo num texto que falava dos riscos globais de 2025, do Fórum Econômico Mundial e acabei baixando do Fórum esse relatório dos riscos para poder dar uma analisada. O prefácio é apresentado pela Saadia Zahidi, que é diretora executiva do Fórum Econômico, e ela vai trazer algumas questões que estamos vivendo hoje e alguns problemas que vão trazer essas questões, que ela coloca como urgentes neste mundo mais complexo. Ela vai dizer que a gente vive hoje uma realidade de conflitos geopolíticos – os países e a quebra da confiança - ; polarização política – que é uma preocupação porque sabemos como a política faz uso do instrumento das fake news -; e vai trazer a desinformação gerada por inteligência artificial. Ela coloca assim: " a desinformação e o aumento do conteúdo por meio da inteligência artificial é um dos maiores riscos da sociedade, a curto e médio prazo. Então, até 2027, esses são os dois principais problemas que a gente vive como sociedade.

E a gente começa a entrar, já puxando para o lado de algoritmo e inteligência artificial, que é hoje a inteligência artificial que cresce muito, se expande muito, e a gente tem duas coisas importantes para a gente saber, dentro da área da inteligência artificial. Primeiro, a gente tem aprendizado de máquina, que é você pegar um algoritmo, um sistema, que você acredita ser inteligente e que

venha a replicar esses comportamentos humanos: questiona, conversa, toma decisões, você pega uns dados e vai treinando essa máquina. Aprendizado de máquina é quando você pega o algoritmo e treina por meio de vários dados. E ela aprende com esses dados: identifica padrões, para tomar decisões e reconhecer certas esferas que você está colocando. E você tem o aprendizado profundo, que é quando você começa a usar a inteligência de um algoritmo que vai replicar o pensamento humano. O cálculo do algoritmo é muito feito pelo meio igual a gente pensa, baseado nos cálculos dos neurônios. Usar os neurocientistas para poder pensar o aprendizado profundo. Ela conversa com a gente, detecta imagens, capaz de reconhecer, adaptar e trazer questões que simulam a inteligência humana. Mas ela não é uma inteligência humana. Ela replica o modelo. Então quando você está conversando com uma IA, ela não está conversando como se fosse uma pessoa, está replicando padrões que parecem com uma pessoa. E ai a gente tende a acreditar. Porque o problema da IA não é ela estar errada é ela nos convencer que ela está certa. Porque ela argumenta de maneira melhor que muita gente argumenta. Ela traz dados que nem existem, e as pessoas que já nem têm uma competência, uma habilidade de questionar, são convencidas de maneira muito fácil. Olha o perigo! Ela nos convence que está certa!

APARTE

Maria Cecilia Gama

Vou te dizer uma coisa. Você abre qualquer um desses aplicativos Instagram, Facebook e tal e você vê as pessoas falando, te convencendo que você vai ganhar determinado cartão se fizer uma determinada coisa, e são pessoas conhecidas, a fala é a delas, o movimento labial é deles, só que aquilo tudo é fake. Aquilo tudo é golpe. A pessoa que está do outro lado, geralmente é aquela que precisa, opa, olha aí, é o fulano que está falando. Aquele fulano é conhecido. Eles não usam pessoas desconhecidas, eles usam pessoas popularmente conhecidas. Porque o popular é que entra na causa da doxa, não entra na parte do pensar, e sim na parte do achar. E acha aquilo o máximo. Vai cair. E atrás dele vão cair 900 porque ele vai cair e escrever, ah, que máximo! Tem 300 pessoas dizendo que é o máximo e fulano não vai querer nem saber e investigar. E aquilo tudo é o algoritmo. Aquelas pessoas não existem, mas as pessoas acreditam que sim. O grande problema está aí, Por quê? A linguagem convence. Ela é convencimento. É

a persuasão. Isso já vem desde a época dos sofistas, isso já vem desde a época dos filósofos, que é, persuadir. Você vai convencer uma pessoa de que aquilo que você está afirmando é correto, mesmo que não seja. Não se questiona mais e isso é muito perigoso. Isso é muito violento. Isso entra dentro de uma situação do ser humano que é o deixar de pensar.

ALEXIS CONTINUA

É puro convencimento. O uso dessas pessoas você traz a credibilidade, tem todo *know how* daquela pessoa. Antigamente, vi na TV, então está certo. Fulano falou. Ponto. Não se questiona mais. Agora imagina, nós enquanto seres que estamos vulneráveis por conhecimento, por cognição, contra uma máquina que manipula informação. Olha a comparação, olha o desafio que a gente tem. E tem uma teoria chamada Teoria da Internet Morta, que fala que 50% que está na internet hoje é criada por bots. Então, muita coisa que você acha que está acontecendo, não está. É um monte de bots criando e retroalimentando. Um tempo atrás eu vi uma página, no Facebook, que era toda feita por IA, então ela gerava as imagens e as IAS iam comentando. E começou a gerar imagens totalmente distópicas, então tinha imagem de Jesus numa versão de jacaré, ou enfim imagens extremamente bizarras e outros bots comentando e a página crescendo e aquilo como estivesse vida e era bot e era IA e gente, se alguém parar para olhar o que está acontecendo aqui, olha isso, olha esse movimento todo. Então falam que hoje, 50% da internet é basicamente bot dado de maneira automática.

APARTE

Maria Cecilia Gama

Eu ontem vi uma declaração daquela atriz Scarlett Johansson, dizendo que ela não tem rede social. E foi explicando porque que ela não tem: ela disse que teve três horas de rede social na vida dela. Naquelas três horas, e se encontrou tão conflitada, achando a vida dela uma porcaria, achando que nada daquilo que estava acontecendo em outras vidas estava acontecendo na dela. Então, ela começou a achar tudo diferente. E disse: eu não quero isso para a minha vida, eu sou influenciável, então se eu começar a ver isso ai todos os dias, a minha vida vai se tornar um inferno. Eu vou achar que tudo que eu estou fazendo não é tão

legal quanto o que a outra pessoa está fazendo, tudo que eu tenho não é tão bom quanto o do outro. Então, ela desistiu de ter rede social.

ALEXIS CONTINUA

E rede social é aquilo né, uma família, está todo mundo brigando, então a gente para agora, vamos fazer uma foto e ai posta a família perfeita. A gente desconhece a realidade. Gera ansiedade, gera uma série de problemas.

APARTE

Maria Cecilia Gama

Porque a Scarlett, além de tudo, foi sensacional, porque ela reconheceu o que uma situação dessas, de uma internet de um conhecimento alheio, pode provocar na vida de uma pessoa. Toda vez que você abre e vê determinadas coisas, aquilo vai te influenciar de alguma forma. Você é um ser humano, então aquilo vai entrar em você. É o que você diz, Alexis, se é o que você quer ouvir... ai está um prato cheio.

ALEXIS CONTINUA

É aquela coisa, nossa, que interessante, vou compartilhar. Comer muito chocolate aumenta a memória. A pessoa vai na IA e pergunta se aumenta a memória? A IA concorda. Ai é um tal de comer chocolate sem fim.

APARTE

Daniele do Val

É um dos riscos também das fake news e da inteligência artificial. Porque elas acabam não se limitando apenas ao ambiente digital, porque elas atravessam nossa tela do celular, do tablet, ela passa a ser transmitida boca a boca, então ela passa a ser também uma expressão da realidade.

APARTE
Maria Cecilia Gama

A partir do momento, Daniele, que a educação deixou de lado, dentro do currículo escolar, Filosofia, Sociologia, Antropologia, o pessoal não pensa mais não. Para quê? Deixa o outro pensar pela gente. Aquilo me serve, aquilo não me serve. Aquilo eu gosto, aquilo eu não gosto. Vai pensar para quê? Você está criando uma geração de pessoas totalmente voltadas para a doxa, que é o achismo. Você não perdeu nada para estar achando. Única coisa que você perdeu foi o conhecimento que você podia ter tido, se você passasse a refletir, a ter uma consciência crítica, e saber o que é isso.

Eu expliquei isso em poucas palavras: o texto será sempre verdadeiro, mesmo que seja falso, porque ele é um discurso, então ele retrata uma verdade. Aquela verdade daquele momento. Se você vai acreditar ou não naquilo que o texto está lhe falando.

ALEXIS CONTINUA

Porque em grande parte parece que tem de tudo, mas o que menos importa é a verdade. Desde que você use dados para manipular. Se você parar para pensar, no contexto da educação, se por um lado você tem uma geração que é vulnerável, que está acessando a internet, a rede social, como nenhuma outra geração, e essas novas tecnologias, esses novos aplicativos ou IA vão criando novas maneiras de se comunicar, de se relacionar, de aprender, de se divertir, isso vai modificando a realidade. Mas por um lado da educação, exige que nós, professores e educadores tenhamos um papel mais ativo que reconheça, que traga isso para debate, para que a gente possa criar uma educação que venha a atender as necessidades. Só que a sociedade avança tão mais rápido que a educação, que já não dá mais tempo de você corrigir, pelo contrário, a gente vive as consequências da tecnologia.

Um tempo atrás eu estive conversando num podcast com um professor, era até um tema de IA, e ele me disse, Alexis vi um artigo esses dias, recente, inclusive, que o professor afirma o seguinte: até hoje a gente não conseguiu compreender direito o impacto da televisão, da propaganda, no dia a dia das pessoas. O impacto foi tão grande do consumismo que até hoje é impossível da gente en-

tender. Imagina agora a gente compreender a internet, compreender a inteligência artificial. Não tem como acompanhar.

APARTE
Daniele do Val

E ai é isso. Da mesma forma que a inteligência artificial pode trazer algumas possibilidades de avanço, conquista, de contribuição, ela, na verdade, se for mal utilizada é também uma forma de violência. E ela sofistica as fake news. Ela traz um grau de sofisticação, como você traz, será que é isso mesmo? Vou botar no google para ver. E aquilo afirma aquela verdade. E gente precisa estar atento.

ALEXIS CONTINUA

E a gente tem hoje, profissionais de fake news. Atuam de maneira elaborada, construída, planejada, para disseminar a informação falsa.

APARTE
Maria Cecilia Gama

Porque na verdade o que importa não é a verdade ser dita. É aquilo que está sendo dito chegar aos seus ouvidos como aquilo que você quer ouvir.

ALEXIS CONTINUA

Em 2016, teve uma jornalista que eu acompanho, que trabalhou no Facebook, enfim, a Ana, ela falou o seguinte um dado: na eleição americana o Donald Trump fazia 40 mil anúncios por dia de teste AB no Facebook e no Instagram. Como funciona? Eu tenho uma IA que cria os anúncios que eu vou disseminar. Então, por dia, eram capazes de produzir 40 mil anúncios diferentes, selecionados por estados, pela área, por temática. Então eu sei que nesse lugar aqui se usar essa foto com esse discurso, e iam criando as hipóteses. E no dia de debate eram 200 mil anúncios de teste AB. E os anúncios iam aprendendo. Neste estado aqui o que teve a melhor performance foi essa foto com esse texto, porque sei que aqui tem um discurso tal, e ia manipulando para ele poder. E o anúncio chegava até você com a foto e o texto. O que deu todo aquele escândalo foi, como você aceitou

alguns termos dentro do Facebook, ele já usava as palavras que você comumente já usava, para incitar emoções em você. Então era manipulação realmente a nível profissional. Para que você pudesse ser manipulado por um discurso de novo. E a professora Daniele falou que uma mentira repetida várias vezes acaba se tornando uma verdade. Como a repetição entra, na parte da fake news, como manipulação de discurso.

APARTE
Daniele do Val

Por isso, inclusive, a gente não pode achar que é besteira. Ah! É uma fofoquinha digital, besteirinha, uma mentirinha. Não! Porque os impactos que ela traz são profundos. Impacto social, político, enfim, impacto humano. Não é uma fofoquinha digital. Elas vão estar influenciando as decisões, as escolhas. Elas espalham o medo, então, elas permitem que você seja facilmente controlado a partir das inseguranças que se gera. Não dá para desconsiderar isso.

ALEXIS CONTINUA

O Karnal fala o seguinte: não acredite em nada. Melhor maneira de se apresentar algo é mostrar a variedade que existe ali dentro e mesmo assim, de maneira contraditória. É o discurso científico. Olha, existe um que fala A, alguém que fala B, e a pessoa pode tirar as próprias conclusões, para não aceitar uma informação pronta, pois geralmente a informação vem enviesada e manipulada, com boas ou más intenções. Você pode contar uma mentira só falando verdade.

Tem um caso de inteligência artificial, que eu acompanhei esses dias, criaram um algoritmo que pudesse reconhecer imagens e para treinar disseram o seguinte: você consegue diferenciar o lobo desse cão que é Husky siberiano? E começaram a verificar. E teve 90% de acertos, sobre qual era o lobo e qual era o cão. E reconheceram que um dos principais indicadores da diferenciação, era a neve. Que em ambientes mais frios eu tenho o lobo, e ambientes mais de casa eu tenho o cachorro. Então não era sobre a espécie em si, mas sobre o contexto. Sobre o ambiente. E ai você está fazendo o quê? Uma análise do social em torno da pessoa para dizer isso. Se você sai da esfera do cachorro e começa a entrar na nossa esfera, seres humanos, no seu dia a dia, então a IA já começa a tomar uma

decisão pautada no social, ele é injusto, é estereotipado, é preconceituoso. Se tende a capacitar a IA com dados do mundo de hoje, que é um mundo distorcido, de fato, e tende a uma IA que toma decisões com base nisso e as IAS acabam reforçando o preconceito, e inúmeros outros problemas. De fato, concordando com o Fórum Econômico, esses próximos dois anos, que a gente vai ver, inclusive, a eleição de novo, é a questão do uso da IA e como vamos tentar trazer uma educação pautada. Que é o desafio da educação atual, que é fazer o indivíduo questionar, pensar, separar fontes.

APARTE
Maria Cecilia Gama

Não querem, porque é tão mais cômodo apertar um botão e ter a resposta ali. Não precisa se esforçar o chat GPT faz o seu trabalho. Você só dá um clic. E aonde vai o seu pensamento? Aonde vai a sua qualidade como ser humano que é o raciocínio?

APARTE
Daniele do Val

Tem a resposta, copia, cola.

ALEXIS CONTINUA

É o uso inteligente da Inteligência Artificial, o uso inteligente da informação.

APARTE
Maria Cecilia Gama

Daqui a pouco vira aquele texto maravilhoso do Victor Giudice, do João que tanto caiu e tanto aceitou que virou um arquivo. Porque ele só ia aceitando as coisas negativas que iam acontecendo na vida dele, porque ele precisava daquilo e acaba virando um arquivo, dentro de uma empresa, e ele passa a ser o arquivo móvel com gavetinhas. Entendeu? Então, é uma coisa assim assustadora. A gente

tem que voltar a fazer com que esses jovens leiam. Não leiam só bobagem. Leiam coisas sérias. Coisas de valor, para a formação deles como seres humanos.

ALEXIS CONTINUA

Eu tenho acompanhado dois casos agora, que envolvem muito as redes sociais, que são os influencers. O primeiro, são influencers da área da saúde. Qual o impacto que essas informações da área da saúde têm impactado a vida das pessoas, que virou um caso de saúde pública, começar a entender e educar as pessoas por conta de informação falsa para a saúde. São dicas de saúde, ou comidas, ou remédios, ou comportamentos.

APARTE

Maria Cecilia Gama

Não tome esse remédio, tome isso aqui. Tem um sujeito que aparece dizendo que uma pessoa que está péssima, em termos de saúde, por causa de uma diabetes, toma uma poção que ele deu e em três meses, a diabetes de 300 passa a 70. Ótimo, ele é Jesus Cristo. Desceu na terra e nós não estamos sabendo.

ALEXIS CONTINUA

E a outra que eu tenho acompanhado muito, é agora, recente, que é a CPI das bets, que estamos tendo O que ficou claramente em todos os jornais e notícias, inclusive na rede social, os influencers que estão sendo utilizados pela ferramenta do Tigrinho e outros jogos e tem muita gente perdendo dinheiro, perdendo casa, tirando a própria vida, porque acredita que vai ficar milionário, acredita que vai ganhar e vai ter tudo fazendo o joguinho do Tigrinho. E ai, questiona-se muito isso. Teve um professor, nesse podcast, que trouxe uma reflexão. Ele é um professor, educador, mas ele trabalha muito com comunidades na favela. Os jovens da favela, eles olham a rede social e falam, vou mudar de vida com dois jeitos, ou jogando o joguinho e ficando rico ou traficando, mas não vou na escola estudar. Porque a escola é ruim e não muda a minha vida. Essa fala é a mais contraditória, porque para esse indivíduo, a coisa que tem mais chance de mudar a vida dele é a escola. Então ele fala que a escola é o momento que ele vai parar e mudar a vida,

mas ele acredita que esse é o último recurso que ele vai ter. Porque vive ludibriado por recurso. É difícil.

APARTE
Daniele do Val

É um pouco do que já falamos aqui em outros momentos. Porque se vive numa sociedade que hoje não basta só ter, a gente tem que parecer que tem. O universo das redes sociais é um universo que te permite sonhar e projetar aquelas expectativas de ter ou parecer que tem. E como isso influencia o desenvolvimento daquela criança, daquele adolescente, desenvolver no sentido mesmo de potencializá-los e se constituir como cidadão, que seja livre, que seja autônomo, que possa fazer suas escolhas. E essa desvalorização da escola está cada vez mais presente, porque hoje, essa sociabilidade do consumo, que é forjada mesmo pelo capital, é assim, o importante para mim é ganhar dinheiro. Então se eu posso ganhar dinheiro de uma forma que, aparentemente, é mais fácil, que é mais glamourosa, para que eu vou estudar? Nada é mais atual do que, às vezes, aquelas historinhas que a gente aprende no momento que está sendo alfabetizado, isso eu até brinco com meus alunos mesmo que já estão na faculdade, gente, temos que ter o ponto de interrogação como seu melhor amigo. Porque é isso. Temos que aprender as coisas e a questionar. Não é tudo aquilo que chega para você que é a verdade. Aquilo é um recorte da realidade, tem uma história que precisa ser contextualizada. Tenha o ponto de interrogação como seu melhor amigo. Ai você consegue de fato, não é duvidar, mas é entender que pode ter mais coisas ali do que aquilo que está aparecendo para você. É aquilo, a aparência e a essência.

APARTE
Maria Cecilia Gama

As crianças são, basicamente, os primeiros filósofos. Porque a filosofia é feita de questionamento. Não importa muito qual é a resposta, o que importa é o que você pergunta. E a criança, tudo é por quê. Mas chega um determinado momento que você para de perguntar. Já estão tão acostumadas, o que eu acho uma violência, que é uma criança pequena diante de uma tela de computador. O

Karnal, que você se referiu, tem uma história que eu acho interessantíssima e ao mesmo tempo muito triste. Em Porto Alegre, na casa da família dele, ele estava com a sobrinha e a sobrinha fazia assim para ele - puxava com o dedinho para tirar alguma coisa do seu campo de visão – e ele não entendia. A irmã dele chegou e falou assim: sai da frente, Leandro. Por quê? Ela está pensando que você é a tela do computador, ela faz assim no tablet e a tela muda, passa o desenho. Ele saiu dali horrorizado e contou essa história. A mim, me horrorizou também. Uma criança pequena, nos seus dois três anos de idade, já não tem mais comunicação, o que seria normal que ela tivesse, "tio, sai da frente", não, é aquele gesto mecânico que ela faz no tablet. É assustador. Isso é violência.

ALEXIS CONTINUA

E não tem uma resposta clara. Os próprios adultos não sabem lidar com isso, quem dirá transformar uma geração nova. Então, cada indivíduo vai ter que aprender de uma maneira sozinho ou por si próprio, a construir uma solução. Seja por problema de desinformação, seja por problema de outros, que se vive de depressão, ansiedade.

APARTE

Maria Cecilia Gama

Tivemos aqui o professor Orofino que falou de saúde mental e como piorou muito depois da pandemia. É uma dos graves problemas que nós temos. E tivemos aqui também um podcast com os alunos, com seus problemas, voltados agora o que antigamente não se via muito, parte da dislexia, parte do TDH, parte do autismo, como têm-se que ter acolhimento e apoio, para que esses jovens se sintam pertencentes. Porque a palavra chave é pertencer.

ALEXIS CONTINUA

Eu acho que a tecnologia afasta. E a inteligência artificial elas fazem a gente agregar em outros campos, mas o principal que falta na gente é o cuidado, é o acolhimento, é o pertencimento, acho que é isso que falta. A gente nunca viveu uma crise de solidão tão grande quanto essa. Então a gente tem, cada vez mais

afastadas as pessoas, em um abraço, em uma conversa, uma coisa mais íntima assim, mais humana.

APARTE

Maria Cecilia Gama

As famílias se encontram. Vão almoçar ou jantar fora, ninguém, conversa, todo mundo está no celular. Isso é um pouco assustador.

ALEXIS CONTINUA

Eu separei pequenos tópicos para ajudar neste questionamento, que são dicas comuns.

A primeira coisa é considerar a fonte. Chegou a notícia, é influencer? Mas que influencer é esse, o que ele faz? Porque tem influencers que se dedicam à educação. Têm nomes inclusive famosos de pessoas que se dedicam ao conhecimento científico, à divulgação. De onde é o site dessa informação? De qual jornal? É de que pessoa? Está no grupo de whatsapp? Quem está compartilhando? Então, sempre considerar a fonte.

O segundo ponto é ler mais sobre o tema. Deixa pesquisar antes de eu sair falando o que é isso. Mas diversificar a fonte, não adianta ir lá para o GPT ou para o Google. Beleza, vou para o Google, mas quantas informações estão chegando sobre esse tema? Então, leia mais para aprender, para o crivo, para o próprio entendimento daquele assunto, para poder ponderar. Discutir. O que é a verdade de fato. Não é pegar um recorte ou um dado, e ai entra muito a questão da data. Isso foi dito quando? Em qual contexto? Quantas vezes não se viu notícias muito velhas, de anos atrás, repercutindo agora. Recentemente teve um vídeo que popularizou também na internet, era no Rio de Janeiro, um tiroteio, uma coisa horrorosa. Comentaram o quanto era perigoso o Rio e foram ver e era um recorte de um filme sobre o Rio de Janeiro. É claro que o Rio é perigoso. De fato. Agora, não há correlação entre o vídeo e o Rio ser perigoso, na verdade era um filme. Mas a narrativa ganha esse discurso, é muito grande, compartilha, vira verdade e daqui a pouco as pessoas estão comentando.

APARTE
Daniele do Val

Existem indicadores que mostram isso. É interessante porque a gente se questiona muito. Eu que sou carioca, trabalho no Rio, a gente, às vezes, fica assim questionando. Cara, a quem interessa essa imagem do Rio ser tão violento? Porque se você pega o atlas da violência, por exemplo, o Rio de Janeiro não é a capital mais violenta do país. Ela está, obviamente, entre as cidades que figuram com índices perigosos e alarmantes de violência, mas ela não é a cidade mais perigosa do país. No entanto, só se mostra o Rio de Janeiro, só se fala do Rio de Janeiro, e ai fica essa questão. A quem interessa que o Rio de Janeiro seja também midiaticamente exposto, para que ele se torne essa cidade tão violenta. Não é que não seja, tem-se indicadores que mostram que, obviamente é uma cidade violenta, é uma grande capital, mas é isso. Por que ela é sempre aquela que figura como a mais violenta. A quem interessa isso?

ALEXIS CONTINUA

É a cultura das mídias. A gente vive a cultura da mídia. Eu não conheço muitos países, conheço o que a mídia me mostra. Brasil, futebol, samba. Enfim, a gente conhece aquela realidade, aquele recorte da mídia, do jornal, do jornalista que montou, do editor. É muito figurada, é muito recortado o que chega para a gente.

APARTE
Daniele do Val

Eu dou até um exemplo, que enfim, que de fato isso não aconteça. Mas eu que estou sempre na estrada, eu nunca tive e espero que permaneça assim, uma tentativa de assalto ao meu carro, no Rio. E eu já tive aqui em Volta Redonda. Ou seja, se formos pensar em probabilidades.

ALEXIS CONTINUA

Existe uma indústria lucrativa, perigosa, com interesses próprios, para manipular e modificar. Por isso que compartilhar o que você trouxe é uma res-

ponsabilidade. Você faz parte disso. É claro que a gente não tem como controlar todo mundo que vai compartilhar. Não tem como você punir as pessoas. Ainda hoje não tem como punir notícias falsas que correm por ai. Mas a gente já teve caso no Brasil, por conta da internet, que a pessoa foi espancada na rua, morreu, por conta da informação trocada. Confundiram, alguém noticiou. Fazendo justiça com as próprias mãos no bairro, a pessoa morreu e era notícia falsa, não era essa pessoa, era outra pessoa.

APARTE
Daniele do Val

É, porque é tudo muito efêmero. É tudo muito imediato. Tem informações que você colhe ali, o passional né. E você não aprofunda.

APARTE
Maria Cecilia Gama.

E é o interesse. O que interessa e o que não. É o que os teórico hoje em dia falam: o que importa é o que interessa. Vamos falar sobre o que interessa. Vai falar para quê; não vai dar ibope. Não interessa. Então não se fala e com isso se deixa de contar a verdade. Ela fica quebrada. E ai se torna a pós verdade.

ALEXIS CONTINUA
É a pauta que está em voga. Adorei quando você disse que pós verdade é o que já se passou, já não interessa mais a verdade, ela ficou para trás.

APARTE
Maria Cecilia Gama

O pós guerra é o quê? Após a guerra. Então, se você fala de uma pós verdade, a verdade já não existe, ela ficou para trás. O que vamos fabricar a partir disso. Daquela coisa que ficou para trás. Qual o interesse que se terá em fabricar, dentro do discurso, dentro de um diálogo, dentro de um texto? Então já não importa mais

se ele é original. Se é fake. Se é plágio. Não interessa. Porque isso já não está mais em voga.

ALEXIS CONTINUA.

Estou longe de ser a pessoa que entende o que está ai na educação do fundamental, das crianças, dos jovens, mas o quanto importante é o papel da escola.

APARTE

Maria Cecilia Gama

O mais importante ai é o professor.

ALEXIS CONTINUA

Então imagina o que nossas escolas precisam hoje de fazer os alunos pensarem, cresceram já com esse pensamento. Temos aqui no primeiro período da Medicina, primeiro período, uma disciplina que é Fundamentos do Pensamento Científico, que é justamente como busca a fonte, como você traz essa fonte, como você pega dela, como constrói algo novo, seja no formato audiovisual.

APARTE

Maria Cecilia Gama

Ver se essa fonte é crível. Credibilidade faz parte daquilo que se afirma dentro de um texto. Isso eu defendi no meu mestrado, porque você tem de ver a credibilidade de quem está colocando isso. Aristóteles escreveu e falou alguma coisa neste sentido na sua *Retórica*, que se tem como provar que foi. E no entanto sabemos que muitas das coisas que Platão escreveu, não foi Platão que escreveu. Entendeu? Então, até lá já não tinha essa coisa do que é dele e o que não é. Há diálogos que são platônicos e que não são, e são tidos como. Sendo, ao longo dos séculos. Têm estudiosos que se aprimoram com isso, de saber até ali quem fez. O que dirá da Bíblia, o que dirá de "n" outros. O texto é complicado, porque ele é representação e como você o representa? Depende de quem o vai escrever. Do ponto de vista do escritor. Entra naquele *Pharmacon* do Platão: ou vai ser uma coisa positiva, ou negativa ou uma máscara.

ALEXIS CONTINUA

A primeira coisa que se pode aqui, como reflexão geral, depois de todas as reflexões que a gente fez, é realmente antes de acreditar em algo, questionar. De tudo, de todas as informações, inclusive nossas mesmo. Questionar os nossos textos, as nossas fontes.

APARTE

Maria Cecilia Gama

A aporia é necessária. A dúvida. Porque a dúvida que fez nascer grandes momentos da filosofia. Não foram as certezas, foram as dúvidas.

APARTE

Daniele do Val

Vamos fazer um fechamento sugerido pelo Alexis, porque hoje tivemos um pouquinho de mudança na metodologia. Eu me permiti deixar os experts ai a discutir. Tem algumas questões que a gente pode tentar sistematizar. Vou pegar o gancho que o Alexis trouxe, então o que fazer. Porque é isso. Às vezes, sem a gente perceber, a gente compartilha uma mentira, uma informação distorcida, se está espelhando a desinformação e estamos alimentando esse ciclo perigoso, que é o da desinformação. Queria só reiterar isso, antes de se espalhar aquilo como uma informação verídica, a gente se perguntar, qual é a fonte, se é uma fonte confiável, ela está em mais de um lugar. Porque afinal de contas, você falou da questão das informações recentes e de uma atualização de algo que já tem anos, a pouco tempo, estávamos vendo situações que envolviam agressões, não vou me referir a nomes pois temos a proteção de dados, mas de pessoas que já provaram que não tinham nada a ver com aquela situação ali, mas o nome continua figurando como autor de violência, como propagador de violência. Isso de fato se tem que ter muito cuidado. De saber se está nas plataformas digitais confiáveis, se tem as fontes, se tem mais de um lugar falando daquilo. Isso é muito importante, afinal de contas, a gente tem uma tendência, que já foi muito bem discutido aqui, a de hoje as informações chegarem para a gente de uma forma muito rápida, e a gente ter uma leitura muito imediata e se acaba tendo respostas muito efêmeras. Então,

a gente entender que aquele consumo do conteúdo não só vai nos absorver naquele momento por meio daquela informação dada, mas se não se tiver cuidado aquilo ali vai criar um impacto e o impacto não só para a nossa vida, mas também para o outro.

Vamos finalizando o nosso podcast com algumas reflexões importantes. A primeira delas, entendendo que é urgente essa compreensão que as fake news não são apenas fofoquinhas digitais ou distorções da realidade. Elas são sim uma forma de violência, porque violam direitos humanos, elas são uma manifestação da violência estrutural. É bom se colocar, que também já foi sinalizado aqui, que isso vai acabar atingindo aqueles grupos que são mais vulneráveis. Quem tem o poder, tem o poder do controle. Tem o interesse de manter alguma coisa ou de conquistar alguma coisa. Acaba que as fake news vão atingir as pessoas e os grupos mais vulneráveis: pobres, mulheres, negros, enfim das comunidades periféricas. Tem-se ai uma série de impactos, reiterando alguns estigmas. Precisa-se de fato ter muito cuidado em relação a isso.

Um outro ponto que vocês trouxeram que eu acho muito importante, e eu queria trazer para a nossa reflexão final, quando se fala do combate às fake news, não é só uma questão de não repassar aquele conteúdo, aquela informação, é entender que esse movimento de se aprofundar, de tentar compreender o que está por trás daquela manchete, isso na verdade é um ato de cidadania, um ato de empatia, um ato de responsabilidade coletiva. Estamos falando aqui da ética, mas o cuidado e a ética são uma expressão individual que impacta no coletivo. Isso é muito importante porque quando a gente defende essa informação, dentro da sua verdade e da sua clareza, estamos defendendo os pilares da democracia, da dignidade, da justiça. Isso é muito importante porque, afinal de contas, a gente precisa proteger a nossa sociabilidade. E ao proteger a sociabilidade a gente preserva a nossa possibilidade de convivência social de uma forma mais digna, com relações mais respeitosas, mais saudáveis.

Por fim, resgatar essa questão da inteligência artificial. Porque eu até coloquei isso anteriormente num breve comentário acerca do debate que vocês estavam trazendo, que a inteligência artificial vai emergir sim numa possibilidade, num avanço, numa conquista, na contribuição de se compreender algumas coisas, mas ela é uma ferramenta que, se mal utilizada, ela é também uma violência,

tira a nossa capacidade de raciocínio, de pensamento, de construção própria, na forma como a gente enxerga o mundo.

Então essa discussão sobre a desinformação não vai poder ignorar esse papel da IA – Inteligência Artificial. O Alexis falou muito isso, Dos algoritmos. Aquilo ali não é neutro, porque a IA depende de quem programa, como são utilizadas, quais são as finalidades. Não há neutralidade na IA.

O recado que se pode deixar aqui nessa conversa de hoje, e ai eu particularmente até expresso que é um sentimento paradoxal, porque ao mesmo tempo que se vê o quanto a tecnologia pode aproximar, transformar, potencializar os saberes, o conhecimento, os horizontes, ela também pode diluir as nossas seguranças, nos tornar mais frágeis. Ela vai embaralhar essas verdades e a gente acaba por vezes replicando as desigualdades ao invés de superá-las ou minimizá-las. O uso responsável da informação é muito importante. O mesmo instrumento que vai nos conectar, vai nos manipular. Aquilo que nos emancipa, também pode nos oprimir. A tecnologia não precisa ser temida, nem refutar a tecnologia, mas ela precisa ser compreendida, porque no centro de tudo isso ainda está a nossa capacidade humana de fazer as escolhas, de guiar. Isso é muito interessante porque você falou da questão da nossa humanidade, e é isso. No final das contas o desafio é esse, está no colo do humano, continua sendo uma responsabilidade humana. Usar a tecnologia com compromisso, com atenção, para que ela não possa ai ser um instrumento de violência.

Quero agradecer a companhia do Alexis e da minha companheira de todos os podcasts, a Cecilia, e espera-se que esse conteúdo que hoje aqui foi discutido e refletido por nós possa trazer impactos positivos, chamando a atenção das pessoas para esse cuidado ético na transmissão das informações.

PALAVRA FINAL

Maria Cecilia Gama

Por nada. Eu vou falar Guimarães Rosa que dizia que viver é muito difícil, mas é maravilhoso.

PALAVRA FINAL

Alexis Aragão Couto

Eu agradeço mais uma vez a participação de duas pessoas fantásticas aqui, que falam com muita profundidade e eu me coloco à disposição para futuros podcasts. E o recado que deixo para todo mundo é vamos exercer aquilo que nos foi dado e que tem a maior valia, que é o pensamento. O pensar de maneira crítica.

4 O QUE É A ÉTICA E OS DESAFIOS DA VIDA COTIDIANA

INTRODUÇÃO

Estamos aqui hoje, para mais um podcast para o Escritório da Cidadania em Movimento. Iniciamos o de hoje, conscientes dos desafios que a vida em sociedade nos impõe e também, de que eles fazem parte da condição humana. Mas ainda assim, acreditamos que é possível criar caminhos para minimizar seus efeitos. Eu sou Daniele do Val, professora do curso de Serviço Social do UniFOA e estou aqui com a minha parceira de jornada, professora Maria Cecilia Gama. Desde já, damos as boas vindas aos nossos ouvintes e adiantamos que o nosso bate papo de hoje será sobre o que é a ética e como podemos pensar juntos estratégias para lidar com os desafios da nossa vida cotidiana. A ideia é provocar reflexões e inquietações em você ouvinte, especialmente sobre os valores que orientam nossas escolhas e como a ausência deles pode abrir espaço para as manifestações da violência.

4.1 É possível traçar estratégias para lidar com os desafios da vida cotidiana?

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

É importante esclarecer, então, o que são valores. Valor aqui compreendido, inspirado em Adolfo Sanches Vásquez, que o define como "tudo que contribui para a realização das potencialidades humanas em suas totalidades, em termos históricos, sociais e individuais". É uma concepção ética baseada na ideia de que o valor está vinculado aquilo que promove nossa humanização. Assim, valores seriam tudo aquilo que contribui para que o ser humano se realize como tal.

De forma similar, Ágnes Heller também reflete sobre os valores como "o conjunto de possibilidades imanentes à essência do gênero humano, entendendo-os como instrumentos ligados ao progresso humano." Para ela, ao tratar da vida cotidiana, os valores são construções sociais individuais que orientam escolhas dentro de contextos históricos específicos.

Já o desvalor corresponde aquilo que impede ou inverte esse processo: a opressão, a exploração, a alienação, forças que negam ou restringem o desenvolvimento dessas potencialidades, ou seja, impedem o progresso humano por não permitir que o ser humano se realize como tal.

E por que iniciarmos nosso podcast pensando sobre os valores? Porque são eles que regem, que dão parâmetros, que ao serem incorporados e reproduzidos, nos possibilitam a viver bem ou não em sociedade. Neste sentido, é importante também falarmos da ética, não como um conceito distante, mas como algo que atravessa as relações sociais. Ela está presente na forma como convivemos com o outro, com as diferenças, como tratamos as pessoas e como lidamos com as possibilidades e as adversidades da vida. A ética se expressa na compreensão dos princípios e valores que orientam o comportamento humano. Nós somos seres sociais, portanto, socializados para a vida no coletivo, impulsionados para a coexistência num mundo que é adverso, logo, conflituoso. Somos seres dotados de razão e consciência, cujas decisões e escolhas não são estritamente nossas, mas também resultado de uma vivência cultural e histórica.

E na diversidade, nos deparamos com coisas que concordamos e discordamos. Transitamos entre o familiar e o estranho. Interagimos com pares ou desconhecidos. E neste cenário, a tendência é fazer valer aquilo que queremos, sentimos, desejamos e defendemos. E quando isso não é possível, abre-se o campo fértil para a violência, se não agirmos como sujeitos éticos.

E o que seria um sujeito ético? É ser consciente de si e do outro. É ter capacidade para controlar desejos e impulsos. É ser livre a partir do exercício da nossa capacidade de autodeterminação e não, do egoísmo. É ser responsável pelas consequências de nossas escolhas e decisões. Todas essas características são, de acordo com Marilena Chaui, o que constitui um sujeito ético.

Nossas escolhas são mediadas por um sistema de valores previamente definidos desde o nosso nascimento. Eles nos são transmitidos pela educação, nos ajudam na nossa socialização, são eles que permitem nossa constituição como sujeitos individuais e coletivos, pois diferentemente de outros comportamentos humanos, como comer ou dormir, nosso comportamento é caracterizado pela consciência e pela reflexão. Todo ato humano é um ato moral.

Mas só se pode falar em ato moral quando o sujeito da ação é responsável pelos seus atos. E isso nos exige atenção à realidade e à capacidade de usá-la para o bem, pois só existe progresso quando há avanços na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Dito isso, como se constitui a sociabilidade humana no capitalismo? Nossos valores nos humanizam ou coisificam? Temos um projeto de civilização de conhecimento mútuo ou de segregação? Temos nossas necessidades humanas atendidas ou são elas mercantilizadas? Valemos pelo que temos, pelo que somos, ou pelo que parecemos ter e ser? Ivo Tonet nos diz que a sociabilidade forjada pelo capital está no fosso entre o ser e o dever ser. Vivemos a era dos discursos vazios, da efemeridade, superficialidade, da transitoriedade, do individualismo exacerbado. E isso provoca uma fragilidade ética, uma distorção dos valores e consequentemente, o desrespeito da dignidade da pessoa humana. Promovemos a propriedade de si mesmo, não interessa a relação com o outro, mas somente aquilo que me satisfaz e é bom para mim. Com isso, a violência emerge, se manifesta e enraíza. Violência estrutural, violência simbólica, violência urbana, violência doméstica, violência, violências de diferentes tipos e de diferentes ordens.

Agora é hora de passar a palavra para a minha parceira, professora Maria Cecilia Gama, para que ela possa aprofundar ainda mais o nosso debate de hoje.

4.2 Violência velada e ética

Maria Cecilia Fontainha de Almeida Gama

Obrigada, Daniele, bom dia! Bom dia a todos os ouvintes. Hoje vamos trabalhar um pouco, junto com alguns teóricos, sobre a violência velada e a ética.

A violência velada, ou violência sutil, refere-se à violência que não é explícita e que pode ser difícil de reconhecer, mas que ainda causa danos significativos. Ela pode se manifestar em atos de discriminação, negligência, manipulação emocional, e em outros contextos onde a força ou poder é utilizado de forma oculta para prejudicar alguém. Exemplos incluem bullying online, violência doméstica disfarçada, racismo estrutural e violência institucional.

A ética, por sua vez, envolve a definição de princípios morais que regulam a conduta humana. É fundamental para definir os limites da violência. Ela busca

estabelecer princípios morais que orientam a conduta humana, promovendo o respeito, a justiça e a igualdade.

A violência, por outro lado, se opõe à ética, pois viola os direitos e a dignidade das pessoas, utilizando a força ou o poder de forma injusta e prejudicial.

A violência velada é frequentemente interseccional, ou seja, ela se manifesta em diferentes formas e contextos, afetando grupos específicos de pessoas.

A ética desempenha um papel crucial na identificação e no combate a essa violência, promovendo a reflexão sobre as estruturas de poder e desigualdade que a sustentam.

A discussão sobre ética e violência velada busca compreender como a violência pode ser disfarçada e como isso afeta a vida das pessoas, bem como os princípios éticos, que devem ser observados, para evitar ou combater essa forma de violência.

Muito se debate, hoje em dia, acerca da violência que, há tempos, tem se confirmado como um dos principais problemas sociais.

Pensar a questão da violência implica, portanto, pensar em questões sociais, políticas, éticas, etc.; e é nesse cenário que Judith Butler, filósofa norte americana nascida em 1956, compôs uma das principais teorias contemporâneas do feminismo a "teoria queer" e escreve sobre filosofia política e ética - e desenvolve suas reflexões a respeito de como determinadas populações se encontram em posição de constante vulnerabilidade e precarização de si - entre outras formas de violência socialmente impostas.

Ao se explorar uma ideia de violência que se afasta da concepção de violência física, seguindo o caminho trilhado pela filósofa americana, busca-se compreender como se configura o conceito de 'violência ética', termo usado contemporaneamente em discussões sobre filosofia política e que, cada vez mais, tem ganhado protagonismo na obra de Judith Butler, de modo especial em seu livro "*Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*", como o próprio título preconiza.

O termo 'violência ética' nos parece, à primeira vista, imbricado de certa contradição, uma vez que, separados, violência e ética são tradicionalmente

concebidos como conceitos adversos. Assim, a própria pretensão de que existe uma relação entre violência e ética nos leva a pensar nas especificidades dessa concepção.

Em Judith Butler, a relação entre violência e ética é complexa e paradoxal. Butler argumenta que a própria busca por reconhecimento, um conceito central em sua teoria, pode conter uma forma de violência, ao impor padrões pré-existentes sobre os indivíduos. Além disso, ela desafia a ideia de que a não violência seja apenas uma postura passiva, mostrando que ela pode exigir uma ação contínua e, por vezes, agressiva para combater a injustiça. O posicionamento crítico e a política da não violência são apresentados como possibilidades de resistência à esta violência que, não física, possui efeitos particularmente danosos.

Partindo da compreensão de que para ser ético é preciso opor-se à violência, emergem as questões: como se configuraria uma 'violência ética'? E que formas de existência têm sido produzidas a partir dela? O que nos leva ao conceito de abjeto.

Difundido por autores no campo da filosofia e da psicanálise, a concepção de abjeto é resgatada por Butler e usada para nomear os corpos excluídos, que não se enquadram às normas hegemônicas e que, consequentemente, sofrem violência ética.

Dando um spoiler: este assunto será abordado no nosso podcast de setembro.

Hoje vamos explorar uma ideia de violência que se afasta da concepção de violência física, começando por uma breve contextualização dos conceitos e pelo 'problema' da violência.

Segundo Yves Michaud em seu livro "*A Violência*", ela se dá "numa situação de interação", o que nos leva às questões sociais. Há violência quando nas relações sociais se promove uma agressão (física ou não). Embora autores, como Susana Albornoz defendam que "toda sociedade humana apresenta fenômenos de violência, mesmo com limites de tolerância distintos", não se pode afirmar que a violência seja intrínseca às relações sociais.

Hannah Arendt em seu livro "*Sobre a violência*", afirma que a violência em si não é inerente ao Estado, aos grupos sociais e aos indivíduos; ela é exercida a partir do interesse destes, mas não é algo de que a existência humana dependa. E é por não ser exatamente necessária à nossa existência e/ou um fenômeno natural, que ela precisa constantemente de uma justificação.

Em sua obra Arendt defende essa necessidade de justificativa da violência que, entre outros fatores, a difere do conceito de poder. Nas palavras da filósofa judia alemã: "A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja. E aquilo que necessita de justificação por outra coisa não pode ser a essência de nada", tampouco, parte da essência humana.

Todavia, ao mesmo tempo em que precisa ser justificada, a violência, segundo Arendt, só pode ser justificada em duas situações: pelo indivíduo, em uma situação de legítima defesa, ou pelo estado, quando alguém desafia a lei. Contudo, apesar do que Arendt nos diz, podemos facilmente identificar outros contextos em que se busca justificar a violência exercida.

Em seu mais recente livro, "*A força da não violência: um vínculo ético-político*" Judith Butler denuncia a violência estatal que, por vezes, é justificada em defesa dos abusos cometidos pela polícia. Ao citar como exemplo as manifestações de violência racial contra pessoas negras, comenta que (...) "[é] ao mesmo tempo curioso e aterrorizante perceber como a defesa da violência funciona em tais condições, pois o alvo tem de ser representado como uma ameaça, um poço de violência real ou concreta, a fim de que a ação letal da polícia pareça autodefesa".

Portanto, se a violência só é justificável socialmente "em uma situação de autodefesa", nessa lógica, o negro que sofre a violência estatal precisa necessariamente ser apresentado como um sinal de ameaça. Pois, se ele é uma ameaça, é justificável que sofra reprimenda pela força policial. Por outro lado, se ele não for representado e reconhecido pela sociedade como uma ameaça, então a violência policial terá sido mera agressão, sujeita a contestação social.

Ao pensarmos como exemplo as operações policiais nas favelas brasileiras, nas dezenas de mortos - em sua maioria, negros, pobres, e "alheios à norma nacional" – e nas diversas justificativas do governo para tais atos,

podemos perceber como as reflexões de uma autora americana relaciona-se intimamente com nossa realidade nacional, o que, por sua vez, revela um problema de caráter bem mais amplo do que se pode imaginar a princípio.

Butler complementa sua análise ao dizer que, nessas situações, "[s]e a pessoa não estava fazendo nada comprovadamente violento, talvez ela seja simplesmente representada como violenta, como um tipo violento de pessoa". Tomando como exemplo o "favelado", frequentemente associado a imagem de bandido, violento, traficante, etc., podemos nos questionar: quantas vezes esses estereótipos não funcionam como justificativa para a violência sistêmica? De outro ponto de vista - como inferiria Butler - será que o assassinato de um "favelado", pela polícia, nos causa tanto impacto quanto nos causaria o assassinato de outros sujeitos? Enfim, será que a violência contra alguns grupos sociais nos parece mais justificável (e aceitável) que a violência contra outros?

Quando Butler diz que em determinadas situações a pessoa pode simplesmente ser representada como "um tipo violento de pessoa", podemos entender que essa representação funciona também como uma forma de enquadramento. E quando alguém é enquadrado socialmente como violento, como ameaça à sociedade e às outras pessoas, é difícil para nós o enxergarmos para além dessa moldura.

Podemos entender que atualmente a justificativa da violência, por vezes, parece depender mais de quem seja o sujeito vítima da violência, do que em qual situação a violência ocorre. Ou seja, quando a violência é cometida contra determinados grupos sociais, ela parece ser mais facilmente justificada. Enquanto, por outro lado, a violência contra um "bom cidadão" dificilmente (ou, quase nunca) poderá ser justificada, independente das circunstâncias.

Zeferino Rocha em seu texto "*O problema da violência e a crise ética de nossos dias*" diz que: "O grande perigo da violência, mesmo quando justificada, é que, ao ser utilizada, seus meios frequentemente sobrepujam os fins"; Butler compartilha dessa ideia ao tecer críticas às justificativas para o uso da violência. "[a] prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento", por conseguinte, "[quando qualquer um de nós comete atos de violência, está – nesses atos e por meio deles – criando um mundo mais violento". Portanto, por mais bem desenvolvidas que

sejam as justificativas, a violência está fadada à produção de um mundo sempre menos pacífico.

Butler define a violência como: "A violência não é uma punição justa que sofremos, tampouco uma vingança justa pelo que sofremos. Ela delineia uma vulnerabilidade física da qual não podemos escapar, que não podemos finalmente resolver em nome do sujeito, mas que pode ajudar a compreender que nenhum de nós está delimitado por completo, separado do todo, mas sim que estamos todos em nossa própria pele, entregues nas mãos dos outros, à mercê dos outros".

Desse modo, podemos perceber que a violência se evidencia de diferentes formas: seja física, ou por meio de uma vulnerabilidade implícita ou explicita e/ou pelo discurso de ódio, afinal, como nos diz Butler: "[é] incontestável que as palavras machucam, e é também irrefutavelmente correto o fato de que o discurso odioso, racista, misógino e homofóbico deve ser veementemente combatido". E seja, também, pela violência do silêncio socialmente imposto.

Manuel Munoz em seu livro "*Violência e escola: o desafio ético de educar para a paz*" afirma que: a violência parece ligada à produção do silêncio enquanto quebra a palavra, emudece os seres humanos. Esta ação emudecedora se dá de forma múltipla na dimensão cultural (preconceito), econômica (corrupção), familiar, política, social (discriminação, psicológica).

Em Butler, a concepção de ética aparece, de modo singular, em meio as reflexões sobre responsabilidade, relato de si e reconhecimento. O reconhecimento de que não somos os mesmos em todos os momentos evidencia uma 'opacidade' que é inerente ao sujeito. Essa opacidade, por sua vez, contribui também para a própria capacidade do sujeito de conferir reconhecimento aos outros. Nessa lógica, o reconhecimento de que não somos sempre os mesmos implicaria paciência com os outros. Como conhecer os limites do reconhecimento é importante para nossa própria identidade, envolvendo também questões éticas.

Theodor Adorno em sua obra "*Problemas de filosofia moral*" diz que: [a] conduta ética ou a conduta moral e imoral é sempre um fenômeno social – em outras palavras, não faz absolutamente qualquer sentido falar em conduta ética

e moral separadamente das relações entre os seres humanos, e um indivíduo que existe puramente para si mesmo é uma abstração vazia.

Uma conduta ética só é possível, primeiramente, em uma relação social. Eu só me faço ética ao me relacionar com o outro. Esta é, no entanto, talvez a única similaridade entre os conceitos de ética e violência. Tendo em vista que "ética serve para conduzir as ações humanas a respeito das boas ações (virtudes) ou das não-éticas, às más" e partindo da compreensão de que a violência não se encaixa na categoria das 'boas ações', mas das más, então, podemos concluir que: para ser ético, é preciso negar a violência.

Partindo, portanto, do (consolidado) pressuposto de que violência e ética são distintas e que, para ser ético é preciso opor-se à violência, no que consiste então uma 'violência ética'?

Rogério Amoretti em seu artigo "*Bases para a leitura da violência*" distingue as situações sociais de violência em dois grupos: "No primeiro grupo, logo é percebida a violência, pela identificação do sujeito violento e do sujeito-objeto violentado, bem como uma consequência imediata e dramática. Há um horror nesta violência que precisa ser elucidado". É o horror da violência física, da agressão. Segundo o autor, "[n]o imaginário social, esta é a verdadeira violência, a violência reconhecida e visível; nos meios de comunicação, esta é a violência priorizada, a violência divulgada com profusão e rapidez". Quando se fala de violência em um espaço social é a violência física que primeiro nos vem à mente; porém, essa não é a única.

Um segundo grupo de situações também deve ser enfocado, no qual falta geralmente algo para que se caracterize de imediato a violência: não há o sujeito visível da violência, não se constata o ato violento imediato e direto, pode-se apenas supor uma violência mascarada ou invisível. É a miséria dos favelados, despossuídos e retirantes, são as crianças morrendo de fome e desnutrição, o analfabetismo, a prostituição, o desemprego em massa, os baixos salários, a falta de saneamento que coloca as pessoas à mercê de doenças infecto contagiosas, a falta completa de atenção à saúde etc.

Uma definição para violência ética, por outro lado, não é tarefa fácil. Contudo, quando não reconhecemos socialmente determinados sujeitos, determinadas formas de vida, começamos a produzir justificativas éticas para

a violência sobre aquele corpo; e isso acaba se configurando também como um tipo de violência - uma violência que não é tão facilmente identificada, mas cujas consequências são particularmente danosas.

Se, contudo, alguém só existe quando é reconhecido por outro como sujeito, então aqueles que não são 'dignos' de reconhecimento, ou seja, aqueles que não se conformam às condições do quadro normativo, nunca existiram no sentido pleno da palavra. Suas mortes não serão choradas e a perda de suas vidas não causará luto. Eles sofrem uma violência ética.

Podemos compreender, portanto, que a violência ética é também uma consequência de determinados quadros normativos. Ou seja: o quadro normativo produz violência ética pelo não reconhecimento dos indivíduos como sujeitos. O que não quer dizer que, necessariamente, todos os quadros normativos produzam violência ética, afinal, como nos diz Butler em seu livro "*Corpos em Aliança e Política das Ruas*": "Existem maneiras de enquadrar que mostram o humano em sua fragilidade e precariedade, que nos permitem defender o valor e a dignidade da vida humana".

A filósofa explicita o alerta da ética como uma espécie de violência. Essa alerta parte da lógica de que, no contexto das relações sociais, a ética ou a moral, por vezes, sobrevive como ideias coletivas. E quando essas ideias coletivas, por sua vez, são deixadas de lado (por um grupo social, pela sociedade, etc.), elas (quando sobrevivem) acabam assumindo um caráter violento.

A partir da concepção de um *éthos* – palavra grega que, entre outros significados, corresponde às ideias de 'caráter' e 'costume' 'ética' – o éthos coletivo, cujo significado podemos associar a uma noção de moral que preza pelos bons costumes tradicionais, para Butler, quando esse éthos coletivo (essa moral) não é mais compartilhado socialmente, ele passa a se impor por meios violentos; em suas palavras: "o éthos coletivo instrumentaliza a violência para manter sua aparência de coletividade". Ou seja, esse éthos usa do nome da ética enquanto age, pela violência, para se impor.

Como exemplo temos o fato de que, algum tempo atrás, discussões sobre sexualidade, em espaços públicos como a escola, não era tido como 'correto' e, segundo a moral, aquilo não deveria acontecer. Havia, portanto, um *éthos coletivo* (uma moral) que era compartilhado pela sociedade. Quando, entretanto,

o éthos perde seu sentido, basicamente no momento em que as discussões sobre sexualidade em sala de aula deixam de ser tidas como 'erradas', por vezes, esse éthos acaba sobrevivendo (em alguns sujeitos) como ideias coletivas. Em tais contextos, essas ideias coletivas só podem persistir pela violência, e uma violência que é justificada em nome de uma "ética", portanto, em outras palavras: uma violência ética.

Carla Rodrigues em seu texto "*Butler e a violência ética: de quem é a vida afinal?*", no blog do IMS Instituto Moreira Sales, avalia que "a ética está no reconhecimento do outro enquanto diferente, sem qualquer exigência de que esse outro venha a ser constrangido ao meu quadro normativo". Nesse sentido, inferimos que há violência ética não só quando o sujeito não se 'encaixa' na moldura do reconhecimento, mas também quando o sujeito é forçado a encaixar-se nessa moldura – abrindo mão de suas singularidades. Concluímos, portanto, que determinados quadros normativos têm como principal implicação a violência ética, tanto para os que são excluídos pelo enquadramento, como para aqueles que, comprimidos pela moldura, se enquadram.

Butler nos convida a todo momento à resistência. Seja por meio das lutas ou da própria crítica, visto que é por um posicionamento crítico que esse tipo de violência, "mascarada e invisível" é desestabilizada.

Concluímos, com Butler, que "[o] poder da não violência, sua força, encontra-se nos modos de resistência". Só assim poderemos lidar com a violência ética, possibilitando configurações mais democráticas de reconhecimento. Obrigada

PRIMEIRO APARTE
Daniele do Val

E Cecilia, quando você traz discussão sobre violência ética, a gente realmente vê o como é difícil falar de violência sem tocar na forma como nos relacionamos uns com os outros. A falta de ética, seja na política, nas instituições, nas relações mais próximas, nas redes sociais, cria um terreno fértil para que a violência se normalize. Esse é o terreno da violência velada. Vivemos numa sociedade marcada por desigualdades históricas e estruturais, onde a violência, muitas vezes, se expressa de forma difusa. E ai a gente já falou da violência sim-

bólica, da institucional, da cultural, e quando se reflete sobre a fragilidade ética, que é o que corroi a nossa sociabilidade. Por quê? Porque ela gera desconfiança, medo, insegurança, preconceitos. Ela promove uma ambiência tensa, tóxica, segregadora. Vivemos uma crise de valores? Talvez. Uma crise de valores que não é abstrata, pois se traduz em violência concreta, nas relações interpessoais ou coletivas, nas redes sociais, nas ruas, nas instituições. A falta de ética, de responsabilidade coletiva, de cuidado com o outro, traz consequências graves, pois ela aumenta a intolerância, o ódio, o preconceito, o isolamento, a banalização da própria vida. Como assistente social eu poderia exemplificar algumas situações cúmplices dessa lógica desumanizadora, quando o valor da vida é relativizado. Mas pensemos aqui em algumas, pois você já citou tantas outras. Pensemos no aumento das pessoas em situação de rua. Pensemos no uso danoso e abusivo de substâncias psicoativas. Pensemos o índice elevado de feminicídio e LGBTfobia. Pensemos a intolerância religiosa. Pensemos sobre o desemprego estrutural, a analfabetismo, as guerras. Olha quantas guerras acontecendo aqui ao mesmo tempo hoje em dia. Tantos cenários, tantos contextos, tantas vidas aviltadas, perdidas, suprimidas, quantos impactos sociais. As pessoas, hoje, parecem que tendem a ver o outro como uma ameaça, um inimigo, o diferente é algo a ser combatido. E assim, o diálogo deu lugar à polarização das narrativas e dos discursos. E a empatia parece ter cedido o lugar à indiferença. Onde vamos chegar assim? Se quisermos enfrentar a cultura da violência, se quisermos enfrentar a violência explícita ou a violência velada, essa violência que nos cerca, precisamos reconstruir nossas relações com base no respeito à dignidade humana, reconhecer o outro como sujeito de direitos, assumir a responsabilidade coletiva tão citada aqui e preservar a vida. Diante de tudo que refletimos até o momento, eu não posso deixar de referenciar uma frase que foi propagada por Antônio Gramsci, que eu aplico aqui como um incentivo, "vamos seguir com o pessimismo da razão e o otimismo da vontade". O que eu quero incentivar com isso? Olhares mais críticos, enfrentamentos politizados, atitudes mais éticas. O mundo não está violento por acaso. Tampouco a vida está frágil por um simples descuido. As relações sociais estão esvaziadas no sentido humano. As pessoas são avaliadas por suas produtividades, por sua aparência, por sua utilidade e não por sua condição de sujeito. As pessoas estão se relacionando mais com as coisas do que com as outras pessoas. Nunca nos deparamos tanto com o fetichismo da mercadoria. A lógica da acumulação do capital, tal como avaliou Karl Marx, promove uma estru-

tura de exploração e alienação, imperceptível para os próprios sujeitos alienados, capturados pelo fervor do capital econômico, que só reafirma a sua coisificação. Não reconhecem a sua opressão, ao contrário, querem até fazer parte dela. E aqui precisamos resgatar Bauman, em sua contribuição com a *Modernidade Líquida*, imprescindível neste debate. Já falamos tanto sobre ele aqui, não é Cecilia? As relações humanas estão cada vez mais instáveis, frágeis e voltadas para o consumo imediato. Essa fluidez gera uma desconexão profunda entre as pessoas; enfraquece os vínculos sociais e dificulta o compromisso ético. Quando não há compromisso, o que prevalece é o individualismo e a indiferença. Terreno fértil para a violência e a exclusão social. Somos ensinados a competir, não a cooperar; consumir, não a refletir; a performar, não a sentir. Para adquirir mercadoria nos tornamos uma. Consumimos e somos consumidos. O cidadão deixa de ser agente de transformação social, para ser um consumidor focado no próprio prazer e na compra e descarte rápido. E assim, contribuímos para a promoção de uma cultura de passividade, de superficialidade e descarte, que mina os vínculos humanos e a ética, gerando violências.

Cecilia, você quer deixar uma última provocação para os nossos ouvintes continuarem seguindo refletindo após o nosso episódio de hoje?

CONCLUSÃO

Maria Cecilia Gama

Olha eu tenho uma palavra que define um pouco essa violência, que é a covardia. Porque a partir do momento que o ser humano se torna covarde diante da diferença, covarde diante do sofrimento alheio, covarde diante das coisas que estão na sua cara, que ele está vendo acontecer e que não está nem aí. É um individualismo exacerbado. E a gente não é nada sem o outro. A gente depende da visão do outro. Somos aquilo que o outro nos vê, aquilo que o outro nos faz. Então, estamos nos desumanizando. E ao se desumanizar, é um campo fertilíssimo para todo e qualquer tipo de violência e principalmente, podendo justificar essa violência. Porque essas justificativas é que são mais danosas. A partir do momento que você justifica uma violência, ela deixa de ser violência e passa a ser o fato em si da justificativa e que não é. Violência é violência. Seja ela física, seja ela emocional, seja ela espiritual, é violência. Então, para que isso? O

ser humano tem que ser mais humano. Tem que se voltar mais para o humano. Tem que se voltar mais para o exemplo de Cristo. Que foi uma pessoa que ao vir à terra só fez acolher. Não tinha discriminação, inclusive brigava com aquelas leis impostas na época, que era ferozes, que eram muito sérias, muito exigentes, para que as coisas fossem mais leves e acontecessem coisas mais leves. Ele curar em um sábado, por exemplo, era considerado um pecado absurdo. Os doutores da lei caiam em cima de Jesus por conta disso e Ele questionava: o que é mais importante? Você seguir a lei do sábado que não pode se fazer nada ou você curar uma pessoa? Então a gente continua dentro desse mesmo círculo. O que é mais importante para o ser humano? Viver em paz, viver em comunidade, aprender que o meu direito termina quando começa o do outro, ou viver essa violência exacerbada como está? Porque tudo agora é violento. Se você gosta de pera e eu de maçã, pode haver uma briga violentíssima a respeito disso, o que é ridículo. Às vezes, as condições de violência que a gente vê beiram ao ridículo. Você não tem justificativa para aquilo acontecer. Vou te dar um exemplo: eu moro em um bairro em Barra Mansa, e um vizinho colocou uma bandeira da LGBT na janela dele, ele já teve que botar e tirar essa bandeira dez vezes. Porque alguém vai lá e reclama, porque incomoda. Como pode incomodar? Ele está na casa dele, a janela é dele, ele não está botando essa bandeira na rua, ele põe a bandeira onde ele quiser. Mas é o outro que se sente incomodado. Por quê? Porque não compreende, porque não aceita, porque não acolhe, porque não pertence. Isso é violência. A partir do momento que você é obrigado a não fazer aquilo o que você quer dentro da sua própria casa na qual você tem direito, é uma violência. E é velada. A gente não sabe quem foi que disse. Aquela velha história que eu já contei aqui da Carmem Lúcia, que ela diz que em Minas, é muito legal quando você diz: "Ah! Como o outro diz. Ótimo, não vai ter processo nem problema, ninguém sabe quem é o outro!" Nós estamos dentro dessa situação da violência velada. Você não sabe quem é. Você não tem como punir. Você não tem como repreender. Você não tem nem como chegar e dizer: ó cara, você não pode fazer isso, isso não está correto. Porque você não sabe quem foi!

CONCLUSÃO

Daniele do Val

Eu acho que o conceito de alienação, ele é muito interessante para a gente pensar a violência, porque a alienação, em si, é uma forma de violência. E quando eu me referi ao fato de muitas pessoas não só não se reconhecerem como oprimidas e por vezes quererem fazer parte daquele grupo que também oprime é um desejo que também é alienado, porque ela não consegue enxergar que essa transição é também uma transição que vai também gerar efeitos, consequências. Então, nós muitas vezes somos vítimas mesmo da violência que a gente própria produz. E produz porque a violência está difusa, tabelada, está naturalizada.

APARTES DA CONCLUSÃO

Maria Cecilia Gama

As pessoas acham normal quando e quando você começa a achar normal coisas absurdas, a sociedade está muito doente. E o que eu acho também, que é muito segregador, são os medinhos. Ai eu pertenço aqui, pertenço ali. Não! Você pertence à raça humana. E isso é que tem que ser muito esclarecido e colocado. O ser humano é humano, ponto. Não importa se ele é LGBT, branco, chinês, japonês, ele é humano. Toda vez que você se coloca também dentro de um grupo e aquele grupo ele é fechado, porque só entra quem ali pertence, você está se segregando sem perceber, de uma imbecilidade total. Pensa nisso? Pensa como que é sério. Eu já tive casos de professores quererem ajudar num determinado local, mas como não pertenciam aquele local não ser aceito.

Daniele

— E isso não significa negar identidade por particularidades.

Maria Cecilia

— É complicado, muito complicado. Está complicado viver, Daniele, nesta sociedade de hoje. Eu venho de um século que eu vi passar muita coisa. Ontem estávamos falando a respeito de um texto, que falava sobre conversa telefônica,

quem está do outro lado e tal. Na minha época, dependendo de onde você estivesse, Rio/Petrópolis, por exemplo, tinha que pedir à telefonista que fizesse a ligação para mim. Hoje, eu pego o telefone celular, e meu filho estava no Japão e eu falei com ele. Então, o que a gente já passou e já viu em termos tecnológicos, em termos de comunicação, em termos políticos, não é possível que a gente não evolua como ser humano. Estamos andando para trás. Daqui a pouco estamos com um cacetete na mão para bater no outro. Entendeu? Ele é vizinho, ele não fez nada, mas ele é vizinho. Isso me incomoda muito.

Daniele

— É Cecilia, tem muitos aspectos ai para a gente discutir em outros podcasts. O tema da violência é muito profícuo, porque ele tem diferentes manifestações, tem questões polêmicas, principalmente em relação a conceitos, perspectivas teóricas e é isso. Se não tivermos respeito com quem pensa diferente, a gente acaba reproduzindo e caindo nas armadilhas da violência. Cecilia, obrigada por suas contribuições e partilhar de conhecimento.

Maria Cecilia

— Nosso obrigada, aqui dos Estúdios FOA, e até agosto!

5 AGOSTO LILÁS

INTRODUÇÃO

Agosto Lilás é um mês dedicado a reafirmar o compromisso com o combate à violência contra as mulheres. Simboliza a urgência de ampliar a visibilidade do tema, fortalecer as mobilizações e incentivar o diálogo e a escuta ativa sobre as diferentes formas de violência e subjugação que ainda marca a vida de tantas mulheres. A criação de meses temáticos com cores é uma estratégia de comunicação eficaz. Ela facilita a concentração de campanhas, eventos, debates, formação de redes e divulgação de informações, aproveitando que todos os envolvidos na pauta daquele mês estejam falando sobre o mesmo tema ao mesmo tempo. Toda essa mobilização busca engajar pessoas e grupos, fixar o tema na memória coletiva, gerar pressão por ações concretas e influenciar a formulação de políticas públicas e leis protetivas. Mas apesar de um mês em evidência, a luta é diária. Agosto Lilás é intensidade no debate e nas ações de mobilização. Porém, como a violência é permanente, nossa atenção e engajamento não podem ser sazonais. É preciso que o compromisso com a prevenção, o enfrentamento e a superação da violência contra as mulheres se mantenha vivo durante todo o ano em todos os espaços da sociedade. Vamos atentar para um panorama bastante atual. Os dados mais recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025, revela um cenário alarmante. Só no ano de 2024, o Brasil registrou 87545 estupros, maior número da história. No mesmo período, foram contabilizados 1492 feminicídios. Entre essas vítimas, 80% foram mortas por companheiros ou ex companheiros e 64% dentro da própria residência. Além disso, 64% eram mulheres negras e 70 % tinham entre 18 e 44 anos. A maior marca desde que o feminicídio passou a ser tipificado, em 2015. No atendimento às mulheres, o Ligue 180 recebeu, entre janeiro e julho de 2025, 86000 denúncias de violência contra a mulher. Esse tipo de registro aparece em terceiro lugar, entre os mais de 50094 atendimentos realizados no período. No dia 7 de agosto, deste ano de 2025, data em que a Lei Maria da Penha completou 19 anos, e dentro das ações do Agosto Lilás, o Ministério das Mulheres lançou o Painel de Dados do Ligue 180. A iniciativa busca dar

mais visibilidade aos números da violência de gênero e fortalecer as políticas públicas de enfrentamento.

E é com este tema, neste mês, e na companhia de duas mulheres potentes, que hoje nos reunimos aqui no Estúdio FOA, para mais um podcast do projeto Contribuição Acadêmica no Debate sobre as Diferentes Formas de Violência, vinculado ao Escritório da Cidadania em Movimento. Agradeço, desde já, a minha parceira de todos os podcasts, professora mestre convidada e Institucional do UniFOA/FOA, Maria Cecilia Gama e a nossa convidada de hoje, professora mestre do curso de Direito da nossa instituição, Daniele do Amaral Cavaliere. Eu sou Daniele do Val, assistente social e professora doutora do curso de Serviço Social do UniFOA.

5.1 O que representa o Agosto Lilás

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

A violência contra a mulher é uma manifestação das desigualdades de gênero e poder, geradas pelo patriarcado, sistema que hierarquiza o poder em favor dos homens, naturaliza sua autoridade e relega às mulheres papeis secundários e objetificados.

O patriarcado e o machismo geram dispositivos, comportamentos, falas e crenças que inferiorizam, controlam e até punem o feminino. Somado a isso, a misoginia, o ódio direcionado às mulheres intensifica as desigualdades e legitima as violências. A violência contra a mulher se refere, especificamente, a violência direcionada pelo fato da vítima ser mulher. Pela legislação brasileira, configura violência doméstica e familiar contra a mulher, qualquer ação ou omissão, baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, e dano moral ou patrimonial.

Falar da violência contra a mulher, embora não seja confortável de ser dito, é fundamental para ser compreendido. O tema nos obriga a questionar estruturas sociais, culturais, inclusive as relações familiares. Precisamos falar sobre ele para transformar a realidade e romper o silêncio que mantém a violência invisível e impune.

Muitas mulheres que nos escutam já viveram, ainda vivem ou estão vulneráveis a viver, a qualquer momento, esse tipo de violência, que pode se manifestar em diferentes formas. A violência física, que são as agressões que deixam marcas visíveis no corpo; a violência psicológica, as humilhações, as ameaças, a desvalorização, que são violências invisíveis; a violência moral, como a difamação, constrangimento e as falsas acusações; a violência sexual, que é a violação da liberdade, da liberdade sexual, os estupros; a violência patrimonial, com a retenção de bens, destruição de objetos, apropriação de recursos, associada, ainda, a uma violência que se chama de coerção econômica, que é o controle ou a restrição do acesso a recursos financeiros. Temos ainda a violência digital, que é a exposição não consentida da intimidade, as perseguições online; a simbólica, a partir dos estereótipos, das piadas, da conduta que reforça a inferioridade feminina e ainda o feminicídio, a forma mais extrema de violência, que é a morte, pelo fato da mulher ser mulher.

Mesmo que a Lei Maria da Penha não contemple todas essas formas explicitamente, elas são reais e se transformam continuamente nas dinâmicas cotidianas e familiares. Não por acaso, outras leis foram aprovadas para frear e punir essas manifestações da violência.

Temos a Lei do Feminicídio, que qualifica o homicídio quando motivado pela condição de gênero e aumenta as penas. Temos a Lei Carolina Dieckmann, que tipifica crimes cibernéticos, incluindo a invasão dos dispositivos eletrônicos para obtenção dos dados e das imagens íntimas da vítima. E ainda a Lei de Importunação Sexual, que criminaliza atos libidinosos sem consentimento, com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro. Não podemos esquecer a Lei do Stalking, que tipifica o crime de perseguição reiterada, física ou virtual, e que ameaça a integridade física e psicológica da vítima, restringindo a sua liberdade e privacidade; e a Lei do Minuto Seguinte, que garante atendimento imediato, integral e gratuito às mulheres vítimas de violência sexual, nos hospitais do SUS -Sistema Único de Saúde, sem a necessidade de boletim de ocorrência para atendimento.

Mas cabe aqui uma reflexão. Por que precisamos de tantas leis específicas para proteger as mulheres? Por um lado, essas legislações representam conquistas históricas, frutos da mobilização social e da luta feminista para combater a violência e garantir proteção. Por outro, a própria

existência dessas leis escancara uma realidade que ainda nos atravessa: vivemos em uma sociedade patriarcal, na qual a desigualdade de gênero e a violência contra a mulher são tão persistentes que exigem normas especificas para tentar coibi-las. É o paradoxo. Celebramos a conquista, mas não a causa que a torna necessária. É nesse sentido que essas leis dialogam com o conceito de ações afirmativas, medidas concretas que objetivam reduzir desigualdades estruturais. Reconhecem que a igualdade formal prevista na Constituição não basta diante de um histórico de opressão que molda as relações culturais, sociais, econômicas. Ao criar mecanismos de proteção diferenciados o Estado admite a desigualdade e age para compensá-la, ao menos no campo jurídico. No entanto, para que essas conquistas se transformem em mudanças reais, é preciso que sejam acompanhadas de políticas públicas efetivas, ações de educação e conscientização capazes de transformar a cultura que sustenta e reproduz essa violência. Afinal, leis podem punir e prevenir, mas só a mudança de mentalidade pode torná-las um dia, desnecessárias.

Por isso, o enfrentamento à violência contra a mulher não se limita ao texto legal, ela precisa alcançar o campo das representações, dos valores e das práticas sociais, que ao longo da história, moldaram a forma como o corpo feminino é visto e tratado. É nesse espaço simbólico que se travam batalhas silenciosas ou explícitas, pelo direito de existir com dignidade e autonomia.

O corpo feminino é história, cultura, política, memória. O corpo feminino não é campo de guerra dos sexos. O corpo feminino é território de luta por liberdade. Casos como o de Juliana Garcia, uma mulher vitimada dentro do elevador, em julho deste ano de 2025, com sessenta e um socos no rosto, mostram que a violência física contra as mulheres é carregada de significados simbólicos. Ao atacar o rosto, mas poderia ser também os seios ou o ventre, por exemplo, o agressor busca destruir a autoestima, a identidade, a sexualidade, a dignidade feminina. Nosso corpo não é apenas biológico ele é, também, socializado. Desde a infância, corpos femininos são moldados para a submissão e para o prazer masculino, ou sacralizados para a maternidade. E a violência dirigida a esses corpos, é um recado de posse, do outro, não nosso. Não por acaso, o ódio se concentra nas partes do corpo que simbolizam a feminilidade, seja pela dimensão da sexualidade, seja pela dimensão da maternidade, transformando-as em alvo do controle e da destruição.

Só que nenhum homem tem o direito de nos destruir nem física nem simbolicamente. Reafirmar sempre, este corpo é meu é ato político urgente. Nossa existência é resistência. Não sou objeto, não sou silêncio, não sou culpa. Nosso corpo nos pertence.

Professora Maria Cecilia, este é um lema do feminismo, que no contexto da violência carrega um significado forte motivacional para a ruptura com os dispositivos que alimentam a nossa subjugação. O feminismo possui expressões e pautas diversas, mas há um ponto que precisa ser destacado. Ele defende a superação das múltiplas formas de opressão feminina. Opressão que é histórica, não é mesmo?

Então, eu gostaria de ouvir agora a sua contribuição que tenho certeza trará reflexões valiosas para o nosso tema de hoje.

5.2 Visão filosófica e histórica da violência contra a mulher e suas consequências

Maria Cecilia Fontainha de Almeida Gama

Bom dia a todos, Obrigada, Daniele pelas palavras sempre tão gentis com relação ao meu trabalho. Obrigada, Daniele Amaral que está aqui fazendo parte no nosso grupo hoje, defendendo a mulher em todos os sentidos.

A filosofia, por meio de diferentes abordagens, analisa a violência contra a mulher, desde a sua natureza como ato de poder, até a sua ligação com a cultura machista e patriarcal. A violência doméstica, em particular, tem sido objeto de reflexão filosófica, questionando a sua legitimação e buscando caminhos para a sua prevenção e combate.

A filosofia política e a ética analisam a violência como um ato que expressa uma relação de poder desigual, onde um sujeito exerce domínio sobre outro. Essa análise pode levar a reflexões sobre a justiça, a liberdade e os direitos humanos, questionando a legitimidade de qualquer forma de violência.

A filosofia social e a teoria feminista destacam o papel da cultura machista e patriarcal na perpetuação da violência contra a mulher. A naturalização da violência como parte da experiência feminina, a banalização de agressões e a

falta de responsabilização são alguns exemplos de como a cultura contribui para o problema.

A reflexão filosófica contribui para a construção de uma visão ética e política sobre a violência contra a mulher, enfatizando a importância dos direitos humanos e a necessidade de mudanças culturais e sociais.

Você falou sobre a Lei Maria da Penha. Eu estive agora, em Penedo, participando de um evento onde um grupo muito simpático de musicistas, estavam lá se reunindo, justamente, para fazerem uma ode à essa Lei Maria da Penha, pelos seus 19 anos.

A Lei Maria da Penha, por exemplo, é vista como um marco legal que busca superar a cultura machista e garantir a proteção das mulheres. E a gente sabe que só isso não basta.

A violência doméstica é um desafio para a filosofia, pois questiona a natureza do homem, a importância dos valores éticos e a necessidade de construir uma sociedade mais justa e igualitária. A violência doméstica contra a mulher é um problema que afeta a intimidade e a segurança das mulheres, muitas vezes perpetrada por um familiar. Essa violência, além de física, também pode ser psicológica, emocional, econômica e sexual. A filosofia contribui para a compreensão da violência doméstica e a construção de estratégias de prevenção, para a promoção da mudança cultural.

A filosofia da linguagem analisa a violência verbal, que muitas vezes é um precursor da violência física e psicológica. Nesse contexto, a linguagem pode ser usada para legitimar a violência, para negar a sua existência ou para minimizar as suas consequências.

A filosofia também analisa a violência contra a mulher no acesso e produção do conhecimento, pelos mecanismos de exclusão e opressão. A violência epistêmica, nesse sentido, é um problema que afeta a capacidade das mulheres de se expressarem e de serem reconhecidas como sujeitos de conhecimento.

O feminismo é um movimento social que desempenha um papel fundamental na luta da mulher contra a violência, denunciando-a como consequência da opressão e buscando a construção de uma sociedade mais

justa e igualitária. O feminismo também contribui para a reflexão filosófica sobre a violência, questionando as suas causas e propondo caminhos para a sua superação.

Ao apresentar as faces da violência de gênero e suas formas de manifestação nos diferentes períodos históricos do Brasil, tomarei por base os postulados de Viviane Rodrigues (da PUC-Rio Grande do Sul); assim como de Tânia Almeida; Stela Meneghel; Marina Lacerda; Silveira e Medrado e não muito menos, Dr. Gilberto Freyre.

O período Colonial do Brasil teve seu início no ano de 1500, mais precisamente, com a chegada das primeiras embarcações portuguesas ao Brasil. Esse período histórico findou com o advento da Independência do Brasil, no ano de 1822.

As bases da sociedade patriarcal, de acordo com a definição cunhada pelo historiador Gilberto Freyre, em sua obra *Casa Grande & Senzala* foram as influências ibéricas trazidas pelos povos colonizadores (portugueses e espanhóis), e dentre eles a disseminação dos valores conservadores desses povos, balizados pelos princípios católicos. A formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal -, cujo modelo de organização social e familiar sob a sua face estrutural do cotidiano é o das casas-grandes,- é a característica central da organização patriarcal.

A casa-grande representava todo o sistema econômico, social e político naquela época, tornando-se o palco das relações escravistas de dominação e violência, bem como da naturalização desse *status quo* diante dos princípios moralizantes católicos.

No modelo social patriarcal, os papéis de gênero eram claramente definidos, com base na moral católica vigente, nos costumes e nas legislações normatizadoras. Segundo a moral patriarcal, o poder do homem sobre a mulher emanava das relações familiares e sociais, em que a mulher sempre representou uma figura inferior. Nas relações matrimoniais, o casamento destinava ao homem o pátrio poder sobre sua esposa e sua prole. As famílias eram compostas por seu núcleo base (pai, mãe e filhos) e por agregados, empregados, concubinas, filhos ilegítimos e escravos, sendo todos esses subordinados ao poder e

autoridade do patriarca. O centro familiar era na figura masculina, restando à mulher o papel de genitora, mãe e esposa.

Os papéis de gênero, as relações entre dominadores e dominados, a escravidão, foram alguns dos processos marcados pela moralidade católica existente. Os princípios e valores moralmente existentes e aceitos pela população colonial, funcionaram como uma forma subjetiva de dominação, por meio do poder ideológico.

A moral social, os costumes cultuados, bem como o contrato jurídico social condisseram e pautaram as relações violentas e desiguais socialmente existentes. O patriarcalismo e a disseminação de valores morais calcados na hierarquia desigual entre os distintos gêneros, etnias e classes sociais fomentaram o estabelecimento das situações de domínio e poder, as quais atravessam as relações sociais naturalizando a prática da violência.

Segundo Marina Lacerda, o papel da mulher na sociedade colonial variava conforme sua etnia. Mulheres brancas eram destinadas ao casamento, ao provimento da prole e à manutenção do lar, o seu espaço era o âmbito doméstico. A mulher foi historicamente considerada patrimônio, seja de seu esposo ou de seu dono, como na situação peculiar das escravas. Seguindo esta discussão acerca da coisificação da imagem feminina por meio da noção de patrimônio, alguns autores traçam uma interessante analogia entre o trato destinado às terras colonizadas e à mulher.

As terras colonizadas foram historicamente associadas à imagem da pureza feminina, posicionamento que é passível de percepção na literatura clássica, onde a terra é caracterizada com traços femininos, tal como o apontamento cunhado por Tânia Almeida, em que o corpo feminino simboliza metaforicamente a terra conquistada por meio da atribuição de características como: "mulher bela, sedutora e atraente, cobiçada por seus dotes promissores e beleza exótica". Essa comparação pode ser analisada sob o prisma da dominação e da transformação que o homem perpetuou sob seus domínios, no caso, a terra e a mulher. A mulher foi associada à noção de colonizado e o homem, a de colonizador.

Nos discursos proferidos pela igreja católica, vigorava a associação da mulher ao diabo, concepção que destacava a periculosidade dos elementos

naturais da mulher sob a face da sedução, do corpo e do encantamento provido por elas. Nesse sentido, assim como a terra, a mulher precisava ter seus ímpetos controlados pela figura masculina. Esse processo de "domesticação feminina" ocorria por meio da moralização, conforme os princípios católicos, e também da justificativa médica, a qual confirmava os preceitos moralizantes defendidos pela igreja católica.

A violência também era perpetuada entre as próprias mulheres brancas e negras perante sua rivalidade. Por inúmeras vezes, mulheres brancas em momentos de ciúme e ódio ordenavam à morte ou ao tronco as escravas amantes do patriarca. A branca frígida era comparada à negra fogosa, nesse sentido, a mulher branca, condenada ao casamento e à maternidade, era excluída de qualquer prazer erótico, sendo reservada para a procriação.

A igreja intervia diretamente nas situações de adultério feminino, mas não o fazia quando as mesmas situações eram protagonizadas por homens, antes ao contrário: legislações como o Código Felipino, que eram as leis europeias utilizadas no Brasil, permitiam que o homem traído matasse sua esposa, caso assim o desejasse.

As mulheres podiam requisitar divórcio perante processo judicial, mas cabia ao marido autorizá-lo ou não. Normalmente, quando se tratava de famílias ricas, o divórcio era negado pelo homem a fim de evitar a partilha de bens. E isso vemos até hoje, não é Dra Daniele Amaral.

A partir da marginalização da mulher na esfera pública, não lhe restava alternativa se não exercer seu poder no âmbito doméstico, em meio às relações que estabelecia com sua prole, demais familiares e subalternos. A realização da mulher residia na maternidade, sua identidade feminina construía-se a partir desse processo. Coitadas daquelas que não podiam ter filhos.

No que se refere à violência perpetuada contra a mulher escrava e a mulher negra, destaca-se a alta incidência da violência sexual.

A mulher escrava era comparada aos animais, e a prática do abuso era habitual entre a relação dos patrões com escravos. A mulher escrava foi historicamente tratada como um objeto sexual, o qual poderia ser utilizado por qualquer sujeito que lhe fosse superior, ou seja, qualquer homem branco. A exploração sexual dessas mulheres passivas, objetivava, para além do prazer

físico, a reprodução. Os filhos ilegítimos posteriormente tornavam-se mão de obra escrava. Outra fonte de renda dos senhores era a exploração sexual das escravas, que eram comercializadas sexualmente a outros homens. Levavam essas mulheres para serem vendida. Quem dava maior preço as comprava.

As práticas de violação de gênero, comuns ao Período Colonial da história do Brasil, apresentaram estreita relação com a conformação política, econômica, escravocrata e patriarcal do país. Deduz-se que a mulher, especialmente a negra e indígena, ao ser coisificada e tratada como propriedade, tornou-se o maior alvo de violações. A mulher branca, igualmente violada, tinha no espaço doméstico o reduto privilegiado de tais manifestações.

Os elementos históricos apresentados não deixaram de se materializaram nos períodos históricos posteriores, ao contrário, a violência de gênero se metamorfoseia com as mudanças históricas transcorridas.

O Período Imperial brasileiro iniciou-se com a Proclamação da Independência do Brasil, no ano de 1822, e significou a conquista de autonomia e a superação do status de colônia perante a Coroa Portuguesa. Tal processo causou significativas mudanças na estrutura política, econômica e social do país.

Ao homem abria-se o espaço público, de interações, contatos e sociabilidade, à mulher cabia o recanto doméstico, as atividades da casa, a criação dos filhos e a submissão ao marido. À mulher branca cabia o papel de submissão e recato, criada para o matrimônio, a mulher seguia metodicamente os princípios católicos, prezando pela moralidade de sua família e a boa educação de seus filhos. Historicamente, a mulher foi uma figura decorativa dentro das casas-grandes. Qualquer atitude que se sobressaísse à naturalidade do patriarcado, era punida com violência, até mesmo com a morte, como era o caso dos crimes de honra mencionado por Gilberto Freyre.

Quando descoberto, o envolvimento entre um negro e jovens mulheres brancas, ele era alvo dos mais atrozes castigos. A morte ou a capagem do membro sexual do homem negro e o casamento da mulher branca com um "primo pobre", configurou-se como uma das ações mais comumente praticadas nessas situações.

Ao homem, era tolerada toda forma de abuso contra o outro, justificava-se tal prática a partir da pretensa sedução que negras e índias proferiam contra

tais senhores, os levando a tais atos. Já às mulheres, qualquer prática desta ordem era considerada inconcebível, inaceitável aos padrões morais. Eis o distinto tratamento direcionado a homens e mulheres, a face do machismo e da subjugação feminina, exposta a toda sorte de violências físicas e morais.

Era comum as meninas casarem-se ainda na adolescência, habitualmente com senhores mais velhos, atendendo a interesses de seus pais. Não estudavam, pois eram criadas para o casamento.

Muitas escravas foram prostituídas por seus donos. Normalmente, jovens negras eram obrigadas a prostituir-se.

Outra forma de exploração e revenda do trabalho escravo, assim como a exploração do trabalho braçal e a prostituição sexual, foi o comércio de escravas como amas de leite. Esta também se configurou como uma das formas exploratórias estabelecidas em meio às relações escravistas, em que muitas dessas amas eram proibidas de amamentar seus filhos para poder amamentar os filhos de mulheres brancas.

Historicamente, a violência impingida contra as mulheres foi justificada a partir dos princípios morais conservadores e preconceituosos socialmente vigentes. A imagem da inferioridade feminina, e até mesmo de sua "demonização" sinalizada pela igreja católica, conformaram alguns dos argumentos utilizados para respaldar os atos de violência perpetuados contra as mulheres.

A gradativa substituição do meio rural pelo meio urbano, ou ainda, das casas-grandes pelos sobrados, trouxe em seu bojo significativas mudanças para a organização patriarcal e o poder que ela desempenhava. As distâncias étnicas e sociais preservadas em meio às casas-grandes, típicas do período colonial, começaram a declinar perante o fortalecimento dos centros urbanos. Novas formas de sociabilidade estreitaram as relações entre brancos e negros, caboclos, pardos e libertos.

Novas relações sociais, políticas e econômicas emergem, novas relações entre grupos sociais também, as formas de materialização do poder e da dominação se reconfiguram, fazendo com que fenômenos sociais como a violência mudem suas roupagens periodicamente.

O período Republicano do Brasil teve seu início em meados de 1889 com o advento da Proclamação da República (O advento da Proclamação da República data de 15 de Novembro de 1889.), e estende-se até os dias atuais. No período de 1945 a 1980, as mudanças foram de ordem estrutural, pois o abandono à sociedade estritamente rural deu lugar à dinâmica urbano-industrial.

Silveira e Medrado, ao problematizarem esta abordagem histórica, apontam para algumas características que não foram superadas, tais como as relações machistas provindas da forma de organização patriarcal. Além disso, segundo as autoras, as típicas relações desiguais no âmbito privado e público entre os gêneros, características do patriarcado, ainda persistem na atualidade.

As mudanças societárias contemporâneas inferem mudanças significativas nos papéis de gênero. Dentre tais mudanças, sublinhamos a inserção da mulher no mercado de trabalho, o controle reprodutivo e sua conquista de autonomia e independência. Novos papéis também são vislumbrados no âmbito privado, onde muitas mulheres passam a desempenhar cumulativamente a função de provedora e cuidadora do lar, em simultaneidade às atividades que desenvolve no âmbito público.

É em meio a modificações de ordem macro e micro societárias alusivas à relação público-privado que as antigas faces da violência de gênero se reformulam, assumindo novos contornos na contemporaneidade.

Historicamente a violência funcionou como a forma de controle do gênero masculino sobre o feminino, e contemporaneamente continua possuindo tal funcionalidade. Trata-se do reflexo da materialização de relações desiguais de dominação.

Segundo Stela Meneghel, "a violência é um dos métodos mais efetivos para controlar mulheres, uma das formas mais generalizadas de exercício do poder masculino e o elemento central da dominação de gênero".

A violência de gênero possui raízes históricas, bem como a subjugação feminina perante a atribuição do papel de cuidadora do lar e dos filhos. A valorização da família nuclear, centralizada e regida pela autoridade masculina, sinaliza aspectos contemporâneos da organização patriarcal. Essa forma de organização, pautada em relações de poder e de dominação, propicia situações

de violência de toda ordem, tendo como alvo especialmente grupos sociais historicamente vulnerabilizados, tais como mulheres e crianças.

O movimento de enfrentamento à violência de gênero e a assinatura dos primeiros tratados e acordos internacionais contrários a essa prática ocorreram no período de redemocratização do Brasil.

A questão da violência de gênero foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no ano de 1990, como uma questão de saúde pública, sendo considerada um obstáculo para o desenvolvimento socioeconômico, além de uma violação dos direitos humanos. A OMS considera a violência de gênero um problema social, o qual atinge a todos os segmentos sociais, de distintas formas. Algumas estimativas retratam dados alarmantes, que demonstram que pelo menos um quinto da população feminina mundial já sofreu algum tipo de violência.

A designação da violência de gênero resultou de um longo processo de discussão, em que foi fundamental a participação do movimento feminista.

Para que haja a superação da violência de gênero, torna-se imprescindível uma mudança em todos os âmbitos da sociedade, seja de caráter direto e estrutural, seja de caráter subjetivo. A efetivação de legislações protetivas às mulheres - e penalizatórias aos agressores - acrescida do investimento em políticas públicas de prevenção e atendimento, também se tornaram uma possível alternativa de enfrentamento a esta questão.

Há um longo caminho a trilhar no tocante a garantia da equidade e a superação das históricas faces da violência de gênero.

Vou trazer para vocês aqui dois momentos de duas personagens. A primeira é Aurora Cursino pinta aponta para uma série de violências que as mulheres sofreram no século 20, mas ainda sofrem no 21", diz a historiadora Silvana Jeha, coautora do livro "*Aurora: memórias e delírios de uma mulher da vida*". A artista paulista Aurora Cursino dos Santos foi prostituta, tentou ser doméstica e viveu em albergues até ser internada num hospital psiquiátrico, aos 45 anos. Na instituição, onde passou o resto dos seus dias, ela pintou mais 200 quadros, expostos em cidades como Paris e Berlim a partir da década de 50. "*Parece que ela pintava e escrevia sobre o que a fez enlouquecer. Para mim,*

ela desenhou, literalmente, o que é o patriarcado", afirmou a autora que contou sua história.

Nasceu no ano de 1896, em São José dos Campos, no interior de SP, e começou a frequentar aulas de pintura ainda na juventude. Depois de um casamento mal sucedido foi morar na rua e trabalhou como prostituta até ser internada, pela primeira vez, em um hospital psiquiátrico paulistano. Com o diagnóstico de "personalidade psicopática amoral" foi transferida para o Complexo Psiquiátrico do Juquery, em Franco da Rocha, em 1944. Lá, ela também frequentou os ateliês da Escola Livre de Artes Plásticas e passou a integrar exposições pelo Brasil. Isso foi possível graças ao trabalho de psiquiatras como a Nise da Silveira, que lutou pelo tratamento humanizado de pacientes com transtornos metais.

O outro texto é de Lima Barreto, Não as matem, de 1915.

Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) foi um jornalista e escritor brasileiro. Publicou romances, sátiras, contos, crônicas e uma vasta obra em periódicos, principalmente em revistas populares ilustradas e periódicos anarquistas do início do século XX. Obra mais conhecida: *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Ele situa-se como a voz mais crítica da literatura produzida no Brasil no início do século XX.

Não as matem - Lima Barreto

Esse rapaz que, em Deodoro, quis matar a ex-noiva e suicidou-se em seguida, é um sintoma da revivescência de um sentimento que parecia ter morrido no coração dos homens: o domínio, de qualquer forma sobre a mulher. O caso não é único. Não há muito tempo, em dias de carnaval, um rapaz atirou sobre a ex-noiva, lá pelas bandas do Estácio, matando-se em seguida. A moça com a bala na espinha, veio morrer, dias após, entre sofrimentos atrozes. Um outro, também, pelo carnaval, ali pelas bandas do ex futuro Hotel Monumental, que substituiu com montões de pedras o vetusto Convento da Ajuda, alvejou a sua ex-noiva e matou-a.

Todos esses senhores parece que não sabem o que é a vontade dos outros.

Eles se julgam com o direito de impor o seu amor ou o seu desejo a quem não os quer. Não sei se se julgam muito diferentes dos ladrões à mão armada; mas o certo é que estes não nos arrebatam senão o dinheiro, enquanto esses tais noivos assassinos querem tudo que é de mais sagrado em outro ente, de pistola na mão. O ladrão ainda nos deixa com vida, se lhe passamos o dinheiro; os tais passionais, porém, nem estabelecem a alternativa: a bolsa ou a vida. Eles, não; matam logo.

Nós já tínhamos os maridos que matavam as esposas adúlteras; agora temos os noivos que matam as ex-noivas. De resto, semelhantes cidadãos são idiotas. É de supor que, quem quer casar, deseje que a sua futura mulher venha para o tálamo conjugal com a máxima liberdade, com a melhor boa-vontade, sem coação de espécie alguma, com ardor até, com ânsia e grandes desejos; como e então que se castigam as moças que confessam não sentir mais pelos namorados amor ou coisa equivalente?

Todas as considerações que se possam fazer, tendentes a convencer os homens de que eles não têm sobre as mulheres domínio outro que não aquele que venha da afeição, não devem ser desprezadas. Esse obsoleto domínio à valentona, do homem sobre a mulher, é coisa tão horrorosa, que enche de indignação. O esquecimento de que elas são, como todos nós, sujeitas, a influências várias que fazem flutuar as suas inclinações, as suas amizades, os seus gostos, os seus amores, é coisa tão estúpida, que, só entre selvagens deve ter existido. Todos os experimentadores e observadores dos fatos morais têm mostrado a inanidade de generalizar a eternidade do amor. Pode existir, existe, mas, excepcionalmente; e exigi-la nas leis ou a cano de revólver, é um absurdo tão grande como querer impedir que o sol varie a hora do seu nascimento.

Deixem as mulheres amar à vontade. Não as matem, pelo amor de Deus!
Lima Barreto em *Vida urbana*, em 1915

PRIMEIRO APARTE
Daniele do Val

A Cecilia conseguiu fazer um resgate socio histórico e contexto cultural do Brasil, dando a ênfase necessária ao lugar feminino nesta história. E diante

de todos os aspectos, que você traz, você me fez lembrar de um documentário, que foi feito pela BBC, na ocasião dos 500 anos de "aniversário" do Brasil, que foi lançado, se não me engano, no ano de 2000, intitulado "Brasil uma história inconveniente". E é um documentário [2] que geralmente eu uso, na sala de aula, para discutir relações de gênero, e tem uma passagem nesse documentário, um fato histórico, que me veio aqui à mente, a partir da sua narrativa, quando é contada a situação de uma escrava, servindo à mesa do patriarca em um jantar da sociedade. Ela serve o convidado e ele se sente encantado com a beleza dela, e faz um comentário com o dono da escrava. E depois, os seios dela vieram decepados, servidos na bandeja para esse convidado. Eu acho que esse fato é um fato histórico, que é reproduzido, ressignificado, dinamizado em vários momentos da história. Simbolicamente mostra a objetificação, a coisificação da mulher. Quando eu falo daquele paradoxo da hipersexualização e da maternidade, e ai a Cecilia vai trazendo, quantos exemplos, quantos fatos históricos, que mostram, justamente, esses dois papéis que cabem à mulher, e que ainda hoje nos é exigido. E quando se busca avançar nas nossas autonomias e escolhas, decisões e desejos, de alguma forma isso vem em um sistema de controle moral, com ápice na violência. E todos esses fatos históricos, esses anseios sociais por mudança, e o feminismo sendo um grande protagonista disso, mostra a validade da legislação. E a legislação é, de certa forma, muito resumida, porque a nossa professora Daniele Amaral vai falar melhor sobre isso, elas buscam dar essa resposta às expectativas, aos anseios, à vocalização da sociedade acerca daquilo que ela quer ser protegida, daquilo que ela quer frear, daquilo que ela quer coibir. E quando se pensa a questão da mulher e a se pensa a questão da violência, surge um outro paradoxo, que hoje falamos de violência contra a mulher, conseguimos nos apropriar historicamente desse lugar do feminino que vai sendo gestado pela cultura, pelos papeis sociais, mas ainda assim, a violência está crescente. O que se precisa de fato é pensar estratégias que possam mudar a mentalidade, fomentar outras formas de sociabilidade, mudar de fato paradigmas culturais. E ainda se vive numa sociedade patriarcal.

Agora eu passo a palavra à professora Daniele Amaral, para que ela possa falar, a partir de sua experiência no campo jurídico, daquilo que se avançou, aquilo

2 Brasil: Uma História Inconveniente" (*Brazil: An Inconvenient History*) é um documentário de 2000 dirigido por Phil Grabsky para a BBC e o History Channel, que examina o lado sombrio do passado colonial e imperial brasileiro. - https://www.youtube.com/watch?v=XqY1dlHFh1k&t=45s

que temos e que ainda podemos desenvolver em termos de mecanismos e de proteção, para que a violência contra a mulher possa ter queda nos seus índices, para que se tenha menos marcas disso na história do nosso país.

5.3 A violência contra a mulher

Daniele do Amaral Souza Cavaliere

Bom dia. Primeiro eu gostaria de agradecer o convite dessas duas mulheres maravilhosas, empoderadas. Estou muito contente e muito honrada de estar aqui com vocês. Para mim, discutir sobre esse tema, conversar sobre esse tema, é de extrema importância. E tudo que a professora Maria Cecilia trouxe para a gente, todos esses dados históricos, mais a sua visão, Daniele, do papel da mulher na sociedade atualmente, ele só corrobora com a ideia da legislação.

Só que eu trago um ponto aqui, que me faz refletir, todas as vezes que eu atendo mulheres que estão nessas condições. O papel da mulher na sociedade, como você mesma colocou, ele é muito coisificado. A gente é tratada como objeto o tempo inteiro, em todos os âmbitos da vida. Só que o que me preocupa é que não adianta a gente criar leis, leis que no papel são lindas, que deveriam realmente funcionar. Se a gente não começar com a educação, não adianta eu continuar criando homens, com o pensamento dos homens lá da história de toda essa época lá atrás, que a gente ouviu aqui agora, com a professora Maria Cecilia, desse comportamento de trazer esse olhar de objeto da mulher.

Então, é muito fácil criar uma lei. É muito fácil colocar na lei penas, sanções, mas do que adianta essas leis se eu não tenho uma educação prévia, se eu não tenho uma conscientização prévia. Vai ser apenas mais uma lei.

A violência doméstica e a violência de gênero representam uma das questões mais sensíveis dentro do direito. Nós, operadores do direito e os legisladores temos aprimorado continuamente as ferramentas legais para enfrentar essa realidade. O ordenamento jurídico do país contempla dispositivos que protegem vítimas e estabelecem penalidades para os agressores.

A Lei Maria da Penha surge como um dos principais instrumentos de combate à violência doméstica e familiar, assegurando proteção e promovendo medidas preventivas. O termo "violência doméstica" no contexto jurídico abrange diferentes formas de agressão, como já foi falado aqui por vocês. E essas agressões são praticadas tanto no seio familiar, ou entre pessoas que mantém uma relação íntima de afeto; inclusive pessoas homoafetivas e travestis. É importante dizer que a Lei Maria da Penha não vem trazendo uma proteção somente às mulheres, ela também traz proteção para o grupo familiar, ela também traz proteção para membros de uma família, não importando se é mulher, principalmente com as crianças, porque o foco da Maria da Penha é essa vulnerabilidade das pessoas que sofrem as agressões.

Essa violência pode integrar uma série de condutas, como agressões físicas, psicológicas, sexológicas, patrimoniais e morais. A abrangência da legislação busca proteger a dignidade e a integridade da vítima, impondo sanções rigorosas aos infratores.

O direito trata essa questão com seriedade, diferenciando a violência doméstica de outros crimes comuns, devido a vulnerabilidade da vítima, e ao contexto em que ocorre a agressão.

A Lei 11340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, é o principal instrumento normativo para lidar com a violência doméstica no Brasil. Ela institui mecanismos para coibir e prevenir esses tipos de crime. Estabelecendo diretrizes para agressões às vítimas, repressão e responsabilização dos infratores. O diferencial dessa legislação é seu caráter protetivo, indo além da punição criminal. O seu foco reside na proteção da mulher em situação de vulnerabilidade dentro do ambiente doméstico, promovendo garantias legais e direitos fundamentais. A lei não se restringe apenas às relações conjugais tradicionais, sua aplicabilidade se dá sempre que houver uma relação de convivência doméstica, familiar ou afetiva, desde que configurada situação de violência contra a mulher. Os tribunais interpretam a legislação de maneira ampla para garantir a máxima proteção à vítima. Assim, independente do vínculo jurídico formal, o importante é o contexto da violência e a vulnerabilidade da mulher diante do agressor.

As formas que essa lei abrange, de violência, compreende qualquer conduta que cause danos à integridade corporal ou à saúde da vítima, como agressões diretas, espancamentos, estrangulamentos. O código penal trata essas infrações em contexto doméstico, a pena pode ser agravada. Já foi sancionada o aumento da pena, nos casos em que essa violência acontece por meio da Inteligência Artificial – IA –. É com modificação de voz da mulher, da imagem da mulher, então a pena é aumentada pela metade.

Ai a gente tem essas variações de violências e é importante pontuar também que a violência doméstica ela é um ciclo. Ela sempre passa por um ciclo. Não começa com uma violência física, ela começa com uma promessa vazia, ela começa com um xingamento, ela começa com uma diminuição da pessoa, ela começa com uma resposta atravessada, e ela vai progredindo até chegar ao seu nível máximo que é o homicídio.

Mas ela passa, independente se ela é física, se ela é verbal, se ela é psicológica, se ela é patrimonial, ela tem esse ciclo. Começa com ele te agredindo de alguns desses tipos, depois a mulher é tachada como uma louca, como a culpada pela briga. Depois vem o momento do arrependimento do agressor, em que ele pede desculpa, ele se faz de vítima, ele se coloca em uma posição em que ele é o coitado da situação. Depois vem o ciclo do carinho, desculpas, das flores, do arrependimento, e volta novamente para o ciclo da agressão. A mulher precisa compreender isso. Ela precisa compreender que a violência doméstica passa por esses ciclos e ela interromper esse ciclo. E ela entender que ela não está sozinha. Essa frase "você não está sozinha" não é uma frase clichê, é uma verdade, é uma realidade. Existem redes de apoio para mulheres que sofrem violência doméstica.

E o judiciário tem avançado com isso. Não só na aplicação de penas maiores, não só com a criação de novas leis, mas até mesmo durante o julgamento desses casos. Hoje temos o protocolo de gênero, da aplicação de como o juiz, como o Ministério Público e como os advogados devem interpretar e se comportar durante uma audiência quando em casos de violência doméstica.

A gente está tendo avanços? Sim, estamos tendo avanços, mas a meu ver esses avanços precisam estar correlacionados à políticas públicas. Precisam estar rareados à uma educação mais voltada com o olhar para essas mulheres.

Porque eu vejo muitos casos nos meus atendimentos, principalmente a violência patrimonial, muitas situações de mulheres que ela não conseguem sair dessa violência, porque dependem 100% do homem, financeiramente. E elas, às vezes, com filhos, elas não têm uma rede de apoio, não têm família. A família, muitas vezes, as culpam de o casamento não dar certo. Por conta desse olhar, dessa visão histórica, que a gente viu, a mulher quando resolve se divorciar, sempre ela é julgada de ter dado causa a esse divórcio. "Ah! Está se divorciando porque ela deve ter traído". "Se divorciando porque ela é uma pessoa difícil de lidar". Sempre a culpa recai na mulher.

E quando se está diante de uma mulher que tem essa independência econômica, isso é mais agravante. O nosso olhar, enquanto operador do direito, tem que ser de acolhimento. E tem que ser de uma conduta e mostrar para essa mulher que, se a família dela não está ali, se ela não tem essa rede de apoio, que existem grupos específicos que ajudam mulheres nessas situações.

Então, elas precisam conhecer os seus direitos; precisam entender que a violência doméstica é um ciclo vicioso; e que elas precisam dar um basta a isso., seja pelo 180; seja buscando um grupo de apoio; seja buscando outras mulheres para ajudar; buscando a família. Mas isso tem que acabar. Ela não pode depender só da legislação, ela precisa da sociedade ajudando-a.

Então, eu ficaria aqui horas e horas recolocando pontos jurídicos sobre, mas acho que não é o momento ideal, se ficar falando apenas do impacto da lei. Mas sim, trazer essa interpretação ampla, assim como o judiciário tem feito em todos os processos, uma interpretação ampla da vulnerabilidade da mulher, na sociedade. E que acaba desaguando dentro da família que tem esse marido/namorado/noivo, porque não é só para as mulheres casadas, é para qualquer relação de afeto, desaguando nessa família, e o mais preocupante, desaguando essa violência também nos filhos. Muitos filhos também sofrem violência doméstica. Muitos filhos homens sofrem violência doméstica. Isso tem que acabar. E a gente precisa conscientizar.

Essa discussão aqui, esse podcast, é uma ferramenta fundamental para a propagação dessa situação que as mulheres vivem. Ainda vivem hoje.

SEGUNDO APARTE
Daniele do Val

Dani você traz coisas tão importantes, que eu acho que de fato valem a pena a gente refletir e continuar aqui no diálogo entre nós três. O primeiro ponto que você traz é quando fala da educação. A educação diferenciada por sexo ainda existe. Às vezes, a gente pensa que é uma bobeira, e não é. Um exemplo claro disso é quando se diz para o menino que ele não pode brincar de boneca. É um exemplo clássico e eu sempre provoco reflexões nesse sentido: será que se os meninos aprendessem a brincar de boneca eles não poderiam ser melhores pais? Eles não poderiam ser melhores maridos? Por quê? Porque a nossa socialização desde a tenra infância é cuidar. É cuidar da casa, dos filhos, da família, do marido, como se essa fosse uma responsabilidade exclusiva nossa. Esse é um exemplo que a gente pode partir dele, para pensar que sociabilidade é essa que a gente forja para homens e mulheres, e que vai ali resultar em uma série de questões e consequências se isso não for realmente amadurecido e compreendido, a partir dessa expectativa de igualdade, que não deve ser só formal, mas que deve ser real. Somos diferentes, mas ninguém é melhor do que o outro. Acho que esse foi um ponto importante.

Quando você fala da Lei Maria da Penha, abrangendo não só as questões da mulher vítima de violência, e eu acho que isso é um avanço muito interessante, quando ela prevê, por exemplo, a sua aplicabilidade em mulheres trans, você ali reitera que a vitimização não vem pelo sexo biológico, ela vem pela representação social. As mulheres trans são mulheres, no que tange as suas expectativas de papel, de função, de comportamento, de cultura. De fato, se tem uma aplicabilidade que vem para frear, para coibir o fato dessa mulher ser vítima, pelo fato dela ser mulher. Esse foi um ponto interessante para se resgatar.

Tem outro aspecto que também não posso me furtar a falar, porque eu trouxe isso, a Cecilia trouxe, e você também traz. É sobre a interseccionalidade. A violência não tem só um recorte de gênero, ela tem o recorte racial, e recorte de classe. Quando você traz sobre as mulheres em vulnerabilidade e você fala da importância das políticas públicas, cabe aqui algumas reflexões. Porque que aparece, aparentemente, que são as mulheres pobres e negras que sofrem

violência. Isso é aparência, é um grande mito. Porque na verdade elas acabam ou precisando acionar mais os dispositivos públicos e isso traz estatísticas oficiais, e as mulheres mais abastadas vão para dispositivos privados, sigilosos, e isso não traz uma exposição. Sem falar também do fato de que a mulher que está numa vulnerabilidade com recorte econômico, ela não consegue, de fato, caminhar sozinha pela dependência financeira. E se ela tiver filhos? Como que fica? São temores legítimos. E ai você precisa do aporte estatal. Se não houver a política pública você não consegue de fato proteger. Esse é outro ponto extremamente importante.

APARTE

Daniele Amaral

Esse é um dos avanços da legislação, exatamente para acabar com essa dependência financeira e ai proteger essa mulher. Hoje, a mulher que sofre a violência doméstica, tem diversas medidas preventivas e medidas de urgência que vão afastar esse agressor de lá. Mas, muitas vezes, a mulher não tem para onde ir. E ai acaba o período da punição dele e ele volta para casa. E qual foi a grande inovação de alteração, na verdade, com relação a isso? Hoje a mulher que sofre violência doméstica ela tem o direito de ficar remota. Então, esse agressor, quando termina a sua pena ele não volta para casa. Quem vai procurar algum lugar para morar é ele, não mais a mulher. Aquele imóvel é dela, principalmente quando tem filhos. Ele tem que pagar pensão alimentícia para ela. Então essa dependência financeira que ela tinha dele, ele tem que arcar com isso. Só que a gente sabe que, na prática, isso pode não funcionar. Porque uma coisa é ele ser obrigado a pagar essa pensão alimentícia, e outra coisa é ele realmente pagar. É mais um direito que ela tem violado, que ela vai ter que buscar o judiciário para receber o valor dessa pensão. Então, quando eu falo que não basta uma bela lei; não basta ter medidas que vão proteger essas mulheres, se de fato essas medidas não funcionarem 100%. Elas precisam ter essa garantia. Apesar dessas inovações que foram excelentes, ainda se precisa caminhar muito para garantir e dar essa segurança para essas mulheres vítimas de violência.

APARTE
Daniele do Val

E associada a essa dependência financeira, que a gente tem hoje algumas possibilidades de suporte, de mudança, talvez o maior desafio seja romper com a dependência emocional, psicológica. Isso tem tudo a ver com os ciclos da violência. A gente ouve falar desses ciclos da fase da lua de mel. Que é isso, o momento da intervenção na situação da violência, ele também diz muito pelas possibilidades de avanço que se vai ter na ruptura com aquele ciclo. Porque no momento que a mulher está se sentindo violentada, ela busca ajuda. Mas no momento em que ela começa a ser acalentada pelo próprio violador, essa dependência, o amor, a paixão, isso vai lhe trazendo a esperança que de só foi mais uma vez e que não vai voltar mais a acontecer. Então, o momento da intervenção é muito importante. E isso me lembra, Daniele, que hoje a gente também não precisa mais fazer o registro, apenas se a mulher for vítima. Outras pessoas também podem fazer a denúncia. Pode explicar um pouco sobre isso.

APARTE
Daniele Amaral

Qualquer pessoa pode fazer a denúncia, inclusive mesmo a vítima não querendo dar continuidade ao processo, o Ministério Público pode manter a tramitação desse processo e a penalização desse agressor. Não precisa de ela ir à delegacia para fazer o registro de ocorrência, ela pode ir direto ao fórum, pode ir direto ao Ministério Público. Claro que quando ela vai à delegacia ela já sai de lá em mãos com o documento, inclusive com a aplicação de alguma medida, que hoje o delegado pode aplicar, mas ela não depende disso. E muitas mulheres não procuram ajuda por vergonha de chegar à delegacia e contar que foram agredidas, ou que foram ameaçadas, ou que foram xingadas, porque nem sempre acaba em violência física. Então, não precisam, bastam ir ao Ministério Público, basta ir ao fórum relatar o que houve que você já vai estar protegida, vai ter medidas protetivas ali que vão te resguardar.

APARTE

Daniele do Val

Vou fazer mais algumas considerações e também vou abrir a palavra para a Cecilia, pois ela quer trazer ainda mais algumas contribuições. Para a gente seguir só esse fluxo aqui da questão do campo jurídico, eu lembro que quando eu estava na faculdade na graduação, eu fiz parte de um projeto de iniciação científica, e foi ali na verdade que eu tive a minha abertura que até hoje eu trago a minha experiência de trabalho para essa discussão de gênero. Eu fiz parte de uma pesquisa com a professora Sueli Souza de Almeida, e a mentora era a professora Heleieth Saffioti da PUC de São Paulo que foi uma das principais sociólogas brasileiras, ambas já falecidas, que discutiram a temática da violência. E a pesquisa da qual eu participei se chamava " Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade", e isso foi nos anos 1990. A gente já falava naquele momento ali, inclusive sobre o protagonismo que as DEAMs – Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – que são inauguradas nos anos 1980, eram um espaço de acolhida, de escuta diferenciada, e de alguma forma tentar minimizar esse constrangimento e esse receio da mulher. Porque quando ela vai numa delegacia e ela é atendida por um homem, normalmente por um policial delegado ou escrivão, que pode, até pelo próprio comportamento da instituição, não ter a escuta diferenciada que aquela mulher precisa, para que ela possa ali relatar a sua situação. Eu lembro o quanto os índices de registro, e obviamente após quase 30 anos não vou lembrar dos resultados da pesquisa, eu cheguei a participar do levantamento dos registros na delegacia de Copacabana, no Rio de Janeiro e na delegacia de Campo Grande. Eram duas delegacias distritais, ou seja, não eram DEAMs. Mas se tinha ali o perfil do atendimento a partir da própria questão que envolvia o território. Quando a gente fazia o levantamento dos registros de ocorrência, isso me lembra afla da professora Cecilia quando ela fala da prostituição; como que a gente identificava os registros de ocorrência envolvendo mulheres, que antigamente se falava situação de prostituição, hoje usamos termos um pouco diferentes como exploração sexual, mas que eram mulheres que estavam ali vendendo o corpo, por uma questão de sobrevivência ou outros motivos quaisquer, mas que por conta disso eram vitimadas. Obviamente tinham situações em que elas poderiam ser as algozes, mas a questão da sexualidade, a questão da prostituição, é uma marca muito forte da delegacia de Copacabana. E Campo Grande, o

índice de registros de ocorrência muito alto em relação a acidentes de trânsito, por conta da Avenida Brasil e as vias de acesso. E eu trago isso para que a gente perceba que esse espaço, que é o espaço primeiro que você busca uma garantia, uma proteção, busca resolver aquele conflito, ele diz muito a partir do território da demanda daquilo que vai sendo produzido. Eu sou uma defensora, que não seja da DEAM, mas que seja dos espaços específicos para isso. Porque a gente não pode desconsiderar, que por não termos ainda superado a educação diferenciada por sexo, podemos tentar minimizar esse momento inicial do atendimento. Infelizmente, muitas mulheres também reproduzem o machismo. Sabe-se que não há garantias que uma mulher dê uma escuta qualificada ou atenta a uma mulher vítima de violência. Mas se vai pensando as possibilidades e as probabilidades. É importante de se trazer isso. E o sucateamento que submetem. As DEAMs tinham assistentes sociais e psicólogos no atendimento. Hoje não se tem esses profissionais ali para se ter esse atendimento e até realizar as articulações e os encaminhamentos necessários.

APARTE
Daniele Amaral

Você tocou em um ponto importantíssimo, que é essa questão de algumas mulheres terem esse comportamento machista. Eu não sei se vocês viram esse último incidente que teve com a moça do elevador, 60 socos em 25 segundos. Quando ele foi preso, ele recebeu mais de 1500 e-mails, de outras mulheres, apaixonadas por ele. Querendo dar apoio emocional para ele. Então, quando a gente fala de educação, eu não falo de educação para os homens, eu falo em educação para todos. E para compreender que você me agredir verbalmente é violência doméstica. É esse tipo de educação que as mulheres e homens precisam entender. Uma resposta atravessada é uma violência doméstica. Só que enquanto existir esse pensamento de que os agressores, por uma crise de ciúmes, precisam de um apoio emocional de outras mulheres, isso me deixou tão chocada, tão preocupada. A que ponto a gente está chegando, de mulheres "protegerem" um agressor desse. Qual o nível de consciência que ela tem do papel dela na sociedade? Isso vai muito além do âmbito jurídico. E isso me preocupa muito. E você estava falando desse pesquisa, a gente fez aqui no UniFOA, por meio do Projeto Integrado, uma pesquisa com os alunos também, que resultou em uma cartilha contra a

violência doméstica. E é impressionante como que eles acreditavam até então que a violência contra a mulher era apenas a violência física. Eles não entendiam como que existe uma violência patrimonial. Como ela ocorre? Que tipo de violência é essa contra a mulher. E o que é violência psicológica contra a mulher? Qual a atitude que a pessoa tem que tomar e o homem tem, para que isso se configure numa violência psicológica? Então, mostrar para eles esses tipos de violência e quais seriam os atos praticados que configurariam esse tipo de violência, foi muito enriquecedor. Eu tenho certeza que depois desse projeto eles saíram com outro pensamento sobre a violência doméstica. Então é assim, para mim a educação é a base para se mudar os problemas que a gente tem. É claro que eu sei que não vamos conseguir mudar isso a médio e curto prazo, isso ainda demanda, quanto tempo temos ai o reflexo histórico perpetuando. Situações que aconteceram lá atrás continuam acontecendo. Eu sei que é a longo prazo. Mas esse debate aqui é fundamental para mudar isso.

APARTE
Daniele do Val

A gente consegue mudar comportamentos, mentalidades e consequentemente cultura, a sociedade. Cecilia você com o seu olhar atento

APARTE
Maria Cecilia Gama

Vou agora falar um pouco a respeito daquilo que vocês falaram. Educação é fundamental. Você tem que ensinar ao filho e à filha os seus papéis dentro de uma comunidade, dentro de uma família, dentro de uma sociedade. Da amorosidade, do afeto, da empatia. Do coleguinha na creche. Criança não pode bater. Ah! Mas é pequenino. Não, não pode. Tem de aprender de pequenino. Minha avó dizia que "de pequenino se torce o pepino". Porque se não aprende ali, não vai aprender mais. Então você chega numa coisa que eu vi passar e acontecer com uma funcionária, que foi à delegacia porque o marido bateu nela. Chegou lá, a pessoa que a atendeu na delegacia o que fez? Qual foi a primeira frase que ele falou para ela? "O que você fez para apanhar?"

APARTE
Daniele do Val

É aquele ditado: o homem já sabe porque está batendo e a mulher sabe porque está apanhando.

APARTE
Maria Cecilia Gama

Então isso ai é aterrador. Eu faço vários cursos e tenho vários cursos principalmente de leitura de clássicos . E com a literatura, cada dia que passa você aprende mais. Eu fiquei muito bem impressionada, quando eu escutei um dos meus professores, ex juiz de direito, inclusive foi para o ministério com 25 anos, ele era juiz, conseguiu a magistratura muito cedo. Largou aquilo tudo, mudou um pouco a vida e ele diz que perguntam a ele se ele é a favor do feminismo. Ele diz: eu sou a favor do cavalheirismo. Aí a gente pergunta: Samer, explica isso, porque? Ele diz: o feminismo é maravilhoso, mas ele iguala a mulher ao homem. O cavalheirismo a coloca no seu devido lugar que é acima. Então, nós não podemos esquecer que todos viemos de uma mulher. A mulher é a mater, a mãe, a geradora. Então, quando você vê uma mulher levar 60 e tantos socos, dentro de um elevador, e outras mulheres acharem que aquilo é legal, porque para estar falando e-mails para o agressor, estão querendo apanhar também. Então vamos ver que dentro dessas conquistas do feminismo, aqui no Brasil, eu fiz uma pequena linha do tempo que eu vou falar rápido por causa do nosso tempo aqui. As mulheres, por equidade e respeito à sociedade, a luta delas é lá de trás, desde as bruxas, perseguidas na Idade Média até as sufragistas, que foram às ruas para conquistar o direito ao voto. É impossível a gente separar os períodos importantes da humanidade das conquistas femininas que acompanhamos ao passar dos anos.

Vamos ver aqui apenas uma ilustração dessa trajetória feminista.

1827 – Século XIX, primeira metade. Meninas são liberadas para frequentarem a escola. Foi apenas em 1827, a partir da Lei Geral – promulgada em 15 de outubro – é que mulheres foram autorizadas a ingressar nos colégios e estudassem além da escola primária. Ou seja, deixa de ser analfabeta. Até então, eram analfabetas funcionais, sabendo apenas assinar os nomes para firmarem docu-

mentos, dentro da violência patrimonial que a Daniele Amaral bem descreveu. Se ela era rica, ela tinha que assinar, porque o marido é quem mandava.

1832 – A autora Nísia Floresta desafiou as tradições e costumes da sociedade ao publicar seu livro A obra "Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens" é publicado. Seu livro é considerado o pioneiro do feminismo brasileiro por reforçar que a mulher é tão capaz quanto qualquer homem de assumir cargos de liderança ou desempenharem quaisquer atividades na sociedade.

Ai há um hiato para as mulheres conquistarem o direito de frequentarem as faculdades. Tem um filme maravilhoso com a Barbra Streisand, chamado Yentl de 1983, onde uma jovem judia decide se passar por homem para estudar o Talmud, um privilégio masculino. Somente em 1879 é que as portas das universidades foram abertas à presença feminina. O machismo estrutural da sociedade ainda oprimiu as mulheres que queriam estudar, de realizarem seus objetivos, e o preconceito ainda foi um mal muito presente na vida das jovens estudantes daquela época.

1910 – O primeiro partido político feminino é criado. Mesmo que a Proclamação da República no Brasil tenha ocorrido em 1889, foi apenas 20 anos depois, em 1910, que nasceu o Partido Republicano Feminino, como ferramenta de defesa do direito ao voto e emancipação das mulheres na sociedade.

1932 – Mulheres conquistam o direito ao voto. Em 1932, o sufrágio feminino foi garantido pelo primeiro Código Eleitoral brasileiro: uma vitória da luta das mulheres que, desde a Constituinte de 1891, pleiteavam o direito ao voto. Essa conquista só foi possível após a organização de movimentos feministas no início do século XX, que atuaram intensa e exaustivamente no movimento sufragista, influenciados, sobretudo, pela luta das mulheres nos EUA e na Europa por direitos políticos. Graças ao feminismo hoje podemos votar

1962 – É criado o Estatuto da Mulher Casada. Em 27 de agosto de 1962, a Lei nº 4.212/1962 permitiu que mulheres casadas não precisassem mais da autorização do marido para trabalhar. A partir de então, elas também passariam a ter direito à herança e a chance de pedir a guarda dos filhos, em casos de separação. No mesmo ano, a pílula anticoncepcional chegou ao Brasil. Apesar de ser um método contraceptivo bastante polêmico, por influenciar os hormônios femininos, não dá para negar que o medicamento trouxe autonomia à mulher e

iniciou uma discussão importantíssima sobre os direitos reprodutivos e a liberdade sexual feminina.

1974 – Mulheres conquistam o direito de portarem um cartão de crédito. Até 1974, os bancos queriam ditar como as mulheres gastavam o próprio dinheiro. Mulheres solteiras ou divorciadas, que solicitassem um cartão de crédito ou empréstimo, eram obrigadas a levar um homem para assinar o contrato. Meu pai assinou meu primeiro cartão de crédito, porque eu já era separada e mãe do Savio e da Carol. A mulher não tinha liberdade de escolha e era vista como objeto que pertencia ao pai ou ao marido, sem voz ativa alguma. Somente em 1974 foi aprovada a "Lei de Igualdade de Oportunidade de Crédito", para que clientes não fossem mais discriminados baseados no gênero ou estado civil.

1977 – A Lei do Divórcio é aprovada. Até o dia 26 de dezembro de 1977, as mulheres permaneciam legalmente presas aos casamentos, mesmo que fossem infelizes em seu dia a dia. Somente a partir da Lei nº 6.515/1977 é que o divórcio tornou-se uma opção legal no Brasil. Porém, é importante ressaltar que anos após a validação da lei, as mulheres divorciadas permaneciam vistas com maus olhos pela sociedade. Éramos vistas como prostitutas. Esta pressão social fez muitas mulheres optarem por casamentos infelizes e abusivos em vez de pedirem o divórcio.

1979 – Mulheres garantem o direito à prática do futebol "PÉ DE MULHER NÃO FOI FEITO PRA SE METER EM CHUTEIRAS!". Sim, essa era a manchete de um jornal em 1941. No Decreto da Era Vargas, estava claro: as mulheres não podiam praticar esportes incompatíveis com as "condições de sua natureza". O argumento era de que a prática feria a chamada "natureza feminina" e com isso, de 1941 até 1979, foi eliminada qualquer chance de atletas mulheres praticarem esportes. Após quatro décadas, a regulamentação do futebol feminino veio em 1983, mas devemos lembrar o quanto a proibição trouxe reflexos negativos no esporte até hoje, como o pouco incentivo ao futebol feminino e a falta de patrocinadores. Graças ao feminismo podemos jogar futebol

1985 – É criada a primeira Delegacia da Mulher A Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM) surge em São Paulo e, logo depois, outras unidades começam a ser implantadas em outros estados. Essas delegacias es-

pecializadas da Polícia Civil realizam, essencialmente, ações de proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e violência sexual contra as mulheres.

1988 – A Constituição Brasileira passa a reconhecer as mulheres como iguais aos homens. Foi apenas na Constituição de 1988 que as mulheres passaram a ser vistas pela legislação brasileira como iguais aos homens. Somente após as pressões da pauta feminista, aliada com outros movimentos populares que ganharam as avenidas na luta pela democracia, é que conseguimos vencer uma realidade opressora e fomos incluídas legalmente como cidadãs com os mesmos direitos e deveres dos homens – pelo menos na Constituição. Graças ao feminismo mulheres são vistas como iguais ao homens perante a lei.

2002 – "Falta da virgindade" deixa de ser motivo para anular o casamento Imagine só, apenas no início do século XXI é que o Código Civil brasileiro extinguiu o artigo que permitia que um homem solicitasse a anulação do seu casamento caso descobrisse que a esposa não era virgem antes do matrimônio. Até este momento, a não virgindade feminina era julgada como uma justificativa aceitável para divórcios.

2006 – É sancionada a Lei Maria da Penha. Maria da Penha, a farmacêutica que deu seu nome à lei, precisou ser vítima de duas tentativas de homicídio e lutar por quase 20 anos para que, finalmente, conseguisse colocar seu ex-marido criminoso atrás das grades. Definitivamente, essa é uma das conquistas do feminismo mais importantes para as mulheres brasileiras. A Lei nº 11.340/2006 foi sancionada para combater a violência contra a mulher.

2015 – É aprovada a Lei do Feminicídio. No dia 9 de março de 2015, a Constituição Federal reconheceu a partir da Lei nº 13.104/2015 o feminicídio como um crime de homicídio qualificado.

2018 – A importunação sexual feminina passou a ser considerada crime. Ser mulher ainda – e infelizmente – é motivo para vivenciar situações de assédio e violência no dia a dia, no ônibus, em aplicativos de carros particulares ou numa simples ida ao mercado. A ocorrência deste tipo de prática contra as mulheres é tanta que a pauta feminista precisou incluir em suas ações a defesa da lei que caracteriza o assédio como crime (Lei nº 13.718/2018). Apesar desta legislação garantir proteção às pessoas de todos os gêneros, a força do movimento feminista foi essencial para que ela se tornasse uma realidade em nossa sociedade.

Não é como se hoje não sofrêssemos mais com o assédio, mas pelo menos agora temos um mecanismo legal para defender nosso direito de ir e vir! Graças ao feminismo a importunação sexual é crime.

2021 – É criada lei para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. A Lei 14.192/21 estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher ao longo das eleições e durante o exercício de direitos políticos e de funções públicas. É violência política contra as mulheres toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos. Depois dos casos que vimos ai de mulheres serem mortas apenas por serem políticas e se colocavam publicamente.

É isso ai. Eu estou com cavalheirismo do Samer Agi. Prefiro o cavalheirismo ao feminismo. Porque tem que considerar a mulher um patamar acima mesmo, e essa consideração tem de vir desde cedo. Tem-se que ensinar a criança a se respeitarem, porque criança também tem que saber respeitar. E criança também tem que ser criança né! Não tem que ser adulto. Criança adultizada eu tenho verdadeiro pavor. Criança é criança. Adolescente é adolescente. E adulto é adulto. Adulto é dono da sua cabeça. Legalmente dono da sua pessoa e vai responder por aquilo que faz. Até então, quem responde são os pais. Então, esses pais não podem deixar essas crianças acharem normal e natural certas coisas que vemos acontecendo por ai. E isso influi sobre o que estamos falando aqui: violência contra a mulher. O coleguinha puxou meu cabelo. Por que ele puxou o seu cabelo. Quem deu o direito a ele de puxar o seu cabelo? Então são questionamentos que vêm lá de trás. Concordo com você Daniele Amaral, Educação é o que falta. Educação é tudo.

APARTE
Daniele Amaral

Não canso de falar sobre isso. Porque a gente do direito consegue visualizar isso na prática, essa falta dessa educação na prática. Muitos problemas não aconteceriam se essa educação de fato acontecesse. Um outro ponto que eu acho extremamente importante, principalmente com as crianças. Você falou do menino poder brincar de boneca, de casinha, fazendo comida, isso é uma brincadeira só feminina, só das meninas. Mas os meninos precisam saber também

falar sobre os seus sentimentos. Porque são esses sentimentos, que vão sendo reprimidos durante anos, que quando eles sofrem lá na frente se transforma em uma violência, porque em nenhum momento eles souberam externar os que eles estão sentindo. E ai, eles externam isso por meio da violência física. Sim, menino pode chorar, menino pode se abrir, menino pode falar que sente dor, que está triste, que gosta, que ama.

APARTE
Daniele do Val

Até porque, você me fez lembrar a essa altura da Heleieth Saffioti, que tem um livro muito didático, que foi feito na época dos anos 1980 também, para o Ensino Médio, e uma das passagens que ela traz no livro, é justamente essa, dos casos de homens que têm as glândulas lacrimais ressecadas pela falta do uso. Os meninos não choram. Isso nos afeta fisicamente. Somos sujeitos constituídos a partir de uma dimensão que é biopsicossocial. Isso é extremamente importante, mas essa tendência a uma educação dos homens para a virilidade, para a força, para ser um líder, para ser aquele que vai tomar as decisões mais difíceis. Você demonstrar sentimentos é você demonstrar fraqueza. A questão da virilidade muito associada à sexualidade. Se você chora, se você é romântico, se você pede desculpa, você já vai ser estigmatizado com classificações que "então você não é homem". Isso é fundamental. A educação, de fato, é a base. É uma educação que precisa ser para a vida. Já falamos disso aqui em um outro podcast, não é Cecilia? Da educação emancipadora.

APARTE
Maria Cecilia Gama

Outra coisa que a Daniele Amaral falou e que eu acho de uma importância imensa, e que deveria ser gritada em todos os lugares, a agressão física começa na agressão verbal. A filosofia da linguagem nos conta isso. A agressão verbal não pode ser passada em branco. Ah! Não foi nada. Foi sim! Porque é ali que começa. Você consegue fazer agressão verbal, daqui a pouco está na agressão emocional, daqui a pouco está fazendo agressão psicológica, e quando isso tudo

já não mais funcionar para a cabeça doentia da pessoa, ela vai fazer agressão física. Porque não chega na agressão física logo de entrada. A verbalização que diminui. Aquela coisa do Platão, do veneno, da palavra que é venenosa. E aquilo acaba com uma pessoa. Não precisa bater. Está batendo verbalmente. Isso tem que ser entendido. As pessoas têm que compreender isso.

CONCLUSÃO

Daniele do Val

Acho que hoje o nosso podcast rendeu muito. Foi maravilhoso! Essa possibilidade da interação, do diálogo, e o que uma fala a outra vai rememorando e a gente consegue se complementar. E no final das contas se vê o quanto temos avanços, o quanto se precisa avançar, mas acho que saímos daqui certas de que estamos contribuindo com a educação. Estamos no mês do Agosto Lilás, que é um mês temático, colorido, intenso, e todo mundo está falando da pauta ao mesmo tempo. Mas a nossa luta é diária. A nossa luta é cotidiana e precisamos sempre unir forças para que se possa avançar. Para finalizar vamos deixar aqui alguns telefones para situações de denúncia. Ligue 180 – central de atendimento à mulher; Disque 100 – central de denúncia de violação dos direitos humanos; telefones da Guarda Municipal 153; o 190 da Polícia Militar; eventualmente podemos ligar 197 para a Polícia Civil e temos também o canal do Ministério Público pelo telefone 127, que as mulheres podem acessar.

Muito feliz, muito grata pelo aprendizado de hoje, pelas trocas que nós tivemos e com a sensação que estamos contribuindo para algumas mudanças. E até o próximo podcast.

6 VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

INTRODUÇÃO

Hoje estamos reunidos aqui nos Estúdios FOA para a gravação de mais um episódio do podcast do projeto Contribuição acadêmica no debate sobre as diferentes formas de violência, uma iniciativa vinculada ao Escritório da Cidadania em Movimento. Meu nome é Daniele do Val, sou assistente social e professora doutora do curso de Serviço Social do UniFOA. Quero desde já agradecer a minha parceira de trabalho, professora Maria Cecilia Gama, mestre convidada e Institucional do UniFOA, pela oportunidade de estarmos juntas em mais esta produção técnica. Maria Cecilia, como aprendo com você viu! E estendo também o meu agradecimento ao professor Ailton da Silva Carvalho, mestre e colega e assistente social e também professor do UniFOA, pela parceria e pelas contribuições sempre enriquecedoras. É uma prazer dividir esse espaço com vocês. Mesmo que os temas que a gente trata aqui não sejam muito agradáveis e fáceis de serem discutidos, mas eles são fundamentais para o debate, para o crescimento coletivo, para o amadurecimento discente e para a transformação social. Por isso acredito que juntos podemos contribuir para a mudança de comportamentos e mentalidades, construindo uma sociedade mais justa, consciente e respeitosa. Vamos falar sobre um tema que é urgente. A violência contra a população LGBTQIAPN+.

6.1 As diferentes manifestações contra a violência à população LGBTQIAPN+

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Falar sobre a violência é sempre algo difícil e desafiador, mas é necessário. E nossas reflexões têm um objetivo claro, provocar mudanças na forma como convivemos em sociedade e fortalecer o respeito à diversidade. As diferentes manifestações da violência seguem um padrão estrutural, ou seja, não são apenas fruto de preconceitos isolados ou individuais, elas refletem uma lógica social excludente e no caso da população LGBTQIAPN+ estão baseadas em padrões heteronormativos, que impõem a ideia de que só existe um "jeito"

correto de ser homem ou mulher. E que relacionamentos só podem ocorrer entre pessoas de sexos opostos. Quando alguém foge dessa norma passa a ser visto como errado, e muitas vezes é vitimado por algum tipo de violência.

E quando a gente fala em violência qual é a primeira imagem que vem à nossa cabeça? Talvez você pense em agressões físicas, e sim, elas acontecem, de forma brutal e frequente. Mas precisamos ampliar esse olhar. A violência também pode ser psicológica, se expressar nas descriminações e no bullying; pode ser simbólica e institucional; ela pode estar nas ofensas, nas piadas, nas exclusões. No acesso negado a direitos básicos e até no silenciamento das identidades.

É fundamental entendermos que a diversidade sexual e de gênero têm um caráter histórico social que ultrapassa as barreiras biológicas. Pessoas LGBTQIAPN+ não escolhem ser assim, elas simplesmente são. E o dito "problema" não está nas diferenças, mas a forma como a sociedade lida com essa diversidade.

Quando alguém é agredido, humilhado ou impedido de exercer seus direitos por ser quem é, estamos diante da negação de princípios básicos de uma sociedade democrática, como a liberdade e a dignidade humana.

No Brasil, temos um arcabouço jurídico importante para a proteção social e o enfrentamento da violência contra as pessoas LGBTQIAPN+. O primeiro destaque vai para a Constituição Federal de 1988, que garante igualdade de direitos a todas as pessoas, sem descriminação de qualquer espécie. Também é importante lembrar que desde 2013 o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo é reconhecido no país e que o uso do nome social por pessoas trans deve ser respeitado em documentos, escolas e repartições públicas. Em 2015, o bullying foi reconhecido como intimidação sistemática, o tipo de violência repetitiva com intenção de causar dor e angústia à vítima. Mesmo sem criminalização direta, passou a ser enfrentado por meio de políticas públicas e ações socio educativas. E o bullying é, infelizmente, uma das formas mais recorrentes e cotidianas de violência sofrida pelas pessoas LGBTQIAPN+, tanto em escolas como em ambiente de trabalho e ambientes de convivência.

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a homofobia e transfobia devem ser enquadradas na Lei do Racismo. Isso significa que descriminar

alguém por sua orientação sexual ou identidade de gênero é crime, passível, inclusive, de pena de reclusão. Ou seja, atitudes LGBTfóbicas não são apenas cruéis, são ilegais.

Esses marcos são importantes, são avanços legais fundamentais, mas que, infelizmente, não têm sido suficiente para mudar a realidade. Temos leis, mas a mudança cultural ainda não acompanhou o avanço jurídico. Pessoas trans continuam sendo desrespeitadas no uso de seu nome social em repartições públicas, em empresas. Casais homoafetivos ainda sofrem descriminação, por exemplo, em processos de adoção ou ao tentar alugar um imóvel. E o Brasil continua liderando o ranking mundial de violência contra pessoas LGBTQIAPN+. Portanto, só a existência da lei não garante por si só o respeito.

Combater a LGBTfobia exige mais do que normas escritas, exige educação, diálogo, representatividade e políticas públicas efetivas e inclusivas que assegurem dignidade e segurança.

Aliás, é importante esclarecer que a LGBTfobia é o termo usado para designar todas as formas de preconceito, descriminação, hostilidade e violências dirigidas contra as pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+. A LGBTfobia não é apenas uma opinião negativa contra uma pessoa ou grupo, é uma violação dos direitos humanos.

Assim, não se trata de aceitar ou tolerar alguém, trata-se de respeitar, de reconhecer a humanidade e os direitos que todas as pessoas têm. Por isso é urgente pensar em ações que enfrentem essas desigualdades estruturais .

O combate à LGBTfobia deve ser um compromisso coletivo, ações de resistência. Por isso precisamos respeitar e incentivar os movimentos sociais, os coletivos e as redes de apoio, que constroem diariamente espaços de acolhimento, visibilidade e luta em prol da população LGBTQIAPN+. Falar sobre essa violência é desafio, mas também é afirmar o direito de existir.

Enfrentemos a realidade. Em 2024, o Grupo Gay da Bahia registrou 291 mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+; sendo 273 homicídios e 18 suicídios. Ainda em 2024 o dossiê da ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais - revelou que 122 pessoas trans e travestis foram assassinadas, uma média de 10 mortes por mês. No mesmo ano, o Disque 100 recebeu mais

de 5700 denúncias de violência contra essa população. E as principais vítimas foram as pessoas trans e travestis.

O Observatório Nacional de Direitos Humanos, no ano de 2022, divulgou dados que mostravam que mais de 11 mil pessoas LGBTQIAPN+ sofreram algum tipo de agressão motivada por sua identidade ou orientação sexual. E a Pesquisa Nacional de Saúde, divulgada pelo IBGE, também no ano de 2022, mostrou que quase 3 milhões de brasileiros adultos se declaram lésbicas, gays ou bissexuais. Mas olha que interessante. Outros 3 milhões e 600 mil pessoas preferiram não responder à pesquisa. Será que o medo do preconceito e da violência não foi uma das razões para esse silêncio?

Esses números nos mostram que a violência não é pontual, ela é estrutural e cotidiana. E aparece em diferentes espaços. Na escola, no trabalho, nos serviços de saúde, em ambientes religiosos, nos locais de lazer e na própria família. No mercado de trabalho, por exemplo, a descriminação é brutal. Pessoas trans e travestis enfrentam barreiras desde o processo seletivo até a permanência nos empregos. Essa descriminação se expressa em piadas, isolamento, invisibilidade, recusa em contratar e até demissões veladas. Sem oportunidades no mercado formal, muitas acabam empurradas para a prostituição, não por escolha, mas como forma de sobrevivência. E a ANTRA alerta que esse processo não só reforça as desigualdades, mas aumenta o risco de morte, já que a maioria das vítimas dos assassinatos LGBTQIAPN+ tinha a prostituição como a principal fonte de renda.

Essa exclusão também amplia outras vulnerabilidades, como a exploração por redes criminosas e o tráfico de pessoas. Além disso, geram impactos profundos na saúde mental, ansiedade, depressão e os casos de suicídio.

Estamos falando de uma violência que atravessa a vida inteira e corroi a dignidade. Estamos no Setembro Amarelo. Falar de saúde mental e o enfrentamento aos suicídios ou ideações suicidas, é falar de enfrentamento às violências, essas violências que nos acometem diariamente.

Quando falamos de violência contra a população LGBTQIAPN+ especificamente, também precisamos olhar para o cenário internacional. A luta por igualdade, dignidade, não é responsabilidade apenas de cada país. Organismos como a ONU e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos

têm se posicionado firmemente contra a descriminação da orientação sexual e identidade de gênero. O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, por exemplo, afirma que ninguém deve ser descriminado por esses motivos. É o que chamamos de internacionalização dos direitos humanos. O Brasil assumiu compromissos nesse cenário. Um exemplo, é a adesão ao grupo de amigos do Mandato Especialista Independente da ONU, responsável por monitorar e relatar casos de violência contra pessoas LGBTQIAPN+ no mundo. Isso mostra que o país não está sozinho. Existe uma rede internacional de proteção. Mas, ao mesmo tempo, precisamos lembrar que ainda hoje mais de 60 países criminalizam pessoas LGBTQIAPN+; em alguns deles a pena pode chegar à morte. E volto a dizer, o Brasil lidera o ranking de homicídios contra pessoas LGBTQIAPN+.

Essa comparação evidencia que embora o Brasil tenha avançado em legislação e reconhecimento de direitos, a luta é global e permanente. E ainda tem mais. A violência não atinge todas as pessoas da mesma forma e é ai que entra o conceito de interseccionalidade, criado por Kimberlé Crenshaw, e que nos ajuda a entender que diferentes formas de opressão se cruzam e se acumulam. Uma mulher trans, negra e moradora da periferia, por exemplo, não enfrenta apenas a transfobia, ela também sofre com o racismo, a desigualdade social e a violência estrutural. Essas opressões se acumulam e tornam a sua experiência ainda dura. A interseccionalidade nos mostra que não existe uma vivência única ou genérica dentro da comunidade LGBTQIAPN+. Cada pessoa é atravessada por múltiplas desigualdades. E se quisermos, de fato, construir uma sociedade justa precisamos enxergar essas camadas de exclusão e enfrentá-las de forma conjunta.

A luta contra a violência LGBTQIAPN+ é, antes de tudo, uma luta por dignidade humana, e ela só será vencida quando conseguirmos transformar não apenas as leis, mas também a cultura, as práticas institucionais e as relações no nosso dia a dia. A luta pela igualdade se mede por voz, por poder, por liberdade.

E agora chegou a hora daquela inquietação boa. Das reflexões que nos cutucam e nos inspiram . Vamos ouvir a professora Maria Cecilia que sempre nos motiva a aprender mais e a perceber que o conhecimento nunca se esgota. O tema de hoje: Significados e sentidos da construção histórica, filosófica e social da homossexualidade. Cecilia, está contigo.

6.2 Significados e sentidos da construção histórica, filosófica e social da homossexualidade

Maria Cecilia Fontainha de Almeida Gama

Obrigada, Daniele. Boa tarde Ailton, muito prazer ter você novamente aqui no nosso podcast, é sempre uma alegria. E você, Daniele, sempre essa parceria gostosa e essas palavras super delicadas que você sempre me coloca. Muito obrigada.

Vamos começar falando sobre esse significado desses sentidos, dessa construção. Porque tudo na vida é construção, histórico, filosófico, social, daquilo que chamamos homossexualidade.

A atração afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo sempre existiu ao longo da história, nas mais diferentes sociedades e culturas, e nem sempre foi considerada indesejável ou doentia.

Um breve olhar histórico aponta alguns significados e sentidos da construção social da homossexualidade. A compreensão só pode ser dada considerando-se que a construção social da sexualidade humana, evitando o reflexo do discurso higienista do século XVIII, que tornou patológica a sexualidade humana, estabelecendo o modelo heterossexual, monogâmico, como norma, com o sexo voltado apenas para a reprodução, modelo este que favorece o surgimento da homofobia que discrimina, restringe, gera injustiça, desigualdade, sofrimento e causa principal da violência contra as pessoas. Não vamos falar disso.

Diante da quebra de paradigmas de sexualidade que acontece na atualidade, são necessárias ações voltadas para a aceitação da homossexualidade, como a aceitação da diversidade sexual, e de diretrizes inclusivas dessas possibilidades de expressão, em prol do bem estar humano e do direito de amar em paz.

Hannah Arendt a filósofa sempre dizia: "O homem só existe no plural", portanto, falar da homossexualidade é falar da sexualidade humana, ou melhor dizendo, é falar da diversidade ou pluralidade, ressaltando todos os percalços e agruras dos que não se enquadram em uma hegemonia heterossexual.

Falar da história da sexualidade é resgatar elementos para se compreender significados e sentidos dessa construção social, reconhecendo as diversas

constituições e possibilidades da sexualidade que temos hoje, aceitando o estabelecimento das diretrizes inclusivas dessa diversidade.

O antropólogo Richard Parker em sua obra "Abaixo do Equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil" e ele nos mostra que "a sexualidade e a cultura não devem ser interpretadas de forma estática e determinada, ou consideradas sistemas unificados e internamente coerentes que, de algum modo, possam ser isolados e estudados, interpretados e compreendidos, comparados e contrastados e vistos individualmente como exemplos de diversidade e diferença."

O que se apresenta hoje é que a homossexualidade – da mesma forma que a heterossexualidade – são resultantes de fatores biológicos, psicológicos e sociais, assim como as outras formas de expressão sexual.

Os significados e os sentidos dados à sexualidade transformam-se de forma dinâmica ao longo da história dessa humanidade que pertencemos, sendo que assim também o é com relação à homossexualidade.

Na Grécia Antiga a homossexualidade tinha status privilegiado, na forma de pederastia, um termo muito mal compreendido, tanto na língua portuguesa, quanto na sociedade, porque consistia em parte da passagem de um rapaz, com idade entre 12 e 18 anos, para a vida adulta, sendo uma forma elevada de educação e transmissão de valores reconhecidos como aristocráticos, de uma geração a outra. Os gregos não se opunham ao relacionamento de pessoas de sexos diferentes ou entre pessoas do mesmo sexo. A repressão e o controle que eles faziam, era sobre a negatividade ética por excelência que eram direcionados, segundo eles, àqueles que tinham "comportamento frouxo" ou eram passivos em relação aos prazeres, que consistia no comportamento de não resistir nem às mulheres nem aos homens.

No período clássico da Grécia Antiga a pederastia era prática comum, e tinha função pedagógica e a finalidade de transmitir conhecimento de homens mais experientes aos jovens. O homem mais velho admirava o mais jovem por suas qualidades masculinas e o mais jovem respeitava o mais velho por sua experiência, sabedoria e comando. No entanto, durante muito tempo, diversos intérpretes analisaram essas relações de forma equivocada, preconceituosa e anacrônica.

A relação homossexual básica e aceita pela sociedade ateniense, se dava no relacionamento amoroso de um homem mais velho, o erastes (o amante), por um jovem a quem chamavam eromenos (o amado), que deveria ter mais de 12 anos e menos de 18 anos. Esse relacionamento era chamado paiderastia (amor a meninos) porque paideia é educação, é amor, e esse termo foi depois ter o significado como pederastia e se tornou um termo chulo, falado de uma forma negativa, o que não era nessa época. Porque ele pode ser melhor compreendido como homoerotismo, e tinha como finalidade a transmissão de conhecimento do erastes ao eromenos. O que pode parecer anormal, para os gregos era o paradigma da educação masculina, a paideia (educação) que somente se realizava pela paiderastia. Porque as mulheres, nessa época, não eram responsáveis pela educação, e sim os homens.

Na sociedade ateniense as mulheres estavam destinadas apenas à função cívica da reprodução, pois não possuíam, segundo os gregos, a paideia para transmitir conhecimento. O que não deixa de ser um preconceito contra as mulheres. Mas era fato, era o que existia naquela sociedade. Essa transmissão cabia ao pai, que estava mais preocupado com a política, então o menino era educado pelo Estado e pelo erastes. Na prática somente o erastes buscava satisfação nessa prática, o eromenos era passivo, tinha que ser cortejado, receber presentes e aceitar a relação. Se ele não aceitasse, não havia essa relação. Não era como consideramos hoje a pederastia, feita com violência, sem a vontade do outro. Não. Tinha que ser de comum acordo. Os presentes tinham caráter simbólico e pedagógico: o galo – símbolo de força e virilidade, ensinando aos jovens o espírito de combate e agressividade. A lebre, para que fosse solta e o jovem saísse em perseguição descobrindo o prazer na caçada. Tanto a lebre quanto o galo eram símbolos de virilidade. uma alusão à intensidade de suas atividades sexuais. Os presentes de valor pedagógico eram tabuletas para escrever, instrumentos musicais, discos de arremesso e óleos para ungir os corpos.

Tanto o erastes como o eromenos pertenciam a famílias que tinham a mesma posição social, portanto, os eromenos de hoje seriam os erastes de amanhã, porque ele ia crescer e fazer exatamente o mesmo papel com outro eromenos. E participavam ativamente da vida pública da cidade.

O relacionamento sexual entre dois homens era visto de forma diferente em Esparta e Atenas. Esparta, sociedade guerreira, casais de amantes homens eram incentivados como parte do treinamento e da disciplina militar. Essas práticas dariam coesão às tropas. Em Tebas, colônia espartana, existia o Pelotão Sagrado de Tebas, tropa de elite composta unicamente de casais homossexuais. Eram ferozes, pois lutavam com muita bravura, para que nada acontecesse aos seus parceiros. Eram imbatíveis.

A sociedade grega era bissexual, mas dentro de certos limites: aceitava a prostituição, mas proibia seus participantes de ocupar cargos públicos; aceitava relacionamento de homens mais velhos e jovens, mas nunca de homens da mesma idade, não aceitando também o homem que eles chamavam afeminado. Era tudo voltado para uma virilidade, um machismo.

Tudo estava relacionado com a masculinidade. Em momento algum o homem grego podia perder a qualidade de "macho" dominante, para não ser comparado à mulher e sua consequente imagem frágil, onde estavam também escravos ou jovens submissos dentro de uma sociedade extremamente machista.

Os filósofos gregos e romanos viam os relacionamentos afetivos de forma diversificada: os gregos distinguiam entre Eros (paixão), Philia (amizade) e Ágape (amor universal), com Platão criticando o amor erótico e Aristóteles valorizando a amizade entre iguais, enquanto para os romanos, o amor e o casamento coexistiam, com os poetas da época de Augustus, elevando o amor e a mulher ao longo do tempo.

O filósofo grego Sócrates (469-399), adepto do amor homossexual, pregava que era a melhor forma de inspiração – e o sexo heterossexual, por sua vez, servia apenas para procriar.

Platão via o amor (especialmente o Eros) como uma força que, quando bem direcionada, podia levar à busca da beleza e da sabedoria, transcendendo o aspecto físico. Aqui entra o amor platônico de Platão, que tem a haver com a beleza da alma. Aristóteles considerava a amizade (Philia) como uma das formas mais elevadas de relacionamento, defendendo que o verdadeiro amor e amizade se manifestam entre pessoas de igual valor e intelecto. A ideia de que

o amor acontecia entre iguais, especialmente entre homens do mesmo grupo social e intelectual, era valorizada por alguns.

Platão e Aristóteles não categorizavam a homossexualidade como um conceito fixo como hoje. Para eles, a moralidade estava mais ligada à moderação e ao controle do desejo, e não à natureza do objeto de desejo.

A poetisa Safo, daí a nossa palavra safadeza que vem dela, nascida na ilha de Lesbos, daí o lesbianismo, foi uma figura histórica relevante que escreveu sobre amor entre mulheres, na Grécia, sendo associada à homossexualidade feminina, e daí as nossas palavras com a etimologia grega: lésbica e lesbianismo.

Os termos Eros, Philia e Ágape são palavras gregas que descrevem distintas naturezas do amor:

Eros: Derivado da palavra erōs, o termo descreve a paixão romântica, o desejo sexual e a atração física. Para Platão, esse amor podia evoluir para uma apreciação da beleza da alma. Platão era muito mais das coisas etéreas do que das coisas físicas. Por isso, a maioria das representações de Platão, nos livros de história e de filosofia, o Platão está sempre apontando para cima. Tudo para ele era o mundo das ideias. E vamos ter Aristóteles, apontando para baixo, para o chão, para a terra, para o mais concreto, para o mundano. A diferença entre eles estava aí.

Philia: A palavra philia significa "amizade" e envolve lealdade, afeto e companheirismo. É o amor que une familiares e amigos, bem como a afeição pela comunidade ou um propósito comum. A palavra filosofia, que significa "amor pelo saber", é um exemplo de philia. Sofia significando saber e philos significando amor.

Ágape: O termo ágapē (e o verbo agapan) originalmente se referia à afeição familiar. No entanto, seu significado evoluiu para descrever um amor universal, incondicional e altruísta, muitas vezes associado ao amor divino e à caridade, sem esperar nada em troca. Tem um livro muito bonito do Padre Marcelo Rossi chamado "Ágape".

As noções de Eros, Philia e Ágape são centrais na filosofia grega, especialmente no pensamento de Platão e Aristóteles, que analisaram a natureza do amor e suas várias formas. Essa diferenciação dos tipos de amor influenciou

a filosofia ocidental, oferecendo uma estrutura para entender as complexidades das relações humanas e o conceito de amor em suas diversas manifestações.

Os antigos gregos tinham várias palavras para o amor, sendo que as mais conhecidas destas palavras descrevem diferentes facetas e tipos de relacionamento e sentimento.

- **Eros:** Amor romântico e apaixonado, envolvendo desejo e atração sexual.
- **Philia:** Amor de amizade, que reflete um vínculo profundo entre amigos e companheiros.
- **Ludus:** Amor brincalhão e lúdico, como o flirt ou o começo de um relacionamento, focado na diversão e no prazer momentâneo.
- **Storge:** Amor familiar, o afeto incondicional que une pais e filhos.
- **Philautia:** Amor-próprio, que pode ser saudável (autoestima e autocuidado) ou não saudável (arrogância e narcisismo).
- **Pragma:** Amor prático e duradouro, construído sobre compromisso e ações que trazem benefícios mútuos.
- **Ágape:** Amor universal e incondicional, uma forma altruísta e empática de amar a todos sem expectativas.
- **Mania:** Amor obsessivo e possessivo, caracterizado por ciúme e apego exagerado, podendo levar a relacionamentos tóxicos.
- **Xenia:** Amor da hospitalidade, a generosidade e a bondade para com estranhos e estrangeiros.

Os principais mitos relacionados à homossexualidade do homem grego chegaram até nós por meio dos antigos romanos, que chamavam o relacionamento entre dois homens de "amor à grega", mesmo vivendo eles, os romanos, em uma sociedade muito mais libertina que os próprios gregos, graças ao olhar judaico-cristão dos estudiosos do mundo antigo.

A literatura ocidental incorporou esse conceito e nos foi passada a ideia de que na Grécia Antiga todo dia era dia de orgia, uma verdadeira Sodoma e Gomorra, ideia essa totalmente equivocada.

Plutarco na sua obra "*Sobre o Amor*" (750 A.C.) disse que: "o amor é o que vos liga a almas jovens e bem nascidas que pela amizade vos conduz à

virtude...". A virtude era sempre muito importante para a filosofia. Tudo que era virtuoso era importante.

A filosofia explora a homossexualidade sob diversas perspectivas, focando-se na natureza do amor, na moralidade, na construção social e na política. Enquanto filósofos como Michel Foucault e a tradição filosófica da Grécia Antiga investigam a falta de uma classificação fixa para a atração sexual e a importância da moderação, a filosofia contemporânea aborda as implicações da homofobia e da exclusão social, defendendo que a homossexualidade não é contra a natureza e promovendo a aceitação, como aponta a filosofia da sexualidade e o pensamento existencialista.

O conceito de "homossexualidade" como uma identidade fixa surgiu no século XIX, e não como uma forma exclusiva de sexualidade na Antiguidade ou Idade Média, segundo o argumento construcionista. Na realidade, esse termo só foi cunhado no século XIX, até então, não se sabia o que era isso.

Michel Foucault é uma figura central na análise da homossexualidade, argumentando que essa nomeação é mais do que uma repressão, pois cria uma categoria social e produz a exclusão. Toda vez que você categoriza, você exclui.

Segundo Foucault, "foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constituí-la (a homossexualidade) como objeto de análise médica: ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e de controles novos". A revolta do corpo sexual é o contra efeito desta ofensiva. Como é que o poder responde? Pela exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos... Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: "Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!" Nos diz Foucault. Ele mais uma vez mostra como há um estigma em cima de uma classificação de um ser humano.

Não se pode negar que o espaço que vem sendo aberto na sociedade, principalmente pela mídia, fez com que aumentasse a discussão acerca do tema, mas até que ponto esta discussão, que poderia ter um caráter inovador e transformador, não serve aos ideais de uma sociedade normatizadora? De acordo com Louro (2001), essa maior visibilidade: [...] tem efeitos contraditórios: por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da

pluralidade sexual, e até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais; por outro lado, setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando campanhas de retomada dos valores tradicionais da família, até manifestações de extrema agressão e violência física.

[...] os movimentos homossexuais continuam muito presos à reivindicação dos direitos de sua sexualidade, à dimensão do sexológico. Mas isso é normal, pois a homossexualidade é uma prática sexual que, enquanto tal, é combatida, barrada, desqualificada.

Continuar discutindo sobre "homossexualidade", partindo da premissa de que todos somos "por natureza heterossexuais, bissexuais e homossexuais", significa tornar-se cúmplice de um jogo de linguagem que se mostrou violento, discriminador, preconceituoso e intolerante, pois levou-nos a crer que pessoas humanas como nós são "moralmente inferiores" só pelo fato de sentirem atração por outras do mesmo sexo biológico. E quem nos diz isso é Costa, em 1994.

As distorções à respeito da homossexualidade – e da sexualidade de uma forma geral-, associada à falta de informação, à educação domesticadora, à intolerância, ao egoísmo e ao medo, funcionam como bases para a formação do preconceito, e com ele, a violência em todos os sentidos. Os efeitos sociais desse preconceito são o sofrimento, a perda do respeito pela pessoa humana, a restrição da liberdade, a introdução da desigualdade, o estabelecimento e alimentação da discriminação, e a promoção da injustiça. Também nos diz sobre isso Dallari.

A partir do conhecimento das bases da construção da sexualidade como um todo, como uma categoria culturalmente construída e variável de sociedade para sociedade, entendida no contexto histórico no qual é produzida, ampliam-se as possibilidades para que as pessoas, profissionais da saúde e educadores, discutam e encontrem ações mais dignas, humanas e inclusivas com relação ao fenômeno da diversidade sexual, não apenas promovendo a tolerância, mas o reconhecimento e a aceitação das diferentes e de diferentes formas de expressão da sexualidade, em prol do equilíbrio, do bem estar humano, e do direito de amar em paz.

PRIMEIRO APARTE
Daniele do Val

Ah! Cecilia, como sempre, um conhecimento, e trazer para a gente tantas informações importantes. Quando você traz a etimologia das palavras, a gente vê o quanto ainda temos que aprender e entender sobre a construção das relações sociais e das relações humanas. Muito importante, e não foi à toa que falei da hora de mais inquietação, que a hora boa estava chegando, não é Cecilia? E agora vou passar a palavra para o nosso querido companheiro também já de outros podcasts, o professor Ailton. E ele vai nos conduzir em algumas reflexões sobre o movimento LGBTQIAPN+ e explicar um pouco sobre essas letras, que tanto carregam identidade, sentidos, vivências e histórias, e principalmente muita luta, não é Ailton?

6.3 Reflexões sobre o movimento LGBTQIAPN+

Ailton da Silva Carvalho

É isso mesmo. Então olá a todas as pessoas que estão nos ouvindo e agradecer mais uma vez à professora Maria Cecilia pelo convite e à professora Daniele. É sempre um prazer estar aqui, ainda mais se tratando de questões que são tão importantes no âmbito das relações sociais. Como é importante isso.

Eu sou Ailton Carvalho, assistente social. Sou um homem cis, gay, casado há 20 anos, tenho 50 anos, e estou aqui para que a gente possa conversar um pouco sobre essa questão da importância dos movimentos sociais LGBTQIAPN+, para essa comunidade que ainda vive num país, como o Brasil, que a cada 23 horas assassina uma pessoa somente pela questão da sexualidade. Então, isso é ainda uma importância para que a gente reflita sobre o nosso papel enquanto educação, saúde, assistência social, enquanto sociedade que pensa as relações humanas e de que forma que estamos nos conduzindo nessa sociedade tão preconceituosa diante dessa população.

Só para organizar aqui um pouco o que eu tenho para dizer, eu quero começar olhando um pouco para a origem internacional, e depois a gente volta

para o Brasil, destacando os grupos sociais mais importantes e os avanços dos últimos anos.

Então, para a gente entender um pouco dessa história, precisamos regressar lá no final do século XIX, pois na Alemanha surge, em 1897, um Comitê Científico Humanitário, para lutar contra a criminalização da homossexualidade. Vê-se que essa é uma preocupação social, que vem permeando a nossas relação há muitos e muitos anos.

Avançando para as década de 1950 e 1960, nos Estados Unidos aparecem os primeiros grupos organizados, para que a gente possa ir pensando a nossa existência. Ainda de forma muito discreta esses movimentos vão crescendo e vão desafiando a perseguição policial que existia. E se a gente ainda olhar para os dias de hoje, elas tomam uma outra roupagem, mas ainda estão presentes, conduzindo ainda as nossas relações nessa sociedade, marcada por uma heteronormatividade, como a professora Daniele disse, em uma relação de poder, estabelecer qual é o sexo, qual é a forma de se relacionar nessa sociedade, que vai então ditar o que é certo e o que é errado, diante de um outro grupo que não compactua com aquela forma de viver, de experimentar as relações sexuais.

Em 1969, têm-se um marco histórico muito importante, que é a Revolta de Stonewall, em Nova York, que foi um bar frequentado pela população LGBT e que resistiu a uma batida policial e que daí surge o movimento LGBT moderno e nascem as paradas LGBTs no país; que têm esse marco a partir desse momento. Como é importante a gente pensar isso. Pois parece que as Paradas ainda são relacionadas a um estigma, de um lugar sem ações políticas, só de diversão, de uma população que quer se apresentar e afrontar uma sociedade. E não é isso. Ela surge como uma possibilidade de resistência diante da violação de direitos. Por isso que a gente comemora no dia 28 de junho o Dia Internacional de Orgulho do LGBT, e a gente tem as paradas pelo mundo.

É importante se ressaltar isso, porque também na década de 1970 até 1980, o movimento cresce, com as marchas e protestos, também com a dura luta contra a epidemia da AIDS, que foi um marco e que a gente carrega esse estigma até hoje, como sendo a "doença gay", como se a homossexualidade trouxesse à tona um comportamento de promiscuidade e que gerasse esse tumulto ou esse problema para a heterossexualidade. E hoje, tem-se vários estudos que

comprovam que a homossexualidade é também um dos componentes, mas a heterossexualidade está muito dentro da perspectiva. Mas se tratando de uma sociedade de relações de poder, é óbvio que ia sobrar para a população como característica de menor, de excludente, e fica essa característica.

Já nos anos 1990, tivemos reconhecimento de direitos em vários países e, em 2002, a Holanda se torna o primeiro país no mundo a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Veja como é um movimento social político e que vai tomando proporções no mundo. Isso é muito interessante, porque a gente vai observando que o movimento social toma uma força, e a partir dele é que a gente repensa não só o lugar da homossexualidade, mas todos os grandes transformadores sociais acontecem a partir do movimento social organizado. A sociedade civil que pensa: não, isso não está bom a gente precisa pensar isso de um outro lugar.

O movimento começa a ganhar força e ainda na ditadura militar, aqui no Brasil, em 1978, nasce em São Paulo o Grupo Somos de afirmação homossexual. Foi a primeira grande organização de defesa da comunidade LGBT no país.

Nos anos 1980, surgem outros grupos importantes, como o Grupo Gay da Bahia e o Triângulo Rosa. Em 1985, o Conselho Federal de Medicina retira a homossexualidade da lista das doenças. Então, veja, em 1985. Estamos falando de algo muito recente. Onde muitos homossexuais foram exilados dentro dos manicômios, hospitais psiquiátricos, porque não obedeciam a um padrão exigido de heteronormatividade, consequentemente, se são doentes precisam se tratar, precisam ser isolados dessa sociedade, para que pudessem ser recuperados e trazidos para uma convivência que não agredisse a um padrão normativo.

Temos então nessa questão de sair do Conselho Federal de Medicina de retirar a homossexualidade da lista de doenças, e isso começa a clarear, para uma sociedade, o lugar que essa população tem que habitar.

É óbvio, que ainda hoje se tem discussões calorosas sobre a questão de profissionais da psicologia diante da "cura gay". De terem terapias voltadas para que se possa padronizar um comportamento, e que a gente hoje tem a noção de que a homossexualidade é uma orientação sexual de multi fatores, multi dimensões, e que a gente não é somente uma questão biológica, mas que a gente é social, cultural, religiosa, subjetiva, psicológica, emocional. Então, como

é importante a gente olhar para o outro e a gente respeitar o lugar do outro. Eu costumo sempre dizer nas minhas aulas para os alunos que quem diz quem é o outro é o outro. Eu posso dizer quem eu sou, mas na perspectiva do outro me basta respeitar esse lugar que o outro se apresenta. E que essa é uma grande dificuldade diante da população LGBTQIAPN+.

Nos anos 1990, multiplicam-se ONGS e coletivos em todo o Brasil. Em 1995, é criada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. Em 1997, São Paulo realiza a Primeira Parada do Orgulho LGBT, que é, até hoje, uma das maiores do mundo. Eu sempre penso sobre isso. Porque, se é um país que mais mata LGBTs, e com a questão dos movimentos sociais tão fortes no país, consequentemente a gente uma Parada LGBT com muita força. Porque entendemos que se não botarmos o bloco na rua, nos tornamos cada vez mais invisíveis e acaba compactuando com essa violência. O nosso lugar é de visibilidade. E precisamos, como sociedade civil organizada em movimentos sociais, trazer pautas importantes para que se possa discutir.

A pauta dessa última Parada que aconteceu foi sensacional, porque discutiu a questão do etarismo, a população LGBT que está envelhecendo, porque é uma população que conseguiu passar. Por exemplo, eu estou com 50 anos, consegui passar pela década de 1980 e 1990, no auge do HIV, e passar por tantas outras violências no âmbito de espaços públicos e privados, seja em escola ou família, e estar aqui hoje, de forma saudável, construindo um espaço de fala, dentro de um podcast tão importante.

A Parada LGBT veio falando justamente sobre isso: a importância do envelhecer para a População LGBT, que até em um podcast anterior a gente conversou sobre isso, que é tão significativo. Porque se dentro de uma sociedade, a gente tem a população LGBT ainda muito invisível, consequentemente para dentro do movimento LGBT a gente tem a invisibilidade do envelhecimento. Justamente, professora Maria Cecilia trouxe brilhantemente isso, na perspectiva da beleza, de corpos tão jovens, bonitos, saudáveis, e envelhecer traz uma outra perspectiva, ainda mais para uma população focada na beleza e na juventude. Então, envelhecer realmente é um lugar de invisibilidade muito grande.

Entrando nos anos 2000, o movimento ganha ainda mais espaço político. Em 2004, o governo federal lança o programa Brasil sem Homofobia, justamente

entendendo a gravidade dessas violações de direitos e estabelecendo os Centros de Cidadania LGBTS, com secretarias estaduais e a secretaria federal, para que se pudesse repensar enquanto políticas públicas, serviços com equipes técnicas que pudessem dar suporte e pudessem tratar de forma adequada essa população que tanto vive essa descriminação. Em 2009, o Supremo Tribunal Federal reconhece a união estável homoafetiva como entidade familiar. O que é um outro aspecto importante, porque se tem dentro da heteronormatividade também estabelecer um lugar de família, ainda no modelo de família hegemônica, tradicional, voltada no patriarcado. Aquela família constituída de homem, mulher e seus filhos. Quando se tem aprovação, em 2009, do Supremo, dizendo que os novos arranjos familiares, como que isso constitui uma importância para a gente. A partir desse momento, diante da lei, porque a gente sempre agiu, desde o início da história da humanidade, ou seja, a gente vai existir para sempre, os nossos corpos, nossas vidas, nossa existência tem importância, e então, a partir de 2009, nós somos, diante da lei, identificados como família. Isso traz uma importância porque você legitima, não só essa questão social, mas uma questão de direito, de partilha de bens, do direito de estar dentro de um plano de saúde, de você ter benefícios do seu trabalho voltados com quem você estabelece relação afetiva. Isso traz uma importância imensa.

Então, na década de 2010, os avanços continuam. Em 2011, o STF também amplia o reconhecimento da união homoafetiva. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça autoriza o casamento civil igualitário em todo Brasil. Em 2018, pessoas trans conquistam o direito de alterar nome e gênero no registro civil, sem cirurgia. Em 2019, o STF criminaliza a LGBTfobia, equiparando-a ao crime de racismo. A década de 2010 até 2019 tem avanços significativos. Tem-se agora o direito de ter uma certidão de casamento, que me equipara aos casais heteronormativos. Eu tenho o direito civil de ter o meu casamento autorizado diante da justiça. Isso traz, não só uma importância social, mas uma importância de existência, de autoestima, de você dizer eu sou casado e tenho esse direito hoje.

Eu me recordo quando era criança e adolescente, que eu imaginava isso uma questão tão impossível de acontecer, de eu experimentar isso ainda nessa vida. Quando me caso em 2015, Daniele estava presente, pode observar a minha emoção, e que eu não consegui fazer o juramento de tanta

emoção que eu senti, porque me passou esses pensamentos todos, daquele adolescente, daquela escola, que sempre imaginava um amor proibido, um lugar de invisibilidade tamanha, e eu estando naquele momento com a minha família, com os meus amigos, podendo concretizar isso oficialmente, eu sai com o documento legítimo da justiça que dizia assim: agora você está casado, você tem esse direito. Como que isso faz toda a diferença. É óbvio que eu já vivia junto com meu companheiro há muitos anos e não haveria necessidade, mas como assistente social eu pensei isso: não, precisamos fazer números para que a gente tenha fortalecimento de quantidade mesmo, para que isso gere políticas públicas; para que dê visibilidade; para que as pessoas possam perceber que o número está crescendo. E no último censo, isso apareceu de forma grandiosa: o número de divórcios de casais heterossociais e o número de casamentos entre pessoas do mesmo sexo, como cresceu no país, justamente com essa abertura.

Já nos anos recentes, entre 2020 e 2023, vemos crescer a representatividade política, com parlamentares abertamente LGBT eleitos. A presença da diversidade também se fortalece em universidades, empresas e meios de comunicação. Como é importante sempre a gente ver uma pessoa LBGT ocupando espaços de fala importantes. Eu vejo hoje e eu acompanho nas redes sociais, que para mim é uma referência, eu sempre olho e digo, nossa, que potência, que é a Érica Hilton, que é uma deputada federal, com uma visibilidade e um posicionamento político para dentro da população LGBT, muito interessante, muito importante para todos nós.

Se olharmos para esta linha do tempo, percebemos que o movimento LGBT percorreu um longo caminho. Um caminho que começou com invisibilidade e perseguição, e que hoje se traduz com conquistas históricas em direitos civis, saúde e representatividade. Ainda há desafios, especialmente no combate à violência e ao preconceito, mas a força dos movimentos sociais garante que a luta por igualdade e dignidade continua vivo e em expansão. Hoje, quando as pessoas dizem, ah! Mas o movimento social LGBT não avançou muito, mas nós avançamos muito! Do lugar onde a gente estava de não poder dizer, e hoje se tem a possibilidade de muitos documentos legítimos, que nos permite existir de forma social e civil, é um negócio imenso.

Eu vejo que se tem ainda muito que avançar, sendo um país que ainda mais mata LGBTQIAPN+ no mundo, a gente tem muito que avançar. Mas os avanços

aconteceram e estamos dispostos a não estar mais nos guetos, escondidos, como sempre se diz: estando dentro dos armários. Armário é lugar de roupa, não é lugar de pessoas. Temos que ocupar os espaços, as universidades, os movimentos sociais, a famílias, os debates para que a gente tome, cada vez mais, lugar, que se abra caminhos, para que meninos e crianças como eu fui, adolescente como eu fui, possam crescer e saber que suas vidas importam, que suas histórias são importantes. Então é isso. Muito obrigado pelo espaço, eu fico feliz demais, e toda a vez que eu for convidado estarei aqui com vocês.

SEGUNDO APARTE
Daniele do Val

Ailton é sempre tão bom te ouvir, porque a sua fala sempre vem carregada de verdade pela vivência que você tem. Não tem como a gente não se emocionar, porque é uma fala que na verdade é atravessada pelo depoimento. É muito importante. E você comemorou o seu casamento, e eu sempre costuma falar isso, que o casamento do Ailton e do Gil foi um ato político, foi um ato de resistência. Já falei várias vezes com o Ailton sobre isso, porque na minha memória é muito forte o processo deles, porque eles iam ser um dos primeiros a serem casados, e a gente observava que cada hora chamavam outro nome e o processo deles ia para baixo. E eles foram o último casal a ser chamado. Ou seja, a gente teve uma leitura naquele momento de que era para o cartório esvaziar e não haver testemunhas daquele casamento. Eu fico muito feliz de ter feito parte daquele momento, porque eu fui uma das que junto com outros professores dizia: a gente não vai embora, vamos ficar aqui até o final. Eles não querem testemunha, terão testemunhas. Muito bacana a gente relembrar isso.

E uma outra coisa que fiquei aqui pensando, que tem tanto na fala da professora Cecilia, quanto na fala do professor Ailton. Em 1985 que foi quando a homossexualidade saiu do rol das doenças e somente agora em 2019 a transsexualidade também saindo do rol dos CIDS – Classificação Internacional de Doenças -. Temos pouco mais de cinco anos que a transexualidade deixa de ser reconhecida como transtorno de imagem, como uma doença, para poder, justamente, compreender e acolher a história e a existência das pessoas trans.

Uma outra coisa que me dei conta, que fiquei falando da sigla, e é ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Outro ponto é sobre o sufixo – ismo – é muito vinculado à doença. E hoje é ilegal e proibido se falar de homossexualismo, é homossexualidade, porque o -ismo – é associado à doença. Não se pode reproduzir esse termo, essa fala.

TERCEIRO APARTE

Maria Cecilia Gama

Eu fico encantada cada vez que escuto o professor Ailton, porque vai muito de encontro com aquilo que eu tenho como pensamento, aquilo que ele fala. Porque acima de tudo, estão os seres humanos. E eu acho de uma coisa tão idiota as pessoas terem que se preocupar com aquilo que o outro faz do seu corpo, do seu sentimento, do seu sexo, das suas relações, com tantas outras coisas mais importantes de serem vistas nesse mundo. A falta de empatia e de olhar para o outro é uma coisa absurda. Coisas que a mim me causam muito espanto. Entende, Porque nós somos aquilo que o outro nos vê, o que o outro nos diz. Toda vez que se tem esse tipo de atitude, que é o deixar para lá, é o de afastar, é o de não querer se congraçar com o outro ser humano porque o acha diferente por isso ou por aquilo, estamos dizendo não à nossa própria humanidade. E isso é uma questão que tem que começar do berço. Não adianta chegar na escola com 9, 10 anos e achar que a escola vai te dar jeito, porque você não teve jeito esses 9, 10 anos dentro de casa. Se você vem de uma família de preconceitos, se você vem de uma família que não é unida, que não tem amor, que não tem afeto, e que tudo é muito certinho demais, porque tudo que é muito certinho demais a mim me agonia. Começo daí. Eu acho que tem alguma coisa muito errada demais atrás disso, porque nada é certinho demais nessa vida. Eu estou lembrando do Reinaldo Arenas em seu livro maravilhoso "Antes que anoiteça", quando você falou da AIDS e a AIDS me emociona muito, pois perdi amigos com AIDS, e um deles se chamava Lauro Corona. Eu estive ajudando ao Lauro ao longo de um momento da vida dele e trouxemos até um amigo nosso que era médium (trance channel) canalizador, chamado Alex Murray, dos Estados Unidos, falecido em 2022, para fazer um trabalho espiritual com o Lauro, e a dificuldade que a gente teve para conseguir pessoas que quisessem ir à casa da Lucinha, irmã dele, minha amiga, para estar com Lauro porque diziam, mas o Lauro tem AIDS. Gente, a AIDS não pega assim

não! E o Reinaldo Arenas conta, em Cuba, como foi para ele escritor, dissidente e homossexual, vítima do regime de Fidel, e que tinha uma certa colocação social e ficou totalmente isolado do mundo por ter AIDS. Dias após terminar seu livro ele cometeu suicídio. O Cazuza foi muito forte. Eu o acho uma bandeira maravilhosa. Ele deu a cara, mostrou como era ser paciente de AIDS. Aquele filme, *Filadélfia*, foi um filme que mostrou muito o preconceito, fisicamente falando, o que a AIDS fazia com a pessoa. Não é só AIDS que faz, se for assim vamos ter preconceito com câncer, e com tantas outras doenças que fazem com que o ser humano se deteriore de alguma forma. E isso me chama muito a atenção. E quando eu vejo que colocam os homossexuais, qualquer letrinha dessa sigla que vocês têm, como sendo pessoas diferentes, me causa espanto e me chama atenção demais, pois são seres humanos que não têm nada de diferente ali. O que tem de diferente de mim, de você e do Ailton? Nada! As pessoas são boas ou são más, as pessoas são corretas ou não, mas não é isso que vai identificá-las, sua cor de pele, sua religião, sua forma sexual, aliás como dizia aquela piada "só interessa a outro hipopótamo". Qual o interesse que pode ter o outro ser humano saber qual é a sexualidade de um ou de outro. Para isso ser obrigado a se tornar uma pauta, obrigado a gente estar aqui há anos falando da mesma coisa. E ficar olhando. Melhorou muito, melhorou, do que era então, nem se fala. Tem um amigo meu que viveu 20 anos e deixou uma herança para o companheiro dele e a família brigou e ganhou na justiça. O companheiro não viu nada. Só que viveram 20 anos juntos e tudo que fizeram em comum foi deixado para a família, que era uma família rica do Rio de Janeiro, mas não podia. Todo mundo sabia que viviam juntos. A sociedade inteira tinha conhecimento disso e na hora da justiça, não. Então quando você diz tem que ir lá sim, tem que botar no papel, tem que ter família e amigos testemunhas, por que? Porque é um direito. Então, ocupe o seu direito. Tem que fazer mais paradas, porque as pessoas tem que parar de andar de antolhos. Não vivemos no mundo para andar de antolhos.

QUARTO APARTE

Daniele do Val

Eu acho que essa pauta dos movimentos sociais, quando a gente traz essa reflexão para o campo político. O movimento social é justamente isso, ação coletiva que busca dar visibilidade e superar algum tipo de opressão, tem alguma mudança. É extremamente importante a gente falar disso. A Parada LGBTQIAPN+ até me lembra, também, não sei se foi em 2010/2011 teve um episódio no Canadá que foi uma iniciativa da Marcha das Vadias (SlutWalk), que se espalhou pelo mundo, uma iniciativa do movimento feminista, que ao se intitular numa marcha das vadias foi justamente para questionar e criticar a culpabilização das vítimas de estupro, ah! porque elas foram estrupadas porque estavam vestidas igual a uma vadia. E o movimento feminista ai vai para as ruas e fala a Marcha das Vadias. Ali não é uma festividade, uma brincadeira. Aquilo ali é um espaço político de representatividade.

CONCLUSÃO

Maria Cecilia Gama

Daniele, até hoje, se você chegar numa delegacia e der queixa, a primeira coisa que ele vai te perguntar é: o que que você fez? Com que roupa você estava? O que você fez para merecer isso? Por que será que aconteceu isso? Não vai te dar nunca o apoio que você precisa. E é por isso que não vão. Vão nas delegacias especializadas. As pessoas morrem de medo. Quando você vê que uma, e outra e outra vieram, de repente você abre o olho e vê que não foram 10 foram 500. Ai a união faz a força. Sempre fez. Mas a gente não pode dizer que não quando é uma sozinha. Mesmo sendo sozinha tem que fazer. Não pode deixar de fazer. Cada ser humano tem que lutar por aquilo que tem direito. E o meu direito termina quando começa o do outro. Tenho que entender isso. E quando se precisa chamar a atenção para esse tipo de coisa é que ainda não estamos como deveríamos estar. Obrigada Daniele e Ailton, beijo grande.

CONCLUSÃO

Daniele do Val

E antes de finalizar, até para esclarecer um pouco aqueles que nos ouvem, eu me refiro ao LGBTQIAPN+ e o Ailton acrescentou as duas letras P e N. Até interessante se fazer uma reflexão final também sobre isso, porque o LGBTQIA+ acaba sendo uma sigla mais institucional e divulgada por organismos mais oficiais, a própria conferência foi intitulada LGBTQIA+. Mas eu acho que trazer o LGBTQIAPN+ é importante para se reafirmar essa possibilidade de ampliação do debate para outros grupos e para outros sujeitos que fazem parte dessa comunidade. Tem ai uma narrativa e uma defesa política. Queria trazer essa última reflexão para não ficar parecendo que a gente falou de coisas diferentes, quando na verdade não. Mais uma vez agradecer a minha parceira Cecilia, ao meu colega Ailton e dizer que estamos chegando ao fim desse podcast, mas não tenho dúvidas que as nossas reflexões vão ecoar no nosso dia a dia e vão contribuir a transformação de comportamentos, de mentalidades e abrir espaço para a garantia do respeito à diversidade. Como uma mensagem final, precisamos reconhecer que essa luta contra a violência LGBTQIAPN+ é uma luta pela dignidade humana e que começa em cada gesto nosso. E que cada um de nós leve daqui essa responsabilidade ou continue com essa responsabilidade de construir uma sociedade mais justa, inclusiva e humana. Afinal, ninguém deve ter medo de ser quem é. E a violência pode muitas vezes calar, mas a resistência grita. Que a nossa voz siga somando na luta por uma vida plena e digna para todas as pessoas.

7 OS DESAFIOS DO ENVELHECIMENTO

INTRODUÇÃO

Hoje nos reunimos aqui, no Estúdio FOA, para mais um podcast do projeto "Contribuição acadêmica no debate sobre as diferentes formas de violências", vinculado ao Escritório da Cidadania em Movimento, para podermos, hoje, refletir sobre mais um tema urgente: os desafios do envelhecimento e as violências vividas pelas pessoas idosas. Um bom dia a todas as pessoas que nos ouvem. Eu sou Daniele do Val, assistente social e professora doutora do curso de Serviço Social do UniFOA. Estou aqui na companhia de duas mulheres incríveis, cuja maturidade e intelectualidade só se refinaram com o tempo. A professora mestre, convidada e Institucional do FOA/UniFOA, Maria Cecilia Gama, minha parceira querida, e a professora doutora Valquíria Sepp, do curso de Enfermagem do UniFOA, nossa colaboradora, sempre presente e ativa nos debates que propomos.

7.1 Os desafios do envelhecimento

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Quero iniciar o podcast de hoje com algumas questões que me inquietaram a pensar sobre o tema que vamos tratar. Primeiro, vivemos mais, conquistamos longevidade, mas sabemos envelhecer? Depois, porque temos tanto medo de ser velhos? E por fim, como lidar com o discurso social que celebra a "melhor idade", ao mesmo tempo que cultua a eterna juventude?

Essas questões têm tudo a ver com o debate sobre violência. Vamos entender por quê.

Compreender a complexidade dos processos que envolvem o envelhecer nos permite reconhecer, não apenas os paradoxos, mas também as violências sutis que atravessam essas experiências, desde o preconceito contra corpos envelhecidos, até a invisibilidade social das pessoas idosas.

As palavras que usamos carregam significados. Não falamos mais em velhos, e sim, em idosos. Negamos a velhice, mas exaltamos a terceira idade. Essa mudança, iniciada na segunda metade do século XIX, expressa a tentativa de romper com a antiga visão do envelhecimento, associada à decadência física e à perda de papéis sociais. Antes vistos como um peso, símbolo de improdutividade e inutilidade, o velho e a velhice, deram lugar ao idoso e à terceira idade ou, como alguns preferem dizer mais atualmente, a melhor idade. Numa tentativa de difundir uma imagem mais positiva do envelhecer, marcada pela sociabilidade ativa, pelo protagonismo e pelo potencial de consumo.

Essa mudança de terminologia e de representação é, por um lado, um avanço importante no reconhecimento da dignidade humana. Falar em idosos e valorizar a terceira idade tenta romper, sim, com estigmas históricos, e afirma o direito de envelhecer com respeito. Por outro lado, será que essa visão não tenderia a ocultar as desigualdades vividas entre os próprios idosos, como se todos pudessem envelhecer nas mesmas condições sociais, econômicas e de saúde? Nem todos têm acesso a lazer, autonomia ou oportunidade de consumo. Assim, o discurso do protagonismo na terceira idade, especialmente no trabalho e no mercado, acaba sendo mais funcional ao sistema, que valoriza a produtividade e o consumo, do que propriamente a valorização do ser humano.

A figura do idoso ativo substitui a do velho estorvo, mas ainda dentro de uma lógica que mede o valor das pessoas pela sua utilidade social. E isso traz uma série de questões para o sujeito que envelhece. Pensem comigo. Vivemos um tempo em que o envelhecimento é ao mesmo tempo, motivo de comemoração e de negação. De um lado celebramos o aumento da expectativa de vida, de outro, multiplicam-se as queixas de que estamos ficando velhos. Poxa, queremos fazer aniversário, comemorar, aproveitar a vida, mas sem que o tempo passe? De um lado o discurso da melhor idade tenta ressignificar a velhice, destacando a autonomia, prazer e novas atividades. De outro, a cultura da eterna juventude transforma o envelhecer em algo a ser escondido, postergado, quase como uma falha pessoal. Quem nunca ouviu a frase: "fica velho quem quer". Será? Se você não envelheceu é porque não está mais neste plano para contar história. Mas se a frase não fala sobre morrer, sobre a finitude, e sim sobre manter-se jovem, ou seja, fica com a aparência ou age como velho quem quer. Eu te pergunto novamente, será? Será que todo cidadão consegue

manter uma alimentação saudável e regrada, ter tempo para exercícios, terapias, autocuidado, ou experimentar as tantas promessas mercantilizadas do "ser eternamente jovem". Temos medo de morrer ou de não mais fazer o que fazíamos na juventude? Temos medo de não corresponder aos ideais de beleza, vigor e produtividade? Ou será que estamos sendo moldados por um sistema que nos diz que só temos valor se agirmos, pensarmos e sentirmos conforme o padrão que ele impõe.

Neste cenário, vemos ver comentado o etarismo. O etarismo está presente quando a voz da pessoa idosa é ignorada, quando sua autonomia é desconsiderada ou quando ela é tratada como incapaz, infantilizada ou descartada. Reconhecer o etarismo como violência, é um passo fundamental para compreender as desigualdades no envelhecimento e sua negação como processo natural o que chamamos de senescência. A cultura da eterna juventude e da performance produtiva no trabalho, o vigor físico, estética e consumo cria uma contradição: celebra-se envelhecer bem, mas rejeita-se a velhice real com suas marcas, limites e histórias. Soma-se a isso a idealização da longevidade saudável, frequentemente apresentada como uma conquista individual, quando na verdade, depende profundamente das condições sociais, econômicas e de acesso a direitos ao longo da vida. Essa visão romantizada do envelhecimento acaba invisibilizando as desigualdades, como a pobreza, o racismo, o sexismo, o isolamento e a falta de acesso a cuidados, que afetam de maneira concreta o cotidiano de muitas pessoas idosas.

É preciso reconhecer o envelhecimento como um processo diverso, de característica biopsicossocial, marcado por desigualdades que não desaparecem com o tempo, pelo contrário, podem se aprofundar. Lidar com esse paradoxo exige reconhecer o envelhecer como parte essencial da condição humana, e não como um problema a ser superado. É preciso olhar para a velhice ou terceira idade não só como uma fase produtiva ou inspiradora, mas também como um tempo de transformações reais, físicas, sociais, emocionais, que merecem ser acolhidas e não disfarçadas. Envelhecer com respeito não é dizer que a idade é so um número, mas é afirmar que cada idade tem seu valor. E é nesse contexto que eu já aponto uma violência, que por vezes, sequer é reconhecida, mas é vivida pela pessoa idosa: a de não poder ser ela mesma.

O envelhecimento traz consigo paradoxos e desafios próprios. Vamos refletir sobre alguns.

Desejamos a eterna juventude ao mesmo tempo que envelhecemos. Buscamos parecer jovens na forma de vestir, de agir e até de pensar, como se envelhecimento precisasse ser disfarçado para que continuássemos a pertencer. Mas, mesmo assim, somos vítimas de ironias, piadas e deboches porque não correspondemos ao padrão de juventude, que eles mesmos definem e atualizam constantemente. Onde então nos encaixamos?

Entre o medo de envelhecer e a impossibilidade de permanecer jovem acabamos presos a uma espécie de mentira social, fingimos uma juventude que não temos, enquanto a sociedade se recusa a reconhecer a beleza, a força e a legitimidade da velhice.

Outro exemplo se revela no mundo do trabalho. Vivemos mais e por isso aposentamos mais tarde. Muitos idosos seguem sustentando famílias inteiras e continuam sendo chamados à produtividade. Como se o valor de suas vidas dependesse de permanecerem úteis. Ao mesmo tempo, o mercado os exclui, as oportunidades diminuem, os empregos se tornam escassos. Se ficar desempregado, voltar ao mercado de trabalho é difícil. E a preferência sempre recai sobre a vitalidade, a criatividade, a inovação da mente dos mais jovens. Somos assim, convocados a trabalhar, mas descartados quando já não atendemos ao ideal de desempenho. Por traz desses paradoxos da juventude eterna e do trabalho que inclui e exclui, grita bem alto uma realidade quase sempre omitida nos discursos otimistas sobre o envelhecer: as desigualdades sociais do envelhecimento. É nesse ponto que o envelhecimento deixa de ser apenas uma questão individual e se revela como um problema social, marcado por vulnerabilidades, violação de direitos, que atravessam classe, gênero, raça e território indistintamente.

Quando essas vulnerabilidades são naturalizadas transforma-se terreno fértil para a violência da pessoa idosa. E essa violência se manifesta de muitas formas: pelo etarismo, quando a idade se transforma em motivo de exclusão; pela violência simbólica, quando a sociedade tenta apagar a presença e a voz das pessoas mais velhas; pelo isolamento social e o abandono, que impede a sociabilidade e a sua vivência familiar e comunitária; pela violência física, quando

há agressões e maus tratos; pela violência psicológica, quando a pessoa idosa é levada a acreditar que já não tem mais lugar nem utilidade, vive humilhações e ameaças; pela violência sexual, quando há abusos que desrespeitam o corpo e a vontade da pessoa idosa; pela violência patrimonial e pelo abuso financeiro, quando seus bens, aposentadorias e rendimentos são tomados e controlados de forma indevida.

E destacamos a negligência, talvez a forma mais comum e silenciosa de violência, que ocorre quando o cuidado é negado, o acompanhamento é interrompido, ou a pessoa idosa é deixada sozinha, sem apoio material e afetivo. E essa violência é a campeã das denúncias no Disque 100.

O aumento das denúncias nos últimos anos revelam o quanto a violência contra a pessoa idosa está sendo praticada. Só entre janeiro e maio de 2025, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos registrou mais de 72 mil denúncias e 419 mil violações de direitos contra as pessoas idosas, em todo o Brasil. Diante desses números alarmantes o Governo Federal publicou a portaria 938, de 17 de junho de 2025, que estabelece prioridade no atendimento das denúncias de violências contra as pessoas idosas, nos canais da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. E por que no mês de junho? Porque o dia 15 de junho marca o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa e é também o período da campanha Junho Violeta, voltada à sensibilização da sociedade sobre o tema.

Mas fica uma pergunta necessária. Damos visibilidade à violência, mas quais são, de fato, as respostas para o seu enfrentamento? Todas as formas de violência se alimentam do mesmo preconceito de base o de que o envelhecimento retira o valor e o direito de existir com autonomia, dignidade e respeito, todos atravessados por uma mesma lógica: a negação da pessoa idosa como sujeito de direitos. Observo que muitas vezes queremos enaltecer o idoso em todo esplendor de independência, e isso é importante, mas quantas vezes o infantilizamos e o objetificamos, tirando-lhe a autonomia e o direito de decidir sobre a própria vida.

Precisamos construir uma nova cultura do envelhecimento. Uma cultura do cuidado, do reconhecimento e do respeito ao tempo de quem envelhece. Uma cultura da escuta acolhedora, que dignifique e valorize a pessoa idosa, do

investimento em suas potências e em seus direitos e na possibilidade de acesso à experiências seguras, que as protejam das vicissitudes e vulnerabilidades do envelhecer. Uma mudança cultural profunda, capaz de ressignificar o lugar social de quem envelhece.

Pois então. Estamos em outubro, mês dedicado à pessoa idosa. Uma oportunidade importante para reafirmar nosso compromisso social com o envelhecimento digno, ativo e com direitos garantidos. A escolha desse mês, se deve à celebração do aniversário do Estatuto da Pessoa Idosa, instituído em outubro de 2003, um marco na proteção e nos direitos desse grupo etário. Essa lei nos lembra que envelhecer deve ser uma travessia acompanhada de dignidade, e não um percurso solitário acompanhado de silêncios. Mas ela também nos lembra que a pessoa que envelhece é a expressão viva daquilo que a cultura da eterna juventude tenta negar. Se a lei existe é porque ainda precisamos proteger esse público, de preconceitos, de exclusões e das violências que nascem, justamente, do medo de envelhecer e dos estigmas que pesam sobre o envelhecimento. É preciso desatar os nós que sufocam o direito da pessoa idosa de ser quem é, com suas marcas, seu ritmo e suas histórias. Ao mesmo tempo em que se reconhece o seu direito de ser protegida e respeitada nas vulnerabilidades que o próprio envelhecimento impõe. Ser pessoa idosa numa sociedade que nega o envelhecimento e ao mesmo tempo violenta os mais velhos é enfrentar, diariamente, uma contradição dolorosa. É ouvir discursos de valorização e respeito, mas ser tratado com impaciência na fila do banco, com descaso no serviço de saúde ou com ironia quando demonstra cansaço ou esquecimento. É ver campanhas que exaltam a melhor idade, quando muitos vivem a velhice marcados pela solidão, pela falta de renda e pela ausência de políticas de cuidado. É ser cobrado por vitalidade quando o corpo e a mente pedem outro ritmo. O etarismo está presente quando uma mulher idosa é ridicularizada por usar roupas inadequadas para a idade, quando um homem aposentado é visto como alguém que já deu o que tinha que dar, ou quando familiares tomam decisões em nome da pessoa idosa sem consultá-la. Esses exemplos mostram que, mais do que envelhecer, o desafio é poder envelhecer sendo reconhecido como sujeito de direitos, com voz, vontade e lugar na vida social.

Outro aspecto que merece atenção é o modo como o mercado tem transformado a velhice em um nicho lucrativo. Hoje, fala-se até de uma economia prateada, termo usado para designar o conjunto de produtos e serviços voltados para o público idoso. Planos de saúde, viagens, cosméticos, academias, festas da melhor idade, empreendimentos imobiliários e até cursos e eventos religiosos são ofertados, com a promessa de uma velhice ativa, saudável e feliz. Embora esse movimento possa parecer positivo à primeira vista, e é, ele também revela uma mercantilização do envelhecimento em que o valor da pessoa idosa passa a ser medido pela sua capacidade de consumir e se manter produtiva. Isso cria uma nova forma de exclusão. Os idosos com menos poder aquisitivo ficam fora dessa velhice idealizada, que só é possível para poucos. Assim, a economia prateada ao mesmo tempo que reconhece o potencial desse público, reforça as desigualdades e obscurece a necessidade de políticas públicas que garantam direitos e não apenas acesso a produtos.

Nos últimos anos a sociedade enalteceu a possibilidade de postergar o envelhecimento, como se fosse possível adiar indefinidamente a passagem do tempo. A velhice passou a ser vista quase como uma falha pessoal, algo que deveria ser disfarçado, superado e combatido. Essa lógica acabou impondo às pessoas idosas uma série de responsabilidades, com expectativas desproporcionais. A ideia de que precisam se manter sempre ativas, produtivas e autônomas, mesmo quando o corpo e o ritmo da vida pedem pausa, cuidado e descanso. Mas aos poucos começa a emergir o movimento diferente, o de reconhecer-se como pessoa velha, sem culpa ou vergonha. Esse reconhecimento é político e libertador, porque rompe com o ideal inalcançável da juventude eterna e afirma o direito de envelhecer com dignidade, com limites respeitados e com a valorização das experiências acumuladas.

Falar sobre o envelhecimento, portanto, é também falar sobre aceitação, tempo e humanidade. Temas que nos desafiam repensar o modo como olhamos para nós mesmas e para os outros ao longo da vida.

Por fim, é importante lembrar que a família nem sempre é um espaço de proteção e afeto. Muitas vezes ela é também o lugar onde se manifestam as violências mais sutis ou mais explícitas contra a pessoa idosa. Negligência, imposição de decisões, controle financeiro, cobranças excessivas, agressões físicas e psicológicas, tudo isso pode acontecer justamente no espaço que

se espera segurança e cuidado. Essa realidade nos lembra que a proteção da pessoa idosa não depende apenas do lar, mas de uma responsabilidade coletiva envolvendo estado, sociedade e rede de apoio. Reconhecer que a violência pode vir de quem mais deveria proteger é um passo necessário para repensar práticas, criar redes de cuidado eficazes e garantir que envelhecer seja de fato vivido com dignidade, respeito e direitos assegurados.

Ao mesmo tempo, não podemos deixar de questionar o Estado e a sua responsabilidade no envelhecimento da população. Afinal, estamos preparados para envelhecer? A realidade mostra que não há políticas públicas suficientes, estruturadas e efetivas que atendam às necessidades específicas da pessoa idosa. Serviços de saúde, assistência social, transportes, lazer e proteção contra as violências ainda são limitadas, fragmentadas ou inacessíveis. Muitas vezes, o cuidado depende exclusivamente da família ou de iniciativas privadas, que acentuam as desigualdades e deixam as pessoas idosas desprotegidas. Precisamos de políticas públicas centradas na responsabilidade partilhada entre família, estado e sociedade, como já está previsto na Constituição. E não em políticas familistas, que transferem à família e aos seus membros o peso exclusivo de garantir o envelhecimento digno sobrecarregando-os de forma injusta. Esse cenário evidencia que envelhecer com dignidade não pode ser entendido como um desafio individual, mas sim, como uma prioridade coletiva. A responsabilidade social pelo envelhecimento deve ser urgentemente repensada, com políticas públicas integradas, inclusivas e sensíveis às diversidades de experiências da velhice.

E agora, vamos ouvir um pouquinho a professora Maria Cecilia, que vai discorrer sobre o lugar da pessoa idosa na história, no tempo, mostrando seu significado social, a sua memória e sua experiência.

7.2 II – Como tratamos a velhice desde a Antiguidade

Maria Cecilia Fontainha de Almeida Gama

Bom dia, a todos! Bom dia especial às minhas duas queridas, a minha companheira de oito anos aqui nessa luta, Daniele do Val, a minha amiga da vida

professora doutora Valquíria Sepp, sempre presente aqui nos nossos projetos. E hoje nós vamos tratar a velhice desde a Antiguidade[3]. Como era ser velho?

A velhice e o envelhecimento são processos que se dão naturalmente no decorrer da vida de todo e qualquer ser vivo e ocorrem de formas diferentes, influenciadas por outros fatores (ambientais, climáticos, alimentares, sociais e econômicos), pois cada animal ou indivíduo é um ser biológico exclusivo com suas peculiaridades.

Numa análise sociológica, a velhice humana apresenta-se de forma ambígua, ou seja, é vista como sinônimo de sabedoria e prestígio, mas também como fase de decrepitude e uma fonte de sofrimentos, evidenciada como um momento de felicidade para alguns e de tristeza para outros. Esta dualidade do próprio conceito do que é a velhice na sociedade humana se dá de forma diferente em cada ser, logo, concluímos que o envelhecimento se reificará no indivíduo conforme os seus hábitos e costumes particulares no decorrer de sua existência e, dependendo principalmente do seu estado de saúde, do seu modo de viver a vida, poderá ser algo positivo ou negativo no seu existir, o que dependerá em parte do próprio indivíduo em suas escolhas, enquanto ser vivo, participante no e do mundo físico.

Desta forma, o animal racional, em sua formação humana, tem um tempo de vida neste mundo, com início, meio e fim, o que podemos resumir em duas etapas: a primeira é o nascimento e a segunda, a morte. A formação humana se dá nas quatro fases do desenvolvimento: na infância (do nascimento até os 11 anos de idade), em seguida, na adolescência (que vai dos 12 aos 20 anos de idade), posteriormente, na fase adulta (a partir dos 21 anos de idade) e, finalmente, na velhice, fase considerada, nos países em desenvolvimento, a partir dos 60 anos e nos desenvolvidos, iniciando aos 65 anos. Em outras palavras, vivemos uma vida biológica constituída de quatro fases distintas, com suas características físicas e/ou psicológicas diferentes, sendo elas: a infância, em seguida a adolescência, a idade adulta e a velhice. Como podemos perceber o homem, desde o seu nascimento até a sua morte, é um ser inserido em um processo de formação do caráter humano, de sua identidade cultural e social.

3 trabalho baseado nos postulados do Instituto Humanitas da Unisinos e da nova Revista Amazônica

Portanto, o envelhecimento humano é universal e inevitável, processo que é vivido e sentido de formas diferentes por cada ser vivo. A velhice é intrínseca à própria natureza humana, e todo e qualquer ser humano logo se deparará com esta fase da vida. Conseguir atravessar a infância, a juventude, a fase adulta e assim chegar à maturidade é muito relevante, entretanto, a grande maioria não se preocupa e nem se prepara para a chegada da velhice e, sobretudo, para viver um envelhecimento ativo e saudável.

Nas civilizações antigas, havia uma preocupação com a velhice e com o rejuvenescimento. Essa apreensão persiste até a contemporaneidade, todavia, apesar do mundo ter evoluído cientificamente e tecnologicamente, ainda não se encontrou a "fórmula milagrosa", ou a tão sonhada "fonte da juventude", que é vislumbrada em diversos filmes hollywoodianos. Portanto, não há como determos a velhice. Precisamos entender que é um processo natural e biológico da criação dos seres vivos, em especial, dos humanos, que devem aceitá-la e prepararem-se para um envelhecimento ativo e digno na sociedade, haja visto que este processo humano é inevitável.

Isto posto, vamos ao nosso assunto de hoje que contempla uma retrospectiva histórica sobre como eram e como são tratados os nossos idosos.

Ao longo da história, os mais velhos certamente foram respeitados. Principalmente em sociedades sem linguagem escrita, nas quais o conhecimento era transmitido oralmente. Durante séculos, os mais velhos foram guardiões de tradições e sabedoria, bem como os melhores árbitros em caso de conflito. Nas sociedades primitivas, garante o médico Carlos Trejo Maturana[4], chegar à idade avançada representava um privilégio: "*Uma façanha que não poderia ser alcançada sem a ajuda dos deuses*".

A verdade é que a figura do idoso foi perdendo valor de forma acelerada. A ponto de, como destacou a socióloga Pilar Escario[5], a distância que hoje separa a sociedade dos mais velhos "*não é apenas física, mas moral*". Um distanciamento que não representa apenas falta de afeto, "*mas uma injustiça para com uma geração que outrora inspirava respeito e veneração*".

4 Trejo Maturana, Carlos. EL VIEJO EN LA HISTORIA. Acta bioeth. [online]. 2001, vol.7, n.1, pp.107-119. ISSN 1726-569X. http://dx.doi.org/10.4067/S1726-569X2001000100008.

5 Pilar Escario dedica-se a analisar as diferentes formas de desigualdade e como elas impactam a estrutura e o funcionamento da sociedade.

No mundo antigo, também foram detentores de poder. Na Grécia nasceu a "gerontocracia" – o governo e domínio exercido pelos idosos - que gozou de excelente saúde até o século XX. Especialmente em regimes comunistas, como na ex-União Soviética. A gerontocracia ainda é praticada nas mais altas instâncias judiciais, em algumas repúblicas com presidentes idosos (como a Itália) e no Vaticano, onde a maturidade é essencial para chegar ao papado.

Já acontecia no passado. Em Esparta, um dos órgãos de governo mais importantes era a Gerusía, composta por vinte e oito membros, todos com mais de 60 anos. Em Roma, onde Cícero escreveu *De senectute*, seu tratado sobre a velhice, em 44 a. C., o *Senatus* - o poderoso Senado - significava "assembleia de anciãos". Enquanto no antigo Egito, como acontecia nas culturas primitivas, a longevidade era vista como algo sobrenatural.

No mundo hebraico, os anciãos também eram considerados como tendo uma conexão com Deus. Como Trejo Maturana aponta, no Antigo Testamento há vários exemplos disso: "É descrito que Moisés tomou decisões apenas com a consulta direta de Deus, que lhe disse: 'Vá, reúna os anciãos de Israel e diga-lhes'. Da mesma forma, Yahweh lhe ordena: 'Vai diante do povo e leva consigo os anciãos de Israel'", Maturana escreve em seu artigo "*El viejo en la historia*" (Acta Bioética), onde ressalta o poder que os Conselhos de Anciãos tiveram nesta sociedade, que eram "todo-poderosos" e "incontestáveis".

Esse poder diminui na Idade Média. O historiador Jacques Le Goff[6] afirmava que a sociedade medieval ignorava a gerontocracia, mas que os idosos tinham valor como imagens veneráveis e simbólicas. Depositários da memória, eram convidados a atuar como árbitros.

A era medieval foi uma época de guerreiros e cruzadas: "*A lei do mais forte prevaleceu, portanto, os idosos ficaram em desvantagem*", segundo Trejo Maturana. Em todo caso, o especialista destaca que a pandemia da Peste Negra, desencadeada em meados do século XIV, favoreceu os idosos, ao afetar principalmente crianças e jovens. A mesma coisa aconteceu depois, no século XV, com a varíola. A desintegração parcial da família causada por essas pragas resultou em um reagrupamento. "*E os mais velhos, às vezes,*

6 História e Memória é um livro publicado em 1988 que reúne diversos ensaios escritos por Jacques Le Goff entre 1977 e 1982, que foram originalmente publicados em diversos volumes da Enciclopédia Einaudi.

viravam patriarcas [...]. A praga favoreceu os idosos, que ganharam posição social, política e econômica".

Menos influência, mais atenção

No Renascimento, época em que prevalecia o culto à beleza e às artes, a influência dos idosos começou a diminuir. Só se aceita a imagem do ancião sábio e venerável, refletida na arte da época. É também na Europa, a partir do século XVIII, que ocorrem avanços específicos para os idosos. Em 1740, a Imperatriz Maria Teresa da Áustria cria o primeiro asilo. Em 1880, o chanceler Bismarck estabeleceu as pensões, uma das bases do futuro estado de bem-estar. Em 1903, o cientista russo Ilia Ilyich Mechnikov[7] cunhou o termo "gerontologia", a ciência que se ocupa da velhice.

Os avanços científicos e sociais fazem com que, no final do século XX, a pirâmide populacional comece a se inverter nos países mais desenvolvidos. A taxa de natalidade cai, enquanto a expectativa de vida dos idosos aumenta. Este aumento implica também uma melhoria da qualidade de vida: os 60 anos de hoje não têm nada a ver com os de duas décadas atrás. Nem os 60, nem os 80... Como ressalta a gerontóloga Anna Freixas [8], a experiência do envelhecimento mudou radicalmente: "*Todo mundo se sente mais jovem do que cronologicamente e muito mais jovem de como é percebido pela sociedade*".

Porque em um mundo obcecado por juventude e beleza, a velhice é cada vez mais vista como um obstáculo. O que produz esse distanciamento dramático? Muito tem a ver com economia, é claro. A industrialização e a revolução tecnológica vertiginosa foram fundamentais para isso. "*O motivo pelo qual as sociedades cuidam ou não de seus idosos depende em grande parte da utilidade que eles têm*", corrobora o antropólogo Diamond Jared[9] em "*O*

7 Ilya Ilyich Mechnikov foi biólogo, microbiologista e anatomista russo, naturalizado francês. Recebeu o Prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina de 1908, juntamente com Paul Ehrlich, pelos estudos pioneiros em imunidade, sobretudo ao demonstrar o papel dos leucócitos na fagocitose de microrganismos. Metchnikoff desenvolveu um dos primeiros conceitos sobre envelhecimento e defendeu o uso de bactérias do ácido láctico (Lactobacillus) para uma vida longa e saudável. Isso se tornou o conceito de probióticos na medicina. [20] Mechnikov também é creditado por cunhar o termo gerontologia em 1903 para o estudo emergente do envelhecimento e da longevidade. Pai da gerontologia.

8 Anna Freixas Farré é uma escritora feminista espanhola e professora universitária aposentada.

9 Diamond, Jared. O mundo até ontem: O que podemos aprender com as sociedades tradicionais? Record RJ 2014

mundo até ontem". Diamond, 82, professor da Universidade da Califórnia em Los Angeles, estudou o tratamento que diferentes sociedades dão aos mais velhos e descobriu que mesmo nas mais tradicionais - em tese, mais respeitosas - também existem conflitos de interesses entre gerações. A ponto de alguns idosos serem abandonados quando não têm mais utilidade (os índios Sirionó, da Bolívia), são incentivados a cometer suicídio (os Inuit, na América do Norte) ou mesmo acabam com suas vidas (os Aché, do Paraguai). O comportamento entre gerações, diz, dependerá das circunstâncias. No entanto, esclarece, também influenciam os valores de cada sociedade.

O antropólogo destaca culturas como as do Sudeste Asiático (Japão e China), cuja tradição confucionista considera "desprezível" não cuidar dos pais. Algo semelhante aconteceu no Mediterrâneo, onde a ênfase na família está enraizada na tradição da família patriarcal. Nesse sistema, que remonta aos antigos romanos e hebreus, a autoridade máxima pertence ao homem mais velho.

Essa tradição nada tem a ver com o modo de vida "neolocal" (independente dos pais) que prevalece nas sociedades industriais modernas, como os Estados Unidos: "*Um lugar onde, pelo sistema, os idosos não moram com seus filhos e é mais complexo cuidar deles, mesmo que se queira*", escreve o antropólogo. Mas os Estados Unidos foram, durante décadas, o espelho do mundo. E os ideais dessa cultura (como o individualismo e, principalmente, a produtividade) se instalaram em sociedades como a Espanha, em que, até relativamente pouco tempo, era normal conviver com os avós. A crise atual derivada da pandemia e suas consequências catastróficas para os idosos devem levar a uma revisão urgente de nossa relação com a velhice. Etapa, inclusive, que com sorte todos chegaremos.

Concluindo. É de suma importância conhecer a visão dos antepassados por meio dos filósofos. A história oportuniza-nos enxergar o outro e a nós mesmos. Nesta perspectiva, o amor dos filhos aos pais envelhecidos é algo divino, especial, que compreende maior proteção e segurança na última fase da vida humana, o que se considera um dos mais admiráveis atos da raça humana consigo mesma e para com seus semelhantes, em destaque com a sua geração e para com as futuras gerações.

Assim, a velhice e o envelhecimento, tanto nas cidades da antiguidade, como nas cidades do atual mundo moderno colonizado e capitalizado, são vistos de forma idêntica: algo negativo, uma coisa ruim que, para muitos, expressam terror e como se a velhice não fosse atingir a todos. Por outro lado, existem outras visões de caráter positivo e que devem ser consideradas.

Desse modo, adaptarmo-nos a esta nova fase do existir humano, a velhice, é algo que requer cuidados e mudanças de hábitos, em especial, no tratamento da nossa saúde. Além da saúde, é preciso priorizar outras áreas: sociais, esportivas e educativas, nas quais a participação e inserção dos velhos são essenciais para o bem-estar social e a melhoria da qualidade de vida deles. É preciso, também, que as autoridades governamentais e o Estado brasileiro se responsabilizem pelas políticas públicas voltadas à população idosa. Atualmente, chamam-nos a atenção algumas áreas, específicas, da Medicina e da Educação, cujo foco é a preparação das gerações para a velhice, para a construção de um envelhecimento digno, participativo e ativo na sociedade: a Gerontologia, a Geriatria, as Universidades da Terceira Idade (UNATIs) e a Universidade da Maturidade (UMA). Portanto, a questão do envelhecimento humano e da velhice é temática viva e presente no século XXI e que precisa ser pesquisada e estudada profundamente.

Como nossa fala tem cunho histórico filosófico, encerro com uma poesia breve sobre a velhice, do grande escritor e poeta irlandês Oscar Wilde (1854-1900), expoente da literatura inglesa durante a Era Vitoriana. É autor do romance filosófico e obra-prima, "*O Retrato de Dorian Gray*".

> "Não quero adultos nem chatos.
> Quero-os metade infância e outra metade velhice!
> Crianças, para que não esqueçam o valor do vento no rosto; e velhos, para que nunca tenham pressa."
> Oscar Wilde

PRIMEIRO APARTE

Daniele do Val

Cecilia, sempre encantadora na fala, na narrativa e fechando com esse poema, com esse trecho, que vem até um pouquinho ao encontro de duas observa-

ções que eu iria fazer, a partir da tua fala, enquanto te ouvia. Algo que é muito interessante de destacarmos, até mesmo para entender um pouco essa sociabilidade que temos hoje, que é quando você fala da sociedade que cede a transmissão do conhecimento via oralidade, e hoje, se vive numa sociedade que com uma tecla do celular a gente acessa um conjunto de informações, pseudo conhecimentos. E isso, de alguma forma, desloca toda essa imagem de sabedoria, essa imagem de guardiões do conhecimento da pessoa idosa para uma máquina. Eu fiquei fazendo essa analogia, porque você vai, de alguma forma, inclusive, ao facilitar o acesso ao conhecimento, que foi possível pela evolução tecnológica, você vai descentralizando o saber e a memória da humanidade. Eu fiquei muito pensativa em relação a isso que você traz. E um outro ponto, quando você fala de se querer a infância, de se querer a velhice, mas em uma fase adulta. É uma reflexão que nos leva ao conceito da intergeracionalidade. Hoje se defende, cada vez mais, a possibilidade de convivência entre as distintas gerações, com o foco, principalmente, na infância e na pessoa idosa, entre os mais velhos e a primeira infância. A intergeracionalidade vai possibilitar não só a convivência entre as gerações, mas as vivências das experiências comuns, a troca de afeto, de aprendizado, ela vai poder possibilitar essa vivência de uma rede de cuidado mútuo, de proteção, e de empatia. Conhecendo, de fato, quais são os limites e possibilidades de cada faixa etária. Antes de passar para a professora Valquíria, essa semana tivemos o UniFOA de Portas Abertas, recebemos alguns jovens, adolescentes, das escolas de ensino médio, e foi interessante. Lá no curso de Serviço Social distribuímos para quem entrava na sala o exemplar do Estatuto da Pessoa Idosa. E não foi uma nem duas vezes que quando fomos entregar o Estatuto, os adolescentes falavam: "para que eu quero isso?" ou "Eu não preciso disso." Eu e minhas alunas tentávamos, de forma rápida, abordar que a questão do Estatuto da Pessoa Idosa poderia não afetá-lo diretamente, mas afetaria os pais, os avós, pessoas da família, e que um dia eles também iriam envelhecer. Um deles falou: "Deus me livre!" Eu brinquei com ele, agora mesmo é que você tem que ler o Estatuto quando for para casa. Mas eu acho que é um pouco esse retrato do que a gente vive hoje. Passo a palavra para a professora Valquíria.

7.3 A violência contra a pessoa idosa

Valquíria Jorge Sepp

Bom dia. Obrigada pelo convite. É muito interessante esse exemplo que você deu. E é isso a experiência do dia a dia que nós temos na saúde e na educação. Sou professora e enfermeira, e a gente vivencia muito isso. Eu dou uma disciplina que é "Ética, Bioética, Moral e Legislação". Sempre falo com os acadêmicos que quando temos que ter leis para proteção é porque estamos precisando de muito socorro pessoal, mais do que aquele que está sendo protegido. Porque não estamos tendo uma conduta afetiva, cultural, não temos uma conduta humana. Quando para cuidar de humano precisamos de lei, é porque não estamos sendo humanos. Eu sempre me preocupo muito com essa questão.

A violência acontece em todas as áreas. E sempre quando eu sou violentado ou quando eu é que sou o agressor, é porque, no fundo, eu também já fui violentado, já tive dificuldades do ser. Procurei trazer informações para essa fala sobre o que Volta Redonda tem, embasado, claro, na lei nacional, mas o que se investe e o que que nós – eu estou dentro dos idosos também – tenho uma mãe idosa, e várias pessoas, a necessidade que nós temos, não só conhecer o que a sociedade, através dos seus órgãos públicos, oferece, mas, principalmente, de participar. Participar no sentido de que todos da sociedade se sintam parte dessa realidade. Não só o idoso, o filho do idoso, o neto, o vizinho, o professor, o médico, o músico, o teatro. Essa troca vai trazer o benefício, na maioria das vezes, não só para o idoso, mas para quem participa, a importância dessa convivência.

Esse exemplo que a professora Daniele falou, a gente vivencia sempre, em salas de aula, em unidades de saúde. A gente observa que um belo dia a pessoa fala, nossa, como o tempo passou! Ela não sentiu o tempo, e o tempo passa todo dia, toda hora. A necessidade dessa troca é fundamental.

Já existem muitas atividades que buscam trazer essa relação para a criança, o idoso, o jovem, o adulto, em uma convivência mais próxima. Quando isso acontece se observa o crescimento. Eu tive uma experiência, há duas semanas atrás, de uma festa em minha família. Tinha mais de 100 pessoas. Tínhamos nessa festa, pessoas com 98 anos, minha mãe com 91, minhas

irmãs, eu, meus sobrinhos, até crianças e uma prima grávida. Passamos um final de semana inteiro reunidos, brincando, conversando, trocando ideias e experiências, cantando. Todos saíram muito felizes. O assunto da família depois disso é o tempo inteiro lembrando, mandando fotos. Pode-se observar que essa convivência é saudável para todos, não só para o idoso.

Temos que lembrar que a violência não é só física, de bater e empurrar, mas ela é social, do convívio, quando as pessoas são excluídas ou quando tentam participar, mas nada favorece o conforto delas. A integração, que ela se sinta importante dentro daquele processo, viva, com as suas experiências, especificidades, dificuldades, com seu conhecimento, com sua alegria, com suas rugas e cabelos brancos. Como um ser que faz parte dessa vida. Fazemos essa festa há alguns anos e cada vez se torna mais interessante, cada vez mais pessoas se propõem a participar. Aquilo que antes era uma festa dos mais velhos para matar a saudade, hoje é um encontro de lembranças de tempos passados e de tempos de hoje, muito gratificante. Estamos falando de que não é só física a violência, a falta do cuidado, o isolamento físico, mental, moral, o abandono, o abuso com relação às questões econômicas e financeiras, seja pelo abandono em lugares não adequados para a vida do idoso, sem os cuidados, sem um ambiente agradável. Muitas vezes, até o abuso do uso indevido dos seus direitos de uma aposentadoria, de um bem que ele lutou a vida toda para ter, e que lá na frete, um dia alguém acha que ele já passou da fase de ter aquilo. Ou o filho mais velho ou mais novo está passando dificuldades, ou que o bem tem muito valor e que já deveria ter sido utilizado pela geração mais jovem. A violência, muitas vezes, não é só da sociedade. Muitas vezes está dentro de casa, no dia a dia, nas relações pessoais, na falta de uma visita, na falta de uma conversa, na falta de ouvir, de sorrir e chorar junto. Um almoço de fim de semana é tão bom. Essa violência pode ser evitada, não, ela pode ser mudada. No lugar da violência, confraternização. Todos tem suas obrigações, mas as relações pessoais trazem um engrandecimento muito favorável para a todos.

Eu busquei algumas informações que acho importantes. Não podemos esquecer que o mundo é muito agitado, e que todos têm a sua correria da vida. Mas a importância de conhecer, o que a professora Daniele falou sobre o Estatuto do Idoso – eu tenho alguma dificuldade, pois gostaria que ele não

precisasse existir – mas ele existe porque há uma necessidade. Do que ele se preocupa?

Quando se pensa em um atendimento preferencial e humanizado nas Unidades de Saúde, nos hospitais, nos bancos, no comércio, quando o idoso precisa chegar nesses lugares e a importância de que exista respeito, não porque ele é velho, mas porque ele tem mais experiência e necessidade, ele se cansa mais rápido, e alimentação em horário correto, não é só porque ele é velho, mas as necessidades dele precisam ser atendidas. Então a importância de dar essa preferência.

O direito à proteção. Negligência, descriminação, sorrisos indevidos. Você oferece o lugar, mas não afetivamente, é quase como se fosse um compromisso obrigado, alguém está olhando. Isso não traz prazer, troca e afetividade. Que as coisas sejam feitas de uma forma produtiva. A violência às vezes num olhar, numa esbarrada diferenciada, numa fala agressiva, não ouvir, crueldade e opressão que infelizmente também pode acontecer. A omissão de ajuda à alimentação, a quem tem dificuldades e limitações, uso de força. Infelizmente, isso está dentro desse Estatuto do Idoso. A importância de todos os profissionais de saúde e todos que presenciam e convivem com essas violências, que façam notificações, que busquem a justiça.

E a promoção da saúde, a valorização, o acompanhamento. A prevenção de doenças, mas principalmente a promoção. Ou seja, antes da necessidade vamos cuidar, porque cuidar é importante. Eu não vou cuidar porque fulano está doente, não vou cuidar porque a vovó não consegue comer sozinha, vou cuidar porque gosto dela, por tudo que representa para minha mãe, para mim, então essa relação se torna leve, é uma troca. Com certeza, você vai ter um retorno maior que você deu. Porque o idoso tem uma história de vida e uma história pessoal, você pode ser um neto ou um filho, ou um vizinho, um parente distante, e o retorno vai ser muito mais importante.

Fizemos um breve levantamento do que temos em Volta Redonda, claro em grande parte do Brasil e pequenos e grandes centros já estão se preocupando com isso. Os órgãos públicos que devem ser usados, porque através da utilização é que eles vão crescer, vão melhorar, vão deixar de ser uma obrigação do Estado, para ser uma convivência do Estado com o cidadão.

Temos o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS - que oferece proteção básica preventiva, fortalecimento de vínculos, através de cadastramentos de pessoas idosas de acordo com as suas necessidades. Informações com relação a benefícios, se necessário, com relação à Bolsa Família, ajuda a membros da família, convivência em grupo, fortalecimento das relações pessoais. Em Volta Redonda, temos, praticamente, em todos os bairros. Se não tem no seu, está próximo. Temos nos bairros Rústico, São Luis, Vila Americana, Vila Brasília, Volta Grande, Voldac, aqui em Três Poços, Água Limpa. Temos CRAS em quase todos os bairros e que tem essa função.

Temos um Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREA -. Este tem um foco mais grave. É para ser utilizado nos casos em que a violência já foi feita, já aconteceu. Espera-se que o CRAS seja o centro da família e não o CREA, mas, às vezes, ele é necessário. Ele tem como objetivo atuar nos casos graves, quando a violação do direito do cidadão, principalmente do idoso, oferecendo apoios especializados, conforme a necessidade. Pode ser um acolhimento, ou um acompanhamento, uma orientação familiar. Em Volta Redonda, fica no bairro Aterrado, na Rua Antônio Barreiros 225. Nas Unidades Básicas de Saúde de seu bairro você consegue informações, assim como no CRAS, e nos postos de saúde, chamados Postinhos, que esperamos que sejam carinhosos e efetivos, e temos órgãos públicos que atuam com o objetivo de atender a comunidade, ao cidadão, na prevenção e no atendimento das várias violências: físicas, sociais, de saúde, abandono, distanciamento, isolamento, então, é uma porta de entrada quando necessário.

Temos também lares de longa permanência o que antigamente se chamavam de asilos. E muitas vezes existe um preconceito contra essas instituições. Quem dera todos os idosos pudessem ser atendidos pelo familiar, como no passado, as pessoas moravam próximas e uns cuidavam dos outros. Sabe-se que o mundo mudou e que por "n" motivos, que no momento não vamos falar, esses lares são necessários.

Temos aqui em Volta Redonda, Abrigo para Pessoas Idosas, na Avenida Nossa Senhora do Amparo. Temos o Vovó Elias Zarur, que fica no bairro Santa Rita do Zarur, que também é uma instituição pública. Temos o Lar dos Velhinhos de Volta Redonda, que fica no bairro Monte Castelo. Temos o Lar Vovô Ziemer, que fica no bairro Parque das Garças. Temos o Asilo Dom Bosco, que é no bairro

Dom Bosco. Essas são instituições públicas. Elas estão preparadas para ajudar o idoso. Mas uma coisa muito importante, quando a família não tem como manter o idoso sob os seus cuidados, continuamente, 24 horas por dia, que a pessoa não seja esquecida nessas instituições. São instituições preparadas para cuidar do idoso, mas o idoso precisa mais do que cuidado, ele precisa de amor, de afeto, de história. Uma convivência com a família, as visitas, os telefonemas, mandando cartões e lembranças fazem toda a diferença na vida dessas pessoas, para não se sentirem excluídas da própria família e da própria sociedade. Se tivermos condição de mantermos os nossos idosos próximos é ótimo. Mas as vezes não, e quando isso acontece, ele pode não estar fisicamente dentro da nossa casa, mas a gente sabe onde ele está, podemos visitar e trocar carinho, o que é muito importante.

Uma vez eu estava vendo uma reportagem sobre lares para idosos de longa permanência. E já existem, em muitos países estudos e prática de trabalhar dentro dessas unidades, as crianças e os idosos. São duas instituições próximas, e há uma troca: a criança e o adolescente visitam instituições, vão brincar e trocar ideias, e conhecer e os idosos vão nas creches e nas escolas. Já foi observado que é uma troca de vivências, experiências, expectativas, muito positiva para todas as pessoas. Essas duas instituições se tornam casas com ambiente familiar e carinho, que faz bem para todos. Essa experiência acontece em países chamados de primeiro mundo e não depende de lei, poder econômico, só necessita de afetividade.

Temos aqui em Volta Redonda duas unidades públicas, para o Atendimento Dia. São unidades onde as pessoas passam o dia. São ambientes preparados para a convivência do dia a dia, para pessoas cujas famílias não podem ficar durante o dia por trabalharem. Funcionam de segunda a sexta-feira, de 8h às 17h. Pode ser que não atenda às pessoas que trabalham cedo e saem tarde, mas é importante buscar esses lugares, para que se conheça e veja os benefícios que isso pode trazer, para você que tem uma preocupação de deixar um idoso sozinho em casa, ou em companhia de pessoa não preparada. São dois centros. Centro Dia para Idosos, no bairro do Aterrado, Rua Doze de Outubro, unidade José Conrado. Funciona de 8h às 17h, e trabalha a parte da convivência social, com mobilidade – exercícios – para dar motivação em vez de ficarem deitadas ou sentadas o tempo todo; atendimento social de acordo

com as necessidades; transporte para o usuário – de casa para o centro e do centro para casa – importante, pois nem todos têm condição de levar o idoso para essas unidades. Buscar informação é a melhor forma de viver. Quanto mais informado estamos, melhor a qualidade de vida da sociedade como um todo.

Temos outro centro mais voltado para os pacientes de Alzheimer, que têm mais dificuldades e necessidades especiais. Fica no antigo Hospital Santa Margarida, no bairro Niterói, em Volta Redonda e também funciona de segunda à sexta-feira, de 8h às 17h. Para obter informações, procurar o departamento de atenção para pessoas com Alzheimer, na Secretaria Municipal de Saúde, que fica no antigo Hospital Santa Margarida.

Também temos situações de idosos moram sozinhos, têm independência, ou moram com familiares e que a cidade de Volta Redonda oferece, no passado era conhecida como a Cidade do Aço, por causa da CSN, e hoje é uma cidade muito humanizada. A importância de conhecer e utilizar, não só para o idosa, mas para a família como um todo, os vizinhos, instituições escolares, de forma a valorizar esses espaços e trazer contribuições no sentido de ideias e valorização, e isso motiva as unidades a crescerem, cada vez mais, e atenderem cada vez mais, todos os cidadãos, independentemente de sua faixa etária.

Temos o Memorial Getúlio Vargas, que funciona aos domingos, com uma vila cultural, no centro de Volta Redonda, debaixo da Biblioteca Municipal. É um espaço grande, confortável e bonito. Tem sempre atividades de música, artesanato, crianças brincando, feiras, troca de informações, atividades de saúde. É importante utilizar aquele espaço, pois é um espaço nosso, da população.

Temos o Memorial Zumbi dos Palmares, pertinho ali no bairro Vila Santa Cecilia, que é um espaço de exposições, eventos, teatro, salão para exposição. Todo o preparo pessoal para fazer uma atividade cultural traz um bem estar desde que a gente se prepara para ir. É o famoso bom da festa é esperar por ela.

Volta Redonda também tem um Parque Aquático Municipal, que fica na Ilha São João, tem piscina, estrutura aquática para quem quer aprender a nada, fazer hidroginástica, lugar bonito que vale muito a pena.

Temos o Estádio Raulino de Oliveira, que é muito mais que um campo de futebol do Volta Redonda Futebol Clube – Voltaço – pois tem o Estádio da Cidadania com esporte, laser, saúde, educação, com atividades abertas para a

comunidade e que fica no bairro do Aterrado. É importante que se valorize esses serviços, essas ações, para que cresçam e cada vez atendam mais as nossas necessidades. Quem estiver ouvindo hoje pode ser criança, mas se Deus quiser você vai chegar lá, então torcemos para que todos participem.

Além desses locais, tem coisas que podemos fazer no dia a dia na nossa convivência com a vovó, com o vovô, com o titio, com o papai, que é o cuidado. Prevenir e cuidar. Evitar que coisas desagradáveis aconteçam. É importante ficar atento aos sinais quando algo não está bem: mudanças de comportamentos, machucados inexplicáveis, tristeza, medo excessivo. Nisso a família, os vizinhos, são muito importantes, porque somos nós que conhecemos os nossos familiares e observamos quando mudanças acontecem e que podemos e devemos tomar atitudes.

Conversar com o idoso, falar sobre a família, ouvir as necessidades, ouvir com carinho e atenção, respeitar as suas decisões e conversar ao discordar do que ele está dizendo, ou estimular uma mudança de comportamento. Por exemplo, às vezes o idoso recusa a medicação, ou a alimentação, ou sair da cama. Mas não é obriga-lo, se ele tem consciência e condições de decidir, é conversar e mostrar as vantagens daquilo que está sendo proposto, nunca obrigar. Não é usar frases vazias, que seja bom mesmo para ele.

No caso de, infelizmente, a gente souber de violência, suspeitar que está havendo alguma agressão, seja física ou não, existe um número fácil de lembrar que é 100. Disque para esse número e você vai falar com o Conselho do Idoso, da sua cidade, e vai poder buscar ajuda. Como outros números de socorro que a gente precisa saber como do Bombeiro 193 e do SAMU 192.

A convivência é muito importante e participar junto de rodas de conversa, danças, artesanato, não é levar e deixar na porta, é entrar, trocar ideia, conversar. Levar o idoso também aos lugares que você frequenta. Essa troca vai fazer um benefício, com certeza, muito importante. Trará lembranças do que você viveu, está vivendo e as oportunidades que vai ter pela vida. É compartilhar a companhia, proteger quem precisa e não ser apenas um dever e sim um prazer. Envelhecer com dignidade é um direito. Cuidar de quem já cuidou da gente é um ato de amor. Todos vamos chegar lá, como a professora Maria Cecilia falou. É

um caminho natural da vida. Vamos pavimentá-lo com pedras de brilhante, com carinho e afetividade, troca e humanidade. Obrigada.

SEGUNDO APARTE.
Daniele do Val

Valquíria, você me fez pensar tantas coisas, por conta da minha realidade de trabalho como assistente social, não só as reflexões que você traz sobre a questão do cuidado, mas também quando você apresenta essa rede institucional, e como você bem destacou, rede pública. Quando se pensa a política de assistência social, me referindo ao CAES e ao CREA, como sendo parte dessa rede, a assistência social se preocupa justamente com isso. Na proteção básica, que fica o CRAS, fortalecer a função protetiva da família; na média complexidade, onde está referenciado o CREA, trabalhar de forma mais direcionada às violações, então você atende situações onde a violência já foi vivenciada e há um esgarçamento de vínculos familiares; e a alta complexidade, onde se encaixariam as ILPIS – Instituições de Longa Permanência – unidades de acolhimento para as pessoas idosas. É importante entendermos esses níveis de proteção, sempre com essa expectativa, de que é uma proteção que tem que ser compartilhada pela família, Estado e sociedade. Porque se não, se cai nas políticas familistas ou se desimplica a família daquela responsabilidade que ela pode e deveria estar exercendo. Quando você exemplifica o Centro Dia e traz as ILPIS, eu tenho duas opiniões. A primeira, em relação ao Centro Dia, que é uma unidade que para mim deveria ser a mais presente no território e nas cidades, e no entanto é a que tem menos investimento. Existem cidades que nem têm Centro Dia. Talvez ele fosse o serviço que mais poderia corresponder a esse dever de compartilhamento família/estado. Às vezes, o idoso está indo para uma instituição não porque a família não quer cuidar, mas a dinâmica não permite esse cuidado. E se tem um Centro Dia você pode viabilizar, conciliar os horários.

TERCEIRO APARTE
Valquíria Sepp

A comunidade é quem vai tornar isso claro para os serviços importantes. A partir do momento que se busca, aumenta o número de pessoas e com isso mostra a necessidade de aumentar.

QUARTO APARTE
Daniele do Val

E é um espaço que garante a convivência familiar porque ele não está institucionalizado e a convivência comunitária pela interação que ele vai ter. E por outro lado, eu penso muito que ninguém defende as ILPIS como um destino já previsto e imutável, mas que a sacralização do asilamento das instituições de longa permanência também acaba sendo perigosa, porque nem todas as pessoas idosas vão ter família para cuidar, até porque se tem hoje pessoas idosas que são sozinhas, que não tiveram filhos e chega, às vezes, em um determinado momento a sua autonomia já está prejudicada, o seu autocuidado não consegue ser exercido e as instituições acabam sendo uma porta de entrada e de acolhida para eles. São reflexões interessantes. Quando você fala do cuidado por obrigação e o cuidado por afeto. A afetividade é algo que é vivido e construído cotidianamente. O idoso de hoje foi um jovem ontem. E como as relações de família foram sendo vivenciadas, para que, de repente, ela tenha mais vínculo e mais fortalecimento ou não. E isso me faz lembrar uma situação, que também vai ao encontro de uma reflexão sua do porque a lei é importante. Ela é importante, mas pensa sempre em uma perspectiva mais geral, mais estruturante, porque ela precisa ser aplicada a todas as pessoas, precisa proteger quem precisa, mas existem especificidades de cada um e de cada família. Pessoas que são abusadores, aliciadores, eles também envelhecem. E por vezes, quando a lei vence para ser aplicada, ela não considera a relação de família que também foi muito danosa para os filhos daquela pessoa idosa. Eu estou trazendo um exemplo, mas infelizmente, tem dados que não são numericamente pequenos, baixos, mas, por vezes, uma filha que foi por anos abusada por aquele pai, aquele pai depois sai de casa e de repente aparece já como uma pessoa idosa, sem condições de se cuidar, e a lei obriga que aquela

filha cuide. E esse dever do cuidado precisa ser pensado, porque é um ser humano e ao mesmo tempo representa para aquela filha uma violência. A decisão para esse cuidado precisa também partir dela e não apenas a partir da aplicação da lei. Só para chamar a atenção da complexidade das relações familiares e afetivas e do cuidado que envolvem as pessoas idosas.

CONCLUSÃO

Maria Cecilia Gama

Bem rapidinho. Dentro da fala da querida Valquíria e sua fala também me fez lembrar duas coisas, que são fatais: a exclusão e a rejeição. Ambas são as maiores dores que um idoso pode obter. Tanto faz da onde ele é excluído, quando da onde ele é rejeitado. São duas atitudes e dois sentimentos, que são aterradores para qualquer pessoa, imagina para a pessoa idosa. O idoso, então, como ele já está tão fragilizado por vários motivos e inclusive pelo peso da própria idade, é uma coisa terrível. E isso me lembrou um filme que vi essa semana, chamado "27 noites". É um filme argentino que está na Netflix e eu recomendo a todos os idosos e a todos aqueles que cuidam de idosos que assistam. Por quê? Eu não vou dar spoiler, porque vou estragar toda a graça do filme. Mas é um filme que aborda a velhice, uma senhora de 83 anos, aborda o direito, o direito principal do ser humano que é a liberdade, aborda a violência, a violência em termos de atitudes perante a pessoa idosa e a saúde mental. É um filme que eu considero um expoente. Vocês vão ver coisas ali, para a nossa geração, estranhas. A geração mais nova talvez aceite como forma de arte, o que para nós não é arte. Mas não é isso que importa. O filme é esplendoroso. Essa é a primeira parte. A segunda, quando eu trouxe Oscar Wilde para falar sobre a lembrança da infância com a lembrança da velhice, são dois polos que se unem, e se unem sempre. Eles trocam vivência. Não tem coisa mais bonita quando se vê um vovô com um bebê. Porque eles se entendem. O bebê não fala e o vovô tem dificuldade de se comunicar, mas com o bebê ele se comunica. É muito bonito isso. Acho essencial em toda família. Antigamente se tinha os almoços de domingo, onde a família se reunia, sempre aparecia a avó, a minha, pelo menos, estava sempre presente, as minhas tias mais velhas, eu sou temporã, então não tive jovem em família, a jovem era eu, o resto tudo era velho.

Acostumei a viver e conviver com pessoas idosas, que para mim eram símbolos de sabedoria. Eu vou trazer uma frase do grande Saramago, que diz o seguinte: " O jovem não sabe aquilo que pode, já o velho, sabe, e não pode." É isso aí, obrigada queridas. Um beijo grande, bom dia para vocês.

CONCLUSÃO

Daniele do Val

Vamos finalizando aqui por hoje. Quero agradecer imensamente a colaboração de todos os podcasts da professora Maria Cecilia. Agradecer mais uma vez a presença da professora Valquíria. Eu sempre falo que esses encontros são aprendizados e acho que hoje não se fez um podcast, a gente fez uma aula. Não só pelos conteúdos riquíssimos, mas pelo tempo que avançamos bastante, mas a questão importante é que a gente tem muita coisa para falar! Porque é um fenômeno social complexo. Não dá para objetivar e deixar de fazer alguma consideração, um destaque, de uma realidade que é tão complexa e desafiadora. Obrigada a todos que nos ouvem e até a próxima.

8 VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

INTRODUÇÃO

Olá pessoal. Esse é mais um podcast do projeto Contribuição Acadêmica no Debate sobre as Diferentes formas de Violências, do Escritório da Cidadania em Movimento. Eu sou Daniele do Val, assistente social, professora doutora do curso do Serviço Social do UniFOA. Hoje daremos sequência às reflexões sobre as múltiplas manifestações da violência. Desta vez, trazendo uma discussão sobre a violência contra crianças e adolescentes. Estou aqui com a minha parceira de produção e debates a professora mestre convidada e institucional do UniFOA, Maria Cecilia Gama, e hoje recebemos também a querida professora mestre Soraya Ferreira do Núcleo de Apoio ao Estudante do UniFOA. O trio de hoje reúne uma assistente social, uma filósofa e uma psicóloga. Então vem com a gente porque o debate vai ser profundo.

8.1 Noção de cidadania da infância e da adolescência

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

No Brasil, considera-se criança a pessoa de 0 a 12 anos, e adolescentes, entre 12 e 18 anos completos. Isso pode parecer apenas um recorte etário, mas é muito mais do que isso. Reconhecer juridicamente o que é ser criança e o que é ser adolescente, significa reconhecer que essas fases demandam proteção e garantias específicas, pois durante séculos a criança foi vista apenas como um adulto em miniatura. O reconhecimento da infância como uma fase específica da vida, que demanda cuidado e proteção diferenciados, é resultado de uma longa trajetória histórica de lutas pelos direitos da infância.

No Brasil, foi apenas nas últimas décadas do século XX, que a Constituição Federal de 1988, que se consolidou a noção de cidadania da infância, sendo esta uma fase própria do desenvolvimento humano, marcada por necessidades de afeto, proteção integral e prioridade absoluta. E esse marco se concretiza em 1990, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, que consolidou a transição da criança como objeto de tutela para um sujeito

de direitos, alguém com voz, dignidade e espaço próprio na sociedade, cuja proteção deve ser garantida pelo Estado, pela família e pela sociedade. Mas essa conquista não foi fácil. Desde a origem do discurso da proteção à infância no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, temos contradições profundas nesse intento protetivo, marcados por desigualdade de classe, raça, território. Basta lembrar o ganho de força no Brasil Republicano a ideia de que o futuro da nação dependia da regeneração das novas gerações. O discurso republicano higienista via na educação infantil um instrumento de salvação nacional. Formar a criança significava afastar o Brasil daquilo que se considerava os resquícios da barbárie escravocrata.

A autora Irene Rizzini mostra em suas pesquisas sobre o tema, como a infância foi levada à condição de símbolo dessa esperança, ao mesmo tempo que crianças pobres, negras, indígenas eram marginalizadas, excluídas da escola e, muitas vezes, tratadas como caso de polícia. A proteção à infância, portanto, nasceu atravessada por desigualdades, refletindo um projeto de nação que pretendia modernizar-se, sem romper totalmente com as heranças do passado escravista. Ainda assim, desse movimento contraditório, emergiu a ideia de que o cuidado e a educação das crianças seriam caminhos para construir uma sociedade mais justa, o ideal, que embora não plenamente realizado, orientou a criação das primeiras legislações de proteção à infância no Brasil.

Por isso é importante destacar que não existe a criança, mas as crianças. A infância não é uma experiência homogênea, ela é marcada por múltiplas realidades e condições sociais.

A criança que cresce em território periférico, enfrentando insegurança alimentar, falta de acesso a serviços básicos, ela vive uma infância radicalmente diferente daquela que tem garantias materiais, culturais, afetivas. As desigualdades de classe, raça, gênero, território, produzem infâncias desiguais. Que o direito de brincar, estudar, ser cuidado e protegido só é universalizado no papel. Por isso, precisamos falar de crianças no plural, reconhecendo suas distintas trajetórias e condições de existência. E talvez, a primeira violência que atinge a infância seja justamente essa: a desigualdade que impede meninas e meninos de exercerem sua cidadania.

Quando falamos da violência sofrida na infância, precisamos reconhecer que ela é um fenômeno estrutural e multifacetado, que se manifesta em diferentes esferas da vida social e familiar. Ela ocorre em espaço públicos, nas escolas, nas redes digitais, nas instituições, e em alguns casos até mesmo por parte de agentes do Estado. Embora muitas vezes invisibilizada, também se manifesta dentro de casa. O ambiente familiar, ao contrário do que se tende a supor, não é naturalmente protetor. Em contextos marcados por desigualdade, precarização do trabalho, fragilidade de vínculos afetivos e ausência de políticas públicas de apoio, a família pode reproduzir práticas autoritárias, punitivas e mesmo violentas, frequentemente naturalizadas como forma de educar. Quando atravessado por vulnerabilidades sociais, violências intergeracionais ou ausência de suporte, a família pode se tornar o primeiro espaço de violação de direitos. É por isso que as políticas públicas de proteção à infância precisam apoiar e fortalecer as famílias, garantindo condições materiais, sociais e emocionais para que possam exercer plenamente sua função protetiva.

A infância pode ser marcada por diversas formas de violência: física, psicológica, sexual, a negligência, a exploração do trabalho infantil, o tráfico, o bullying e o abandono. E esse fenômeno social complexo se manifesta para além da esfera doméstica. Existem também as violências institucionais, quando o próprio sistema de proteção falha ou vitimiza, as violências simbólicas, que reforçam estigmas, discriminações e adultocentrismo, as violências digitais expressas nas redes em forma de exposição e ciber. bullying, e as violências associadas à pobreza, ao racismo, ao trabalho infantil e à exploração sexual e à negação de direitos básicos, como saúde, educação, laser e segurança.

Assim, a violência contra a infância não deve ser reduzido a um problema familiar, mas entendida como reflexo das desigualdades estruturais da sociedade, o que exige respostas articuladas entre o Estado, a sociedade civil e instituições de proteção.

É justamente por reconhecer essa complexidade que o Estatuto da Criança e do Adolescente é complementado por outras legislações importantes. Citamos duas delas. A lei 13010, Lei Menino Bernardo, de 2014, que proíbe os castigos físicos e os tratamentos cruéis ou degradantes, reafirmando que educar não pode significar violentar; e a lei 13344, Lei Henri Borel, de 2022, que

prevê medidas protetivas específicas para crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica.

E podemos exemplificar ainda o marco da primeira infância, que oferece especial atenção e ações, ao público de zero a seis anos. Esses marcos legais reforçam que a proteção da infância não é uma questão privada, restrita às famílias, mas uma responsabilidade compartilhada, que envolve o poder público e toda a sociedade. A criança e o adolescente devem ser compreendidos como sujeitos em desenvolvimento, cujas dimensões biológica, psicológica e social se entrelaçam de forma dinâmica. Eles não são seres passivos, mas agentes ativos na construção de sua própria história. Protegê-los é dever e é urgente e significa reconhecer que o direito à infância não se limita à sobrevivência biológica, envolve o acesso à cultura, à educação, à convivência familiar e comunitária e a participação social. Falar em proteção integral, portanto, é falar do compromisso ético com as condições necessárias para que todas as crianças e adolescentes possam viver, crescer, e sonhar em dignidade. Gilberto Dimenstein em seu livro "O cidadão de papel" revela como a infância e a adolescência, apesar de terem sido formalmente incluídas no campo dos direitos humanos, frequentemente permanecem como cidadania de papel. O que seria isso? Os direitos estão consignados em lei, mas sua aplicação se frustra diante das desigualdades estruturais brasileiras. E essa cidadania de papel também se expressa nas violências cotidianas que atingem a infância e a adolescência no Brasil. Quando uma criança é vítima de negligência, exploração, racismo, violência institucional, o que está em jogo é a fragilidade da proteção social constitucional. A expressão "cidadania de papel", denuncia a lacuna entre o direito escrito e o direito vivido, mostrando que a participação, a proteção e a convivência digna não podem ser meramente simbólicas, mas devem se concretizar em espaços reais de experiência infantil e juvenil.

Todas essas reflexões nos mostram que falar sobre a proteção à infância é, ao mesmo tempo, falar sobre a forma como a sociedade

compreende o que é ser criança, e o que significa ser humano em sua fase mais vulnerável. A infância é um campo em constante construção e é justamente sobre essa dimensão simbólica, filosófica e histórica e o conceito de infância, que a professora Cecilia vai conversar com a gente agora.

8.2 A violência infantil ao longo do tempo

Maria Cecilia Fontainha de Almeida Gama

Olá. Bom dia a todos. Obrigada Soraya por sua presença, Daniele pela parceria de sempre, Hudson pelo apoio ai na parte técnica. Hoje vamos falar um pouco sobre o que foi a violência infantil ao longo do tempo.

A violência contra a criança tem uma longa e complexa história, moldada por concepções culturais, sociais e religiosas que, por muito tempo, a naturalizaram e, até mesmo, a incentivaram. A noção de infância como um período de proteção e direitos, como a conhecemos hoje, é relativamente recente.

Em uma retrospectiva histórica nos deparamos, durante a Idade Média, com o que se cunhou intitular: A "infância negada". Este conceito foi concebido e nomeado pelo renomado educador e pedagogo italiano Franco Frabboni, conhecido por suas contribuições teóricas e práticas, especialmente no campo da educação infantil. Frabboni é conhecido por sua análise histórica da infância, que ele divide em três fases principais: a infância negada, a infância industrializada e, finalmente, a infância de direitos, aquela onde a criança é reconhecida como um sujeito de direitos e produtora de cultura e conhecimento. Sua obra continua a influenciar debates e práticas pedagógicas na Itália e em outros países, incluindo o Brasil, onde seus textos são amplamente estudados em cursos de pedagogia e áreas afins. Frabboni faleceu em maio de 2024, mas seu legado na educação permanece relevante.

A "infância negada" da Idade Média descreve a falta de um conceito de infância como fase de desenvolvimento distinta, onde as crianças eram vistas como miniadultos, a partir dos sete anos de idade e inseridas nas atividades dos adultos, sem distinção de idade, onde participavam de suas atividades e espaços, como bares e reuniões.

Havia nessa época um trabalho infantil muito precoce: essa visão levou à inclusão das crianças no trabalho infantil precoce, na exposição a uma vida adulta sem proteção adequada e a uma alta taxa de mortalidade infantil, já que a infância não era vista como um período que necessitasse de cuidados especiais. As crianças, especialmente as mais pobres, eram inseridas no trabalho para ajudar no sustento da família. A falta de preparo para o trabalho era comum.

Portanto havia uma invisibilidade social. Havia uma falta de vínculos afetivos profundos, pois a criança era considerada substituível. A alta mortalidade infantil levava à banalização da morte nos primeiros anos de vida e a pouca preocupação com o desenvolvimento emocional. A criança não recebia proteção alguma, pois era cultural, que a criança tinha que se virar e sobreviver no mundo e com isso, o índice de mortalidade infantil era enorme, mas era grande também o índice de natalidade, ou seja, nasciam muitas e muitas crianças, mas pelo descuidado também morriam muitas outras. Por esse motivo da criança ser considerada um miniadulto vemos nas pinturas da Idade Média crianças sempre ao lado de adultos e com roupas de adultos e a mente com muita influência dos religiosos filósofos e educadores.

Havia uma falta de educação formal. O acesso à educação era restrito a meninos nobres e ao clero, e o objetivo principal era prepará-los para serem adultos, sem considerar suas individualidades.

Esse conceito que se tinha de infância foi se modificando ao longo do tempo.

A partir do século X, escolas para as crianças começaram a surgir muito lentamente. Inicialmente apenas para os meninos brancos e financeiramente mais favorecidos. Essa ideia de abrir escolas era para separar e manter, em uma parte do dia, as crianças longe do mundo adulto e ao que separá-los o objetivo era que fossem preparadas para enfrentar esse mundo adulto e preparando-as para o futuro. Destaco os maus tratos e as correções físicas que as crianças sofriam na escola e que nós ainda temos resquícios disso no século XX. A partir do século XX foi que começou a cair por terra esses maus tratos infantis físicos, dentro da escola.

Franco Frabboni chama de infância industrializada esse período que vai do século XVI até o século XVIII. Porque a partir do século XVIII com a Revolução Industrial, dois aspectos importantes são destaque: enquanto os adultos iam para as indústrias trabalhar as crianças, financeiramente mais favorecidas, iam para a escola, já as crianças de famílias financeiramente menos favorecidas, iam para o trabalho junto com os pais. Em algumas comunidades, haviam escolas para essas crianças, mas eram coordenadas pelos próprios indivíduos da sociedade proletarizada, sem profissionais adequados ou especialistas, pois

não haviam professores. Parte do dia essas crianças ficavam na escola, na outra parte elas iam para as indústrias trabalhar. Nesta fase, que começou no século XVI, a criança que ia para escola era preparada para ser um adulto: aprendia a ler, era educada e corrigida nos comportamentos para viver em sociedade, mas no lugar de se procurar entender e aceitar as diferenças e semelhanças das crianças, a originalidade de seu pensamento, elas eram tratadas como iguais, preparando-se para ser um adulto. Eram unificadas.

Então, com a chegada da Revolução Industrial, (séculos XVIII e XIX), as crianças ricas frequentavam escolas, enquanto as pobres trabalhavam em fábricas. Por este motivo, o trabalho infantil era em grande escala: A industrialização levou à exploração generalizada do trabalho infantil. As condições desse trabalho eram desumanas: milhões de crianças trabalhavam em fábricas e minas por longas jornadas (até 18 horas por dia), em ambientes insalubres e perigosos. Por ser uma mão de obra barata, a preferência dos patrões pela mão de obra infantil, incentivava a exploração.

Uma grande influência das pesquisas e do contexto científico começa a entender que a criança tem características próprias e é uma fase importante do desenvolvimento humano. Surgem então várias teorias para explicar o desenvolvimento infantil e outras tantas para explicar o processo de aprendizagem e estudos científicos. Começam a mostrar que o bom desenvolvimento infantil, respeitando essa fase do desenvolvimento humano, seus limites e suas potencialidades, refletirá em um adulto mais saudável e com o tempo relativamente maior de vida. A essa fase Franco Frabboni chama de infância de direitos. Mas o que marca essa fase continua sendo a dualidade financeira: para as crianças ricas ou que possuem melhores condições esse conceito de infância se aplica bem, mas aquelas crianças pobres, não. Mesmo indo para escola, sabemos que não é uma escola de qualidade e na sociedade, muitas vezes, essa criança precisa trabalhar para ajudar e manter as alimentações familiares e continua tendo o seu direito de infância negado.

No século XIX, com o avanço científico, começou-se a entender que a criança possui características próprias e que a infância é uma fase importante de desenvolvimento, levando ao surgimento de teorias sobre o desenvolvimento infantil e a aprendizagem.

Nos séculos XIX e XX começa a Legislação de proteção. Gradualmente, a legislação começou a ser criada para proteger crianças e adolescentes. Um dos marcos foi a definição de idade mínima para o trabalho.

Crianças na cadeia: No Brasil, ainda nas primeiras décadas do século XX, crianças e adolescentes eram enviados para a prisão junto com adultos, um reflexo da falta de um sistema especializado de proteção. O que essas crianças poderia aprender junto àquele adultos presos por uma mínima infração que fosse a um assassinato. Era terrível.

Emergência do conceito de direitos: A conscientização sobre os direitos das crianças cresceu, resultando em marcos importantes como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989; e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil, em 1990.

Violência no Brasil tem uma origem histórica na colonização: A violência enraizada na sociedade brasileira tem suas origens nas relações de poder estabelecidas durante a colonização, com a subjugação de indígenas, africanos e brancos pobres. Todos eram subjugados.

Havia escravidão infantil no período colonial e imperial, crianças escravizadas eram forçadas a trabalhar em lavouras e minas, uma forma extrema de violência e exploração.

Violência doméstica: Atualmente, a maioria dos casos de violência, incluindo o abuso sexual, ocorre no ambiente familiar.

Subnotificação e impunidade: O abuso sexual infantil é um problema latente, com uma alta subnotificação de casos. Muitas vezes, o agressor é uma pessoa de confiança da família. Então vamos buscar pela proteção infantil. Porque essa trajetória da violência contra a criança é marcada por uma evolução na percepção da sociedade sobre o que é a infância. Se antes a violência era naturalizada e a infância negada, hoje, com a garantia legal dos direitos de crianças e adolescentes, a exploração e os maus-tratos são considerados crimes que devem ser combatidos. No entanto, o histórico de vulnerabilidade ainda persiste em muitas realidades, reforçando a necessidade de proteção integral a esse grupo.

A infância é uma categoria historicamente permeada com a tendência pela exclusão social. Meninas sempre foram tratadas de forma diferente e inferior, em decorrência do machismo impregnado na sociedade, desde a antiguidade, e a criança pobre que sempre é excluída, negligenciada e retirada de seus direitos, de uma forma clara, explícita ou mascarada e implícita na sociedade .

Vimos que havia lugar para a criança na sociedade apenas no meio dos adultos e que somente com o passar do tempo, foi assegurado a elas condições melhores de vida e um lugar para elas no período da infância. É importante na formação de professores, especialmente os das séries iniciais, passar pelos estudos e pesquisa que levam a conhecer o processo histórico de transformação em que a família deixa de ser somente uma instituição de direitos e passa a ter uma função moral, que se preocupa com a criança em sua integralidade e com seu espírito.

Vimos o surgimento das grandes lacunas que existem ainda nos dias atuais dessa compreensão acerca da importância da infância, suas características, especificidades e necessidades. A garantia de seus direitos é defendida por leis, entretanto, falta conscientização à medida que em alguns casos as pessoas ainda desenvolvem comportamentos que não convêm à infância.

Pensamos que se faz necessário deixar a criança ser protagonista e livre para se constituir e formar-se. Nesse sentido se torna cada vez mais necessária a educação elevada, que não abdica da compreensão da criança em sua constituição e necessidades próprias, a educação que ao reconhecer a infância como objeto de estudo e inquietudes, aprimora a reflexão dos educadores sobre a formação da criança.

PRIMEIRO APARTE
Daniele do Val

É muito importante, não é Cecilia, trazer essas informações históricas, essas reflexões mesmo sob o ponto de vista social e filosófico, porque quando a gente entende que o conceito de infância é uma construção histórica, a gente percebe como que ele influencia a forma como a gente protege ou deixa de prote-

ger as crianças. Você fala inclusive da legislação protetiva, fez referência ao ECA, também. Se formos pensar a história das legislações para a infância, no Brasil, começando ai no início do século XX, as primeiras décadas do século XX, as duas primeiras legislações anteriores ao ECA, ficaram conhecidas como Código de Menores: Primeiro Código de Menor e Segundo Código de Menor. Por quê? Porque a gente tinha a lógica da menorização reinando na dinâmica da sociedade. Essa dicotomia da infância que ser criança e adolescente era para as classes mais favorecidas. Aqueles descendentes de escravos e a infância pobre, não era criança e adolescente, ela era menor. Não é à toa, que ainda hoje se tem um vício de linguagem: o menino cometeu um ato infracional, o menor cometeu. Ou seja, ainda se faz a utilização desse termo, que na verdade carrega estigmas e carrega esse retrato da estigmatização da infância. Esse é um ponto importante a ser destacado. A história da infância é sempre marcada pela história das ideias que marcaram a nossa sociedade, a nossa cultura. E de como passamos a enxergar as crianças não mais como futuros adultos em miniatura, como historicamente você retratou, mas como sujeitos plenos de sentido e dignidade já no presente. E é justamente nesse ponto que precisamos pensar sobre as consequências concretas da violência. Se a infância é o espaço onde tudo se forma, afetos, vínculos, confiança, estima, a violação de seus direitos deixa marcas profundas, que também vão acompanhar essa pessoa toda vida. Vou trazer alguns dados antes de passar a palavra para a professora Soraya, para que se possa exemplificar o quanto de violência e violação de direitos a nossa infância, já no século XXI, ainda passa.

Vejamos alguns dados. A ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania apontou um crescimento de mais de 22% de denúncias de crimes contra crianças e adolescentes no ano de 2024. Apenas entre janeiro e maio de 2025, foram registradas nessa ouvidoria, mais de 72 mil denúncias, 419 mil notificações de violência de direitos contra crianças e adolescentes, no Brasil. A maioria dos casos ocorre no ambiente doméstico. Mas há também nessas denúncias, registros de violências praticadas nas escolas, nas instituições e nas redes sociais. O relatório Panorama da Violência Letal e Sexual contra a Criança e o Adolescente, no Brasil, que foi publicado em 2024 em parceria entre a Unicef e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública diz que mais de 15 mil crianças e adolescentes, com idades entre zero e 19 anos, foram mortos de forma violenta, no Brasil, nos últimos três anos. E informa ainda, que 165 mil meninos e meninas foram vítimas de violência sexual nesse mesmo período. O Atlas da Violência de

2025 mostra que entre crianças de zero a 4 anos os casos de violência física registraram um aumento alarmante, mais de 52%, entre 2022 e 2023. E que a principal violência sofrida por esse grupo é a negligência. Segundo esse documento, 68% dos casos de violência não letais ocorreram onde a criança deveria, justamente, estar mais segura: dentro de casa. E neste mesmo relatório, ainda um outro dado alarmante: em 2023, a cada hora, 13 crianças e adolescentes de até 19 anos, sofreram algum tipo de violência. Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN – do Ministério da Saúde, indicam que em 2022, 1/3 das notificações de violência doméstica interfamiliar eram de meninas de zero a 19 anos. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que em 2024 o país registrou o maior número de estupros da série histórica, foram quase 88 mil casos ou 240 registros por dia. Desse total, mais de 61% das vítimas de estupro no país eram crianças com 13 anos ou menos. Isto é, cerca de 51677 crianças. Ouve um crescimento de mais de 14% nos registros de produção ou distribuição de material de abuso sexual infantil, ou seja, 3158 casos, o que dá 9 casos por dia. O número de mortes violentas intencionais cresceu também, entre as crianças e adolescentes, vitimando 2356 pessoas com menos de 18 anos. E os adolescentes de 12 a 17 anos representam 89% das vítimas. Neste aspecto, a desigualdade racial é a característica marcante desse tipo de crime, 85% dos adolescentes mortos eram negros. O anuário também nos informa sobre o bullying, que teve 2553 registros e o cyber bullying com 452 registros, um pico dessa experiência acontecendo aos 12 anos, revelando a vulnerabilidade crescente no início da adolescência. Esses números mostram que a violência contra a infância é um fenômeno cultural, estrutural e que atravessa diversas instituições sociais. Os dados que eu trago de 2022, 2023, 2024 é porque normalmente quando se lança um relatório com análise quantitativa e dados estatísticos, debruça-se com dados de anos anteriores. Se lança agora em 2025, na verdade os dados analisados são dos anos anteriores.

Esse retrato da violência que a criança e o adolescente vive, nos mostra a urgência de resposta de ação de pretensão e proteção a essa infância. Garantir a proteção integral é garantir a própria dignidade humana e é nessa direção que se precisa construir as políticas públicas, as relações familiares, e os compromissos éticos. E para falar um pouco mais sobre essa dimensão humana e psicológica da violência, assim como seus impactos no desenvolvimento, passo a palavra para a professora Soraya.

8.3 A violência contra a criança e o adolescente

Soraya Regina Ferreira

Bom dia, queridas colegas. Muito obrigada pelo convite. Diante de tantos dados alarmantes a gente fica até compadecida, com tanta violência, com tanta vulnerabilidade que a gente ainda vê, nesse processo da infância e da adolescência. Hoje eu trago um pouco uma reflexão sobre os impactos na vida dessas crianças e o quanto se pode fazer algumas coisas em relação a isso, pois tudo que é vivido nela pode ser refletido na vida adulta.

De acordo com o Instituto Hoffman Brasil, o conjunto de experiências, aprendizados e elementos aos quais uma criança é exposta, vai influenciar diretamente o seu futuro. Isso ocorre porque a primeira fase da existência do indivíduo atua diretamente na construção das suas conexões cerebrais. Então, vamos vendo essa influência e esse impacto já nível cerebral. Assim, as qualidades do ambiente e as relações do ser humano, principalmente na infância, determinam aspectos essenciais da sua saúde mental.

Crescer em um espaço onde o uso de violência, seja física, verbal, psicológica, pode resultar em danos profundos no desenvolvimento das crianças e adolescentes, isso vai afetar diretamente o seu psicológico. A situação pode gerar traumas, angústias e outras patologias bem mais sérias. Essas marcas vão ficar no inconsciente e vão resultar em sintomas na fase adulta, que pode ser representado como uma depressão, ansiedade, uma baixo autoestima, problemas de se relacionar, vícios, compulsões, e ai se entra em uma seara longa.

A criança quando é silenciada e reprimida nos seus sentimentos e desejos, isso vai afetar a sua aprendizagem, diretamente, para começar. Elas podem desenvolver gatilhos, a partir daí, de raiva, de agressividade, e isso vai refletir na relação dela com outras crianças e dela com ela mesma. Pode se transformar em uma criança mais agressiva, mais rebelde, e pode até desenvolver comportamentos de automutilação, que é uma autolesão e não é suicida, no início. Porque isso pode ir se agravando. Autolesão é qualquer comportamento que a criança ou o adolescente cause dano no próprio corpo, de uma forma deliberada, sem intensão de tirar a própria vida. Mas, em uma intensão de se machucar. Pode ser do tipo de se arranhar, de se cortar, de se bater, de se

queimar e até de puxar o cabelo. São exemplos de autolesão. E a gente sabe que isso não é teatro, não é drama, não é chantagem. É uma forma que essa criança ou esse adolescente encontrou de lidar com esse sofrimento emocional, muitas vezes gerado pela violência, que encontra dentro do lar, como vocês duas já colocaram, que seria o lugar de proteção, e ele não encontra isso dentro de casa e vai achando estratégias para lidar com essa dor. Porque quem protege, não protege. Como ele vai lutar com isso? Sozinho, ele não tem condição ainda de maturidade nem cerebral, nem emocional, de se resolver sozinho, de entender essas condições sozinho. E isso, geralmente acontece, crianças e adolescentes que usam autolesão, acontece porque eles querem comunicar algo, como um descontentamento, uma frustração, um medo. O adulto já possui domínio de seus sentimentos, ou espera-se que já possua. Mas a criança, não. Ela está nesse contexto, e muitas vezes, ela não compreende o que ela está sentindo. E ela vai, de alguma forma, através desses comportamentos, dar uma aliviada naquilo que ela não consegue compreender.

O bullying é um dos fatores frequentemente mais associados à automutilação dos jovens. Então, se vê, que há na escola uma violência, muitas vezes velada ainda, e isso vai gerar uma baixa autoestima dentro da criança e desse adolescente, uma vergonha do próprio corpo, da própria identidade, uma sensação de rejeição, de isolamento, um medo constante, sintomas depressivos e ansiosos, sentimentos de desamparo e ideias de autodepreciação. Essa combinação aumenta muito o risco de o jovem recorrer à autolesão como forma a lidar com esse sofrimento. Sem contar, como a Daniele já colocou aqui, do bullying virtual. O cyber bullying que também está altamente associado à automutilação.

Não sei se vocês assistiram a um documentário que lançaram este ano chamado "Número desconhecido". Muito forte, mas muito interessante, que fala do cyber bullying e dessa questão de a violência estar dentro da própria casa. Vale a pena assistir.

Se o abuso emocional ocorre de uma forma precoce, prolongada, intensa, maior e mais permanente serão os danos para essa criança e para esse adolescente. E a gente volta a falar que, infelizmente, muitos casos são praticados por pessoas que possuem algum vínculo afetivo com a vítima, pais e cuidadores.

Ouso perguntar: então pais praticam bullying? Na verdade, as consequências são bem parecidas. Mas quando se fala de pais e educadores, pode-se falar disso de uma outra forma: como uma violência psicológica, abuso emocional, humilhação, crueldade verbal, mas no fim, os comportamentos vão ter efeitos tão graves quanto ou até piores. Quando se fala de bullying se fala de uma intencionalidade em causar o sofrimento. Uma repetição, por que não é uma vez ou outra, a criança que sofre o bullying isso é contínuo. E esse desequilíbrio de poder que, quando a Cecilia estava colocando ali a questão do poder, eu me lembrei disso também, que o opressor se coloca no lugar de mais poder, mais força, de mais autoridade. Quando as crianças sofrem isso de uma forma contínua, o impacto emocional vai ser intenso e vai gerar, com certeza, consequências e traumas, que se não forem observados e trabalhados, vão gerar, também, patologias na vida adulta.

Eu trouxe também uma forma, até de a gente esclarecer como, às vezes, os pais praticam essas violências até sem perceber.

Humilhações constantes: você não faz nada direito; nossa, mas você é burro; expõe a criança na própria família, esse menino é preguiçoso. Isso constantemente vai danificando esse emocional da criança.

Comparações: comparações, às vezes, com irmãos – seu irmão é muito melhor que você; seu irmão não fazia isso na sua época. Esse tipo de comparação também mina.

Os gritos, xingamentos frequentes, ameaças,: se você não fizer isso você vai ver; vai perder isso. São formas que se forem constantes na vida de uma criança, vai causar traumas futuros. Imitar a criança de uma forma pejorativa; fazer piadas, colocar apelidos – seu gordinho, seu chorão, que menina fresca, - isso tudo se torna muito invasivo e vai gerando um sentimento de solidão, de desamparo na criança.

E aí é onde entra a negligência. Que a Daniele colocou. Essa negligência, essa falta de acolhimento, esse sentimento mesmo de desamparo. É muito cruel para uma criança e para um adolescente que ainda não dá conta dos próprios sentimentos.

Todos esses comportamentos podem gerar medo, vergonha, isolamento, e sofrimento, com certeza. Quando a criança ou o adolescente passa por esse

tipo de situação ele sente muito estresse e ansiedade e, normalmente, fica sempre em um estado de alerta. E além da ansiedade, fica em uma posição de querer sempre agradar. Isso também se vê em adultos que não conseguem falar não, não conseguem colocar limites, porque eles precisam agradar o tempo todo. Isso com o tempo pode gerar depressão, e até um estresse pós traumático.

Na infância, alguns sintomas que denotam que as coisa não está indo bem pode ser: uma diurese noturna, os adolescentes quando começam a usar drogas, começam a desafiar muito os limites e as regras. Isso tudo pode ser formas de se identificar que alguma coisa não está bem.

O mal estar da criança e do adolescente diante da violência do bullying na escola, vai se traduzir de diversas formas. Essas ai são algumas. Se for na escola, o problema na escola, a criança começa a querer evitar a escola, ela vai faltar aula, as notas vão abaixar, isso também, para os pais que, às vezes, não têm consciência do que a criança está passando na escola, isso é interessante de ver quando muda essa dinâmica da criança. Criança que gostava da escola começa a não gostar mais. Quer trocar de escola. Fica se isolando. Isso daí é importante dos pais perceberem.

Quem sofre bullying pode se tornar uma pessoa violenta. Um adulto violento, muito agressivo, porque é como a Daniele colocou aqui também, é uma questão que permeia a esfera social. E a gente vê esses massacres, principalmente nos Estados Unidos, que quando se vai puxar a história, normalmente era um adolescente, uma criança que sofreu muita violência ou bullying.

E a gente também precisa pensar em disponibilizar ajuda para os praticantes de bullying também. A gente escuta isso, que atrás de todo agressor tem um agredido. Por isso ser uma questão também social, as pessoas que praticam o bullying costumam estar em situações críticas. Elas escondem as suas fraquezas e as suas dores espalhando ódio e provocações ao próximo. E a gente sabe que muitas vezes vem da própria casa. O aluno que muitas vezes está na escola praticando bullying, ele é maltratado dentro de casa.

E p bullying assim como a violência, em todos os outros campos, envolve situações sociais, financeiras, familiares. Então, a procura por ajuda pode salvar essa pessoa. Salvar de uma possível depressão, da ansiedade, da síndrome do

pânico, e até de um possível suicídio. Temos ouvido falar muito dessa questão do suicídio na adolescência, e isso também é muito sério.

Então, é super importante haver um diálogo com a família, com o praticante, e com quem está sofrendo, porque é um grupo que se retroalimenta. E é interessante que a gente fala muito de bullying, mas a gente escuta ainda muita gente falando assim: ah! isso na minha época era só brincadeira. Na minha época não tinha essas bobeiras de hoje, que todo mundo agora é um mimimi danado. E na verdade, isso não é brincadeira. Isso gera um sofrimento e o que mais me deixa intrigada é a questão de ser, às vezes, muito invisível. Isso acaba tirando um pouco da gente uma atuação, a forma da gente atuar em cima disso. Então, a gente precisa melhorar a nossa crítica, apurar o nosso olhar para essas crianças que estão sofrendo ai, até nas mãos dos pais e cuidadores, e na escola. Elas precisam, sim, de muita proteção, para se tornarem adultos mais funcionais e com a saúde mental mais equilibrada.

SEGUNDO APARTE

Daniele do Val

Muito bom te ouvir, Soraya. Chamarmos a atenção para essas consequências, desse impacto da experiência da violência na vida da criança, é fundamental, porque a gente falou aqui de quais as gerações futuras que nós teremos, se são pessoas marcadas por tantas dores, por tantas desigualdades. É muito urgente falarmos sobre isso, e têm alguns pontos que não temos como aprofundar nesse momento, mas que valem a pena a gente refletir. Um deles é chamá-los de paradoxos dos direitos da infância. Falamos da criança como um adulto em miniatura, por grande parte da história do mundo, não so do Brasil. E hoje, pensando aqui o cenário brasileiro, temos uma legislação extremamente avançada e importante, que busca assegurar esse recorte etário, esse recorte da infância, mas ao mesmo tempo uma tolerância social e cultural com a adultização da infância. Crianças não são mais tratadas como adultos, porque a lei assegura que ela não trabalhe, que ela precisa estudar, precisa se desenvolver, mas ao mesmo tempo as desigualdades, as contradições sociais naturalizam aqueles processos de que a criança pobre pode trabalhar sim, porque precisa ajudar em casa. Eu percebo muito em relação à sexualização da infância, das meninas muito novinhas, todo

mundo achando muito bonitinho, usam batom, bolsa, uma sandália de salto, e aquilo que aparentemente poderia ser fofo e meigo, na verdade, sendo introjetado e fomentado de longo prazo, vira uma adultização da criança. Têm muitos pontos ai que se precisa pensar. Quando Soraya traz sobre esse questão do adulto que hoje violenta, do adulto que hoje é o agressor, ele também ter sido vítima de uma violência, obviamente, não é dizer que todo mundo que foi vítima de violência vai virar o agressor, não é isso. Mas é chamar à atenção para o fato de que quando você passa a ter os gatilhos e uma expressão de comportamento e atitude, o que é na verdade montada na sua experiência de vida, a tendência que você tem é a de produzir aquilo que você viveu. É o que se chama naturalmente de naturalização dos processos sociais, culturais e isso traz invisibilidade. São pontos que se precisa urgente debater, porque se não se fica nesse paradoxo, a gente tem a cidadania de papel, porque a lei assegura, a lei protege, mas entre o direito previsto e o direito vivido a gente tem ainda um grande caminho a percorrer. Queria saber se a professora Cecilia se tem mais alguma consideração

TERCEIRO APARTE

Maria Cecilia Gama

Tenho sim. A Soraya falou coisas importantíssimas. E eu vou me ater a algumas. Quando ela fala, e é claro, na minha época isso não tinha importância. Eu tenho 77 anos, e eu escuto dizerem, na minha época isso não tinha importância, todos nós sofremos bullying, todos nós sofremos isso ou aquilo. Se você for parar para pensar, e olhar os seus amigos daquela época, que sofreram isso tudo e ver nos adultos que se transformaram, nos pais que se transformaram, vai ver como teve importância. Como marcou. Como deixou marcas profundas dentro daquela criança. Fui educada semi-interna em um colégio católico. Então você imagina o nível de bullying que se exercia ali. E inclusive o nível de exigência de uma certa santidade inexistente dentro da mentalidade e da cabeça de uma criança, que entrava com 7 anos e saia com 15, 16 anos. Eu sai antes, porque fui embora, mas as minhas colegas saíram com 16 anos. Tem gente ali que não se casou. Tem gente que casou e o casamento não deu certo. Tem gente que se tornou adulto completamente revoltado, e foi para onde? Foi para as drogas. Tem gente que não conseguiu se colocar dentro de uma profissão que gostava, porque tinha que fazer aquilo que era bom para ele socialmente, que a família indicava. Não se tinha

ali na realidade uma voz. Nem como criança, nem como adolescente. Existiam testes vocacionais que se faziam, como que aquele teste vocacional que você fez ali em dois minutos fosse definir a sua vida, fosse definir as suas opções para o resto da vida. Não nos era explicado que a profissão que ali escolhêssemos seria aquela que iria nos perseguir o resto da vida. Porque, na realidade, a família não deixava você mudar de profissão. Eram coisas que não se davam importância e hoje se dão. Que ótimo que se dão importância a isso. Mas também tem-se que tomar muito cuidado nessa parte que a Daniele falou, essa adultização está sendo uma coisa repetitiva, está sendo uma coisa que as mídias sociais fazem e fomentam muito. Você vê crianças tendo contas e fazendo exposição nas mídias, ah porque vou maquiar a boneca, etc..., gente, isso não é para uma criança. Criança tem que brincar. Criança não está ali para ensinar a maquiar boneca e a se maquiar. Criança hoje em dia escolhe roupa, é também uma ausência paterna, que se tinha aqui na época, mas era uma ausência real e total, porque se colocavam as crianças a partir de 7 anos miniadultos, vão fazer a vida de adulto para saber como é na sociedade, você tem que se virar sozinha e assim é que tem que ser. Ponto. Hoje em dia, não. Hoje em dia a criança manda. Ela manda desde pequena, manda no adulto e o adulto faz o quê? Joga na escola porque a escola é que tem que dar conta. Não! Não tem. A criança vai para a escola para aprender, quem tem que dar conta é a família. A família não está preparada para isso. Não está preparada para dizer não. Não pode, não está certo. Não é por ai que vai, você tem que ser educado dessa e dessa forma. E as crianças que são educadas dessa e dessa forma também sofrem bullying. Porque são diferentes daquelas que não são. Então na realidade é quase um carcará. Se ficar o bicho pega, se correr o bicho come. Não se tem muito de onde sair dali. Tem-se que lembrar que para se fazer um adulto, que seja no mínimo emocionalmente equilibrado, que não tenha problemas tão graves, que tenha que correr atrás de uma droga para poder se sair bem, a gente tem que ter tido uma criança feliz, tem que ter tido uma criança acolhida, amada. Porque é o lugar e o momento de você demonstrar afeto e amor e levar esse afeto e amor para o resto da vida. Educação, acolhimento, afeto e amor é que vão fazer daquela criança um adulto um pouco menos traumatizado do que nós vemos hoje. Então, há que se importar muito com a infância, desde pequenininho, não adianta se importar depois, o negócio já foi. Para se consertar aquilo leva muito mais tempo do que começar desde sempre. Criança é criança, não é adulto. Criança tem vontade? Até certo ponto. Até o momento que enten-

der que aquela vontade não é boa para ela. Ela tem que ter esse discernimento, Enquanto ela não tem, os pais têm que ter. Não é a escola, são os pais. Ai vocês mandam para a escola verdadeiros vândalos, e tem umas coisas engraçadas que a gente vê, que até brincam um pouco sobre o que o professor passa, mas o professor está passando por coisas incríveis. Que não é da função dele. E ele não é preparado inclusive para isso.

QUARTO APARTE
Daniele do Val

A Cecilia traz um ponto, que eu até queria ouvir um pouco a Soraya, como psicóloga, que a gente percebe que as relações familiares e também as relações sociais, já que a família é uma instituição social, que está inscrita nessa dinâmica societária, eu fico pensando como se constroem as relações hoje. Existe um movimento legítimo de crítica ao autoritarismo, mas isso não significa perda da autoridade, ou não deveria significar. Nós evocamos o tempo inteiro e defendemos de forma legítima a liberdade, mas até que ponto a liberdade não está dando espaço para a permissividade? Relações adultocêntricas obviamente sempre serão danosas à infância, porque o foco vai ser no adulto e não na criança. Mas qual é o limite dessa hierarquia? Se temos uma relação que também é horizontal, qual a diferença do adulto para a criança? A gente se depara com um ponto que é um grande nó.

QUINTO APARTE
Soraya Ferreira

Eu acho que o mais difícil é esse ponto de equilíbrio aí, que na verdade são para todos os temas. A gente achar ali, que não pode ser nem 8 nem 80. Como se chega nesse meio termo. O que eu vajo, principalmente no meu consultório, tendo muitas mães, que tiveram infâncias sofridas e que querem transformar a infância dos filhos em uma outra história completamente diferente, e ai acaba saindo do 8 e indo para o 80. Quer reparar a dor no filho. Se eu sofri isso, meu filho não vai sofrer, e ai acaba criando outros traumas, que passa pela permissividade, quando eram crianças ouviram muitos nãos, muito castigadas, então, hoje vou deixar

meu filho fazer tudo, gerando um outro problema. A questão é a gente primeiro se resolver. Precisamos ter um equilíbrio interno, um autoconhecimento, entender as próprias dores e os próprios traumas, que a gente mesmo viveu, para não ir transferindo isso para outras gerações. Vai para o filho, o filho leva para o filho, e as histórias vão se repetindo, em lugares diferentes, mas com consequências danosas do mesmo jeito. O primeiro passo é a gente se entender. Se todo mundo cuidasse das próprias dores, a gente conseguiria cuidar das crianças de uma forma onde um "não", não seja uma punição, mas sim algo necessário. A gente compreender também que as relações de amor, de proteção, que é uma coisa que também é importante, desse ambiente seguro que a criança precisa ter. Porque se ela vive em um ambiente seguro, ela também vai conseguir como adulta se manter emocionalmente muito melhor, do que em um ambiente inseguro. Porque na insegurança se fica muito vulnerável ao outro, ao que o outro quer de mim, as expectativas do outro, e isso gera muitas questões no futuro. A gente só consegue o equilíbrio na educação, na formação das crianças, se a gente buscar o próprio equilíbrio.

SEXTO APARTE
Daniele do Val

É um desafio mesmo. Que não é só coletivo, é individual também.

SÉTIMO APARTE
Maria Cecilia Gama

Eu gostaria de saber a opinião de vocês em uma história**.** Você sabem que as crianças, hoje em dia, em colégios têm de tudo: dia do "cabelo maluco", entre outros. Teve uma história do "cabelo maluco" de uma criança, em uma faixa de idade de 4 anos e que a mãe colou no cabelo da criança algumas coisinhas, pois não tinha como prender, para ficar o "cabelo maluco". Essa criança chegou na escola desesperada com aquilo. Começou a chorar, a se debater, começou a querer agredir os amiguinhos e a se autoagredir. A professora, apavorada com aquilo, tentou tirar as coisas da cabeça da criança e viu que a criança estava entrando em um desespero. O que ela fez? Ela teve dar uns picotes, cortar um pouco o ca-

belo aonde tinha cola que não saia para tirar as coisinhas da cabeça da criança. Ela fez isso. Ela foi processada pelos pais por agressão à criança. O que vocês acham? A criança ficou ótimo depois que tirou a parafernália toda da cabeça, mas a mãe não aceitou o fato de a professora ter cortado o cabelo da criança. O processo deve morrer ali, entram em acordo.

OITAVO APARTE
Soraya Ferreira

É complicado, é o que você falou. Os professores estão passando por situações difíceis.

NONO APARTE
Daniele do Val

É uma situação que é polêmica, não só a partir da sua origem, a partir dos desdobramentos. Mas acho que tem um ponto que é interessante, quando se pensa isso: as crianças são reflexo do adulto, dos pais, às vezes vemos reals e vídeos, que se pretendem cômicas e irônicas, mas que tem ali um cenário que também é de verdade. Às vezes a questão não está na criança, está no adulto. Por isso se fala da primeira infância. A criança é um ser que está ali recebendo todos os imputs, egos, proteção ou não, limites ou não, e a criança acaba sendo o resultado daquilo que ela está vivendo. A questão ai, sem se ter os detalhes, mas a professora querer proteger e sanar a dor daquela criança naquele momento pode ser legitimada, mas ao mesmo tempo são iniciativas que por vezes a gente tem e as consequências podem ser da criança, depois de livre das coisas, perguntar cadê o meu cabelo? E aquilo pode trazer outras consequências. Será que a professora tentou falar com a mãe? Será que ela explicou para a criança o que podia acontecer? São fatos que não temos aqui como tratar, para não entrar em uma emissão de juízo de valor. Mas sem dúvida alguma estamos nessa fronteira: entre o pequeno socorro imediato e o que é o respeito a uma condução que precisa ser dada pela família.

DÉCIMO APARTE
Soraya Ferreira

Acho que se volta ai na questão do equilíbrio. A professora também não conseguiu lidar emocionalmente com a questão e com aquela criança. E a angústia da professora foi de resolver o problema, mas acaba desdobrando outros. Como eu lido com as minhas angústias? Isso também vai repercutir nas minhas ações e nas consequências

DÉCIMO PRIMEIRO APARTE
Daniele do Val

Todo ato humano é passível de ser aprovado ou reprovado.

CONCLUSÃO
Maria Cecilia Gama

Penso que começa lá atrás. Alguém tem que dizer: mãe, não põe cola na cabeça do teu filho. Não importa a idade. Se a cola não pode ser tirada depois, vai ser complicado. Se não for a professora que vai cortar o cabelo, vai ser você. O que me chamou a atenção foi que fiquei sem saber quem tinha razão ali. Eu acho que todo mundo devia passar por uma terapia em um momento da vida. Porque é necessário conhecer-se, o que é difícil, filosoficamente falando também.

CONCLUSÃO
Daniele do Val

Esse exemplo é interessante, só para a gente finalizar, talvez nenhuma das duas tinham razão ou talvez as duas tinham razão. Cada uma tinha a sua justificativa. Por mais que a gente entenda que atividades como esta podem ser lúdica, podem ser pedagógicas, percebe-se que se não forem cuidadosamente aplicadas, o quanto elas podem gerar de problemas e sem falar ainda na

competitividade que sugere. As crianças querem uma estra melhor do que a outra para ganhar a melhor criatividade, mas é o adulto que acaba ali. O quanto se tem de elementos e variáveis ali. O equilíbrio, como a Soraya fala, é algo desafiador, mas é o primordial. Isso pode contribuir de fato para relações mais saudáveis, mais seguras, mais protetivas e que a médio e longo prazo diminuir esses dados quantitativos de violência. Tentamos hoje contribuir um pouco acerca desse tema da violência contra a criança e o adolescente. Finalizamos agradecendo mais uma vez à professora Maria Cecilia e à professora Soraya. Muito obrigada a todos.

CONCLUSÃO DO E-BOOK

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

As reflexões desenvolvidas ao longo destes podcasts evidenciam que a violência é um fenômeno histórico e social, complexo e diverso em suas manifestações. Enraizada nas relações de poder e nas estruturas de organização da sociedade, a violência não se restringe àquilo que se vê ou se sente, mas também se expressa de maneira simbólica, institucional e estrutural, reproduzindo desigualdades, naturalizando discriminações e comprometendo os direitos humanos. Sua compreensão exige, portanto, superar sua aparência e reconhecer as condições sociais, econômicas, políticas e culturais que favorecem sua produção e reprodução.

Nesse contexto, as diferentes expressões da violência analisadas demonstram que determinados padrões e valores socialmente construídos podem legitimar hierarquias, silenciar identidades e restringir o exercício de direitos, pois seus mecanismos de dominação podem ser incorporados ao cotidiano e percebidos como naturais. Essas manifestações não apenas reproduzem desigualdades historicamente constituídas, mas também interferem na autonomia, no reconhecimento social e nas possibilidades de participação dos sujeitos na dinâmica societária.

Com o avanço das tecnologias digitais e a rapidez na circulação das informações, as fake news passaram a ter um papel significativo na produção e reprodução das violências. Podemos compreender essa relação em três

dimensões: são uma forma de violência em si, ao manipular percepções, produzir medo e insegurança e comprometer a capacidade dos sujeitos de fazer escolhas livres e conscientes; reproduzem violências já existentes na sociedade, fortalecendo mecanismos de dominação e exclusão; e também funcionam como instrumento de propagação e intensificação de outras violências, ao disseminar discursos que legitimam práticas discriminatórias. Seus efeitos, portanto, ultrapassam o ambiente digital, trazendo consequências para as relações sociais, o exercício da cidadania e a própria democracia.

Os diálogos produzidos nesses podcasts revelam, ainda, que as experiências de violência não são homogêneas. As condições de classe, raça, gênero, geração e território atravessam as trajetórias individuais e coletivas, produzindo diferentes situações de vulnerabilidade e violação de direitos. Nessa perspectiva, a interseccionalidade constitui uma importante dimensão analítica para compreender como distintas formas de opressão se articulam e aprofundam desigualdades. Do mesmo modo, reconhecer a diversidade das experiências de infância, envelhecimento e pertencimento social impede interpretações generalizantes e práticas que desconsiderem as particularidades dos sujeitos.

Outro aspecto que destacamos é o esgarçamento entre o reconhecimento jurídico dos direitos e sua efetivação nas condições concretas de vida. Embora os avanços legislativos representem conquistas históricas, sua existência não assegura, isoladamente, a superação das violências. A garantia da proteção demanda políticas públicas efetivas, articulação intersetorial, fortalecimento das redes de apoio e transformações culturais e institucionais.

Enfrentar a violência não significa apenas agir quando ela acontece, mas também compreender por que determinadas práticas continuam sendo aceitas ou naturalizadas no cotidiano. É nesse sentido que os debates realizados nos podcasts ganham importância, pois permitem questionar preconceitos, ampliar a compreensão sobre as diferentes formas de violência e estimular uma reflexão crítica sobre a realidade. Mais do que discutir situações de violação de direitos, buscamos contribuir para a construção de relações sociais pautadas no respeito às diferenças, na dignidade humana e na justiça social.

FOTOS DOS PARTICIPANTES DOS PODCASTS



Daniele do Val, Alexis Aragão e Maria Cecilia Gama



Soraya Ferreira, Daniele do Val e Maria Cecilia Gama



Daniele do Val, Maria Cecilia Gama e Ailton Carvalho



Valquíria Sepp, Daniele do Val e Maria Cecilia Gama



Maria Cecilia Gama e Daniele do Val



Maria Cecilia Gama, Alessandro Orofino e Daniele do Val



Daniele do Val, Maria Cecilia Gama e Daniele Amaral Cavaliere

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. Problems of moral philosophy. 1ª ed. Cambridge, UK: Polity Press, 2001.

ALBORNOZ, Suzana. Violência ou não violência. 1ª ed. Santa Cruz do Sul, RS: Editora EDUNISC – Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul, 2000.

ARENAS, Reinaldo. Antes que anoiteça. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2009.

ARENDT, Hannah. Sobre a violência. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

ARENDT, Hannah. A condição humana. 13ª ed. Campinas, SP: Forense Universitária, 2016.

BAIERL, Luísa Fátima. Medo social: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. Cegueira moral: a perda da sensibilidade na modernidade liquida. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução de Maria Helena Kühner. 14ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 10ª ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Conceitos fundamentais. Trad: Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BUTLER, Judith. A força da não violência. Campinas, SP: Edições 70, 2021.

BUTLER, Judith. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. 1ª ed. São Paulo: Editora Autêntica, 2023.

BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COSTA, Jurandir Ferreira. A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

CORINO, Luiz Carlos Pinto. Homoerotismo na Grécia Antiga – homossexualidade e bissexualidade mitos e verdades. Porto Alegre, RS: Biblos, 2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu. IN: LERNER, Júlio. O preconceito. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997.

DERRIDA, Jacques. A farmácia de Platão. Trad: Rogério Costa. São Paulo: Editora Iluminuras, 2020.

DIMENSTEIN, Gilberto. O cidadão de papel. 24ª ed. Rio de Janeiro: Editora Ática, 2012.

FARRÉ, Anna Freixas. Yo vieja: apuntes de supervivencia para seres libres. Madri, Espanha: Capitán Swing Editora, 2021

FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade II: o uso dos prazeres. Trad: Maria Thereza Albuquerque. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2001.

FRABBONI, Franco. La scuola dell'infanzia. Roma, Itália: Editora Laterza, 2008.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GRENFELL, Michael. Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018.

GUIDICE, Victor. O arquivo. IN: Os cem melhores contos brasileiros do século. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

HARARI, Yuval Noah. Nexus: uma breve história das redes de informação, da Idade da Pedra à Inteligência Artificial. Audiolivro. Narrador: Camilo Schaden, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2024.

HELLER, Ágnes. O cotidiano e a história. Trad: Leandro Konder. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra Editora, 2008.

JARED, Diamond. O mundo até ontem: o que podemos aprender com as sociedades tradicionais. Rio de Janeiro: Record, 2015.

JOURDAIN, Anne; NOULAN, Sidonie. A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos. 1ª ed. Trad: Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

KIMBERLÉ, Williams Crenshaw. Interseccionalidade. Trad. Winnie Bueno. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2021.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 7ª ed. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2013.

LUKÁCS, GYÖRGY. Para uma antologia do ser social. 1ª ed. Trad: Ivo Tonet. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MARTA, Larissa. Violência velada: discurso da massa robotizada. IN Conceitos e formas de violência. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2016.

MATURANA, Carlos Trejo. El viejo en la historia. Acta Bioeth (online) 2001.

MAC INTYRE, Alasdair. Depois da Virtude: um estudo sobre teoria moral. 1ª ed. Campinas, SP. Vide Editorial, 2021.

MECHNIKOV, Ilya Ilyich. The nature of man: studies in optimistic philosophy. Madri, Espanha: Legare Street Press, 2022

MICHAUD, Yves. A Violência. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

MODENA, Maura Regina. Conceitos e formas de violência. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2016.

MODENA, Maura Regina. A violência simbólica: reflexão sobre a obra de Slajov Žižek IN Conceitos e formas de violência. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2016.

MUNOZ, Manuel Alfonso Diaz. Violência e escola: o desafio ético de educar para a paz. Belo Horizonte, MG: Revista Interações dos Periódicos da PUC Minas, 2013

PARKER, Richard. Abaixo do Equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Tra. Rita Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PLATÃO. A República. Trad: Fábio Mendes. São Paulo: Editora Principis, 2021.

PLATÃO. A República. Diálogos I – Teeteto, Sofista, Protágoras. Trad: Edson Bini. São Paulo: Editora Edipro, 2017.

RIZZINI, Irene. Olhares sobre a criança no Brasil, séculos XIX w XX. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, USU, Editora Universitária, Anais, 1997.

ROCHA, Zeferino. O problema da violência e a crise ética de nossos dias. Belo Horizonte, MG: Síntese- Revista de Filosofia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, 2001.

RODRIGUES, Carla. Butler e a violência ética: de quem é a vida afinal? Blog do IMS – Instituto Moreira Sales. Rio de Janeiro, 2015

RODRIGUES, Carla. Para ler Judith Butler. Rio de Janeiro: Editora Numa, 2025.

ROSENBERG, Marshall. Comunicação não violenta: uma linguagem de vida. Audiolivro. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classe: mito e realidade. São Paulo: Editora Quatro Artes. Em humanas.blog.scielo.org, 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. 2ª ed. São Paulo, SP. Editora Expressão Popular, 2015.

SARAMAGO, José. Ensaio sobre a cegueira. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SARTORI, Giovanni. Homo Videns: televisão e pós pensamento. São Paulo: RDUCS, 2001.

SCARIO, Pilar; ALOSO, Inés Alberdi. Los hombres jóvenes y la paternidad. Vizcaya, Argentina: Fundación Banco Bilbao, 2007

SIEBERT, Silvânia; PEREIRA, Israel Vieira. A pós-verdade como acontecimento discursivo - Linguagem em(Dis)curso . Tubarão, SC: Editora UNISUL, 2020.

TONIETTE, Marcelo Augusto. Um breve olhar histórico sobre a homossexualidade. Porto Alegre, RS: Revista Brasileira de Sexualidade Humana, 2005.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanches. Ética. Trad: João Dell'Anna. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

ZIZEK, Slavo. Violência: seis reflexões laterais. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.


UniFOA
Centro Universitário
de Volta Redonda